



UNIVERSIDADE DA BEIRA INTERIOR
Artes e Letras

A Representação Da Crise Nos *Media* Portugueses: O Negativismo Dos Conteúdos Noticiosos

Filipa Cordeiro Ramos Seita Machado

Dissertação para obtenção do Grau de Mestre em Jornalismo

Mestrado em Jornalismo

2º ciclo de estudos

Orientador: Professor Doutor João Carlos Ferreira Correia

Covilhã, Junho de 2011

Aos meus pais, Maria da Conceição e Gonçalo,
por todas as minhas concretizações...

Agradecimentos

Em primeiro lugar quero agradecer aos meus pais, sem eles não estaria aqui. Um muito obrigada pelo apoio, amor, amizade, paciência e dedicação, não só ao longo deste ano, mas durante todos estes meus curtos 23 anos de vida. Um obrigado sincero e eterno por todas as minhas conquistas.

Em segundo lugar quero agradecer ao meu coordenador e orientador, o Professor Doutor João Carlos Correia, pela paciência, apoio e orientação ao longo deste ano. Sem ele, este caminho teria sido bem mais difícil de percorrer. Um muito e sincero obrigado pela ajuda dada ao longo deste ano.

Em terceiro lugar quero agradecer à minha irmã, Catarina, pelo apoio e amizade, bem como ao Tiago, meu namorado, amigo e companheiro de sempre, por todo o apoio, paciência e ajuda. Ainda em terceiro lugar e não menos, aos meus também quase irmãos, Joana, Mariana, Carlos, Nuno, Alexandre, Leonardo, André e Rui por toda a amizade e carinho ao longo de todos estes anos vividos em família. Sem vocês não seria a mesma coisa...

Como não podia deixar de ser, quero agradecer também aos meus idanhenses: Maria, Mafalda, Sara, Betinho e Joanas, pela amizade e pelo incentivo que me deram ao longo deste último ano.

Aos meus avós, Maria José e António, Fernanda e José, e à admiração que sinto por eles que me estimula todos os dias a nunca desistir de atingir os meus objectivos.

A todos os restantes amigos e família que não são aqui mencionados mas que me acompanharam sempre ao longo deste ano.

Esta dissertação é dedicada a todos vocês...

E ainda, um especial agradecimento à Biblioteca Municipal da Covilhã por todo o material cedido e que foi indispensável a este estudo.

Resumo

O presente estudo tem como tema a representação da rejeição do Plano de Estabilidade e Crescimento IV e da demissão de José Sócrates pela mão dos jornais *Público* e *Correio da Manhã*. O trabalho procurou detectar nestes dois segmentos da imprensa de que forma, foram abordados estes dois assuntos de cariz político e económico, tendo em conta o surgimento de novos valores notícia, nomeadamente o negativismo, na abordagem dos conteúdos noticiosos.

Esta dissertação procurou, primeiramente, reflectir sobre a introdução de alguns novos valores notícia na selecção e produção dos conteúdos, nomeadamente o negativismo e o espectáculo; repensar, entre outros factores, o que tem estado a contribuir para a introdução dos mesmos, tais como a concorrência com a televisão e outros órgãos de comunicação; o peso do factor económico e, finalmente, de que forma toda esta situação tem conduzido a informação a uma crise cultural que já lhe é inerente. Bem como, reflectir também sobre os danos causados na própria sociedade consumidora desta informação.

Palavras-chave

Imprensa, negativismo, dramatismo, informação-espectáculo, Plano de Estabilidade e Crescimento IV e demissão do primeiro-ministro.

Abstract

This study is about the representation of the rejection of stability and growth IV Plan and the demission of José Sócrates through the papers *Público* and *Correio da Manhã*. This work pretended to detect in these both press segments how these political and economical issues were treated, attending to the new/original values in the news, namely the negativism in the news contents approach.

This dissertation wanted, firstly, to reflect about the introduction of new values in the news and the production of contents, namely the negativism and the show; to rethink, among other factors, what has been contributing for their introduction, such as the concurrency with television and other mass media; the stress of the economic factor and, finally how all this situation has conducted the information to a cultural crisis that is already inherent to it, as well as to reflect about the damages caused in the society that consumes this information.

Keywords

Press, negativism, drama, info show, Stability and Growth Plan IV and the resignation of prime minister.

Índice

Introdução	1
Contextualização	2
Problema	5
Limitações do Estudo	8
Organização do Estudo	8
Capítulo 1. O Negativismo	11
1.1. O Negativismo - Na Senda do Conceito	11
1.2. A Génese do Negativismo	15
1.3. O Conceito na Imprensa Actual	17
1.4. O Negativismo e a Informação- <i>Espectáculo</i>	20
1.5. O Domínio das <i>Bad News</i>	23
1.6. O Negativismo como Valor-Notícia e o seu impacto na Opinião Pública	25
Capítulo 2. A Informação e a Crise Financeira	29
2.1. O Jornalismo Português na Análise de Casos Específicos	29
2.2. O Tema da Crise Financeira e a sua Exploração pelos <i>Media</i>	35
2.3. A Evolução de uma Cultura de Massas e a origem de uma nova Crise da Cidadania	42
2.4. A Crise Global e os <i>Mass Media</i>	49
2.5. Informação: As Novas Tendências face à Crise	54
Capítulo 3. O Caso Português	62
3.1. O Jornalismo em Portugal: Algumas reflexões	62
3.2. Jornalismo em Portugal: O Peso do Factor Económico	67
3.3. O Domínio da Informação- <i>Espectáculo</i>	72
3.4. O Crescente Conteúdo Negativista na Imprensa Portuguesa	75
3.5. Informação ou Entretenimento? A Simbiose de dois conceitos na Imprensa Portuguesa	81
3.6. A Repercussão dos Novos Modelos Comunicacionais sobre os Públicos e as Audiências	86

Capítulo 4. Parte Empírica	93
Breve Descrição dos Jornais Seleccionados	94
Metodologia e <i>Corpus</i> do Trabalho	96
Análise Quantitativa	98
Resultados	99
Análise Qualitativa	119
Resultados	119
Conclusões	144
Bibliografia	147
Webgrafia	149
Outros Documentos	151
Anexos	152

Lista de Figuras

Figura 1- Capa Revista Vidas

Figura 2- Capa Correio da Manhã

Figura 3- Géneros Jornalísticos no Correio da Manhã

Figura 4- Géneros Jornalísticos no Público

Figura 5- Destaques nas peças do jornal Correio da Manhã

Figura 6- Destaques nas peças do jornal Público

Figura 7- Principais destaques nas fotografias do jornal Correio da Manhã

Figura 8- Principais destaques nas fotografias do jornal O Público

Figura 9- Recurso a elementos gráficos pelo jornal Correio da Manhã

Figura 10- Recurso a elementos gráficos pelo jornal O Público

Lista de Tabelas

- Tabela 1- Manchetes do Correio da Manhã entre o dia 23 e 30 de Março
- Tabela 2- Manchetes do Público entre o dia 23 e 30 de Março
- Tabela 3- Número de vezes que foi concedida manchete às duas situações pelos dois jornais
- Tabela 4- Destaque dado às duas situações nos dois jornais
- Tabela 5- Total de peças diárias sobre os dois acontecimentos nos dois jornais
- Tabela 6- Paginação e disposição das peças nos dois jornais
- Tabela 7- Géneros jornalísticos aplicados na informação da rejeição do PEC IV e na demissão do primeiro-ministro português
- Tabela 8- Contabilização de peças nos dois jornais
- Tabela 9- Destaques nas peças
- Tabela 10- Utilização de fotografia pelos dois jornais
- Tabela 11- Principais destaques nas fotografias
- Tabela 12- Recurso a elementos gráficos pelos dois jornais
- Tabela 13- Análise de manchetes nos dois jornais
- Tabela 14- Análise de títulos no jornal Correio da Manhã
- Tabela 15- Análise de títulos no jornal Público
- Tabela 16- Análise de palavras eivadas de negativismo presentes no jornal Correio da Manhã
- Tabela 17- Análise de palavras eivadas de negativismo presentes no jornal Público
- Tabela 18- Palavras conotadas de optimismo presentes no jornal Correio da Manhã
- Tabela 19- Palavras conotadas de optimismo presentes no jornal Público
- Tabela 20- Referência a pessoas de elite no Correio da Manhã
- Tabela 21- Referência a nações de elite no Público

Lista de Acrónimos

APCT	Associação Portuguesa para o Controlo de Tiragem e Circulação
BE	Bloco de Esquerda
CM	Correio da Manhã
CDS - PP	Centro Democrático Social - Partido Popular
FMI	Fundo Monetário Internacional
IVA	Imposto sobre o Valor Acrescentado
MEP	Movimento Esperança Portugal
RTP	Rádio e Televisão de Portugal
SIC	Sociedade Independente de Comunicação
PCP	PARTIDO Comunista Português
PEC	Plano de Estabilidade e Crescimento
PH	Partido Humanista
PIB	Produto Interno Bruto
PNR	Partido Nacional Renovador
PPM	Partido Popular Monárquico
PS	Partido Socialista
PSD	Partido Social Democrata
TVI	Televisão Independente
TVI SS	Televisão Independente Secret Story
UBI	Universidade da Beira Interior
UE	União Europeia
VIH	Vírus da Imunodeficiência Humana

Introdução

Numa altura em que se assiste a um acumular de crises e desafios, factores externos ou internos ao jornalismo, esta dissertação de mestrado intitulada “ *A representação da crise nos media portugueses: o negativismo dos conteúdos noticiosos*”, visa reflectir sobre as mais variadas transformações que estão a ocorrer na profissão actualmente, bem como investigar, discutir e tentar definir quais as causas que levaram ao estado actual do jornalismo em Portugal, nomeadamente ao nível da imprensa escrita, o nosso objecto de estudo.

Sabemos que as últimas décadas representaram, em muitos países, um marco essencial no que diz respeito ao desenvolvimento do trabalho jornalístico, tanto a nível de modificações políticas, como de novas reformulações de valores e direitos e até novas técnicas de trabalho como o caso do surgimento da multimédia. Em Portugal não foi diferente. Estes entre outros factores têm contribuído para a consecutiva mudança da prática desta profissão. Inúmeros desafios e obstáculos têm surgido como barreiras ao antigo e tradicional processo de selecção e produção de notícias, quer pelo facto dos tempos e da sociedade terem evoluído, quer pela introdução da multimédia e do audiovisual no interior das redacções que tem vindo a contribuir para uma prática bastante mais facilitada da profissão e, conseqüentemente, para uma maior banalização da mesma (Neveu, 2003:115). Por outro lado, a pressão económica, característica mercantil dos últimos tempos, também não tem ajudado à boa prática do jornalismo. Esta tendência extremamente competitiva do mercado bastante subjacente nos últimos tempos nos *media*, tem contribuído para a consecutiva perda de autonomia da profissão de jornalista, abalando a sua independência de outrora, fazendo imperar hoje em dia o entretenimento sobre a informação, na procura por mais públicos e audiências.

Contudo, e tal como em tantas outras ocasiões a profissão teve a capacidade de se adaptar e reinventar, e com uma postura diferente de país para país enfrentou estes novos modelos comunicacionais, impostos por uma nova sociedade de mercado e pelos condicionalismos que derivam da mesma.

Em Portugal, esta situação não aconteceu de modo diferente. Com mais ou menos dificuldades, a profissão teve também a capacidade de se adaptar às novas circunstâncias. Desta forma, e ao nível da imprensa, este estudo irá então incidir sobre todo o processo que constitui hoje fazer informação tendo em conta todas estas novas adversidades que se apresentam, nomeadamente, as características que marcam actualmente a prática do jornalismo, um novo império de valores regentes na selecção e produção dos conteúdos, o peso do factor económico sobre a profissão e o impacto de todos estes agentes na produção da informação e na representação de dois situações que ocorreram em Portugal, nomeadamente a rejeição do Plano de Estabilidade e Crescimento IV e a demissão do primeiro-ministro.

Após reflectirmos, embora de forma breve, sobre a evolução do trabalho jornalístico e o que terá contribuído, entre outros factores para tal, convém agora contextualizar e

abordar estas mutações num plano mais prático e reflexivo. Com efeito, a história que irei narrar de seguida foi o modo encontrado para tal. Em vez de citarmos outros autores ou investigadores, foi pensado e elaborado um pequeno conto para ilustrar de alguma forma o retrato de um público bastante actual que assume os reflexos dos novos modelos comunicacionais relatados anteriormente, como a banalização da profissão jornalística, o consequente aumento de oferta informativa e a opção pelo entretenimento em detrimento de informação.

Porém, antes de passarmos à próxima fase, importa primeiramente definir os objectivos que nos propomos atingir com a presente dissertação:

- 1) Reflectir sobre todo o negativismo que transparece hoje nos conteúdos noticiosos, quais as suas origens e consequentes causas e efeitos na imprensa escrita portuguesa actual. Para tal iremos de encontro ao estudo sobre as suas origens até à actualidade e à consideração desse negativismo como valor-notícia;
- 2) O impacto na profissão de jornalista e a nova prática da mesma com a introdução deste valor-notícia;
- 3) O impacto na selecção e produção de notícias;
- 4) Reflectir sobre a origem da crise dos *media* e que transparece cada vez mais na forma como é produzida a informação;
- 5) A implicação do mercado e do factor económico sobre a construção de novos valores notícia;
- 6) Para atingir todos estes objectivos iremos delinear uma análise que sirva de ilustração e prova ao anteriormente dito, contrastando dois jornais portugueses actualmente influentes, mas com linhas de trabalho bastantes diferentes, em determinado período de tempo, nomeadamente entre 23 e 30 de Março de 2011. Essa investigação visará como fim, o balanço sobre a representação de um período de crise político-económica pela mão dos jornais *Correio da Manhã* e *Público*, mais precisamente sobre a rejeição do Plano de Estabilidade e Crescimento IV e a consequente demissão do primeiro-ministro José Sócrates¹.

¹José Sócrates Carvalho Pinto de Sousa, usualmente mais conhecido apenas por José Sócrates, é um político português e ex primeiro-ministro de Portugal (2005-2011). No passado dia 23 de Março pediu a demissão do cargo de primeiro-ministro quando viu a sua proposta de recuperação económica chumbada pela Assembleia da República.

Contextualização

Por mim, um breve exemplo ilustrativo, da minha autoria:

“O reflexo de uma sociedade actual, a nível comunicacional”

«São 17 horas da tarde do dia 30 de Outubro de 2010, Maria Emília acaba de chegar a casa com o seu filho mais novo: João tem 10 anos. É início de fim-de-semana e João tem vários trabalhos de casa para fazer. Após um breve lanche, senta-se numa cadeira da mesa da cozinha para dar início à árdua tarefa. Dez minutos mais tarde, apercebendo-se da “algazarra” que vai na sala de estar, João larga tudo o que está a fazer e dirige-se até à mesma. Há muito tempo que não encontrava a mãe, a avó e a irmã a conversar tão entusiasticamente. Olhou para a televisão e compreendeu o motivo: Estavam a ver o canal 10, o TVISS (TVI Secret Story²). Ainda muito jovem, João não conseguia perceber afinal o que se estava a passar.

Na escola a professora sempre advertia para que vissem os noticiários dos mais variados canais e o canal História para que se cultivassem. O seu primo mais velho, Rui que estudava Economia, aquando das visitas a casa de João sempre falava com seus pais da crise económica que estava a arrastar o país para a bancarrota. A irmã de João estava desempregada há mais de um ano, e a mãe era raro o dia em que não chorava com medo de vir a ser despedida, tal como o seu marido, da fábrica onde trabalham há vários anos. E aqui se gerava sempre a controvérsia: Tudo estava constantemente mal na casa de João, mas à hora dos programas favoritos da família parecia que a crise nacional acabava, juntamente com todos os restantes problemas.

Afinal quem tem razão quanto ao melhor a ver na televisão? A professora ou a sua família? Na cabeça de João faz mais sentido que é a sua família que está mais certa na escolha. Pois, quando vêm o “Goucha”, como diz a avó, ou a Casa dos Segredos (Secret Story), tudo parece estar bem à sua volta. Mesmo quando, vai com o pai ao quiosque e encontra o seu professor de Estudo do Meio a comprar o seu jornal de eleição, o *Público*, do qual fala muito nas suas aulas, João acha que o jornal do pai é muito melhor. Pois o *Correio da Manhã* traz sempre coisas que despertam muito mais a atenção. Falam mais de mortes e isso. Requisito de eleição para João quanto à sua preferência por livros e videojogos. Ou seja, para João tudo o resto é uma “seca”. Mete muito mais piada ver os programas da avó que os programas maçudos da RTP2 ou do canal História. E nas leituras é igual.»

² Programa de entretenimento transmitido pela TVI (Televisão Independente), nome traduzido para português: “A Casa dos Segredos”.

Parece que, com o passar dos tempos, este terá sido o rumo que o principal meio de informação em Portugal (a televisão) terá encontrado como forma de continuar a prevalecer sobre todos os restantes meios de comunicação, nomeadamente sobre a imprensa escrita, o nosso objecto de estudo. Na nossa introdução, começamos por abordar alguns factores aos quais os *media* estiveram expostos nas últimas décadas e que consequentemente impulsionaram e deram origem a novos movimentos e modelos comunicacionais, estávamos a falar deste tipo de exemplo. A substituição da informação pelo *info-entretenimento* ou apenas entretenimento. O lugar que outrora a compra rotineira de um jornal diário ocupava, na vida de cada cidadão, é hoje, em grande, parte colmatada por conteúdos pobres e não informativos cedidos gratuitamente pela televisão que entra todos os dias em nossa casa, sem pedir licença. Com efeito, o conto relatado anteriormente será então útil, na medida em que, serve para ilustrar um pouco de uma vasta observação ao actual panorama cultural de eleição de grande parte dos portugueses e que exige cada vez mais a um estudo aprofundado sobre esta situação que tem levado ao “quase desaparecimento dos vespertinos na imprensa diária” (Traquina, 2001:12). Se nos questionarmos de que tempo é esta crise nos *media* oriunda será difícil precisar. Porém, algo é certo. Podemos definir as últimas décadas como as bases deste movimento que parece ter vindo evocar a substituição dos conteúdos informativos por meros formatos de entretenimento.

Assim, o jornalismo, profissão outrora única e exclusivamente obediente à prática de realização e produção de notícias para imprensa, é hoje em dia comum a tantos outros órgãos de comunicação inventados entretanto. No princípio, esses meios de comunicação (televisão e rádio) tornaram-se grandes concorrentes da imprensa ao nível de informação, devido à sua componente audiovisual, hoje em dia parecem mais ultrapassá-la não ao nível de conteúdos noticiosos, mas da forma como foi relatado no nosso conto. Consequentemente, toda esta “nova” oferta de conteúdos para além de ter vindo contribuir para a consecutiva perda de autonomia e subsistência da imprensa, neste momento também sujeita a mesma a uma norma da sujeição ao mercado. E o que implica isso? A subjugação a uma maior banalização de conteúdos e um convite à entrada na medíocre “guerra” em busca de mais públicos e audiências.

Tendo em conta todas as alterações sofridas pela imprensa nos últimos tempos, esta dissertação irá então incidir sobre uma reflexão acerca das mesmas, pensando e definindo quais as causas que terão levado a tal, abordando entre outros factores o peso do nascimento da televisão sob a imprensa, o surgimento e a recorrência a novos valores-notícia, concedendo principal destaque ao negativismo, a adaptação da profissão de jornalista a estes novos condicionalismos e o presente reflexo dos mesmos nos conteúdos noticiosos.

Para tal, iremos definir um objecto de estudo e análise que possa comprovar o que foi dito anteriormente, após primeiramente desenvolvermos os conceitos chaves desta investigação. O jornal *Público* e o *Correio da Manhã* foram os eleitos neste estudo. Sendo o jornal *Público* mais visto como um defensor de rigor e precisão informativa, que o *Correio da Manhã*, geralmente aliado ao conceito de sensacionalismo, este estudo irá então incidir sobre

a comparação entre as escolhas informativas e noticiosas de cada um e a abordagem que foi realizada sobre as mesmas, nomeadamente, a representação de duas situações de cariz político-económico pelos dois, o chumbo do Plano de Estabilidade e Crescimento IV e a demissão de José Sócrates. Aliando ainda, à análise destes conteúdos o peso do negativismo e da dramatização, mais presentes do que nunca nos assuntos noticiosos, e o porquê de serem hoje dois critérios fundamentais na escolha e elaboração de uma notícia e da leitura da mesma.

Após esta breve introdução e definição da linha a que iremos obedecer ao longo desta dissertação, passemos então à elaboração da mesma, pretendendo deste modo, atingir todos os objectivos definidos, desempenhando esta função com empenho e alimentada pela curiosidade que todos estes factos despertam numa altura em que se levantam todas as dúvidas sobre uma actualidade fracassada economicamente e uma representação da mesma pela comunicação social, que nem de todo tem correspondido às expectativas de uma audiência pouco estimulada ultimamente.

Problema

Dado que a socialização é um dos principais processos que define a nível cultural primeiramente qualquer ser humano, e que a primeira socialização a que a criança está exposta é à de sua casa, nas suas preferências culturais a criança vai reflectir o modo como é estimulada pela sua família. Porém, esta ideia não é norma. Existem sempre excepções à regra. Contudo, a dominante na nossa sociedade actual parece ser a anteriormente apresentada no nosso conto e está a afectar todas as classes, sem distinção. Isto tudo para dizermos que é a formação ou a falta dela, que faz dos portugueses, hoje em dia, uma audiência “amestrada” e fiel a este tipo de formatos importados e dominantes na televisão portuguesa, e que tornam cada vez mais este povo numa audiência desinteressada de informação rigorosa, incluindo crianças, jovens e adultos. Nelson Traquina salienta que:

Para além de acusada de contribuir para a violência na sociedade, de criar uma nova geração de iletrados e de reduzir os telespectadores a meros consumidores dominados por uma lógica materialista, mais recentemente diversos especialistas e intelectuais como, por exemplo o filósofo de origem austríaca Karl Popper, acusam a televisão de constituir, inclusivamente, um perigo para a própria democracia. (Traquina, 1997:13)

Aos factores apresentados anteriormente podemos juntar também outras causas, como por exemplo, a crise político-económica que estamos a viver e com a qual, grande parte da comunicação social nos bombardeia a toda a hora de forma pouco rigorosa e negativista, tornando os públicos e audiências cansados e revoltados de ouvirem sempre o mesmo. O reflexo deste movimento parece então evocar uma maior susceptibilidade da parte destes públicos e audiências a conteúdos de entretenimento em detrimento de conteúdos informativos. Não porque a presente crise as possa desinteressar, mas sim porque a maneira

como é abordada, não será a mais indicada, devido à predominância nestes conteúdos de novos valores-notícia como o negativismo, um valor-notícia bastante propício à criação de estigmas como o pessimismo.

Com isto, não pretendemos menosprezar ou retirar o importante papel que a televisão tem exercido sobre a sociedade moderna nem estamos a afirmar que ela é toda má na sua generalidade (porque não o é), nem estamos apenas a cingir-nos a uma reflexão sobre televisão. Contudo, tem sido na televisão que mais se tem verificado a predominância de novos modelos e conteúdos que parecem incitar os públicos e as audiências a abandonar gradualmente a informação em prejuízo do *info-entretenimento* ou, simplesmente, entretenimento. Desta forma, pretendemos recuperar outras opções de escolha e análise, não porque sejam as melhores, mas porque de facto também existe mais variedade e está também ao alcance de todos. E numa altura em que todos os “holofotes” se direccionam para a televisão, a nossa opção de escolha recai sob a imprensa. Suscitou-nos interesse analisar dois segmentos da imprensa portuguesa e a forma como desempenharam o seu papel na representação da passada rejeição do Plano de Estabilidade e Crescimento IV e da demissão do primeiro-ministro. Foi nosso desejo procurar se a imprensa estará também para já a moldar-se gradualmente a todos os novos condicionalismos, já falados anteriormente, tendo em conta que cada vez mais são visíveis alguns sinais, embora que mais discretos, das novas tendências informativas nos conteúdos informativos na imprensa. Ao falar de sinais, estamos a referir a introdução de valores-notícia como o negativismo e a informação espectáculo no âmbito dos conteúdos produzidos pela imprensa.

De facto, todos os *media* tentam hoje, numa época de crise, angariar e reconquistar o seu público que se tem vindo a perder, confrontado por um turbilhão de novos conceitos e ideias, que tentam alimentar e reanimar a sua vida cultural. Não é fácil agradar quando todos os direitos e valores parecem perdidos no meio de uma crise nacional oriunda de uma carência à escala global, quer pela presente e desmoralizante crise político-económica que se vive, quer pela muita oferta informativa que existe hoje, em defesa da representação desta actualidade.

A procura por mais públicos e audiências traduz-se hoje, numa desobediência aos antigos modelos redactoriais e tradicionais, tentando moldar os conteúdos às expectativas de um público que em já nada é exigente, mas que por não o ser, se torna ainda mais difícil de atingir. E se para a televisão e a rádio que possuem outras formas mais ricas de atracção de audiências esta situação já é complicada, para o invento de Gutenberg³ muito mais difícil o é. Aliás, com a perda de públicos e audiências que se sente hoje na imprensa, chegou mesmo a questionar-se uma possível inadequação dos conteúdos às expectativas dos públicos.

³ Johannes Gutenberg foi um inventor alemão que produziu e introduziu, na sociedade, a moderna forma de impressão rápida de livros, o que passou a possibilitar uma forma muito mais rápida da cópia de jornais. Esta invenção foi considerada das mais importantes dos inícios da era moderna e fulcral para o desenvolvimento e difusão da imprensa enquanto meio de comunicação.

A preocupação em aumentar as audiências chegou a traduzir-se também em interrogações sobre a inadequação dos modelos redactoriais tradicionais às expectativas dos públicos, na procura de modos de cobertura dos factos mais atentos às experiências de vida e aos centros de interesse dos leitores.(Neveu, 2003:124)

Este movimento pareceu então evocar a valorização de acontecimentos de escassa importância comparativamente ao estado actual em que se encontra Portugal, abalando as normas deontológicas, outrora instituídas na produção dos conteúdos jornalísticos. Isto tudo aliado também à consecutiva mudança do trabalho jornalístico e antigamente rigoroso, hoje sujeito e exposto mais do que nunca a um mercado muito competitivo e que está a provocar a dissolução da profissão de jornalista, que se obriga hoje, à norma da sujeição ao mercado e à resultante perda de autonomia (Neveu, 2003:116). O mercado impera hoje, mais do que nunca, sobre o jornalismo. E a adaptação a esta nova condição da profissão também não terá sido fácil para os principais actores desta acção. Não será de ânimo leve que são escritas todos os dias manchetes de jornais com letras bem gordas, evidenciando crimes hediondos. Contudo há que acompanhar a tecnologia (televisão e rádio), para o bem ou para o mal.

Mas, contentarmo-nos com a constatação de uma crise, será sujeitar o jornalismo a uma visão muito redutora da profissão e não reconhecer as suas capacidades, e não é de todo isto que pretendemos com a presente dissertação. Porque embora os alicerces jornalísticos se encontrem mais fragilizados do que nunca, ainda subsiste a procura pela imposição dos mesmos. Tal como refere Érik Neveu:

Ficar pela constatação de uma crise levaria a que se desse uma visão redutora do jornalismo contemporâneo. Em primeiro lugar, as lógicas de mercado não produzem apenas consequências que poderiam expressar-se de modo depreciativo como «menos» rigor, distanciamento, valorização dos grandes desafios.(Neveu, 2003:124)

Naturalmente que, a nossa pesquisa irá então apenas incidir sob a reflexão das origens e causas que terão subjugado o jornalismo a esta visão pessimista actual que predomina sobre a profissão, não pretendendo com isso realizar qualquer crítica destrutiva nem contribuir para uma pior imagem do jornalismo praticado actualmente. Pretendemos apenas evidenciar as tendências presentemente dominantes na técnica de trabalho da profissão e a sua luta na procura em ir de encontro ao agrado dos públicos e audiências, tendo em conta os condicionalismos impostos por esta sociedade actual, concedendo principal destaque nesta matéria, à imprensa escrita portuguesa.

Limitações do estudo

O nosso estudo encerra algumas limitações de ordem temporal. Naturalmente, para chegarmos a uma definição actual do jornalismo praticado em Portugal, será necessário e até essencial realizar uma visita ao passado e às origens desta prática e reflectir sobre os mais variados factores que desencadearam todos os acontecimentos dos quais falamos até agora. Será importante fundamentar e contextualizar todo este despoletar de situações com as quais iremos constatar ao longo desta investigação. Dado que, nem toda esta crise anteriormente falada, deriva de uma desmoralização originada por uma crise político-económica.

Certamente, há muito que a chamada “cultura de massas” provocou esta banalização dos conteúdos informativos. O “caos informacional” há muito que se instalou, e como tal, iremos abordar esta problemática sem limitações de espaço e de tempo.

Teremos que ir, nesta investigação, ao encontro da sua origem, explicando o presente através de um passado não muito desactualizado, tendo em conta a actualidade.

Os compêndios sobre a História do Jornalismo, os estudos, as pesquisas e a bibliografia mais geral da área, relativa ao Século XX, sistematicamente omitem um dos momentos mais relevantes para a compreensão das profundas transformações ocorridas no jornalismo ocidental entre o final dos anos 70 e o início dos 80 do século passado, as rupturas que levaram os jornais a perder o perfil de jornal de reflexão, como classifica P. Bordieu em *Sobre a Televisão*, transformando-os em produto e em espectáculo imagético, seguindo uma lógica mercantil. Características de Pós-Modernidade, tais rupturas forçaram os jornais ao descompromisso com a historicidade, com a hermenêutica, com as grandes narrativas, gerando produtos efémeros, de rápida leitura e agendamento, para atender a sociedade Pós-moderna. (Rey, 2009:317)

Assentada na área do jornalismo e da produção de notícias para imprensa, a presente dissertação visa também recorrer a saberes das diversas áreas como a história, as ciências da educação e as ciências sociais, bem como, logicamente, das ciências da comunicação.

Finalmente, relativamente à escolha do tema, terá sido sem dúvida fruto da preocupação enquanto leitora e constituinte de uma audiência, concomitantemente com a condição de estudante da área das Ciências da Comunicação, que me terá despertado neste sentido.

Organização do Estudo

Após a introdução onde dissertamos, embora de forma breve, sobre o estado do jornalismo em Portugal e não só, encaixando-se todos os acontecimentos anteriormente relatados de uma forma geral a um nível global, assim como enumeramos os objectivos passemos agora à construção do corpo teórico. Nele, desenvolveremos e clarificaremos primeiramente todos os conceitos-chave relacionados com o estado actual do jornalismo que iremos abordar, como o conceito de negativismo e a sua origem enquanto valor-notícia, bem como o porquê da sua elevada impregnação na imprensa actual e o domínio das *bad news*.

Entendemos que, para uma análise mais completa do estado actual do jornalismo, será necessário primeiramente identificar e localizar nos *media* alguns conceitos-chave, actualmente dominantes nos mesmos e que têm vindo a contribuir para esta mudança dos critérios outrora instituídos e alterado cada vez mais os alicerces jornalísticos.

Posteriormente à identificação destes conceitos essenciais para a elaboração desta dissertação, iremos introduzir o panorama informativo global actual, nomeadamente reflectir e abordar o surgimento dos novos conceitos e valores-notícia na abordagem da crise político-financeira e a sua exploração realizada pelos *media*. Numa terceira parte da dissertação, iremos reflectir sobre outros factores que têm também contribuído para a consecutiva mudança da prática da profissão, nomeadamente o peso do factor económico, entre outros assuntos e que, directa ou indirectamente, também têm levado ao surgimento de novos valores-notícia.

Após uma abordagem mais geral partiremos para um estudo, em concreto do caso português, parte dele já fundamentado pelos acontecimentos e movimentos, relatados no capítulo anterior. Sendo que, para tal, iremos analisar dois jornais durante determinado período de tempo, entre 23 e 30 de Março de 2011, conforme já referimos, em busca de uma definição concreta para o que se está a passar na imprensa portuguesa, evidenciando para isso a abordagem da crise político-financeira pelos dois jornais, desde o dia da não aprovação do Plano de Estabilidade e Crescimento IV e da demissão de José Sócrates enquanto primeiro-ministro, até aos dias posteriores de grande agitação política e financeira que vivemos.

“A sociedade é maior do que o mercado. O leitor não é consumidor, mas cidadão. Jornalismo é serviço público, não espectáculo.”

Alberto Dines

Capítulo 1

1.1. O Negativismo - Na Senda do Conceito

Iniciamos esta primeira fase do estudo começando por abordar um conceito aparentemente novo nos nossos dias: o negativismo. Para muitos, fora de uma contextualização concreta, este conceito parece ser bastante vago. Contudo, o negativismo é parte essencial dos valores-notícia no mundo ocidental.

Primeiro que tudo, convém elucidarmos o que significa negativismo quando traduzido à letra. Assim, segundo o dicionário Online de Português é uma atitude caracterizada pela recusa de tudo, erigida em sistema. Para o dicionário Priberam da Língua Portuguesa é uma filosofia negativa, já o dicionário básico da Língua Portuguesa remete-nos para uma expressão que exprime negação.

No entanto, antes de partirmos para o debate a cerca do seu nascimento e consideração como valor-notícia e contextualizando agora a nível histórico o enquadramento deste conceito nos conteúdos informativos (não chamemos de noticiosos devido à não profissionalização da imprensa na altura) importa referir que são vários os investigadores que referem o domínio de conteúdos de estilo negativo já desde a chamada imprensa popular a partir do século XVI. Nesta época, eram já de evidenciar grandes catástrofes, tragédias e relatos monstruosos como o principal alimento do jornalismo popular. Aliás, indo mais atrás até aos Descobrimentos, constatamos com narrações e manifestos monstruosos, descrevendo as viagens dos exploradores europeus como autênticas aventuras surreais, onde o drama e a tragédia são duas das principais componentes. Aliás, grande parte da literatura que remota à época, era toda ela também constituída por drama.

Relativamente ao seu ressurgimento no contexto informativo nacional já estudado e considerado como valor-notícia, o negativismo pode considerar-se como um conceito “pós-Ditadura”. Devido à falta de documentação que existe sobre o assunto, até à metade do século passado, pensa-se que o negativismo, apesar de sempre ter transparecido em conteúdos informativos, só passou a ser estudado e a ganhar contornos enquanto valor-notícia apenas no século XX quando passou a ser incluído nos mais variados leques de valores-notícia dos mais distintos autores, contudo desenvolveremos esse ponto mais à frente. Assim, no que respeita ao seu reflexo nos conteúdos noticiosos em Portugal, este valor-notícia parece só ter despertado a atenção dos estudiosos apenas após a queda do regime ditatorial.

Passamos agora à explicação. Num período anterior à Democracia em Portugal, era raro constatar com conteúdos noticiosos de teor negativo. Sendo que, para além de ligeiras referências a catástrofes ou a acontecimentos de má envergadura noutros países, as notícias pouco positivas sobre Portugal, eram astuciosamente “abafadas” e censuradas. Vivia-se pois na altura, sobre a sombra de um regime ditatorial, onde toda a informação era

cuidadosamente controlada pelo Estado⁴ e só estava à frente de um jornal ou de outro qualquer órgão de comunicação quem fosse de confiança política.

Como o próprio Salazar dizia: “só existe aquilo que se sabe que existe” e, em consonância com este seu pensamento, foi montada toda uma estratégia propagandística das grandes certezas. O estado criou mesmo um Secretariado de Propaganda Nacional (SPN) destinado a enquadrar o quotidiano social no novo espírito do regime. (Silva, 2009)

Na altura, o objectivo da estratégia propagandista e do controlo sobre a maioria dos meios de comunicação era dar a conhecer apenas o que interessava conhecer e saber da nação e fazer com que as pessoas sentissem um sentimento de pertença para com essa nação, um sentimento que fosse mais amplo do que “a nossa casa, a nossa terra, a nossa estrada” (Silva, 2009).

Essas grandes “certezas” eram passadas através de um discurso simples e objectivo, com ideias claras e incontrovertidas, que só podiam levar à concordância geral, pois não havia o que discutir. Como dizia o próprio Salazar: «às almas dilaceradas pela dúvida e o negativismo do século procurámos restituir o conforto das grandes certezas. Não discutimos Deus e a virtude; não discutimos a Pátria e a sua História; não discutimos a autoridade e o seu prestígio; não discutimos a família e a sua moral; não discutimos a glória no trabalho e o seu dever» (Salazar, II:130). (Silva, 2009)

Ou seja, na época, apesar deste desequilíbrio governamental que se vivia, da censura, do controlo e de todos os outros males da altura, aparentemente, tudo estava sempre bem, tendo sido mais incutida do que nunca a palavra confiança no vocabulário português. Nunca eram relatados factos contraproducentes ao Estado ou que pudessem manchar a sua imagem de alguma forma, aliás poucas notícias negativas eram relatadas na altura, principalmente acerca do nosso país. No máximo abordava-se algum acontecimento negativo mas que tinha ocorrido em terras bem longínquas de Portugal e em países não exemplares. Contudo, seria em 1974 que esta situação chegaria ao fim. Uma revolução militar organizada pormenorizadamente ia ser levada a cabo pelos militares portugueses e, curiosamente operada através do controlo dos meios de comunicação social da altura.

Na verdade, a tática dos estrategas da operação «Fim-Regime», de utilizar os meios de comunicação para emitir constantes comunicados à população, funcionou na perfeição, pois conseguiram convencer a população que veio para a rua apoiar os militares. Pode-se dizer que a queda do Regime se deveu grandemente ao controle dos meios de comunicação. (Silva, 2009)

Com a queda do regime em 1974, pensava-se então, ter-se estabelecido a tão esperada liberdade de comunicação. Contudo ainda não menos livre de algum tipo de controlo, a comunicação social não estava ainda exime dos propósitos estatais e continuaria subordinada ao governo ainda por mais alguns anos. Mesmo após a queda do regime, os meios de comunicação continuariam ainda durante os primeiros anos a servir os desígnios estatais,

⁴ Estado Novo com António Salazar ao poder entre 1933 e 1968 e posteriormente Marcelo Caetano entre 1968 e 1974. Época de imposição de normas e valores inerentes ao Estado como forma de domínio das massas, através do controlo dos meios de comunicação.

servindo para promover e reforçar o novo regime, continuando a fazer propaganda política para ajudar a promover os novos governos, que se encontravam ainda fracos e desprovidos de força política. Assim, como refere Célia Silva (2009) demorou ainda alguns anos a surtir o efeito da democracia sobre os mais variados órgãos de comunicação nacionais.

Os estrategas da revolução utilizaram de imediato a rádio e os jornais para difundirem notícias favoráveis ao desenrolar do golpe político e a televisão para se apresentarem ao país. É claro que, com a abolição da censura, houve uma transformação que se pode apelidar de radical no sistema de comunicação política, mas ainda foi preciso algum tempo de democracia em Portugal para que os meios de comunicação não sofressem pressão governamental e partidária. (Silva, 2009)

Assim, foi já na década de 80 que a comunicação social em Portugal ganhou mais algum poder e independência, sendo que foi mais a partir desta altura que se passaram a verificar as más notícias. A independência alcançada nestes anos passou a permitir à comunicação social a divulgação dos maus acontecimentos e o conflito e a denúncia, que foram oprimidos nos *media* durante tantos anos, passariam agora a ganhar destaque nos conteúdos noticiosos. Com isto, os critérios noticiosos nacionais estavam agora em sintonia com todos os parâmetros e valores democráticos praticados pelos *media* em outros países, já se podia relatar qualquer acontecimento, mesmo este sendo de carácter contraproducente ao Estado. Desta forma, pensa-se que foi mais a partir desta altura, apesar de sempre terem existido, que as abordagens mais negativas sobre os acontecimentos, passariam a ganhar mais destaque nos *media* e, conseqüentemente, a despertar mais a atenção dos estudiosos sobre um possível novo valor-notícia: o negativismo. Apesar de, noutro países, o estudo sobre este conceito já estar, na época, mais desenvolvido e serem inúmeras as razões apresentadas para o domínio do mesmo nos conteúdos noticiosos.

Assim, em Portugal, crê-se que, de alguma forma, foi de modo inocente que estes conteúdos ganharam ênfase na imprensa nacional, pois após tantos anos de cinismo informativo, podia-se agora relatar qualquer acontecimento, mesmo este sendo de carácter negativo ou prejudicial à imagem política.

Contudo, foi com o passar dos anos e com a televisão e a introdução dos canais privados a ganharem cada vez mais ênfase sobre os restantes órgãos de comunicação que se pensa que o negativismo passou a estar mais saliente nos conteúdos noticiosos. Os imperativos comerciais, despertados pela concorrência que o nascimento das televisões privadas vieram suscitar entre os restantes órgãos de comunicação, obrigou à recorrência e ao relato de factos de maior mobilização junto do público e das audiências, para assim tentar manter a sua fidelização. Uma maior competitividade de mercado estava a realçar-se e era necessário insistir em factos de maior impacto junto dos públicos e audiências. A exploração negativa dos acontecimentos foi então uma das formas encontradas para tal. Pois, o investimento numa narração de situações de maior envergadura, posteriormente iria mobilizar muito mais gente. Principalmente, se contivessem factos explorados na sua mais negatividade possível.

Assim, em Portugal, aliamos o ressurgimento do negativismo já considerado como um valor-notícia a estes três factores: o fim das ditaduras que proporcionaram uma nova liberdade editorial, pois os meios de comunicação já não eram controlados pelo Estado; o nascimento dos canais privados de televisão e o aumento da competitividade entre os vários órgãos de comunicação; e, finalmente, a entrada do sector privado no domínio dos *media* e o peso do factor económico sobre a selecção e produção de conteúdos.

1.2. A Génese do Negativismo

Após termos localizado os princípios deste conceito no panorama jornalístico português, partiremos agora rumo ao encontro do surgimento do negativismo num panorama mais geral. Impõe-se questionarmos, desde quando é o negativismo considerado valor-notícia.

Sendo assim, se viajarmos até ao ano de 1965 verificaremos a primeira vez que alguém mencionou o negativismo como valor-notícia e critério fundamental para a selecção dos conteúdos noticiosos. Nada mais, nada menos que Kaspar Stieler, mencionado por Michael Kunczik. Este estudioso alemão sublinhava como valores fundamentais para a eleição das matérias noticiosas, conceitos como a novidade, a proximidade geográfica, a proeminência e finalmente, o negativismo (Gislene Silva, 2005:9). Contudo, em 1922 este valor já tinha sido também apontado como essencial, apesar de não explicitamente sob a forma do conceito de negativismo. Walter Lippmann já tinha referido na sua obra *Opinião Pública*, a importância do conflito pessoal já considerado detentor de uma certa carga negativa (Silva:2005). Ou seja, já realçava a importância do que é mau e pouco agradável como os factos de maior impacto junto da multidão. No entanto, apesar das origens do negativismo considerado como valor notícia remontarem à primeira metade do século passado, nessa altura este valor não era ainda empregado com tanta regularidade como na actualidade.

Porém, passados para a segunda metade do século XX, já são muitos os autores que referem e introduzem o negativismo nos seus diversos róis de valores notícia. Ora vejamos:

No decorrer da segunda metade do século XX, e a partir dos levantamentos feitos por Nelson Traquina, Mauro Wolf e Michael Kunczik e de textos de autores brasileiros como Manuel Carlos Chaparro, Mário Erbolato e Nilson Lage, pode-se encontrar diversos elencos de valores-notícia. (Gislene Silva, 2005:10,11)

Importa então, evidenciar alguns desses autores, nomeadamente os que já apontam o negativismo como parte integrante no que respeita aos valores-notícia apontados pelos mesmos. Galtung e Ruge reflectem alguns desses casos. Estes autores incluem o negativismo como valor essencial no que diz respeito à relevância de um acontecimento para que seja noticiado. Golding-Eliot aponta não só negativismo como também o drama no seu mais puro sentido. Manuel Chaparro nomeia até este último não de drama, mas de “dramaticidade”, adaptando a noção de drama ao contexto noticioso (Gislene Silva, 2005:11).

Após esta breve análise retrospectiva, e agora de regresso ao presente, importa então referir a posição actual do negativismo perante os restantes valores-notícia.

Gislene Silva, professora universitária brasileira e autora do estudo que temos estado a explorar neste ponto, intitulado de *Valores-notícia: atributos do conhecimento*, refere a importância do reconhecimento e da separação do que é hoje chamado de “macro valores-notícia” ou pré requisitos, de “micro-valores-notícia”. Estes últimos, nunca serão relevantes sem os anteriores e demais primeiramente influentes chamados de macros valores notícia, no que diz respeito à selecção e elaboração de informação. De facto, como critérios primordiais

para a selecção de uma notícia, Gislene Silva aponta como tais: actualidade, novidade, importância, interesse, negativismo, imprevisibilidade, colectividade e repressão. Ou seja, o negativismo é hoje considerado valor capital no que toca à selecção de objectos noticiosos.

Aliás, este valor é actualmente regente de outros tantos. Vejamos:

Sugere-se ainda separar da elaboração de um elenco operacional de valores notícia outros macro-valores-notícia: *negativismo* (negatividade) X *otimismo* (positividade), *coletividade* X *individualidade* e ainda a *imprevisão* (imprevisibilidade) X *previsão* (previsibilidade/continuidade). Esses macro-valores regem os demais, os micro valores notícia.

Um acontecimento cujo valor notícia dominante seja a tragédia ou a proeminência pode ser resultado da combinação dos macro-atributos negativo-coletivo-imprevisto ou positivo-individual-previsto, ou resultado de todas as variações aí possíveis, retomando inclusive os macro-valores *importante* (*interesse público*) e/ou *interessante* (*interesse do público*) - lembrando ainda, obviamente, que um mesmo acontecimento pode carregar em si mesmo atributos contrários. (Gislene Silva:2005,12)

Sendo que, são inúmeros os fundamentos apresentados para o negativismo das notícias, actualmente.

As explicações para o negativismo das notícias diferem entre os investigadores. Nos EUA, Patterson (1994) atribui-o ao Watergate e à Guerra do Vietnam, enquanto os investigadores alemães o atribuem a mudanças na ideologia dos jornalistas. Jamieson(1992) atribuem às campanhas e à "política suja" as maiores responsabilidades. Hallin(1992) acrescenta a estes argumentos os desenvolvimentos tecnológicos dos media e a profissionalização das campanhas praticadas pelos políticos e pelos peritos de relações públicas. (Serrano, 2005:94)

1.3. O Conceito na Imprensa Actual

“Não se pode dizer que a imprensa de determinado país ou região é má ou boa. Ela é reflexo e segmento da própria sociedade que serve.”

Alberto Dines

Após especificarmos o conceito de negativismo nomeadamente o seu surgimento e primeiros reflexos nos *media* considerado como valor-notícia, cabe agora falar do mesmo e da sua recorrência na imprensa actual. Aludindo novamente à identificação e localização do conceito de negativismo na imprensa actual, são vários os especialistas que aquiescem que foi nas últimas décadas que se deram as maiores alterações no jornalismo, projectando também nas mesmas a responsabilidade pela utilização do negativismo como valor-notícia entre os demais predominantemente essenciais à selecção e produção de uma notícia (Serrano, 2005:78). As provas disto são inúmeras nos últimos anos.

Vários são os acontecimentos desastrosos, que nos últimos anos tomaram proporções de grande dimensão pela mão dos *media*, devido à sua elevada componente negativa. A nível nacional basta recordarmos a queda da ponte de Entre-os-Rios, onde dias a fio, muito após a tragédia, os meios de comunicação social permaneceram no local a acompanhar a retirada dos corpos de dentro de água, sempre incidindo sobre o mau acontecimento, fazendo um relato que em já nada era necessário divulgar à sociedade portuguesa; seguidamente temos o caso Casa Pia não que não constitua um interesse de relevância pública mas porque demasiadas vezes a divulgação dos factos, principalmente a exploração dos maus tratos que sofreram as vítima, ultrapassaram os limites do necessário. Posteriormente temos todos aqueles pequenos casos, normalmente mortes, assassinatos e violações, que enchem algumas vezes as páginas dos jornais, como autênticos contos de horror. Se reflectirmos sobre todos estes casos, concluímos que todos têm algo em comum: morte e escândalo, o que, no consenso de alguns autores justifica a sua abordagem pelos *media*, devido à excessiva carga negativista que contêm e que é um factor de atracção junto dos públicos e das audiências. Daí a elevada incidência em relatos deste tipo de casos.

O que têm em comum os seguintes acontecimentos, que conquistaram o consenso da comunidade jornalística nacional e, no terceiro caso, o consenso da comunidade jornalística mundial: a queda da ponte Entre-os-Rios, o assassinato de seis empresários portugueses no Brasil e o ataque ao World Trade Center de Nova Iorque e ao Pentágono? A resposta é simples: a morte. Onde há morte, há jornalistas. A morte é um valor notícia fundamental para esta comunidade interpretativa, e uma razão que explica o negativismo do mundo jornalístico que é apresentado diariamente nas páginas dos jornais ou nos ecrãs da televisão” (Traquina, 2002:187)

Actualmente temas como acidentes, catástrofes e casos de polícia ocupam mesmo o topo da tabela como os mais visados nos *media* portugueses. Nuno Goulard Brandão afirma que a dramatização, a emoção, a espectacularidade e o negativismo são actualmente os valores em que a informação portuguesa mais incide, tendo-se ainda dado também nos

últimos anos um maior destaque à política “Mas é uma política de agenda. A informação sobre os partidos políticos é marginal.”, refere o ex jornalista e actual professor (Público, 21-03-2010)⁵.

Outro aspecto ainda a evidenciar é a forte tendência, para além da insistência na divulgação de maus acontecimentos, em reforçar sempre as falhas e não as vitórias, tal como na dramatização de casos com solução e na constante alimentação de escândalos, principalmente quando toca a política. Kees Brants alimenta a ideia:

O cinismo do jornalismo surge nas notícias menos factuais, na personalização das estórias, no info-entertainment, na dramatização, orientação para o escândalo, negatividade, sarcasmo e ironia, ambiente de conflito, e na apresentação da política e dos políticos nas suas falhas ou como autoridades pouco confiáveis. (Kees Brants, 2007)

Ou seja, para além da enorme consideração que o negativismo passou a ocupar enquanto valor-notícia e critério primordial para a selecção de notícias, este passou também a destacar-se entre os demais nos conteúdos noticiosos. Como conseguinte, vale a pena reflectir: o que parece que terá principal destaque nos *media*? Uma notícia relacionada com um desastre que tenha provocado uma ou mais mortes ou quiça até uma violação? Ou que, imaginemos, este Natal todos os donos de restaurantes lisboetas concederão uma refeição a todos os mendigos da cidade?

Estas mutações, que podemos mesmo classificar como as mais tendenciosas dos últimos tempos no plano jornalístico, têm-se reflectido no desempenho da profissão de várias formas. Estrela Serrano refere que são vários os investigadores que apontam as últimas décadas como decisivas na história do jornalismo, tendo direccionado o mesmo no mau sentido em ambos os caminhos que seguiu: a narração de acontecimentos que transpareçam negativismos e o aumento do entretenimento e do *infotainment*.

Os investigadores concordam que o jornalismo mudou, especialmente nas últimas décadas, em duas principais direcções consideradas, em geral, negativas: a primeira, abrange o seu papel relativamente à política e aos actores políticos, traduzido no aumento do negativismo e na tendência para inculcar nas audiências uma visão cínica da actividade política; a segunda, aponta para o aumento das “soft news”, o “infotainment”, isto é, para o predomínio de valores associados ao entretenimento e à “tabloidização” sobre os valores do profissionalismo jornalístico. (Serrano:2005,78)

É também na representação da classe política, anteriormente já muito superficialmente referida, que presentemente parece dominar e transparecer uma maior impregnação do negativismo como valor notícia, reflectindo-se isso no modo como é criada pelos *media* a imagem da actividade política que é projectada nos seus públicos e audiências. Sendo essa imagem extremamente negativa e até muitas das vezes cínica. Situação esta criada numa altura em que está bastante subjacente a fragilidade das instituições políticas e o fracasso económico resultante das mesmas.

⁵ Informação consultada em jornal Público. Toda a informação disponível em: http://www.publico.pt/Media/informacao-espectaculo-e-dramatismo-na-tv-fazem-passar-mensagem-errada-da-realidade_1428635 (consultado a 30-10-2010)

Contudo, importa evidenciar que outros autores contrapõem este ponto de vista. Sociólogos e estudiosos da sociologia do jornalismo como Brants, Schudson e Zelizer não aceitam estas mudanças como negativas, chegando inclusive a questionar até que ponto será o cinismo excessivo na representação da classe política, e até que ponto não será o entretenimento útil na medida em que poderá relatar de forma mais facilitada e ligeira, determinada situação detentora de certa complexidade e de difícil interpretação da parte dos públicos e audiências (Serrano: 2005). Estes autores defendem que os novos modelos comunicacionais tornam os produtos noticiosos mais passíveis de serem apreendidos pelo público.

Outros, mais ligados à história e à sociologia do jornalismo, como (Brants, 1998; Schudson (2003) e Zelizer (2004), questionam alguns desses julgamentos, colocando a questão de saber quando é que o alegado “cinismo” se torna excessivo ou até que ponto o entretenimento não constituirá uma forma legítima de relatar uma situação complexa ou, ainda, quando se poderá dizer que a procura de sensacionalismo prejudica o relato de uma “estória”. Schudson e Brants recusam avaliar, *a priori*, como negativas essas mudanças. (Serrano, 2005:79)

Patterson (2003) afirma que a orientação das notícias para o entretenimento deriva da intensificação da competição entre organizações noticiosas. Para o autor, nos Estados Unidos, o decréscimo das audiências constitui uma ameaça e um desafio aos media noticiosos que têm respondido através do aumento de notícias *leves* e de um jornalismo crítico. (Serrano, 2005:79)

Com efeito, até no tipo de cobertura que é dada aos acontecimentos é presentemente notável, uma maior interpretação dos mesmos através de uma exploração emocional dos factos, que uma cobertura mais isenta e factual, provocando uma “desautenticação” na exposição dos eventos. A informação passada pelos *media* nos nossos dias é considerada como “quase virtual” e uma distorção da própria realidade, que é passada maciçamente para a sociedade sempre evidenciando o lado negativo dos factos. Aliás já existem inclusive estudos que o comprovam (Serrano, 2005:90).

Na Alemanha, o já citado estudo de Wilke e Reinemann (2001) apurou que existem oscilações entre um tom negativo e positivo nas notícias, entre 1949 e 1980, sendo que a partir de 1980 a cobertura negativa dominou claramente as notícias analisadas. (Serrano, 2005: 93)

É então evidente o aumento do negativismo nos conteúdos noticiosos nos últimos anos quer por questões internas ao jornalismo (a elevada competição entre as organizações noticiosas), quer por questões externas à profissão tal como as modificações políticas, a evolução da sociedade e o factor crise, elemento presentemente dominante. Com isto será então de concluir que não sendo o processo informativo um sistema isento de exposição a factores externos, obviamente que o mesmo se encontra afectado. Principalmente, quando os tempos correm com muitas dificuldades. Estamos perante uma das maiores, se não mesmo a maior crise de sempre. E sabemos que o campo económico é determinante ou condicionante, neste caso, para o desenvolvimento do trabalho em qualquer área e o jornalismo não foge à regra.

1.4. O Negativismo e a Informação-*Espectáculo*

Cada vez mais a informação e o espectáculo se encontram fundidos em um só conceito: informação espectáculo, sendo o principal culpado por esta união o campo económico. E após tanto sugerirmos este conceito nos nossos textos, cabe agora abordar o mesmo individualmente, sendo que será fundamental para toda a construção desta dissertação enquanto palavra-chave da mesma. Passemos à explicação.

A informação espectáculo é hoje a junção de jornalismo com espectáculo, ou seja, de relatos noticiosos evidenciando exageradamente a espectacularidade dos acontecimentos narrados. As notícias passam então a ter um carácter muito mais emocional e interpretativo, mais próximo do conceito de entretenimento, que propriamente do contexto informativo.

Como já foi referido anteriormente, o processo informativo não é um sistema isento a factores externos, sendo que é sempre condicionado por política, economia ou religião, aliás muito resumidamente: por tudo o que diga respeito à condição de uma sociedade. Neste caso, a informação espectáculo parece derivar de uma mistura dos três, ainda que com maior incidência do factor económico.

Assim sendo, parece-nos que o sucesso da informação depende de bons investimentos (economia). Para tal, são necessárias generosas receitas publicitárias. E, certamente, sabemos então que uma boa margem de investimento dará liberdade a uma maior produção de informação ao agrado do público. Daí, termos apontado o factor económico como um dos mais importantes neste meio. Contudo, para que isso aconteça será necessário que a informação transmitida seja apelativa e atractiva juntos dos seus públicos e audiências tendo em conta as novas tendências. E mais públicos e mais audiências significa para todos os meios de comunicação mais rentabilidade. Logo, torna-se necessária uma extinção dos conteúdos “maçudos” e uma imposição de matérias noticiosas mais descontraídas, ou até pelo contrário, tensas mas escandalosas e extremamente negativas. E isso é então a chamada informação espectáculo: a informação mais atractiva e lucrativa de todas. Para tal, João Canavilhas impõe alguns elementos fundamentais à construção desta especularização noticiosa: 1) selecção de dramas humanos; 2) reportagem/directo; 3) dramatização (a exploração negativa dos acontecimentos); por último, 4) efeitos visuais (Canavilhas, 2001).

Assim, um enorme conjunto de factores parece ter conduzido ao domínio da informação espectáculo nos nossos dias. Canavilhas apresenta a falência das instituições clássicas e a evolução técnica como dois dos factores (Canavilhas, 2001). Tudo isto contrastando ainda cada vez mais com o aumento do poder dos *media* e a liberdade com que hoje em dia abordam qualquer assunto e dominam opinantemente os seus públicos e audiências.

Todavia, a informação espectáculo poderá ser tomada também como uma forma de adaptação da informação à sociedade que temos actualmente. Esta reflexão parte do princípio que é o público que exige da comunicação social um tipo de informação “embrulhada”, sob a forma de um presente que lhe é oferecido gratuitamente e que reúne

todos os condimentos de um bom espectáculo para digerir nos momentos de lazer. Efectivamente que, as entidades comunicacionais extremecem de contentamento com o aumento de públicos e audiências que isso lhes faculta, pois deste modo têm até o trabalho facilitado. Note-se que é bem mais fácil escrever más notícias que boas notícias. Contudo, este processo é que origina a guerra de públicos e audiências. Porque sendo a matéria-prima, a mesma em todos os conteúdos informativos, o que lhe proporciona o sucesso junto do público é o modo como é trabalhada, abordada e facultada a informação de jornal para jornal. O mais atractivo é o que ganha. Canavilhas reforça a ideia:

E é aqui que surge a grande perversão: se em termos de programação se podem fazer guerras de audiências, bastando para isso mudar o produto apresentado, em termos informativos não é bem assim. Sendo a matéria-prima igual em todos os canais – os acontecimentos – torna-se necessário mostrar diferentes perspectivas desse mesmo assunto: a informação torna-se assim num espectáculo que procura no sensacionalismo e na rapidez, os ingredientes que fazem subir as audiências, nem que isso seja conseguido à custa de imprecisões. (Canavilhas, 2001)

Esta incidência sobre a informação espectáculo torna-se então útil na medida em que, tal como o negativismo, importa referir que é um outro conceito que surgiu como que, exigido por uma sociedade de mercado. Aliás, o surgimento da informação espectáculo cruza-se em todos os sentidos com o negativismo. O negativismo é inclusivé peça integrante na construção de uma informação espectacularizada. Hoje em dia, maioritariamente, o que é mau é que vende. É este ponto que importa reforçar na abordagem a estes dois conceitos. Contudo ambos devem ser analisados pelos dois lados - o bom e o mau-, porque tal como já dissemos: com a presente dissertação não visamos conferir uma pior imagem dos *media*.

Assim, importa agora referir os prós e contras desta informação espectacularizada. A um nível contraproducente Canavilhas aponta quatro características que a podem tornar uma informação inconsciente, falaciosa e inautêntica: o sensacionalismo, a ilusão do directo, a uniformização e os efeitos perversos (Canavilhas, 2001). A rapidez com que este género de informação é construída pode provocar com a reunião de todos estes factores uma maior banalização dos conteúdos e uma consequente perda de credibilidade da informação. Será ainda importante referir que com o destaque desta informação, notícias educativas passam para segundo plano sendo garantida principal notoriedade ao espectáculo.

As inovações tecnológicas permitem que um noticiário seja uma volta ao mundo em 30 minutos, deambulando as imagens entre desgraças e cadáveres, entre escândalos e catástrofes. As notícias resumem-se aos factos e as contextualizações teóricas e os enquadramentos socio-políticos caem para segundo plano. A informação-espectáculo vence assim a informação-educação, fazendo com que, apesar dos satélites, e talvez por culpa deles, o telespectador não ganhe nada com as inovações tecnológicas ao nível da informação. (Canavilhas, 2001)

No que diz respeito aos aspectos positivos deste tipo de informação, importa evidenciar que realmente e apesar de tudo, os públicos e audiências são a prova de que a informação espectáculo na prática resulta. Este tipo de informação faz realmente sucesso junto do público, sendo que é o género informativo mais devorado actualmente. Para tal,

basta recordarmos o impacto que teve o telejornal das sextas-feiras da TVI dirigido e apresentado por Manuela Moura Guedes, tal como na imprensa olharmos para as manchetes do *Correio da Manhã*. Os principais elementos que conferiram a chave para o sucesso destes dois formatos foram sem dúvida a elevada espectacularidade e negatividade subjacente nos conteúdos e na forma como eram e são abordados.

De facto, parece-nos que a sociedade projecta nos *media* uma fidedigna representação sua e da realidade actual em que se vive. Principalmente pelo desamparo que tem sentido ultimamente junto das entidades governamentais. Esta situação faz com que o cidadão procure a defesa e o consolo que um Estado já não lhe concede, junto da comunicação social. Daí que, aos seus olhos a boa informação seja a que remete para o escândalo e para o conflito. E como refere Canavilhas:

Os media, surgem como a voz de todos quantos se sentem mal representados ou indefesos. (Canavilhas, 2001)

1.5. O Domínio das *Bad News*

Bad news are good news. Esta máxima parece constituir nos nossos dias um princípio para a selecção e produção de notícias não só no nosso país, como em outros tantos ocidentalizados.

Bad news are good news. O que é que isto significa quando traduzido à letra? Que más notícias são boas notícias. E esta tradução parece obedecer à regra em todos os sentidos. Hoje em dia um facto é digno de ser relatado quanto maior for o seu impacto e o seu carácter contraproducente. Como tal, e pensando actualidade reflectamos sobre o assunto. Más notícias vendem actualmente mais do que boas notícias. E isto porquê? Para além de que, são as mais fáceis de noticiar, são as mais atraentes junto do público. Sendo que, chega-se até a estabelecer uma hierarquia entre elas. Num primeiro momento, os assassinatos são as notícias que mais emocionam e conseqüentemente, atraem o público. De seguida, evidenciamos as guerras, catástrofes, atentados e acidentes de grandes dimensões como os acontecimentos noticiados de maior mobilização junto do público. Estes dois podemos categorizar também pela sua imprevisibilidade e carácter inesperado. De facto acontecimentos inesperados captam muito mais a atenção da parte de um público, que meras casualidades já agendadas como inaugurações ou outros eventos já mediatizados. Para terceiro plano, passamos os momentos de crise financeira e de conflitos governamentais. De facto parece haver uma muito maior procura dos públicos e audiências pelos *media*, quando mortes são o destaque do dia, que em dias de crise financeira, tema este já mais que explorado pela comunicação social.

Contudo, o que têm todos estes temas em comum? Negativismo. Hoje em dia as *bad news* são as apelidadas de boas notícias. Estas notícias são realmente as que constituem as opções de um público e as que sugerem mesmo o sucesso no meio informativo.

Importa agora repensar todo este negativismo e as duas classes em que podemos dividir as más notícias. Numa primeira classificação podemos englobá-las num plano totalmente negativo. Assim sendo, podemos abranger todas aquelas notícias especulativas em que se denota o modo prazeroso com que evidenciam os factos negativos e que em nada contribuem culturalmente ou informativamente para a cidadania. Numa segunda categoria podemos colocar todas as más notícias que apesar de negativas revelam aspectos importantes, de relevância e circunstância para a sociedade, sendo que, apesar de negativas, constituem como quase um direito ao qual toda a sociedade deve ter acesso informativo garantido. Esta última classificação assenta em casos práticos bastante conhecidos da esfera pública e mediática, como por exemplo o recente caso Wikileaks⁶.

⁶ Wikileaks é uma organização transnacional sem fins lucrativos, sediada na Suécia que publica e divulga informações e *posts* de fontes anónimas, nomeadamente documentos, fotografias e outras informações confidenciais, oriundas de governos e empresas, sobre os mais variados assuntos de carácter litigioso de importância e relevância para a sociedade.

Temos então duas classificações de *bad news*. Uma primeira que podemos denominar de totalmente negativa e que procura o efeito do lucro. Na segunda categoria, já será um negativismo utilitarista. Este último, apesar de negativista, constitui um direito e uma necessidade para a sociedade.

1.6. O Negativismo como valor-notícia e o seu impacto na opinião pública

“A imprensa pode causar mais danos que a bomba atómica E deixar cicatrizes no cérebro.”

Noam Chomsky

Certamente, há muito que os portugueses já se aperceberam das muitas e constantes desgraças que os nossos mais variados órgãos de comunicação publicam constantemente e incidem diariamente. Sendo que, muito possivelmente, mesmo aqueles que não são dotados de grandes noções intelectuais, já reconhecem e identificam o negativismo como um valor-notícia presentemente bastante dominante nos conteúdos noticiosos nacionais.

Contudo, conhecendo-se já o tradicional perfil dos próprios portugueses reconhecemos também que são, já por si só, pessimistas e, muitas das vezes, derrotistas, podendo não vir alterar em muito na sua rotina, a apreensão de conteúdos noticiosos negativos. Assim, há pessoas que dizem constantemente mal do seu país e das suas coisas. E por sua vez, os países podem dividir-se em dois tipos no que diz respeito a este tema. Há países onde as pessoas dizem apenas o mal para dentro, ou seja falam entre elas mal do próprio país, jamais tolerando que alguém de fora o faça. Contudo existem também países em que não só se diz mal da própria terra como ao primeiro estrangeiro que aparece. Como refere Eduardo Lourenço em *Labirinto da Saudade* (2001) os portugueses ora são fervosos no orgulho pátrio ou ora dele excessivamente críticos. O autor refere mesmo que:

Estamos numa fase de crítica demolidora, disparando alguns em todos os sentidos, no preso-por-ter-cão e preso-por-não-ter. (Lourenço, 2001)

Decerto, o negativismo não se manifesta então só nos conteúdos noticiosos e na comunicação social. Nem poderemos acusar os *media* de estar em regime de exclusividade, a causar uma (des)autenticação dos factos. A comunicação social, não toda ela obviamente, é na maior parte dos casos o reflexo do país e, mesmo do povo, que representa.

O jornalismo é o produto das condições culturais, sociais e políticas de um país e de uma época. O espaço de referência deste texto são as democracias industriais. O tempo, o período subsequente à queda do muro de Berlim. (Colombo, 1998:11)

De algum modo a comunicação social é sempre condicionada, mais que não seja por questões políticas e religiosas, a censura inclusive, ou chamemos antes do controlo que ainda é operacionalizado através dos *media*. Logo o jornalismo não pode ser, pelo menos em regime de exclusividade, o causador de todo este negativismo. Até porque a construção dos assuntos noticiosos em cada país depende sempre das condições sociais na qual a profissão está inserida.

Não obstante, não pretendemos cair em exagero, mas o povo português é de facto já por si só negativo e pessimista, sendo que tem especial preferência por rodear-se de tudo o

que é mau, lamentando-se sempre bastante, sendo-lhe já uma característica que lhe é inerente desde os tempos mais remotos E, de facto, verifica-se uma transposição desse negativismo para os conteúdos noticiosos produzidos nacionalmente. Tal como refere Paulo Cunha em *Mitologia e Ideologia do Negativismo* (2010) “O problema é que a crítica invadiu muitos dos *opinion makers*, e a opinião pública é a “opinião que se publica”.”

Assim, este problema pode também ser oriundo do facto da elevada percentagem de comentadores que surgem cada vez mais na imprensa e televisão portuguesa, que sem estarem habilitados para tal, opinam sobre os mais variados assuntos como política e economia a seu bel-prazer, ignorando, muitas das vezes, os malefícios que estão a projectar directamente na sociedade. De facto, tem-se verificado que à vez de estes comentadores se colocarem em posição de solução e de projecção de incentivos, têm tomado o partido oposto. O partido do negativismo e da falta de pluralismo. O fruto desta posição é então o aumento da descredibilização do cidadão nos sistemas políticos e estatais, bem como a acentuação de uma maior postura de retaguarda e não de acção. Efectivamente, é claro que estes opinantes têm um elevado impacto sobre as expectativas de um público conduzindo facilmente o mesmo, à descrença nas instituições políticas e ao sentimento de desalento e pessimismo.

Na verdade, tudo isto tem-se reflectido na presente estagnação intelectual que, de certo modo, se vive em Portugal. A preferência dos públicos e audiências pelo entretenimento é aqui transparente. Surge como uma espécie de fuga ao dominante negativismo informativo. Contudo o negativismo não deixa aqui de exercer funções, muito pelo contrário. Também em conteúdos de entretenimento se denota cada vez mais o negativismo no tipo de destaques a que estes formatos recorrem. Os suplementos “cor-de-rosa” dos jornais não são se revelam muito mais optimistas em conteúdo que toda a restante informação.

Por outro lado, este tipo de incidência constante em factos negativos não é feito ao acaso. Investigadores como Enric Saperas realçam a “capacidade de um estabelecimento de agenda temática” pelos *media*. Com isto, o autor pretende realçar que a dimensão mediática que determinados acontecimentos negativos atingem se deve ao tipo de destaque e abordagem que foi realizado astuciosamente pelos *media*. O professor aviva a ideia.

El interés por la actualidad informativa en los deportes sufre variaciones según la mayor o menor presencia de un deporte en los media, la relevancia de los espectáculos está determinada por su reflejo en los media, las temáticas que centran el entretenimiento también son fijadas por las variedades de la oferta de los medios de comunicación, y así sucesivamente. (Saperas, 1987:56)

Ou seja, os públicos e audiências parecem assim absorver aquilo que está na “moda”. Não sendo levados muitas das vezes por um interesse pessoal, são transportados por um interesse público e pela proporção mediática que determinado tema alcançou pela mão dos *media*.

Aqui se destaca então o poder dos *media* na sua capacidade para estabelecer uma ordem lógica de interesses e preferências. Os mesmos parecem proporcionar aos seus públicos

a causa e o efeito. Conhecedores inatos dos seus públicos e audiências, os *media* exploram as suas preferências, incidindo incansavelmente sobre as mesmas, e isso parece acontecer com a elevada incidência em conteúdos negativistas.

A modo de conclusão deste capítulo, fazendo referência a autores como Enric Saperas, Bernard Cohen e McCombs, podemos arrematar que os vários meios de comunicação através da sua capacidade de determinar uma agenda pública de interesses, “não determinam o que pensam as pessoas sobre determinados assuntos, mas sim o que devem pensar sobre os mesmos” (Saperas, 1987:58). No caso do negativismo o mesmo parece então formar parte de uma estratégia comunicacional que actualmente, de entre todas, é a mais eficaz. O facto de ser extremamente martirizante despoleta nos públicos o efeito para o qual foi criada. O efeito de manipulação. Tal entendimento leva-nos a estabelecer que de facto, tanto a imprensa como a televisão detêm hoje um poder sem responsabilidade no que respeita à garantia de uma informação rigorosa. Um aglomerado de situações sem precedentes parecem estar a afectar um público que nem de todo é inocente, mas que, apesar de tudo não sabe como defender-se.

“A sociedade que aceita qualquer jornalismo não merece jornalismo melhor.”

Alberto Dines

Capítulo 2

A Informação e a Crise Financeira

2.1. O Jornalismo Português na análise de casos específicos

Presentemente e tendo em conta várias circunstâncias, muito nos tem sugerido actualmente, o tipo de jornalismo praticado em Portugal. De facto, sempre que nos deparamos com situações difíceis e que exigem uma elevada cobertura da parte dos *media*, são sempre várias as dúvidas e questões que o tipo de cobertura realizada pela comunicação social em Portugal, nos suscita. Algo que parece sempre destacar-se em épocas difíceis é sempre a velha questão do papel do jornalismo e da sua intervenção social. Várias são sempre as dúvidas com que nos debatemos acerca do tipo de relato que é feito nos *media* sobre determinada situação. E em época de crise económica, toda esta questão não poderia ser menos evidenciada.

Contudo, o debate sobre esta questão, exige a que reconheçamos que para debater este assunto há que ter em conta, primeiramente, todas as circunstâncias que têm obrigado à mudança do papel do jornalismo e dos jornalistas não só em Portugal, como no mundo. A intervenção tecnológica, o surgimento de canais privados no panorama televisivo, bem como, a introdução do directo na representação da realidade em tempo real, têm influenciado bastante o desempenho da profissão de jornalista. A teoria do jornalismo como reflexo da realidade, concedeu às notícias elaboradas nesse contexto, uma forma de construção da realidade (Traquina, 2001) e aos jornalistas, proporcionou o papel de principais participantes activos na construção dessa mesma realidade. Ou seja, uma elevada responsabilidade foi atribuída à profissão nesse sentido. Depois existem também, os factores externos. O facto de predominarem ainda alguns constrangimentos de ordem política e económica e uma elevada influência dos mesmos sobre a prática da profissão, condena a mesma, à crítica da qual só o jornalismo é alvo. Porque na hora de julgar alguém ou alguma identidade, sobre tudo o que se está a viver, todos esses factores permanecem ocultos e submersos. Muitas das vezes, apenas individualmente ao jornalismo, se parecem atribuir as principais culpas por uma realidade desonesta. Ou seja, tendo a profissão bastantes responsabilidades no campo da esfera pública façamos primeiro um balanço da forma como neste momento o jornalismo está a intervir na sociedade numa época em que se vive um dos piores períodos da história económica nacional e mundial. Para tal iremos incidir, primeiramente, num balanço sobre a análise de outros casos específicos que já tenham sido noticiados pela mão do jornalismo português e na forma como estes proporcionaram ou condicionaram o tipo de discurso jornalístico utilizado.

Deste modo, retrospectivamente, ao efectuarmos primeiro, uma breve pesquisa à análise de outros casos mais antigos, também eles mediáticos e de relevância para a

sociedade, concluímos desde já, que a posição do jornalismo tem oscilado bastante tendo em conta inúmeros factores que caracterizam as diferentes épocas, contextos e condições sociais à criação de informação sobre determinado assunto.

Ou seja, as estruturas ou sistemas de relevância variam consoante as culturas, as comunidades, os grupos e os indivíduos pelo que a identificação dos problemas e dos interesses e, conseqüentemente, a relevância dos assuntos, é complexa. Por isso, cada sociedade, cada comunidade têm conceitos distintos de acontecer, e, portanto, o conteúdo dos meios reflecte o conceito dominante de notícia em cada sociedade. (Correia, 2009:9)

Desta forma, no que toca à selecção de temas como relevantes para a sociedade e pertinentes de se abordar varia consoante a sociedade, as condições nas quais esta está inserida e o que para ela constitui uma prioridade. Assim que, todos estes factores têm sido dominantes e inerentes à própria análise de casos pela comunicação social. Mesmo as próprias condições de criação de notícias nunca são iguais, de caso para caso. De época para época destacam-se sempre valores-notícia mais pertinentes que outros, o que de certa forma, influencia o tratamento dos vários casos pelo jornalismo. Apesar dos alicerces da profissão se manterem os mesmos, esta adapta o seu discurso às próprias condições naturais impostas pelo tempo ou pelo lugar onde se está a relatar o acontecimento. As próprias notícias produzidas em Portugal, bem como no restante mundo ocidental nunca terão as mesmas condições de criação que as notícias produzidas por países do Médio Oriente. Há que ter sempre em conta do que se fala, para quem se fala e onde se fala. Aliás, a própria relevância do acontecimento noticiado nunca constitui um factor isolado. O que é relevante para uns, não o é para outros.

Quando analisamos detalhadamente a noção de relevância vemos que esta é uma qualidade que não emana directamente do acontecimento, como se o acontecimento se conseguisse isolar a si próprio como acontecimento. A relevância de um acontecimento é atribuída em função de contextos sociais e culturais. (Correia, 2009:7)

O que, de certo modo, cria um paradigma e atribui uma certa ambigüidade à postura da profissão. Pensa-se muitas das vezes que o desempenho do jornalismo, bem como a selecção de temas como prioritários e a forma como são expostos, variam conforme as preferências ou preocupações dos jornalistas. Contudo, esta forma de pensar está totalmente errada. A produção de notícias é claramente, apenas, dependente da estrutura social na qual está inserida. Os jornalistas apenas realçam aquilo que lhes parece que pode despertar interesse na maioria dos cidadãos. Claro que, existem sempre excepções. Inúmeros casos já foram destacados apenas porque os *media* lhes deram demasiada importância na altura. Contudo, por norma o jornalismo filtra o que à partida lhe parece mais interessante e relevante para a sociedade. E até a forma como aborda a situação é de acordo com o contexto social na qual está inserida e tendo em conta o grau de exigência emanado pelo seu público.

De volta ao principal foco deste capítulo, poderíamos escrever várias páginas sobre o assunto e evidenciar vários factores externos que têm contribuído para o desempenho da profissão, contudo importa agora voltar a destacar o que é realmente pertinente salientar no que respeita ao tipo de análise de casos que é usualmente concretizado pelo jornalismo português. Existem características que permanecem destacadas ao longo dos tempos nos vários casos que já passaram pela mão da comunicação social em Portugal. E antes de atribuímos a culpa a uma actualidade informativa “desonesta”, procuremos antes explicá-la com exemplos passados, buscando desta forma fundamentar o que se passa no meio jornalístico actualmente. O facto de haver coisas que nunca mudam pode ajudar-nos também bastante na análise do caso da crise. De facto, a crise económica não é nem está perto de ser, o único caso complicado e de difícil tratamento pelo jornalismo português.

Em todos os casos analisados pela comunicação social portuguesa existem paralelismos inegáveis. Não só no jornalismo português, como em todos os outros, se têm denotado certas dificuldades, em muito impulsionadas pelo factor concorrência, bem como por uma desigualdade de acessos às fontes noticiosas, aliás, a profissão tornou-se dependente destas últimas a vários níveis. As dificuldades que surgem em acompanhar esta actualidade e efectuar com sucesso, uma selecção de acontecimentos sobre a mesma, em muito, têm condicionado a profissão de jornalista. Ora vejamos algumas.

Uma das dificuldades que mais se tem denotado na análise de vários casos ao longo dos tempos, pela mão do jornalismo português, é a separação do que realmente é relevante para a sociedade, daquilo que possa conferir mediatismo social. Autores como Nelson Traquina, realçam a problemática que sempre foi, para o jornalismo, filtrar e destacar o que realmente importa informar. Parece ser alheia à profissão uma escolha quase automática de acontecimentos e eventos que, muitas das vezes, em quase nada importam para a situação em causa. Em quase todos os casos, aos quais já foi conferido o papel de protagonistas na comunicação social, se salienta sempre uma elevada cobertura e orientação para o que dentro dessas situações constituiu um acontecimento, do que para a situação propriamente dita (Traquina, 2001:15). Basicamente, sem estes eventos e acontecimentos não haveria interesse nos assuntos. E para evidenciar tudo isto, basta dar o simples exemplo, que em determinado evento é às vezes muito mais destacado o evento em si e quem esteve presente nele, que a própria causa do mesmo. Ou seja, apenas a factos de possível notoriedade parece ser dado o devido destaque. Outros valores-notícia fundamentais como a relevância do assunto e o que suscitou o próprio acontecimento parecem ser ignorados.

Posteriormente, temos também como característicos, os casos que aparecem e desaparecem como autênticos “flashes” na comunicação social em Portugal. Actualmente, o jornalismo português parece atravessar muitos períodos ao longo do ano, semelhantes a “silly season`s”⁷. Casos mediáticos que aparecem e desaparecem à velocidade da luz são bastante

⁷Uma *silly season* consiste numa determinada altura do ano, por norma o Verão, em que não havendo grandes destaques na área da política ou do desporto, devido ao período de férias, as notícias incidem sobre casos não muito relevantes para a sociedade. Devido à estagnação de acontecimentos de interesse jornalístico e social, nesta altura do ano, as notícias viram-se mais para factos ou acontecimentos de

comuns de transparecer nos conteúdos noticiosos. Casos bem recentes e ainda bem vivos na memória do público português como a ocorrência “Renato Seabra”, ilustram bem a situação. Durante cerca de duas semanas o caso ocupou lugar de destaque nos mais variados órgãos de comunicação, tendo sido bastante acompanhado nos primeiros tempos após o sucedido, para depois ser completamente esquecido e, muito esporadicamente, vagamente lembrado. Mais antigos, lembremos também o caso “Casa Pia”. Por fim, o que têm em comum todos estes casos? Um aparecimento e desaparecimento misteriosos na imprensa portuguesa. O mesmo pode não passar-se na barra do tribunal, porém, na comunicação social parece constituir já um *habitué* este tipo de situação. Claro que, tudo isto explica muita coisa. Os êxitos temporários de todos estes casos explicam por exemplo a existência de uma agenda temática pela parte das entidades noticiosas. Segundo esta teoria, são os *media* que apresentam às pessoas os assuntos ou temas sobre os quais importa saber, pensar e reflectir. Todos estes assuntos são estruturados de forma a obterem êxito em determinada altura, ou seja, podem ser organizados estruturalmente e cronologicamente. Desta forma, a comunicação social pretende com eles, dar uma ideia de que são eles os grandes projectores de realidade para com o seu público e os únicos que realmente se preocupam com o interesse do cidadão, “emprestando-lhes” assim, um pouco de conhecimento de causa sobre determinada situação (Wolf, 2009:15).

Deste modo, algo que parece denotar-se cada vez mais na escolha e selecção de temas como prioritários para evidenciar na comunicação social, é o mediatismo que possam transparecer. Caso contrário, pura e simplesmente não servem para o contexto. Esta situação, só vem confirmar que os jornalistas, ou até mais as entidades editoriais, têm muitas dificuldades em separar o que é relevante e aquilo que vai de encontro às normas jornalísticas, daquilo que confere mediatismo e um elevado número de audiências. Aliás, o mediatismo já se constitui hoje como um valor-notícia. Até porque, através do mediatismo que determinado assunto possa transparecer, poderá fazer-se antes um balanço do impacto que o produto noticioso irá ter junto do público e o tempo que pode permanecer, fazendo assim antever o sucesso que irá ter. E é esse sucesso que dita a sua pertinência. Ou seja, é o êxito que possa transparecer determinado caso que lhe confere a oportunidade de ser destacado e evidenciado pela comunicação social. E, tudo isto, sempre existiu no jornalismo praticado em Portugal. Existem temas que nunca vão deixar de ser recordados e utilizados quando a comunicação social assim o necessita. No caso da crise, por exemplo, este soma e segue porque realmente e apesar de tudo, é algo que realmente vende. Porque tudo o que é negativo exerce de facto grande poder sobre o público. Existe uma espécie de *fetichismo* pelo que é mau e negativo. Alimenta a curiosidade e quer-se sempre saber mais sobre o assunto. Por mais que sejamos rigorosos no tipo de informação que seleccionamos para nosso bel-prazer diariamente, existe sempre uma certa curiosidade bastante aguçada em saber mais

escassa importância que vão aparecendo e desaparecendo sem que ninguém os volte a recordar. É considerada a temporada “morta” do jornalismo em que, por norma, as notícias incidem sempre em situações esporádicas concedendo-lhes um “tempo de antena” em que noutra altura do ano, não concederia.

sobre determinado tema mau e negativo. E em vez de se pretender com isso, adquirir conhecimento de causa para posteriormente se reivindicar sobre o assunto, acontece precisamente o contrário. De tudo isto, salienta-se, apenas, uma curiosidade que é efémera, sobre o assunto, da qual não nasce qualquer tipo de fruto. A cidadania, pura e simplesmente não reage e parece nada contestar. Daí, a comunicação social aproveitar-se cada vez mais deste tipo de casos em que à partida já sabe que farão sucesso junto do público mas que, apesar de tudo, esse sucesso será passageiro e logo se colmata com um outro caso. E assim se mantém, a submissão apática das massas. Essa submissão é criada através de uma ideia base que é projectada na sociedade sobre determinado assunto, e que serve para esclarecer sobre este ou aquele acontecimento. Trata-se de uma ideia muito simples que colmate a curiosidade sobre determinada situação. Essa ideia tem que ser única e dominante. Pois, dessa forma, o público reage apenas ao necessário e não reivindica porque o conhecimento que tem sobre o assunto não é suficiente para tal.

No caso da crise, apesar de reunir algumas destas características evidenciadas anteriormente, a questão leva a um outro tipo de abordagem. Antes de mais nada, reconhecemos que realmente é um caso relevante para a sociedade, pois deste tema todos saímos afectados. Uma crise político-financeira obviamente que a todos interessa, disso não há qualquer dúvida. A questão aqui será mais, o porquê de nem sempre ocupar lugar de destaque e o porquê de algumas vezes pura e simplesmente ser ignorada e ultrapassada por outros temas. Parece de facto salientar-se na comunicação social portuguesa, uma certa dificuldade em informar de forma equilibrada. A mesma, ora parece bombardear-nos desenfreadamente sobre o assunto da crise durante semanas seguidas, como de repente parece esquecer o tema e virar os “holofotes da fama” para outros casos polémicos que em nada nos dizem respeito directamente. Acontece muito regularmente passar-se semanas a falar da crise nacional e repentinamente surgir um outro tema que a oculta dos principais destaques nos conteúdos noticiosos durante alguns dias. Geralmente surge algum vírus ou a infecção de alguma bactéria que ofuscam o tema crise dos conteúdos noticiosos por alguns dias. E mesmo com outro tipo de acontecimentos, isto também sucede. Aquando o passado casamento da realeza britânica, por cerca de um, dois dias parece ter sido esquecida a palavra crise. Ou seja, balanceando sobre o tema crise, parece nem sempre existir uma informação gradual, regular e equilibrada sobre o tema.

A modo de conclusão, e tendo em conta as condições em que o assunto da crise é apresentado aos portugueses, a ele se parece apenas atribuir e destacar a sua notoriedade, havendo um aproveitamento neste ângulo, da parte da comunicação social para tirar partido do assunto. Ou seja, apenas a visibilidade do assunto parece ser filtrada e aproveitada pela comunicação social. Porque as principais questões que envolvem todo o assunto, permanecem escondidas e sem ser evidenciadas. Qual a origem de toda esta crise? A que data específica remota o seu início? Quais os factores que levaram à mesma? Todo este tipo de questões continuam sem ser abordadas e esclarecidas junto da maioria dos portugueses. Existe de facto uma certa carência desta ordem no que respeita a este assunto. O tema crise, apesar de

tudo, não foi ainda discutido e problematizado seriamente. Muitas pessoas permanecem ainda na ignorância quanto a todos estes factos. E tudo isto, não é apenas de agora. Em abordagens passadas de muitos outros casos, carências deste nível também caracterizaram o destaque desses assuntos pela comunicação social.

Não muito longe de nós e relembrando agora o exemplo aludido por Nélson Traquina na sua obra “*O Jornalismo Português em Análise de Casos*” (2001), o tratamento do tema “VIH Sida” parece ter sofrido pelas mesmas razões em que peca actualmente o jornalismo português ao abordar o tema da crise. Passemos à explicação. Em inícios dos anos 80, prolongamento nos 90, quando surgiu o tema, várias faltas da mesma ordem às quais presidimos actualmente acontecer com o tema crise, caracterizaram a abordagem do tema VIH Sida. Muitas pessoas permanecem ainda com sérias dúvidas de que a que se atribui a origem deste vírus e a sua propagação nos humanos. A cerca da sua forma de transmissão e infecção não existem quaisquer dúvidas. Contudo, relativamente ao seu surgimento, muitos permanecem ainda na inerte ignorância sobre o assunto, (tal como na crise financeira que se vive. Toda a gente sabe a forma como a mesma se repercute na sociedade, porém a origem da sua deflagração permanece oculta para a maioria). E mais uma vez, qual o porquê de tudo isto? O assunto foi de facto apresentado e dado a conhecer através dos *media*, porém, mais uma vez, ficou em falta a verdadeira discussão e problematização sobre o assunto. A orientação do mesmo para a polémica demarcou a sua abordagem na comunicação social. Na época era mais importante saber quantos cantores e actores morreram e padeceram da doença, que propriamente qual a sua origem. Ou seja, a exposição deste assunto foi orientada para o acontecimento (Traquina, 2001:158). Esporadicamente surgiam algumas notícias sobre o tema, mas meramente ocasionais, devendo-se ao facto de, por exemplo, ter saído algum comunicado ou uma declaração do Papa sobre o assunto, entre outras. O tema nunca foi realmente problematizado e discutido, à luz do jornalismo português. O mesmo parece acontecer, actualmente, com esta crise financeira. Dois “vírus infecciosos” atingiram toda a sociedade, mas acerca das suas origens, pouco ou nada se parece saber. E de facto, com o passar de todos estes anos, muitas carências desta ordem permanecem ainda na abordagem de vários casos pela comunicação social. A que se devem, essa já será uma resposta de certa complexidade.

Contudo, e certamente, é a todos estes casos a que se deve cada vez mais o estudo e o pensamento sobre o verdadeiro âmago dos conceitos de relevância e mediatismo, bem como principalmente, sobre qual é afinal a principal finalidade dos *media*. Foi com o surgimento da televisão que estes estudos mais se passaram a destacar e a evidenciar nas mais variadas correntes de reflexão sobre o assunto, contudo, outros suportes parecem agora destacar-se também como alvos desta análise. A imprensa é um deles. E de outra forma, sem todas estas dúvidas e questões, não estaríamos aqui.

2.2. O Tema da Crise e a sua Exploração pelos *Media*

É imensurável o contributo dos *media* no que toca a uma informação clara, concisa, completa e rigorosa que em muito preencha e oriente as expectativas de um público, bem como, de uma audiência. Aliás, tudo isso se pode manifestar no rumo que a história de determinado país pode tomar. Como foi visto anteriormente, ao tema nos importa trazer de volta a abordagem de uma crise financeira à mão dos *media*. Apesar de no subcapítulo anterior termos abordado primeiramente, o modo como por norma os vários casos de dimensão pública são abordados pelo jornalismo português, importa agora centrar este estudo na análise do caso da crise. Embora já tenhamos evidenciado algumas pistas sobre o assunto, importa agora protagonizar o mesmo, sendo ele o nosso objecto de estudo e análise. Neste estudo reconhecemos que de facto, nem tudo é mau, contudo estamos aqui para discutir uma problemática e não o contrário. O caso da crise, como temos visto, todo ele constitui uma problemática.

Agora, antes de mais nada, questionamo-nos sobre o porquê da escolha da abordagem sobre este tema. Porquê a análise e tratamento de duas situações derivadas de uma crise político-financeira pelos *media*? É muito simples. Primeiro que tudo é actual e a sua discussão constitui uma prioridade. Depois, porque nos interessa analisar qual a posição e função da comunicação social, nomeadamente da imprensa, face ao assunto da crise. Por outro lado, interessa-nos inserir na temática desta investigação, o tema da dramatização, bem como de outras teorias subjacentes a análises de outros períodos de crise, que por sua vez, proporcionaram várias condições à utilização do discurso dramático e pessimista nos *media*. De salientar ainda, que as crises constituem períodos de multiplicação e evasão de signos, que por sua vez dão origem ao conflito que irá repor e estabelecer, novamente a ordem social. E de facto, visto desta forma, a dramatização, o pessimismo e o negativismo, constituem armas fundamentais ao combate desta desordem social que se vive. Aliás, melhor dizendo, são características fundamentais que demarcam esta época de conflitos, à qual posteriormente vem dar lugar, o estabelecimento de uma nova ordem social. Ou seja, estas crises constituem momentos de viragem na história. E como sempre, o jornalismo é um dos principais intervenientes nestes períodos decisivos. Desta forma, a presente crise financeira e a sua abordagem pelos *media* é sem dúvida, e será, o tema central desta dissertação. A pertinência e actualidade do assunto foram, indubitavelmente, o que nos levou à escolha do mesmo.

De volta agora ao espectro deste estudo, como já referimos no passado, uma quantidade imensa de factores têm incidido sobre a abordagem de uma crise financeira. Contudo e como não pretendemos discutir política, bem como outras ideologias e teorias que possam estar a contribuir para um tipo de abordagem noticiosa, centremo-nos apenas no jornalismo e no seu interior. Apesar de serem vários os factores que têm contribuído para uma abordagem pouco clara sobre o tema crise, apenas nos importa discutir isso no âmbito do

jornalismo. Trazer à tona as suas falhas, bem como posteriormente, apresentar possíveis causas para tal, e finalmente, propor soluções, é o nosso fim.

Da mesma forma, que já lançamos algumas ideias que expliquem parte desta situação, muitas permanecem ainda por descobrir e discutir. Logicamente, começemos então agora, pelo início do despoletar de todos estes acontecimentos.

Algo que já nos é claro, é que de facto, a crise não tem constituído seriamente, um tema que tem que ser apresentado e discutido, envolvendo com ele todos os segmentos afectados. O jornalismo tem incidido apenas, num tipo de linguagem restrita que parece intimidar com ela, todos os segmentos que importaria envolver na abordagem desta crise. Os *media* apenas têm vulgarmente incidido num discurso todo ele unilateral que nem dá espaço e lugar para o livre arbítrio de pensamento e reivindicação. Toda a fraca linguagem que é utilizada na descrição deste período de crise tem dado origem a um pensamento derrotista e pessimista que em nada tem desencadeado do público a revolta e reivindicação necessárias à mudança. Para além de que, vários factos sobre esta crise permanecem ocultos, o que, posteriormente, vai desencadear do público um adormecimento sobre o assunto. A verdade é que, a maioria dos cidadãos não têm nem conhecimento da forma como realmente surgiu esta crise. Assim que, parece-nos que existe um propositado investimento no fraco esclarecimento que é prestado às pessoas, sobre esta realidade de crise. Porque embora já se verifiquem alguns movimentos de contestação contra toda esta delicada situação, a informação que surge sobre o assunto é ainda bastante carenciada. Decorreu por exemplo, uma revolução democrática anti-capitalista⁸ na Islândia desde o passado mês de Novembro e os *media* pura e simplesmente pareceram ignorar a situação. E qual o porquê de tudo isto? Não existe um real conhecimento sobre o assunto? Será que vivemos nós uma crise de fantasia? Serão os *media* realmente censurados e controlados por algum tipo de poder? Não merecem os portugueses saber a verdade sobre esta realidade? Existe algum certo receio que esteja a impedir um relato fidedigno dos acontecimentos? Com isto, não estamos para já a culpar exclusivamente a comunicação social de toda esta situação e que é apenas da mesma, que tem partido um carenciado esclarecimento sobre o assunto. Como já referimos, há uma imensidão de factores que têm dado origem a tal. Todavia, sendo os *media* quem dá a cara sobre o assunto, apresentando o mesmo, e sendo este segmento que constitui o nosso principal âmbito de estudo, e fruto da nossa preocupação, é ele que temos que abordar, bem como, discutir o seu desempenho. Obviamente que por mais que tenhamos conhecimento de que existem *n* factores a impedir um relato claro e verdadeiro sobre os acontecimentos nos *media*, nestas alturas e por ser quem dá a cara e tem a função de informar, só aos *media* poderemos pedir explicações acerca desta situação.

⁸ Consultar sobre o assunto em Google “Democratic revolution Iceland”. Infelizmente, obtivemos conhecimento sobre o assunto através de redes sociais como o Facebook e alguns blogues. No que respeita à comunicação social nacional e internacional, pura e simplesmente não aparece qualquer referência sobre o assunto. Apenas é evidenciada a crise que se vive nesse país, contudo, sem muitos pormenores. Consultar mais sobre o assunto em: <http://www.aljannah.com/2011/02/the-other-revolution-of-iceland/> (consultado a 26-03-2011).

Neste subcapítulo, o nosso principal objectivo é fazer um balanço da forma como a crise está a ser retratada pelos *media*. E algo, que nos tem “saltado” à vista, é que poucos parecem ser aqueles que de facto estão empenhados em se preocuparem verdadeiramente sobre o assunto, bem como na forma rigorosa como ele deve ser apresentado. E tendo os *media*, o mesmo acesso a fontes que exponham a situação de crise, bem como àquelas, a quem cabe mostrar também, algumas soluções e medidas que possam fazer frente a esta, é de facto, bastante fraca e desequilibrada o tipo de abordagem que está a ser realizada sobre esta situação.

Ou seja, mais do que nunca, apenas um discurso negativista e pessimista parece dominar a análise e a representação de uma crise. E toda a abordagem, que fizemos no início sobre o discurso negativista e a sua impregnação no diálogo noticioso, é-nos agora extremamente útil. Todo esse negativismo, transparece agora mais do que nunca na análise de uma crise pelos *media*. Daí a definição deste género de conceitos ser fundamental para a abordagem do nosso tema central, a representação da crise pelos *media*.

Actualmente, no lugar dos *media* apresentarem um discurso claro e rigoroso sobre esta crise, em que não só informem sobre a mesma como também apresentem incentivos de combate a esta desordem social, todo o discurso parece ser pessimista e bastante derrotista. Mais do que qualquer coisa, a crise parece constituir já um dado adquirido, sem forma possível de recuperação. E o que de facto, mais nos leva a suspeitar desta situação, foi logo desde início não haver uma explicação prévia daquilo em que consistia a origem desta crise. O facto de, desde detrás vir mal fundamentada a verdadeira questão sobre o assunto, tem dado origem ao efeito bola de neve. Cada vez mais se denota uma (des)comunicação sobre o assunto, e conseqüentemente, uma falta de entendimento sobre o mesmo.

Por outro lado, existe uma teoria contrária a tudo isto. Uma teoria que contrapõem e põe em causa a atitude dos *media* face à representação desta crise, aliás, que alega que nem de todo será ao acaso o tipo de discurso a que os *media* se têm cingindo ultimamente. Esta teoria parece atribuir aos *media* e a este tipo de abordagem, um comportamento fundamental e totalmente propício à mudança. Aprofundando então agora, esta teoria, podemos mesmo dizer, que vários são os autores que apontam estas alturas, bem como, a atitude dos *media* face às mesmas, como decisivas para a viragem histórica e passagem para um novo capítulo (Sfez:1988; Balandier:1999; Sousa:2003). Apesar de nos parecerem atitudes pouco inteligentes e desonestas da parte dos *media*, de facto, com o que verificaremos de seguida, poder-nos-á ser provado o contrário de todo este pensamento. De facto, todo este cinismo, dramatismo e ocultação de factos apesar de nos parecer intencional parece ser um processo natural e comum de acontecer nestes períodos de crise e que, conseqüentemente, costuma levar ao estabelecimento da ordem social.

Lucien Sfez (1988) entende as crises como períodos de proliferações de signos onde se trava uma luta entre imagens adversas culminando num conflito que vem repor as ordens simbólica e social. Por outro lado, a dramatização seria uma arma importante nesse combate simbólico e um dos traços constitutivos fundamentais de tais períodos (...). (Sousa, 2003: 25)

Assim, evidentemente, em épocas de crise e ponderando bem sobre o assunto, não são as situações de extrema violência que convidam à guerra e à desunião, que vão ter a capacidade de estabelecer a paz, bem como, uma nova ordem social. Por outro lado, sabemos também, que não será uma voz da razão e o poder da racionalidade que levarão ao equilíbrio social desejado. Aliás, a condução e orientação de uma situação, apenas à luz do poder da racionalidade, teria até, pouca credibilidade. Assim que, uma transformação à escala simbólica, através da produção de imagens e de uma fraca linguagem utilizada no discurso sobre o assunto, manipulando com ele, quem o assiste, será muito mais funcional e utilitarista. Ou seja, há quem atribua aos *media* a capacidade de um restabelecimento social através deste tipo de comportamento actualmente presente nos mesmos. Vejamos.

O poder estabelecido só pela força, ou sobre a violência não domesticada, teria uma existência constantemente ameaçada; o poder iluminado apenas pela luz da razão teria pouca credibilidade. Não consegue manter-se nem pela autoridade brutal, nem apenas pela justificação racional. Não se faz nem se mantém senão pela transposição, pela produção de imagens, pela manipulação de símbolos e sua organização num quadro cerimonial. (Balandier *apud* Sousa, 2003:25)

Ou seja, autores como Balandier apontam como fundamental este tipo de situação potencializada pelos *media*, para assim alertar politicamente, a quem mais interessa a mudança e a reposição de valores. Contudo, não se sabe se será esta atitude estratégica ou não. Por norma, em períodos de crise é bastante comum acontecer.

Aliás estes períodos já são inclusivamente caracterizados pelo fraco discurso narrativo que os assiste. Contudo se será estratégico ou não da parte dos *media*, não poderemos responder. É verdade que, apesar de tudo, cada vez mais nas últimas décadas, com o nascimento das sociedades democráticas se demarcou a independência dos *media*, bem como se salientou a sua auto subsistência face aos regimes políticos e padrões culturais e consequentemente, se passou a notabilizar mais o seu poder. Muitos, de facto garantem, que com o aumento do poder dos *media* face às instituições políticas, se denotou a sua auto-suficiência de instrumentalização política. Ou seja, o oposto de à umas décadas atrás, aconteceu. A situação inverteu-se e os *media* passaram a ver agora conduzido pelas suas mãos o poder político e a orientação do cidadão. Visto desta forma, poderemos então realmente reconhecer que a dramatização pode constituir uma estratégia de acção revolucionária desencadeada pela parte dos *media* (Sousa, 2003:39).

São vários os motivos que nos levam a considerar o emprego do discurso dramático como uma estratégia simbólica importante para levar os leitores a aderir à causa revolucionária. (Sousa, 2003:39)

Através desta exposição do assunto crise, os *media* visam então, mais do que qualquer outro fim, impor, alimentar e incutir o sentimento de revolta, bem como de reivindicação no cidadão, aproveitando-se da própria visibilidade que lhes é conferida, para o fazerem. Assim,

parecem utilizar como estratégia um discurso fraco e dramático e gradualmente exaustivo que conduza ao desespero e à revolta. Contudo, a forma como o fazem, pode não ser a mais correcta. Uma demonstração desta crise, pouco gradual e carenciada parece que só tem contribuído para o oposto. As pessoas estão cansadas da demonstração de tantos males e negativismos na imprensa, bem como nas televisões. E se realmente impera nos *media*, algum tipo de estratégia comunicacional deste género, não estão a conseguir alcançar o que, à partida, se pretendia. Porém, não se sabe se algum tipo de estratégia realmente predomina e se todos estes factos constituem realmente algum tipo de estratégia. Por outro lado, reflectindo sobre o assunto, todo este lento desenvolvimento do processo crise pode fazer parte do plano. Quanto mais lenta e demorada for a exposição dos factos, maior poderá ser o seu impacto junto da sociedade, na hora da reacção.

Contudo, existe um pormenor, no qual os *media* têm falhado. Ainda dentro desta teoria da dramatização como estratégia de acção revolucionária, para que todo o discurso seja eficaz e atinja com ele a maioria, algo tem estado em falta. Nada mais, nada menos que a simplicidade do discurso. Neste caso, tem-se notado bastante que algo que não é característico ao mesmo, é o diálogo simples. Pelo contrário, no discurso realizado pelos *media*, sobre esta crise, uma elevada complexidade de mensagens subliminares é utilizada, bem como, outros vocábulos e expressões de difícil entendimento para os menos desprovidos de bagagem cultural. Com isto, todos sabemos que será impossível atingir toda a cidadania. Desta forma, apenas podemos reconhecer como sendo um sucesso uma única característica que também se incluiu numa possível estratégia de acção revolucionária utilizada pelos *media*, e que, também se encaixa na dramatização. Nada mais, nada menos, que a elevada exploração da visibilidade de situações protagonizadas pelo cidadão comum, nas quais se denota realmente uma verdadeira crise económica e se explora toda a intimidade de alguém que se encontra em apuros e dificuldades. Ou seja, algo que não tem passado despercebido aos *media* é o forte apelo às emoções do espectador/público. Não só a nível de conteúdos informativos, como também, na área do entretenimento se tem denotado uma elevada exploração de factos e acontecimentos que demarcam o dia-a-dia de um cidadão comum e dos problemas que advêm de uma realidade de crise. Este tipo de abordagem utilizado, não só pelos noticiários como por outros formatos, tem realmente dominado e atingido tudo aquilo a que aspira. Ao visualizar este tipo de situação, o cidadão comum sente-se, de facto, solidário e convidado a participar, bem como, a envolver-se sentimentalmente nesta situação (Sousa, 2003). E, tudo isto, temos realmente noção de que tem acontecido.

Contudo, e como importa sempre abordar os dois lados da questão, nem sempre os *media* podem pôr este tipo de acção em prática. Até porque, não será essa a sua função. Estratégias, bem como, outro tipo de atitudes desviantes em relação ao seu verdadeiro papel não justificam qualquer acção da sua parte. Se realmente está em prática alguma estratégia de acção revolucionária, tem-se notado que os danos e os efeitos nos públicos e audiências têm sido colaterais.

Ao abordarmos toda a questão da exploração dramática da crise, bem como desta estratégia como uma possível acção revolucionária pelos *media*, pareceu que, com isso, pretendíamos justificar uma atitude ou até, de certa forma, vangloriar e proteger este comportamento dos *media* face a uma crise económica. Contudo, impondo agora o seu papel no âmbito da intervenção social, esta atitude não é nem está perto de ser a mais correcta e decente. Existe e observa-se de facto, um público cada vez mais fragilizado e desencorajado a reivindicar a sua própria justiça, e não será esta forma de narrar os factos que irá recuperar ou justificar qualquer acção. Muito pelo contrário, esta situação só irá piorar tudo e desencadear do cidadão o oposto do que se esperava. Afinal, para muitos, qual é o significado de uma moção de censura⁹ se à mão dos *media*, entidade que apresentou perante o seu público esta situação, nunca se justificou e esclareceu perante uma audiência/público o significado desse acontecimento? Se houvesse realmente um elevado interesse, em conduzir a cidadania à revolta e ao êxito revolucionário, investir-se-ia bem mais na sua formação na área da política, já que é essa mesma que se visa atingir. Na maior parte dos casos, muitos cidadãos não sabem nem o significado dos termos técnicos políticos e económicos, usualmente muito utilizados pelos *media*. E para tornar cidadãos mais capazes de reivindicar a sua condição, bem como o seu direito, dever-se-ia investir bem mais numa formação nesse âmbito. Se realmente se pretende algum tipo de agitação política com esta demonstração dos factos pelas entidades noticiosas, através da dramatização, torna-se também urgente investir numa maior capacitação para tal, da parte do cidadão. De facto, reconhecemos que a dramatização, bem como, o negativismo constituem armas fundamentais à tomada de consciencialização sobre determinada situação. O dramatismo e o exagero subjacentes na exploração de certos acontecimentos conduzem inclusivamente à chamada de atenção para a realidade. E nesse sentido é realmente plausível, analisarmos e reconhecermos estes critérios de noticiabilidade como fundamentais à tomada de responsabilidade. Desta forma, a sua utilização torna-se até justificada. Contudo não é, nem está perto de ser a atitude mais correcta da parte dos *media*.

Creemos que, nesta fase, o público necessita apenas de mais transparência e esclarecimento sobre o assunto da crise, mais do que qualquer tipo de estratégia de acção revolucionária, da parte dos *media*.

Por fim, até agora, o único que de facto constitui uma realidade é que as pessoas na sua generalidade encontram-se desesperadas com esta actualidade e até à data, o contrário nunca foi provado. Tudo isto, está a projectar-se numa grave crise também de confiança e atitude o que poderá originar uma crise à larga escala da cidadania, se é que a mesma não paira já por aí, neste preciso momento. Mais do que justificadas estratégias de comunicação

⁹ Uma moção de censura consiste numa proposta parlamentar que pode ser apresentada pela oposição de um governo, como demonstração do seu descontentamento face ao trabalho exercido por esse mesmo governo. Esta moção pode ser reivindicada por meio de votação e, posteriormente, aprovada ou rejeitada. Em caso de ser aprovada pode conduzir à dissolução parlamentar e antecipar umas eleições gerais.

de crise, os *media* parecem eles próprios encontrar-se a atravessar uma grave crise no que toca ao seu papel no âmbito da intervenção social.

Em suma, tem se verificado, que apesar de todas as justificações e teorias encontradas, a comunicação social não tem demonstrado estar capacitada para demonstrar e apresentar uma realidade de crise. Sendo que, para assumir inclusivamente uma estratégia anti-poder, a questão tem que ser aplicada de uma outra forma. Existe realmente uma vocação na dramatização que confere e leva à agitação política, contudo não será desta forma que poderá ser aplicada. Poderá ser sim, aplicada, se os factos forem relatados na sua mais veracidade e originalidade possível. De verdade precisa o povo para se unir e lutar por uma causa.

2.3. A Evolução de uma Cultura de Massas e a origem de uma nova Crise da Cidadania

Sabemos que hoje em dia ao abordar o tema de cidadania juntamente com os *media*, estes dois assuntos estão intimamente relacionados. Parece-nos que, inevitavelmente, ao abordar estes dois temas surge um elo de ligação entre eles. Nada mais, nada menos, que a educação e a informação. Assim que, na actualidade, surge a necessidade de se reflectir sobre a contribuição dos *media* para a formação e construção do homem enquanto cidadão.

Não obstante, importa primeiramente referir que toda esta reflexão torna-se presentemente pertinente devido à consciencialização acerca do impacto dos *media* na construção de identidades individuais numa altura em que se assiste à dissolução dos laços familiares e sociais. O desinteresse pela vida pública parece estar na origem desta causa. O exclusivo investimento na vida privada parece hoje constituir uma distinta característica do homem do século XXI, em parte bastante impulsionada pela influência dos *media*. A falta de incentivos públicos e sociais, bem como de apoios da parte do Estado e a falta de tempo proveniente da vida cosmopolita impulsionam cada vez mais o homem num sentido de recato da vida pública e social. Por sua vez, esta carência é consecutivamente colmatada pela ocupação que os *media* representam no dia-a-dia de cada cidadão.

Desta forma, de que maneira se tem então reflectido todo este crescente desinteresse social? Na fraca participação do cidadão na actividade social e política e nas elevadas percentagens de abstenção, aquando dos referendos e eleições. Tudo isto resulta na avultada perda de poder e autoridade de um Estado, bem como na dissolução de laços nacionais e patrióticos. O que vem impulsionar cada vez mais a desistência por um país e pelos laços afectivos que supostamente demarcavam essa relação outrora vigente com a nossa terra natal. Consequentemente, tudo isto tem vindo a resultar em elevadas taxas de emigração e na perda de unificações com aquilo que realmente nos deveria interessar.

Assim sendo, questionamo-nos agora onde intervêm os *media* neste contexto dissoluto, político e social. Aliás, torna-se ainda mais pertinente esta questão, quando como resposta apresentamos que os *media* surgem como os principais responsáveis por esta situação.

Tendo como pano de fundo, toda uma dissolução político-social que se vive a um nível nacional e internacional, bem como uma cidadania da forma como a vemos actuar neste contexto, verificamos que de facto, o mundo surge articulado nada mais, nada menos que pelos próprios *media*. Tudo isto, exige a que reflectamos sobre a questão que aqui se torna pertinente colocar. Serão os *media* como diz o conceito, meros mediadores, meros meios e pontes, entre um Estado e uma cidadania? Ou mais que isso, encarnam eles mesmos o próprio fim e destino de uma causa? Realmente, torna-se merecido de destaque.

Decerto, simplesmente permanecem como sempre foram e poderão ser todas estas questões meras dúvidas que surgem provenientes de uma ou de várias crises actuais, nas

quais damos tudo para descobrir o principal responsável, pelo que está neste momento a acontecer. Certamente, os *media* mantêm-se à margem do que sempre foram e continuam a actuar apenas como meros mediadores, ainda que, com certa quota de infracção na representação da realidade. Muito possivelmente, poderão mesmo, estar apenas a tentar encontrar também um rumo para uma sociedade toda ela, entre si, dissolvida. Contudo, não nos parece que assim seja. Aliás, caso fosse, até à data ainda não o teríamos notado. E a questão avulta-se ainda mais por outras infindáveis razões. Nas teorias que encontramos sobre o assunto, são mais as que surgem contra esta última possibilidade apresentada, que as que surgem a favor e em defesa dos *media*.

Desde há sensivelmente duas décadas que vários estudos e investigações comprovam que a submersão das massas face aos meios de comunicação instrumentalizados é uma realidade. À televisão, por exemplo, sempre se atribuiu um poder invisível capaz de condenar fielmente uma assistência. Sempre foi um meio de comunicação em que, de há duas décadas para trás, sempre se atribuiu o poder de moldar e projectar realidades, bem como, personalidades. E, aliás, foi depois do seu surgimento que mais se passaram a notar estas alterações sócio-comportamentais no homem e cidadão. Todas estas questões só passaram a levantar-se após o entrosamento da televisão na vida quotidiana de cada cidadão. E se nos meios de comunicação tradicionais estas características já foram reconhecidas como uma preocupação de dimensão social, para muitos, com a chegada dos novos *media*, muito mais se acentuou esta situação. Sendo que, são cada vez mais os estudos que incidem sobre os efeitos colaterais dos *media* na cidadania, a curto e a longo prazo. Enfatiza-se cada vez mais esta questão como uma preocupação de dimensão social.

Assim que, se aos *media* mais antigos já atribuímos a responsabilidade pela dissolução social e política, perguntamo-nos agora, em que medida não poderão os mais recentes contribuir muito mais para essa situação. Assim que, se à televisão já atribuímos a responsabilidade pelo molde de uma cidadania apática e adormecida no que respeita ao seu contributo para uma vida pública, muito mais têm agora os novos *media*, sugerida também uma maior capacidade para tal. Sendo que, estes não só podem preencher uma vida a todos os níveis, como têm também a capacidade de colmatar distâncias reais e proporcionar uma vida plena, repleta de realizações pessoais, culturais e informativas. Por um lado, reconhecemos que, de facto, é em certa medida positiva esta agitação que os novos *media* vêm provocar. Por outro lado, é alarmante a forma que a sociedade e a cidadania podem vir a tomar com a entrada destes novos *media* nas vidas de cada um. Parecemos avistar no horizonte a imagem de uma cidadania desinteressada de vida pública, cada vez mais preenchida pelos novos *media*, no que toca à privada.

De facto, os *media* parecem estar a conduzir-nos rumo a uma perda total de capacidades, como interagir, intervir e socializar com o mundo de fora. E tudo isto, devido a uma elevada unilateralidade de relatos que em nada encorajam e incentivam o cidadão a pensar por si só, bem como a reivindicar e a intervir socialmente, lutando pela sua condição. Algo que, à séculos atrás era impensável imaginar. Demorou tantos séculos o cidadão a

conquistar um lugar e uma posição na sociedade para depois, actualmente, toda ela se encontrar extremamente abalada.

Aliás, remetendo agora para a origem do homem enquanto cidadão, sabemos que, a nossa experiência de cidadania surgiu com o aparecimento do Estado moderno. Toda esta experiência caracterizou-se por uma experiência de comunicação, em parte, bastante impulsionada durante os regimes absolutistas, numa altura em que se afirmava a emergência de uma revolução. E nunca o homem usufruiu tanto do seu poder de luta através da palavra e da comunicação, como nessa época. O homem usou e abusou da sua capacidade de reivindicar, argumentar e persuadir. Inúmeras revoluções ocorreram a partir do poder da palavra e da comunicação. Algo que hoje em dia, se parece ter perdido.

Contudo, aquando da sua emergência histórica, o cidadão comunicativo não é imediatamente um cidadão influente. A capacidade de comunicar própria da cidadania desenvolve-se ainda durante a vigência do período político absolutista, preparando certamente a revolução, mas despontando em instâncias que não podem ser pura e simplesmente confundidas com o movimento revolucionário. Por outras palavras, a capacidade de comunicar desenvolve-se, à partida, despojada ainda da influência política que, por outro lado, não pode deixar de ambicionar alcançar. (Sá, 2003:3)

Desta forma, a cidadania e o cidadão apareceram assim, aquando os períodos de regimes absolutistas. O homem emancipou-se enquanto cidadão, sob a forma de um público comunicativo e extremamente crítico. Por sua vez, este público surgiu pela mão do espaço de debate, discussão e persuasão, nos quais reinava a palavra e o argumento. Era necessária a mudança e, obviamente, de alguma forma a mesma tinha que ser conseguida. E nada mais, nada menos que o poder da palavra para poder alcançar a tão esperada viragem histórica. E aquando o fim dos regimes monárquicos absolutistas foi quando se passou a denotar mais este espaço de debate e o alargamento desse público crítico. Aliás, foi mesmo uma maior intervenção do homem enquanto cidadão e principal actor social que impulsionou o fim dos regimes absolutistas. Foi através de uma maior intervenção do cidadão e da luta pelos seus direitos que se alcançou a tão esperada democracia. Desta forma, instauraram-se posteriormente Estados e governos, onde a palavra do cidadão passou a ser determinante em decisões políticas e governamentais. Registaram-se nestes períodos de alteração e reforma política, grandes momentos decisivos para a história da cidadania. A mesma parece ter-se emancipado desta forma, após uma árdua luta através da sua palavra, reivindicando a sua condição.

Com a derrota dos regimes monárquicos absolutistas, surgiu assim a era da democracia. Assim que, com a chegada desta, o homem tornou-se cidadão e a passar a agir apenas por si próprio, demarcando-se pela sua cultura, bem como pela sua diferença. Já não tinha o príncipe ou o rei como forma ou ícone de identificação, a partir de agora o homem funcionava como uma unidade. Tudo isto leva-nos então a crer que com o surgimento da democracia deu-se prioridade à promoção da diferença, da cultura, da identidade própria e a bem dizer, de outras tantas características naturais e liberalistas, oriundas do debate sobre a diversidade. Contudo, esta democracia destacou-se principalmente, pela sua ambiguidade

racional e prática. Ora se supostamente, foi originada pelo nascimento do público crítico, bem como de espaços de debate e discussão, que posteriormente deram lugar à reivindicação, seguidos pela revolução, na prática muito disto se perdeu entretanto e já não se aplica desta forma. Na prática, após a sua chegada, a democracia tem-se destacado até, pelo lado oposto. Passemos à explicação.

Já não tendo o homem uma mediação entre si e a figura estatal e governamental, oposto do que acontecia sob a luz dos regimes monárquicos absolutistas em que o homem buscava na figura real um ícone e uma identificação directa, aspirando ser como este, devendo-lhe pura fidelidade, com a chegada da democracia muito disto se dissolveu. Com o fim do poder absolutista, basicamente, cada um passou a agir por conta própria, ou seja, cada um com a sua ideologia e vivendo da forma que mais queria e se identificava. Porém, também não era totalmente isto que a democracia, em si, pretendia. A democracia aspirava sim, à liberdade mas em quantidades de quanto baste. Desta forma, desenvolveram-se outras aptidões de controlo social. Alguns meios de instrumentalização surgiram entretanto, alterando com eles as bases de uma sociedade recente. Havia a necessidade de se estabelecer uma ponte entre Estado e cidadania, como forma de unificação e fortalecimento de relações entre ambos. E de facto, essa ponte foi erguida. Contudo, a forma como foi estabelecida, desde logo cedo, ditou a relação entre cidadania e democracia. Esta democracia aspirava como estreitamento de relações para com a sua cidadania, uma formação igual e da mesma forma doseada, para todos os cidadãos. Com o nascimento das democracias passou-se então a dar primazia à educação, como forma de combate às heterogeneidades. Ao contrário do que se esperava, tendo em conta a forma como surgiu a democracia, não se aceitou as pessoas tal e qual como elas eram, mas passou-se sim, a fazer com que elas fossem como tem que se ser. Tal como refere Rousseau em *Économie Politique* (1971). E é aqui que entram os *media* novamente. Assim que, ninguém melhor que os próprios *media* para estabelecer este tipo de unificação e igualdade entre a sociedade. Sendo eles os principais mediadores entre Estado e nação e o seu cidadão, ninguém melhor que os próprios para incutir a tão esperada e igualitária formação de ideias e opiniões entre o cidadão.

Foi com o aparecimento da democracia que os *media* passam também a ser apontados como os principais meios de instrumentalização política e social. E isto porquê? Ora se os mesmos, outrora se apresentaram como os principais promulgadores da liberdade e da diferença, bem como do diálogo e da comunicação, com o entrosamento da democracia, atribuiu-se-lhes, um carácter extremamente ambivalente. Configurados pela ambição democrática, os *media* assumiram um papel também ele determinante na dissolução de diferenças e disparidades. Ou seja, passaram a operar de forma contrária ao que costumadamente promoveram. Passaram a caracterizar-se como meros meios de criação de estigmas e estereótipos, bem como de pensamentos e opiniões. Ao mesmo tempo que se serviam da própria credibilidade e função para educar, formar e informar correctamente um público, foram incutindo nele, formas de pensar e de agir. Desta forma surgiram então conceitos como o “politicamente correcto” e outros vários padrões e chavões de

comportamentos e atitudes, face a vários casos específicos. No fundo, os *media* parecem ter-se aproveitado do seu papel fundamental para a sociedade democrática, para poder instrumentalizar por conta própria. É então deste modo, que no século XX, os *media* adquirem a forma de *mass media*. Ou seja, de veículos conectores de massificação. Contudo, com este novo conceito, surge também uma teoria paradoxal.

De facto, o projecto dos *media* como *mass media*, insere-se no âmbito de um plano sobre tornar a sociedade, toda ela numa massa crítica. Contudo, como vemos do início ao fim, todo este projecto, na prática, parece resultar no oposto.

E esta natureza paradoxal do projecto político que lhes está subjacente desencadeia, como consequência intrínseca ao seu próprio desenvolvimento, aquilo a que se poderia chamar o próprio desaparecimento da criticidade. A própria ideia de massa encerra em si mesma a tendência democrática para a homogeneização, ou seja, para a anulação das diferenças possibilitantes da comunicação. (Sá, 2003:5/6)

Assim que, de facto reconhecemos, que com o surgimento de meios de comunicação como a rádio e a televisão, vieram operar muitos destes factores. Quase desde os seus nascimentos, falando de rádio e ainda mais de televisão, que estes meios têm vindo a ser apontados como os maiores impulsionadores da massificação da comunicação, mas que, ao fim ao cabo, só têm contribuído para o oposto. Ou seja, para o fim da verdadeira comunicação propriamente dita. Tudo isto só se tem traduzido, na massificação do próprio homem que posteriormente, já não comunica, já não age por conta própria e, pior ainda, já não discute a sua diferença. Com tudo isto, deu-se uma certa acomodação aos factos. O homem e cidadão já não cria, ele copia e imita. Ele traduz-se num ser que já não é auto-suficiente intelectualmente, bem como opinantemente. Ele preenche essa lacuna apenas através dos *mass media*. O que estes lhe dizem e indicam é que é o correcto. A discussão e o debate social não ocupam já um lugar de destaque na vida de cada cidadão, contribuindo esta situação, cada vez mais, para a prova de que este prefere manter-se em silêncio sobre todos os factos, tendo receio de cometer o erro de se expressar e ser excluído ou visto como uma minoria perante toda a restante sociedade e comparativamente à opinião pública dominante. Neste âmbito, introduzimos então a relação desta situação com a Teoria da Espiral do Silêncio.

Cruzando variáveis aos níveis micro e macro, a TES é uma teoria sociopsicológica dinâmica que pretende explicar a formação, a continuidade e a alteração da opinião pública, bem como as suas funções e efeitos. Indirectamente, é pois uma teoria dos efeitos mediáticos. No seu cerne está a tese de que após sondarem o clima de opinião sobre um determinado tema (issue), o medo da exclusão social leva os indivíduos a não expressarem opiniões que os próprios percebem como sendo minoritárias ou tendencialmente minoritárias, o que leva, a termo, à afirmação, no espaço público, de uma opinião dominante. (Rosas, 2010:157)

Dir-se-ia então que os *mass media*, essencialmente espectaculares, são “meios” não na medida em que surgem como veículos de um contacto e de uma comunicação, mas justamente na medida em que estão entre dois sujeitos potencialmente comunicadores como um obstáculo que impede a comunicação propriamente dita. (Sá, 2003:7)

Desta forma, os *media* surgem então como fomentadores de uma sociedade de espectáculo. Assim que, verifica-se que, de certa forma, operam através de uma certa falsidade. Falsidade essa que tem induzido o público ao erro. E isto, porque caímos no erro da ilusão de que ao visualizar os *media* estamos, inevitavelmente, todos ligados ao centro que constitui a informação e a comunicação, contudo, nada disso parece acontecer. Na forma como cada vez mais se informa hoje nos *media*, apenas o oposto sucede. Sendo os *media*, os principais responsáveis pela desinformação a que se assiste, é apenas pura ilusão o facto de pensarmos alcançar através dos mesmos, a genuína comunicação e informação propriamente ditas. No fundo, os *mass media* não deixam de constituir um obstáculo ao alcance da pura e verdadeira informação.

Actualmente, abordar a verdadeira essência dos *mass media*, obriga-nos automaticamente a reconhecer o seu carácter extremamente vertical e unilateral no relato que é feito dos vários acontecimentos. E não é necessário estar extremamente habilitado para tal, para o reconhecermos. Ao observarmos à nossa volta, captando os comentários de várias pessoas sobre o relato desta crise política e económica que se vive, a opinião é geral: “Isto é demais, todos os jornais dizem a mesma coisa, é só desgraças.”. Esta frase constitui a representação mais fiel do que a generalidade pensa actualmente. Cada vez mais parece realçar-se nos *media* uma unilateralidade e verticalidade de relatos, já característicos aos mesmos, e que estão a contribuir para o fim do debate e do diálogo público, não havendo reacção ao que está a acontecer. Daí a nossa teoria de que só muito superficialmente é que os *media* podem surgir como os principais fomentadores de uma sociedade de informação e comunicação. Aliás, até bem pelo contrário, actualmente, os *media* ou até mais *mass media* só têm personificado precisamente o oposto. Ou seja, os promotores de uma sociedade de espectáculo.

Tal quer dizer que só aparentemente podem aparecer como os construtores de uma sociedade de comunicação. Em sua substituição, eles constituem aquilo a que Guy Debord chamou a sociedade do espectáculo. Configurada pelos *mass media*, tal sociedade surge, enquanto sociedade, como uma relação. Mas a relação espectacular é justamente caracterizada por Debord como uma relação não comunicacional. Neste sentido, ela é “o contrário do diálogo”.¹² E esta relação não dialógica e, neste sentido, não comunicacional pode ser determinada justamente pela mediação de *media* que, longe de fomentarem uma cidadania participativa, interveniente e crítica, se constituem como um obstáculo que impede o diálogo e a discussão: “O espectáculo não é um conjunto de imagens, mas uma relação social entre pessoas, mediatizada pelas imagens”; (Sá, 2003:7)

Em suma, concluímos desde já que os *mass media* à vez de promoverem a comunicação, bem como o debate aberto e a discussão em massa, entre a cidadania, têm figurado precisamente o oposto. Os *mass media* surgem sim, como um obstáculo entre dois seres comunicativos, impedindo entre eles o verdadeiro debate e discussão acerca de determinado tema, devido à verticalidade com que expõem os assuntos não deixando espaço para o livre arbítrio sobre determinada situação. Os *mass media* não só informam e demonstram determinada situação, como já incutem nos seus públicos e audiências a forma como hão-de pensar e opinar sobre esse assunto.

A modo de conclusão, parece-nos que, a supremacia dos *mass media*, contrariamente ao que supostamente promoviam, está a aniquilar a comunicação propriamente dita. Estes só têm contribuído para o fim, do que no princípio caracterizava as democracias ocidentalizadas. Democracias essas, originadas a partir do debate e da verdadeira discussão sobre os assuntos prioritários, vêem-se hoje abaladas pela passividade dos seus cidadãos face aos vários acontecimentos de dimensão pública, que têm demarcado toda esta actualidade. O comum cidadão, consumidor regular dos *media* vê-se hoje incapacitado de reagir perante qualquer situação. O mesmo parece dominado por uma acção de guerrilha, desenvolvida pelos próprios *media* para captarem a atenção de todos, perante algum facto não relevante, mas que provoca e conduz à hipnose. E aliás, perante isto, cada vez se denota o investimento em formatos de entretenimento e cor-de-rosa, sobre a vida privada e pessoal de cada um e em programas televisivos sobre a vida do seu semelhante, em que o seu êxito é mais que visível e consegue até colmatar a todos os níveis a falta de informação que se vive. Aliás, todos conhecemos o sucesso que demarcou programas como o *Big Brother* e tantos outros, como o recente *Secret Story*. O espectáculo demarca realmente estes *mass media* e é impossível não o reconhecer. E aliás, até podemos dizer bem mais. Quando dizemos que já não se gera discussão em torno de nada relevante para a sociedade, enganamo-nos. Acerca deste tipo de programas, o debate e a discussão são até exaustivos. O factor relevância é hoje evidenciado através destes pobres formatos. Durante as suas passagens pela televisão portuguesa, foram vários os destaques na televisão e na imprensa, concedidos aos programas, bem como às vidas privadas dos seus concorrentes. Assim que, será que o investimento no espectáculo é propositado da parte dos *media*, porque só o espectáculo agrada actualmente à maioria? Deixaram os factos de verdadeira relevância de constituir uma prioridade para a sociedade? A que se deve tudo isto? Será que assiste também aos *media* algum tipo de crise que está a impedi-los de fomentar a informação e comunicação propriamente ditas e de informar correctamente sobre os factos?

A todas estas questões responderemos no próximo capítulo. Contudo, existe algo que para já, poderemos concluir. Assiste-nos hoje uma grave crise da cidadania impulsionada pela nossa incapacitação de discutir e problematizar sobre determinados assuntos, e tudo isto impulsionado pela “formação” que recebemos diariamente, oriunda dos *mass media*. Os verdadeiros alicerces da vida debatida e vivida em democracia parecem hoje mais abalados e fragilizados do que nunca. E com o tema crise financeira em voga, nada mais pertinente de abordar, que a incapacidade de um público de reivindicar, perante os factos que lhe são apresentados. É de facto bastante alarmante o que está a suceder-se não só a um nível nacional como internacional, à mão dos *mass media*.

2.4. A Crise Global e os *Mass Media*

“Muito se diz, muito se fala da tal “crise”, mas dela pouco verdadeiramente se informa.”

Márcio Berclaz

Crise

Uma crise, do grego *krísis*, significa um momento decisivo, uma emergência ou um risco, que podem constituir uma viragem ou um juízo final sobre algo. Pode ser também um acumular de situações que dêem origem a uma discussão, a uma problematização e a uma sentença que emancipa a necessidade de uma mudança ou da busca por uma solução. Pode ser um grave problema. Na maioria das vezes, a palavra crise surge com conotação negativa, proveniente de algo negativo que sucedeu ou se está a suceder. Tipos de crise: crise económica, crise social, crise cultural, crise de confiança, crise mundial, crise global e até crise existencial, entre muitas outras.

Com a abordagem que faremos de seguida, onde destacadamente realçaremos duas crises, pareceu-nos pertinente abordar num primeiro momento o conceito de crise na sua generalidade para que possamos perceber melhor em que consiste o eixo central do presente capítulo e o que exige um debate sobre uma ou várias crises.

“Há quase dois anos só se ouve falar de crise em Portugal. As televisões, as rádios e os jornais - em doses maciças - não falam de outra coisa. O que tem criado, mesmo nos mais optimistas, um estado de depressão generalizado, que é muito negativo, principalmente para as jovens gerações. Sobretudo quando estas se deparam com uma ausência de horizontes e, especialmente, o aumento do desemprego no próximo futuro. O que é grave, deprimente e pode acarretar consequências sociais muito negativas.”

Mário Soares em Diário de Notícias (8 de Março de 2011)¹⁰

Uma crise global que a todos os níveis tem afectado os *mass media*, directa ou indirectamente, tem-se vindo a salientar ao longo dos últimos anos na forma como são produzidos os conteúdos noticiosos e criadas as actuais noções de realidade.

Num primeiro momento ao elucidar esta ideia, a mesma sugere que estamos a falar de uma crise financeira e da falta de receitas nos *media* que consequentemente têm contribuído para um pior desempenho do trabalho jornalístico. Ou seja, que estamos a falar de uma crise financeira. Porém, importa salientar que com isto pretendemos abordar e dar

¹⁰ Retirado do jornal Diário de Notícias a 8 de Março de 2011. Consiste num excerto de um texto de opinião da autoria do Doutor Mário Soares acerca da crise económica que se vive e da sua repercussão nos *media* e na sociedade. Neste pequeno texto, Mário Soares aborda a questão financeira, incidindo também muito sucintamente na abordagem que está a ser realizada sobre a mesma na comunicação social. Algo que nos pareceu pertinente evidenciar nesta dissertação. Consultado em:

http://www.dn.pt/inicio/opiniao/interior.aspx?content_id=1800905&seccao=M%E1rio%20Soares&tag=Opini%E3o%20-%20Em%20Foco (8-3-2011). Também disponível em anexos.

principal relevo à incidência de uma outra crise, de cariz cultural, que em muito tem condicionado a actual representação que é realizada sobre a crise político-financeira na comunicação social. Ou seja, não menosprezando a problemática que envolve toda uma crise económica, destaquemos uma outra que à escala social poderá ser ainda mais incidente e decisiva para a sociedade, que uma “simples” e mediática crise financeira. Assim que, falando de crise, podemos relacionar dois tipos de crise que somam e seguem paralelamente uma à outra: a crise cultural e a crise financeira. Parece salientar-se um certo paralelismo e ao mesmo tempo uma certa reciprocidade entre as duas. Com isto não pretendemos retirar à comunicação social o papel de vítima proveniente de uma crise financeira. Contudo, será de principal relevância, destacar que os *media* não só têm contribuído para esta crise, como ajudam à sustentação da mesma através do relato pouco factual que é realizado sobre esta crise, em parte impulsionado por uma crise cultural. E aqui, se cruzam então os dois tipos de crise. Uma mais antiga e de cariz inteligível e outra material. Sendo que, a primeira provoca a causa, que consiste na má representação que é feita sobre a realidade actual, e a outra constitui o efeito: uma unilateralidade de relatos sobre a actual crise económica.

Todavia, antes de partirmos para a explicação desta ideia, importa salientar que com crise e reciprocidade queremos elucidar que vive-se de facto uma grave crise financeira paralelamente ao facto de se estar a viver também uma grave crise de valores, regras e rigores neste segmento alvo do nosso estudo: os *media*. Sendo que, uma tem precedido e alimentado a outra, daí a nossa teoria de que o facto dos próprios *media* se encontrarem em crise, ajuda à sustentação de uma outra crise, a político-financeira. De facto, parece que uma crise de natureza cultural à muito sentida no segmento comunicacional tem condicionado a abordagem sobre a crise político-económica.

Se por um lado se têm destacado nesta crise factores externos ao jornalismo que têm vindo a contribuir para um pior estado da profissão (a falta de receitas e investimentos no sector), o mesmo se pode afirmar de uns outros tantos factores internos ao jornalismo, que têm partido de dentro do próprio. No que diz respeito a estes últimos, podemos considerar o surgimento e a introdução do sector privado entre a comunicação social e o conseqüente começo das guerras de públicos e audiências, por uma maximização de lucro, como dois dos agentes que têm vindo a contribuir para uma pior prática da profissão. O desvio que constituiu o seguimento por estes dois caminhos salientou o início de uma crise cultural e provocou a dissolução entre os *media*, originando um mau funcionamento da comunicação social enquanto serviço público, responsável pela informação do cidadão.

Ou seja, para além da já existente crise financeira e de todos os problemas que esta está a desencadear em todos os ramos, incluindo na comunicação social, (a falta de receitas e o encerramento de muitas redacções), os *media* parecem estar a contribuir para a sustentação da mesma quer a nível interno, quer a nível externo. Ou seja, não basta já a falta de condições que estão a condicionar a profissão financeiramente, como também as suas estruturas internas se vêm neste momento abaladas.

Isto é, podemos conotar esta crise de dois modos. Se por um lado, a mesma pode ser avaliada materialmente, ou seja financeiramente, esta crise pode também denotar-se invisivelmente reflectindo-se de outro modo. Neste último caso, a crise reflecte-se na perda de regras e rigores, bem como de valores que outrora comandavam a profissão. No lugar dos *media* passarem uma imagem clara e concisa dos acontecimentos, promovendo com isso uma maior discussão sobre o assunto, zelando pela própria credibilidade, estes têm realizado o oposto. Afigura-se nos *media* uma grave crise de critérios e valores, fazendo com isso aumentar e proporcionar duas em vez de uma crise.

Não obstante, com o tema crise em voga, note-se a incapacidade da comunicação social de informar sobre a mesma. A elevada incidência sobre este tema da parte dos *media*, nem de todo tem desencadeado dos públicos e audiências a sensibilidade fundamental para a abordagem e resolução do assunto. Com a (des) autenticação de tantos factos, as matérias noticiosas não têm sido propícias à constituição da crise enquanto prioridade para a sociedade.

Na nossa perspectiva, a projecção que é feita desta crise pelos *media*, não passa de uma estratégia da sua vasta agenda temática oriunda da perda de valores e originada por uma crise cultural que se sente cada vez mais na área da comunicação social. Senão vejamos então o tipo de destaque que é realizado sobre o assunto tornando temas como política em autênticas “passerelles” de escândalos sobre os ministros ou deputados e as suas vidas privadas, desorientando a sociedade de problemas à escala do seu interesse para situações privadas que não são da mínima importância pública, mas que à mão dos *media* se tornam em autênticas preferências. Digamos que, esta crise se torna vantajosa para os *media* em alguns sentidos. Tal como já referimos anteriormente, é o aumento do poder da comunicação social em prol do abalo que actualmente estão a sofrer algumas instituições políticas. Efectivamente, mais uma vez aqui se denota a contribuição dos *media* para esta crise, parecendo que desta forma pretendem que a mesma permaneça, mais que não seja pela forma carenciada como abordam o tema. Uma crise nunca poderá ser extinta se não for verdadeiramente assumida e discutida.

As notícias na comunicação social, ainda que revelem esporadicamente algumas situações a nível regional de encerramentos de fábricas ou despedimentos em massa, não fazem um balanço geral do que está a suceder a um nível nacional e internacional. Tudo é muito vago. Os *media* limitam-se a dar uma rápida e ligeira passagem de todos estes acontecimentos, ignorando a soma de todos eles que à larga escala resulta no fim de vários sectores comerciais e no desemprego em massa.

Lamenta-se o facto desta imagem de crise que é passada para a sociedade apenas relatar factos de fracassos pontuais, parecendo ignorar a verídica ruína social do sistema capitalista.

“O debate, desde que a crise deflagrou, tem-se centrado mais nos efeitos imediatos, e não tanto nas consequências a médio longo prazo e, muito menos, na procura das causas profundas que estão no âmago desta como de outras crises que, com alguma regularidade, têm sido geradas no ventre do sistema capitalista, desde os seus primórdios, e deflagrado com graus de intensidade diferenciados sobre a sociedade em

geral, mas atingindo, com particular violência, as camadas de população mais desprotegidas.”(Gonçalves, 2009)

Note-se a elevada insistência por parte dos *media* na repetição de determinados assuntos, mas que, apesar de tudo não se discutem, não se problematizam nem se aprofundam. No relato que é feito sobre os mesmos, apenas se lamenta ou se converge uma pior imagem aos governantes do nosso país, culpabilizando-os constantemente por todos os males, omitindo sempre do público uma possível solução. Os *media* portugueses parecem ignorar factos positivos, estando sempre empenhados em insistir e demonstrar o que é negativo. Elevadas percentagens de desemprego, encerramentos de serviços de bens primários, bem como outros temas do género, constituem os noticiários portugueses actualmente, na sua grande maioria. Neste momento, os *media* já não demonstram uma pluralidade de factos e opiniões. Tudo parece ser mau e negativo.

Muitos defendem que esta exposição dos factos favorece em grande soma os interesses de bancos e empresas globais e ainda alguns senhores com especial preferência na bancarrota de muitos sectores comerciais, com os quais de alguma maneira podem vir a lucrar.

Contudo, a tentativa em responsabilizar alguma entidade por esta crise é efémera.

Todavia, por mais que a grande imprensa pareça ignorar, há quem diga e sustente que o problema “da crise”, muito mais do que passageira tempestade financeira e económica, passa pela constatação de fracassos da ordem civilizatória.(Berclaz, 2009)¹¹

Muitos investigadores transportam esta crise, muito mais que a uma escala político-económica, a uma escala sociocultural, oriunda de uma crise de novos paradigmas e desafios. A dissolução das relações humanas e dos compromissos com o Estado, bem como a falta de sensibilidade deste para as causas sociais parecem constituir a palavra de ordem. A própria fragmentação da sociedade poderá estar na origem desta crise.

Na verdade, muitas questões políticas e sociais contemporâneas giram em torno de reivindicações conflituosas de identidades que envolvem grupos diferentes.(...), Os conflitos a nível mundial parecem justificar-se -segundo a ortodoxia vigente - pelas divisões e antagonismos provocados pelos vários credos religiosos, os quais significariam uma pertença exclusiva e singular também em termos culturais. Criando assim uma perspectiva identitária fechada aos outros, fechada ao mundo. O que, na esteira de Samuel Huntington, seria o tal choque das civilizações... (Matoso, 2007)

Impõe-se agora a necessidade de se pensar nos *media* como provedores do cidadão junto do Estado, servindo de ponte entre ambos, contribuindo para promover o discurso e o debate aberto bem como o desenvolvimento de uma solidariedade orgânica entre os dois. Falamos de solidariedade orgânica, porque de facto, há que ter em conta a fragmentação de uma actual sociedade capitalista na qual estamos inseridos, que automaticamente está

¹¹ Informação retirada de: <http://recortes criticos.blogspot.com/2009/05/crise-e-os-meios-de-comunicacao-hora-de.html>, (consultado a: 8-2-2011)

dividida em partes distintas (em vários organismos) (Durkheim, 1893). De volta ao tema e falando novamente de solidariedade e compreensão de necessidades, assim o diz o jornalismo cívico e do cidadão. A procura por estes novos jornalismo é hoje bastante recorrente entre os mais conscientes. Muitos destacam a pertinência destes novos jornalismo, tendo em conta a actualidade.

Contudo a adaptação a novos estilos não será tarefa fácil para a profissão. Sendo que nem podemos incumbir a mesma, em regime de exclusividade, da responsabilidade de “salvar a pátria”. Propõe-se deste modo, uma maior discussão e problematização sobre o assunto, abrangendo com ela todas as entidades que devem ser responsabilizadas por esta crise “pessoal-cultural-social-económica-financeira”. Assim a poderemos denominar também. Desta forma vários autores apresentam até a proposta de definir um órgão de regulação específico, de modo a preencher estas lacunas no jornalismo português. Assim que, funcionaria como um órgão que regulasse e supervisionasse toda a comunicação social a nível de conteúdos, não implicando com isso a sua liberdade editorial, para assim apurar o dever dos *media*, em relação à sua responsabilidade social ao informar (Cádima, 2007:43).

Importa agora salientar, que a crise também representa a oportunidade (Matoso, 2007). E é isso que não deveremos esquecer em momento algum. Pelo contrário, temos agora a oportunidade de renascer das cinzas e de agarrar esta oportunidade para o estabelecimento de uma nova ordem noticiosa nacional.

2.5. Informação: as novas tendências face à Crise

Impõe-se agora a necessidade de se reflectir sobre as várias mutações sofridas ao longo destes anos pelo jornalismo, bem como as várias provações pelas quais a profissão tem passado ao longo das últimas décadas. É extraordinária a capacidade do ofício em se reinventar e adaptar a novos estilos e a novas épocas, bem como à sociedade que serve principalmente.

Num primeiro momento elucidamos a tendência normativa actual abordando o negativismo noticiosos bem como todo o caos informacional resultante deste novo pendor e não só. Uma grave crise cultural parece constituir a palavra de ordem.

Presentemente, partiremos rumo ao encontro de uma reflexão sobre as necessidades que surgem provenientes desta actualidade.

Verificamos que, de facto, uma grave crise cultural tem impedido um relato claro e fidedigno sobre a presente crise financeira. Tudo isto, tem contribuído para a incapacidade de um público que já nem se sabe manifestar nem opinar sobre determinada situação. Tudo quanto é noticiado é absorvido pelo público sem que seja verdadeiramente e realmente digerido. Ao longo dos últimos anos, uma grave perda de reivindicação tem vindo a acentuar-se cada vez mais nestes públicos. Assim que, é urgente e necessário recuperar estas particularidades do velho público, bem como incentivá-lo a uma maior participação cívica na vida social.

Afirma-se neste momento a indigência de se repensar sobre novos critérios de noticiabilidade. Torna-se agora pertinente a reflexão sobre novas formas de comunicação que aproximem o cidadão da realidade, bem como exijam do mesmo uma maior participação cívica. Ou seja, é urgente insistir numa maior interactividade entre cidadão, comunicação e política e numa atitude extremamente cívica, e não cínica, que proporcione o discurso e o debate aberto entre os três. Propõe-se um tipo de jornalismo mais interventivo que sirva para estabelecer o consenso entre esfera pública e mediática¹². Embora se pareça com uma reflexão utópica, não o é. Parte de uma necessidade real.

Muitos estudiosos das ciências da comunicação apelam hoje em dia à ideia de um jornalismo cívico e do cidadão, isto é, um jornalismo que exija e que proporcione ao cidadão uma maior manobra de adesão às causas sociais bem como uma maior interveniência da sua

¹² Esfera Pública é a dimensão pela qual várias questões de interesse público são discutidas e problematizadas pelos actores públicos e privados, e que consequentemente dão origem à opinião pública. Habermas (1961) aborda o conceito sob a forma de um intermediário entre o sistema político e todos os restantes sectores privados de acção e da vida. Basicamente, constitui a força e a opinião pública acerca de determinado assunto junto do sistema político. Actua como uma dimensão social mediadora entre o Estado e a sociedade. Dá voz e força ao que é relevante para a sociedade. Esfera mediática é algo de também interesse público, contudo não constitui uma necessidade nem algo muito relevante para a sociedade. É simplesmente algo que atinge uma dimensão exagerada e mediática no seu mais puro sentido e muitas das vezes, estrategicamente. Porém, apesar de muitas das vezes não constituir uma necessidade ou uma pura realidade atinge toda a sociedade mediaticamente, dando origem e fomentando também determinada opinião pública sobre algo. Muitas das vezes, pode ser complicado distinguir esta última esfera, da primeira.

parte na sociedade para expor as suas necessidades. Este jornalismo concede principal destaque à palavra do cidadão, sendo que não menospreza as suas ideias, até bem pelo contrário, concede importância e dá voz às mesmas.

Outra corrente de reflexão é ainda o jornalismo participativo ou colaborativo, em que o cidadão colabora directamente com o jornalista na produção dos conteúdos informativos, ocupando lugar de destaque na selecção de temas como prioritários e propícios ao debate, sob o seu ponto de vista enquanto cidadão.

Actualmente, acredita-se de facto, que o cidadão comum e uma maior interveniência sua na sociedade possam ser a solução para a resolução de vários problemas e carências de cariz comunicativo e informativo. Daí, várias serem as correntes jornalísticas que, actualmente, apelam a uma maior interveniência pública e do público, no jornalismo que se pratica. Uma maior preocupação social sobre os temas que mobilizam e sensibilizam a sociedade poderá proporcionar de novo, um jornalismo rico e rigoroso que vá de encontro às necessidades do público. Aliás, é mesmo isso que se pretende com todos os novos jornalismo que se promovem e praticam actualmente.

Contudo, embora sejam inúmeros estes novos jornalismo praticados, actualmente, através da internet (webjornalismo¹³), bem como publicações em blogs e nas mais variadas redes sociais, impõe-se agora a necessidade de um supervisionamento sobre estes novos formatos. Pois embora apelem a um jornalismo “comunitário” (Correia, 2003) e à liberdade de expressão, que de facto reconhecemos que constitui um direito, note-se que nem todos os publicadores online estão habilitados para o ser. João Carlos Correia expõe a ideia.

Na forma de jornalismo comunitário que defendo tem que haver lugar para a mediação e para a imposição de uma distância que impeça o domínio das turbonotícias e a proliferação exponencial da quantidade de informação relacionável. Em vez da fluência caótica das comunidades, o jornalismo comunitário, uma das formas possíveis de jornalismo na NET terá que conter o exercício de um mínimo de mediação que permita o estabelecimento profissionalizado de formas de gatekeeping, necessariamente diferentes das tradicionais mas que impliquem, pelo menos, a existência de opções no que respeita à relevância relativa dos dados e das informações. Os mediadores serão responsáveis pela existência de um certo grau de tematização, ou seja de selecção dos temas considerados relevantes para a comunidade criada em volta do medium e para a comunidade em que este se insere. Isso não impede a abertura à comunidade, pelo contrário. Só que em vez do modelo anárquico e lúdico do chat ou do MUD teremos o modelo de uma comunidade organizada em torno de temas com um grau de especialização ou de generalização que vai depender da opção editorial tomada a priori pelos responsáveis pela edição do material informativo. (Correia, 2003)

Deste modo, pretende-se que apesar de se dar espaço a uma nova ordem comunicacional, a mesma seja mediada para a garantia de um discurso lógico e rigoroso. Não pretendemos de novo a recriação de um jornalismo carente de regras e rigores. Este

¹³ Webjornalismo é o jornalismo praticado através da Web/Internet. Tendo começado inicialmente por denominar a versão em formato digital de alguns meios impressos, o webjornalismo tomou hoje proporções diferentes, sendo que é actualmente um novo género de jornalismo praticado única e exclusivamente na Internet, proporcionando ao webleitoeur um espaço de interactividade e de troca de informação.

jornalismo comunitário prende-se, inclusive, com a necessidade de uma informação equilibrada e escrupulosa que proponha interactividade entre jornalistas e públicos, para assim compreender melhor as necessidades destes últimos enquanto informandos.

Assim que, com o surgimento destes novos jornalismo, uma nova oportunidade é garantida à profissão. Novos espaços de debate como estes proporcionam ao jornalismo a oportunidade de se redimir perante a sociedade, para conjuntamente construir uma nova ordem informativa que tenha como prioridade central as necessidades do público. Estes novos segmentos comunicacionais revelam a preocupação e a tomada de uma responsabilidade social.

Aliás, pensa-se inclusive, que estes novos *media* digitais e impressos fomentam a cidadania e remetem para a sociedade do conhecimento. Como refere Rogério Santos, baseado em outros autores (Paulino, 2008; Bruns, 2008; Barlow, 2008) em *Media Digitais e Responsabilidade Social*, estes novos *media* promovem conceitos como responsabilidade social, criatividade e trabalho colaborativo, software digital de livre acesso, jornalismo de cidadania e cultura (Santos, 2010:59).

Contudo, evidentemente que, com o surgimento destes novos jornalismo, novos critérios e responsabilidades emergem. Concomitantemente ao facto de consistirem estes espaços em modelos mais liberalizados e democráticos de fazer informação deve estar aliada uma maior preocupação pela mediação destes novos estilos. Assim que, autores como Rutigliano (2007:230) referem algumas condições fundamentais à criação destes novos modelos comunicacionais e à sua legitimidade editorial: uma informação controlada e produzida por um só autor, usualmente pelo criador do sitio; *híbrida*, ou seja, com a colaboração de alguns voluntários; e finalmente aberta, ou seja um espaço que dê lugar ao debate aberto mas moderado para o qual todos possam contribuir e onde todos possam participar (Santos, 2010:62).

Contudo e a modo de conclusão, embora se verifique que estes novos *media* ocupam desde já um lugar de destaque no Web espaço, pretende-se que os mesmos conquistem também a sua posição nos modelos impressos (imprensa), bem como na rádio e televisão. E se nos jornais e nas rádios se verificam desde já alguns espaços concedidos para os manifestos da opinião pública, ainda que em menor proporção que na Internet, o mesmo se pretende na televisão. Todavia, os cuidados a tomar com a televisão terão que ser redobrados. Já se conhecendo a sua incidente tendência para o apelo emocional, a liberdade editorial a conceder aos novos estilos jornalísticos no espaço televisivo terá que ser bem premeditada. Com isto não pretendemos controlar nem censurar este meio de comunicação. Apenas desejamos que estes novos estilos sejam aplicados de forma equilibrada e em sintonia com a forma com que são trabalhados nos restantes *media*, não usufruindo a televisão do poder da imagem como uma vantagem, para trabalhar com maior sucesso estes novos formatos. Aspira-se que a aplicação destes novos jornalismo nos *media* seja igualitária entre todos, porém, claro que, tendo em conta as capacidades e as restrições de cada um.

NA IMPRENSA

Importa agora destacar a aplicação destes novos jornalismo na imprensa, o nosso objecto de estudo e análise. Neste meio de comunicação, parece-nos que, o sucesso dos novos estilos jornalísticos poderá mesmo vingar.

Note-se que, de todos os meios de comunicação, a imprensa é o modelo mais reflexivo e ponderado de todos. De facto, ainda que, a intervenção do cidadão na elaboração das matérias noticiosas implique algumas preocupações devido à elevada conotação emocional que possa exercer perante o restante público no que respeita à sua falta de experiência ou profissionalismo na área do jornalismo, na imprensa esta situação parece não merecer tanta preocupação. O facto de a imprensa estabelecer certos obstáculos, naturais do próprio meio, no que toca à transmissão de emoções e sentimentos (visto que constitui um meio impresso sem intromissão de componente audiovisual) parece delimitar a barreira do rigor. Mesmo não estando o cidadão comum habilitado para relatar factos e acontecimentos, exagerando muitas das vezes o relato que faz sobre os mesmos, conotando-os de alguma carga emocional que pode ser manipulativa, na imprensa isto nunca poderá acontecer. Para além de ser um meio restrito neste âmbito, o jornalista passará sempre o seu supervisionamento sobre estes conteúdos. Uma das suas principais características, que em detrimento de outros meios, parece ser redutora, é na realidade a que lhe confere mais visibilidade para a aplicação dos novos jornalismo: nada mais nada menos que o facto de ser um meio impresso, carente da componente audiovisual.

Embora nos pareça que a imprensa possa ser o meio mais condicionado, digamos assim, nesta condição pode ser o mais promissor. O facto de a imprensa não possuir a forma audiovisual, faz de si o meio de comunicação que permite um tipo de informação mais linear e obediente. Tudo isto, devido ao facto de não sofrer interferências de som e de imagem. Efectivamente que a componente audiovisual apela muito mais à distração e ao apelo emocional da parte dos públicos e audiências. Assim, a imprensa confere ainda ao seu público um tipo de informação condensada e concentrada, adquirida através de uma leitura séria e sem desvios de atenção. No máximo dos máximos, a acompanhar o texto traz apenas um suplemento de imagem como forma de complementar o acontecimento que está a ser narrado.

Com isto não queremos dizer que os outros meios de comunicação não possuem legitimidade para exercer da melhor forma estes novos jornalismo. Contudo, é inevitável não reconhecer e apontar à televisão o facto de sempre que conta com a presença do cidadão comum, utilizar a componente visual para atrair mais as audiências às vezes nem tanto para o acontecimento que está a ser relatado, mas mais para o facto de através dela se poder visualizar não só o que se está a narrar como quem o está a fazer e a forma como o faz. Nesse aspecto, na imprensa isso não acontece. O público que compra e lê o jornal, por mais que leia informação escrita e fornecida por qualquer outro cidadão, dá atenção apenas ao conteúdo

dessa informação. Nunca pode ser atraído, ou distraído, digamos assim, pelo facto de ser pessoa X ou Y a narrar o acontecimento e na forma e circunstâncias como o está a fazer.

Este tipo de estrutura informativa parecendo que não, é ainda actualmente a mais capacitada de se redimir honestamente perante um público. O facto de ser um meio extremamente restrito de componentes de ordem desviante do que é relevante, sendo que não utiliza som nem imagem, faz com que mesmo os conteúdos produzidos pelo cidadão comum sigam uma certa e determinada linha, não havendo lugar nem espaço para desvios de atenção na forma como a informação é produzida e posteriormente adquirida. Ou seja, mesmo sendo a informação produzida sem muito profissionalismo, é provável que a mesma apenas obedeça ao que realmente interessa obedecer. Para além de que, o jornalista irá sempre supervisionar este tipo de conteúdos. Por último, para que tal se concretize com sucesso, resta que este meio reconheça as suas capacidades e se deixe restaurar por estes novos jornalismo que remetam para a importância da cidadania. Sendo este meio de comunicação o mais tradicional e antigo seria interessante conceder-lhe este aspecto que em parte, ainda lhe está em falta. Uma maior intervenção pública e do público.

Numa altura em que se afirmam tantas novas modalidades e estratégias informativas, cabe à imprensa o aproveitamento do facto de ser ainda o meio de comunicação mais tradicional e alcançável de entre todos junto do público. E como exemplo disso, temos o facto de na província e no interior do país ser ainda dos meios de comunicação mais utilizados e levados em conta, junto da camada de população mais envelhecida e tradicional, dominante nestas zonas territoriais.

O próprio facto de poder vir a conceder a esse público uma maior participação e intervenção sua na comunicação social contribui até para promover a solidariedade e a credibilidade entre estes dois segmentos. Promove a comunicação e fortalece a sociedade.

Seria realmente interessante investir num jornalismo comunitário neste segmento comunicacional. Com a prática deste jornalismo em formatos impressos, muitas barreiras comunicativas poderão ser abolidas em algumas zonas do país onde a internet ainda não domina. Aliás, em parte, estes novos jornalismo poderão ajudar a colmatar essa carência de ordem tecnológica. Contudo, com isto não pretendemos menosprezar o facto de a internet não estar ainda ao alcance de toda a população. Muito pelo contrário, é nosso desejo que todos os cidadãos tenham acesso ao Web espaço. Todavia, enquanto este facto não constituir ainda uma realidade, cabe aos meios de comunicação já há mais tempo existentes, a fomentação de uma informação mais aberta e social que tenha em conta as necessidades desses tipos de público e que, aliás, lhes providencie e garanta também uma certa formação e evolução. Claro que, em alguns casos este facto já constitui uma realidade, contudo se todos apostarem conjuntamente nesta forma de informação, muitas barreiras de cariz comunicacional serão abolidas. De certo modo, estas práticas poderão até combater o isolamento social e promover, mesmo em zonas mais desertificadas do país, uma informação de maior interacção entre público e jornalistas, não fazendo esquecer nem morrer a cultura e

formação outrora tradicionais em que todas as novidades e necessidades da “terra” eram reivindicadas no jornal local.

JORNALISMO PÚBLICO: UMA NECESSIDADE ACTUAL

O Jornalismo Público ou *Civic Journalism*, nasceu nos Estados Unidos em finais dos anos 80. Este jornalismo parte de uma corrente reflexiva em que o jornalismo não serve apenas para apontar e revelar os problemas de uma sociedade, mas sim para ajudar também a combatê-los e a solucioná-los.

Esta corrente tem incidido principalmente na necessidade que constitui o facto de uma maior participação cívica do cidadão nos assuntos sociais e também uma maior interveniência da sua parte nos conteúdos jornalísticos. Ou seja, este jornalismo incide na promoção de uma maior participação do cidadão na produção de informação. A comunicação social tem a responsabilidade de informar e comunicar o que está mal e o cidadão, o papel de poder reivindicar soluções plausíveis sob o seu ponto de vista enquanto actor social.

Embora pareça que nem sempre o cidadão comum pode estar habilitado para problematizar e discutir sobre problemas e causas sociais, ninguém poderá ser mais apto para o fazer que não o próprio praticante do dia-a-dia em comunhão de bens com a sociedade. Assim que, parece-nos bem, introduzir nesta temática a pertinência deste novo jornalismo que visa à inteligência colectiva bem como a união de esforços entre jornalistas e públicos para que, fundidos em uma só causa possam ajudar ao combate de uma desordem informativa que neste momento se vive. E, numa altura, em que ainda pouco se fala de jornalismo público, nada mais inovador que propor o tema não só para reflexão, como mesmo para aplicação e prática do próprio.

Este jornalismo surgiu nos Estados Unidos aquando as eleições presidenciais de 1988. Uma carenciada e frustrada cobertura deste acontecimento, que em nada correspondeu às expectativas e necessidades do público, influenciou posteriormente, o jornal *Columbus Ledger Enquire*, na Geórgia, a abordar e a tentar estudar o que mais afligia e preocupava a comunidade local. De facto, ao se terem apercebido de um fraco interesse da população nas causas sociais, bem como no relato que era realizado sobre as mesmas, esta entidade resolveu investigar a preocupação dessa população, assumindo um papel extremamente activista nesta causa. Este jornal deixou de ter apenas o papel de observar e informar e passou a incentivar o seu público a uma fusão de esforços para que, com isso, passassem a abordar mais o que de facto preocupa e mobiliza a sociedade e com isso contarem mais com a participação da mesma para o fazerem e para juntos partirem em busca de soluções (Quadros, 2005:45). Após a iniciativa deste jornal, várias foram as publicações que seguiram o exemplo, bem como outros meios de comunicação. Mesmo na rádio e na televisão surgiram projectos relacionados com o tema. Obviamente que, na Internet foi onde mais se denotou a aplicação deste novo estilo. Assim que, o público passou a ter um papel determinante na definição de prioridades para a sociedade, bem como passou a participar mais na procura por

soluções para o combate desses mesmos problemas, juntamente com os jornalistas e as mais variadas publicações. O público conquistou finalmente, o seu lugar nos espaços de debate e discussão. E se outrora tinha quem definisse por ele as possíveis soluções para os seus próprios problemas, actualmente contornou essa situação e passou a assumir ele próprio essa função. Contudo a prática deste jornalismo ainda não domina nem está perto disso.

Actualmente, vários são os autores que destacam cada vez mais o jornalismo público como uma solução. Nelson Traquina, relembra mesmo que mais do que revolucionar o jornalismo, esta corrente procura “solucioná-lo e redefini-lo” (Traquina, 2003). Com a emergência de tantas necessidades de ordem comunicacional a sociedade não necessita neste momento de ser ainda mais fragmentada e dividida em partes, a sociedade necessita sim de ser mais condensada e unida em uma só causa. Um jornalismo público pode e deve, desta forma, estreitar mais as relações entre os *media* e a sociedade e com isso proporcionar a verdadeira vida e prática da mesma em democracia.

Por fim, assume-se neste momento a necessidade de se afirmar que é este jornalismo que faz cada vez mais falta em Portugal. Ainda que já haja quem procure praticá-lo, estamos longe de seguir exclusivamente por esse caminho.

“A história da imprensa é a própria história do desenvolvimento da sociedade capitalista.”

Nélson Sodré

Capítulo 3. O Caso Português

3.1. O Jornalismo em Portugal: Algumas Reflexões

A presente situação do jornalismo e dos jornalistas em Portugal tem sido objecto de inúmeras preocupações nos últimos anos. Um desenrolar de situações sem possível antevisão de perspectivas de melhoras tem demarcado o estado actual da profissão. Algo que, tem tornado cada vez mais dificultada uma análise aprofundada sobre a questão do actual dominante papel do jornalismo, em Portugal.

Assim sendo, é bastante delicado nos nossos dias fazer um balanço sobre o desempenho da profissão em território nacional. Não porque a situação esteja pior que há uns anos atrás mas porque somos obrigados a uma maior tomada de consciência impulsionada por esta actualidade vigente e pelo papel que o jornalismo tem assumido cada vez mais enquanto organizador da realidade social.

Este discurso crítico não é necessariamente denunciador de um caos, nem sequer significa que o jornalismo praticado hoje é pior do que há um século atrás. Ele revela, antes, uma tomada de consciência sobre a importância do jornalismo como organizador da sociedade contemporânea e, em face disso, a necessidade de repensar os fundamentos da sua legitimidade. Como nos diz Lipovetsky: «Ninguém porá em dúvida as falhas e abusos dos *media*, mas seria ingénuo acreditar que eles são piores hoje do que ontem. É menos numa pretensa degradação da qualidade da informação que é preciso buscar as razões da renovação ética, do que no aumento da força dos *media* como poder organizador da realidade social» (Camponez, s/d:14)

Inúmeros têm sido os factores com que nos temos deparado e que, de certa forma, têm surgido como empecilhos face a esta análise. As várias disparidades com que nos deparamos na hora de fazer um balanço sobre o desempenho da prática desta profissão em Portugal são mais que muitas. Uma época demarcada por transformações de várias ordens, nomeadamente, de cariz político, social, religioso e tecnológico, tem impedido uma justa e completa análise de situação. Os diferentes modos de se fazer jornalismo e um sem número de novos canais, jornais e rádios, cada um com a sua ideologia, deontologia e método de trabalho, têm condicionado também o aprofundamento sobre a situação.

O que torna problemática a questão de ética nos *media* é a inexistência de um código profissional e universal de práticas éticas, como já são comuns em campos como a medicina ou a advocacia. (...) É igualmente difícil discutir o papel específico da ética na comunicação social devido à diversidade de empresas de comunicação existentes na sociedade. Diferentes tipos de firmas exigem diferentes tipos de abordagem em termos éticos. (Albarran, 2007:25)

O ritmo e a intensidade com que se tem vivido cada momento também não têm facilitado a profissão. As dificuldades marcam esta actualidade a todos os níveis e em muito têm pesado factores como uma concorrência desenfreada entre os *media*, na prática do ofício.

O facto de estarmos, neste momento, a atravessar um dos piores períodos da história de Portugal, tendo como pano de fundo uma crise político-financeira alertou-nos para a pertinência de avaliar neste momento a prestação do jornalismo português nesse contexto de degradação social. Toda esta crise tem tornado cada vez mais pertinente, o debate sobre o estado actual desta profissão em Portugal, bem como das capacidades da mesma em suportar toda uma representação de um cenário de crise. Sem dúvida que, em muito se tem repercutido esta condição no panorama informativo vernáculo. Por conseguinte, torna-se necessária uma maior consciencialização e problematização sobre o assunto. Evidentemente, a realidade actual a que preside o jornalismo em Portugal está a tornar-se alvo de várias inquietações, sobretudo pelo tipo de relato que é feito sobre os vários acontecimentos que marcam esta actualidade. Não só se vive, neste momento, uma crise político-económica a nível nacional, como a própria profissão se encontra também a passar por um período conturbado que, inevitavelmente, tem estado a contribuir para um mau desempenho da sua parte na representação desta recessão económica e crise política que se vivem.

Assim sendo, e após averiguarmos alguma da vasta teoria que existe sobre o assunto, na qual vários autores referem esta crise que se vive não só a um plano nacional como internacional, remetemos como principal factor sobre esta crise no jornalismo, o campo económico (Camponez:s/d; Correia:2003). A sobreposição privilegiada da televisão em relação aos outros meios de comunicação, bem como a guerra de públicos e audiências que surge derivada desta situação e uma mercantilização da profissão, parecem estar na origem desta nova condição. Em muito tem pesado o factor económico nas práticas do jornalismo. Contudo, outros agentes surgem também aliados a esta dissolução da profissão. O avanço tecnológico é um deles. Todavia, apesar de este factor ser fundamental para a explicação de muitos acontecimentos, é na economia e nos interesses que derivam da mesma, que realmente se centra toda esta problemática (Correia, 2003). Porém, não é apenas no cariz empresarial e nas condições salariais que se denota esta influência. Também no pensamento de alguns dos actuais administradores da comunicação social se salienta um elevado interesse lucrativo em detrimento de outras prioridades. A partir do momento em que as notícias deixam de ser notícias e passam a constituir uma mera produção de conteúdos visam apenas fins lucrativos. Ou seja, mais que atingir um fim qualitativo, a comunicação social aspira hoje em dia atingir fins meramente comerciais (Correia, 2003).

A situação do jornalismo em Portugal agravou-se então desde que passou a ser maioritariamente influenciada e condicionada pelo campo económico. Esta condição não só afectou toda a sociedade, como também o jornalismo e os jornalistas, aliás estes últimos fiéis à sua profissão, vêm-se hoje obrigados a uma sujeição ao mercado. Desde então, o seu trabalho passou a ser restringido apenas por ordens e fins de uma orientação puramente lucrativa. Ou seja, o próprio jornalista perdeu também a sua autonomia. E, sabemos que em todas as profissões é necessária certa e determinada liberdade para que se possa praticar o ofício com algum gosto e empenho e, ultimamente, isso já não se verifica na profissão de jornalista. Aliás, esta profissão é hoje considerada das mais pressionadas e condicionadas,

sendo alvo de inúmeras preocupações desta ordem. Há uma tendência para o jornalista constituir hoje, apenas, um mero instrumento “fazedor” de notícias (o produto), em que, tal como uma máquina está comandado de forma automática e linear para obedecer a uma certa linhagem de produção.

Ou seja, não já uma actividade de redacção e edição de publicações regulares mas espaçadas no tempo,(...) não já um exprimir de subjectividades livres, alheias a regras de construção de géneros ou de formas, mais ou menos independentes do sucesso económico a que os leitores votem os enunciados expressos, mas, isso sim, uma actividade industrial e mercantil com características bem definidas como sejam a produção em série, regras precisas de construção da sua mercadoria(...). (Correia, 1998:85)

Para além de que, constitui hoje uma das profissões mais competitivas no mundo do trabalho, sofrendo inúmeras pressões desta ordem, que obrigam o jornalista a ceder perante metodologias com as quais não concorda, mas às quais tem que se sujeitar para poder trabalhar.

A questão de fundo, que não é nova, é que a força das pressões mercantilistas dentro das redacções, concretizadas na luta pelas audiências, na prioridade e formas de abordagem concedidas a determinados temas, na cedência perante a superficialidade, a falta de rigor e o sensacionalismo e, por vezes, na própria concorrência entre jornalistas, favorece a existência de um clima, ou mesmo, a pouco e pouco, de uma cultura profissional, em que o cumprimento de algumas regras básicas da deontologia, e às vezes do simples bom senso e bom gosto, se torna num obstáculo (e não num factor positivo) para o reconhecimento por parte dos superiores, a progressão na carreira ou mesmo a garantia do emprego. Nas concretas condições actuais, não é fácil a um jornalista (tanto mais quanto mais frágil for a sua situação laboral) opor com frontalidade os argumentos da ética perante um patrão (ou seus representantes na sala de redacção) obcecado pelas “exigências do mercado”. (Correia, 2003)

A escalada dos imperativos comerciais no seio dos grupos de comunicação social fragilizou a autonomia do trabalho jornalístico. Estas evoluções foram acompanhadas de atentados aos princípios deontológicos, facto que contribui para uma degradação da imagem de jornalista. (Neveu, 2003:115)

Na nossa perspectiva, parece-nos que o jornalista passou a constituir ele próprio o centro da controvérsia e do debate, depositando-se nele as responsabilidades por um fraco relato sobre a actualidade vigente, não se reflectindo seriamente sobre o que estará a operar por detrás desta situação e que, conseqüentemente, tem estado a contribuir para este desempenho pouco obediente e para a degradação da sua imagem enquanto mediador social.

Neste contexto, o jornalismo e os jornalistas, de “simples” promotores e mediadores do debate público, passaram a fazer parte do centro do debate. As formas de selecção e produção de informação, as práticas, os valores e as ideologias do jornalismo são hoje objecto de um questionamento social, estimulado, entre outros, pelo debate público, sócio-profissional e por uma reflexão desenvolvida nas universidades e nas escolas de jornalismo. (Camponez, s/d:9)

Porém, não deveremos responsabilizar unicamente a comunidade jornalística, porque a outros factores se deve também esta situação. Hoje em dia, mais que a qualquer outro tipo de condição, tudo isto se deve, na nossa perspectiva e após alguma pesquisa, à obediência a

uma lógica estritamente mercantilista não podendo pois, com isso, culpar exclusivamente o jornalista, quando o próprio também é pressionado nesse sentido.

O jornalismo é apenas uma vertente de um mundo da comunicação social cada vez mais dependente da lógica do mercado, e nem os jornalistas são deixados pacificamente entregues às suas notícias nem são eles os únicos protagonistas que intervêm no campo mediático. (Correia, 1998: 17)

Os jornalistas da imprensa nacional de informação simbolizam, pois, a identidade tradicional da profissão e são submetidos a enormes pressões para mudarem as suas formas de trabalhar, bem como o produto que elaboram. (Neveu, 2003:41)

Na sua generalidade, ao longo dos últimos anos e quase sem que ninguém se aperceba, o jornalismo passou a ser visto não como a produção de informação no sentido de uma prestação de serviço público para com a sociedade, mas sim como um negócio. Sendo que, tem tomado na sua maioria grandes proporções comerciais (Correia, 2003). Tudo isto, se pode dever ao facto da “invasão” de muitos empresários no campo da comunicação, que sem estarem habilitados para tal, têm comandado toda a produção de informação. A este factor, podemos aliar ainda o facto da grande perda de sustentação e autonomia da comunicação social, obrigando a mesma à sujeição ao mercado, isto é, à submissão a um mercado sem escrúpulos, cada vez mais, usurpado pelo sector privado. Numa altura em que o meio se encontra fragilizado e sem receitas, sobrevivendo muitas das vezes, apenas de patrocínios e alguma publicidade, resta-lhe simplesmente, a sua entrega ao mundo capitalista.

Hoje, os *media* são empresas que integram grandes grupos económicos nacionais e mundiais, ao ponto de as ameaças ao jornalismo resultarem mais das lógicas empresariais do que da repressão política. (Camponez, s/d:9)

Autores como João Carlos Correia elucidam ainda a evolução do jornalismo rumo a uma autêntica indústria jornalística, sendo que toda a imprensa ganha cada vez mais contornos que “resultam de uma produção em série” (Correia, 1998:85), que visa cada vez mais fins meramente mercantilistas e a entrada no mercado como outra qualquer indústria.

Por conseguinte, em muito se têm reflectido estas mutações na profissão não só a nível nacional, como também a um nível internacional. Assim que, a elevada incidência em relatos sensacionalistas e negativistas, bem como, o aumento das *soft-news*¹⁴, a obsessão por notícias frescas e em primeira mão, carentes de regras e rigor, revelam algumas dessas transformações que tem sofrido a prática desta profissão. À grande escala, tudo isto se tem traduzido na obediência a uma lógica estritamente mercantil. A procura por mais públicos e audiências revela-se hoje desta forma. Aliás, podemos inclusivamente referir, que esta busca exacerbada por públicos e audiências é ainda das poucas formas independentes de sustentabilidade da profissão. Daí o exagero que predomina nesse âmbito.

¹⁴ Estrangeirismo que designa as notícias leves, desprovidas de grande complexidade narrativa e de menor relevância para a sociedade e que, normalmente, fornecem informações básicas acerca dos mais variados temas como desporto, moda, famosos, entre outras curiosidades.

Não poderemos, porém, responsabilizar única e exclusivamente a nível interno o jornalismo. De facto, também a factores externos se devem estas alterações. A fragilização dos alicerces democráticos, bem como a mudança de pensamentos, valores e tradições também estão na origem deste fenómeno. Aliás, estas últimas são inevitáveis. É-nos impossível controlar alterações de comportamento e sociabilidade.

Por último, importa novamente evidenciar que não pretendemos com isto responsabilizar a comunidade jornalística de um exclusivo mau desempenho da sua parte, devido a esta sua mera submissão a uma sociedade de mercado. Porque, de facto, como em todas as profissões, o jornalismo também está hoje sujeito a normas e exigências da parte das entidades patronais. E em Portugal, isso não acontece de modo diferente. E, aliás, antes de concluirmos esta reflexão, podemos ainda referir que toda esta situação tem vindo a contrastar com a procura de algumas entidades noticiosas em tentar ainda manter e resguardar nos seus conteúdos, a verdadeira e mais pura lógica da informação, não se submetendo, ou pelo menos tentando, a lógicas estritamente comerciais.

A este jornalismo de mercado opõem-se tradicionalmente as publicações e as práticas que procuram preservar a autonomia da lógica da informação: valorização de rubricas menos comerciais, mas capazes de elucidar sobre as evoluções sociais, afirmação de um objectivo crítico, instituição de diapositivos que visam limitar o peso do campo económico. (Neveu, 2003:50)

3.2. Jornalismo em Portugal: O Peso do Factor Económico

A questão que se tem tornado cada vez mais pertinente de se colocar, nos últimos anos, é sem dúvida, a que Érik Neveu coloca na sua obra intitulada de *Sociologia do Jornalismo* (2003), a qual, passamos a citar: Estaremos nós “a caminho de um jornalismo de mercado?”. Pois bem, esta é, tendo em conta todas as alterações sofridas ultimamente pela profissão, a pergunta do momento, enquadrando agora a situação no estudo que temos vindo a desenvolver. Tal como refere o mesmo autor na sua obra já referida, a expressão “jornalismo de mercado” não classifica nem abrange a responsabilidade de uma contenção de despesas ou de orçamento na redacção de um jornal, abrange sim uma nova lógica pela qual se rege a comunicação social, na procura por mais lucro e rentabilidade. Desta forma, de vários modos se tem traduzido, hoje, esta nova lógica mercantil na profissão, nomeadamente, no aumento das *soft news*; no aumento da informação gratuita; na perda de autonomia das entidades noticiosas em detrimento dos grandes grupos económicos, pelas quais são controladas; e, finalmente, na também perda de autonomia dos próprios jornalistas (Neveu:2003). E, aliás, a partir do momento, em que se atribui também à profissão uma nova denominação, abrangendo com ela um novo conceito, ultrapassando o de jornalismo e num contexto bem mais vasto que a simples tarefa de produzir notícias. Fernando Correia evidencia a nova denominação para a profissão: “produção de conteúdos” (Correia, 2003). De facto, assim sendo, parece que para muitos dos actuais regedores da comunicação social e para algumas empresas de *media*, em Portugal, actualmente, é mais correcta a designação de “produção de conteúdos” que, simplesmente, jornalismo.

O factor económico não é algo que apenas tem a ver com a dimensão empresarial ou com os aspectos salariais: condiciona de forma decisiva as práticas profissionais e o jornalismo que se produz. Por alguma razão os capitães e os sargentos dos media passaram a diluir o conceito de jornalismo numa outra expressão mais vasta, de cariz economicista e equívoca sob o ponto de vista jornalístico: “produção de conteúdos”. (Correia, 2003)

Zélia Adghirni, destacou também esta situação em *Informação Online: Jornalista ou Produtor de Conteúdos? Mudanças Estruturais no Jornalismo*, artigo seu construído para o XXIV Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação (2001). A autora referiu, aludindo a Marc Laimé, que a profissão está hoje a assumir novos contornos, devido a toda uma transformação à escala simbólica daquilo em que consiste o jornalismo, em particular, a substituição da designação da profissão por jornalista, por “produtor de conteúdos”.

Para Marc Laimé xxvi a ruptura brutal do exercício da profissão de jornalista pelas novas tecnologias digitais, tende a transformar o jornalista em trabalhador autónomo, privado das garantias contratuais estabelecidas pelas empresas e pelos sindicatos e propenso a, fora de qualquer parâmetro ético, a propor seus serviços de “produtor de conteúdos multimídia e multisuporte” a qualquer empresa que exerça uma atividade comercial no setor das comunicações. (Adghirni, 2001)

Apesar do tipo do constrangimento e mal-estar, que esta designação possa suscitar no meio jornalístico (*in Público* por Sofia Branco, 2001)¹⁵, de facto somos obrigados a reconhecer que cada vez mais esta situação constitui uma realidade. Não só pela falta de emprego que se sente na área, como na própria necessidade do jornalista em prestar os seus serviços enquanto *freelancer*, quando desempregado, sujeitando-se para isso, a produzir qualquer tipo de conteúdo desde que não fuja muito ao seu ramo profissional.

E, na verdade, algo já é certo. Mesmo dentro de uma redacção, a prática da profissão já ultrapassa hoje, em muito, a simples tarefa de apenas produzir notícias e informação. Inúmeros têm sido os casos de jornalistas que se vêem hoje, sujeitos a formatos de trabalho completamente diferentes, do habitual e restrito contexto informativo. E, aliás, o jornalista é hoje, muito mais que isso. Actualmente podemos atribuir também ao jornalista inúmeras tarefas como a de poder filmar, escrever e editar a sua notícia. Trabalho outrora distribuído por entre profissionais das várias áreas é hoje exclusivo ao jornalista, obedecendo assim a uma lógica extremamente mercantilista.

O trabalho das redacções é cada vez mais balizado pela contenção de despesas e pela caça às audiências. (Neveu, 2003:118)

Contudo, tomara que tudo fosse tão simples. O factor económico pesa agora mais do que nunca, no actual panorama do jornalismo em Portugal. E, embora nos pareça que algumas das transformações que ocorreram na profissão sejam de ordem tecnológica, são o ainda mais de cariz económico. O próprio facto de, actualmente em alguns casos, ser apenas um jornalista a fazer todo o trabalho de construção da notícia não é ao acaso. Para além de constituir um avanço tecnológico, devido à actual capacidade de um homem só possuir ferramentas que o possibilitem de poder filmar, entrevistar, seleccionar, escrever e editar a sua notícia, é também uma medida economicista (Neveu, 2003:118). Para quê três profissionais a realizar o trabalho se apenas um consegue fazê-lo na perfeição? De facto, toda esta situação dá que pensar. Na nossa opinião, a profissão parece ter tomado proporções exageradamente economicistas que estão a modificá-la por toda a parte. E, tudo isto, não se trata apenas de alterações por mera evolução dos tempos e das práticas tecnológicas, trata-se sim do factor económico a pesar cada vez mais sobre a profissão. Não só externamente, como internamente.

O domínio do jornalismo pelo sector privado é a mais clara e evidente justificação para esta situação. De há cerca de uma década e meia para cá que é cada vez mais clara a preponderância deste sector sob o jornalismo (Correia, 2003). O elevado interesse por potenciais sectores, emergentes nesta actualidade e possíveis geradores de lucro, fez com

¹⁵ Informação retirada de notícia intitulada de “Jornalistas ou produtores de conteúdos?” disponível na edição online do jornal Público de dia 29 de Março de 2001. Notícia produzida por Sofia Branco acerca do Congresso Internacional sobre Jornalismo e Internet. Disponível em: http://www.publico.pt/Media/jornalistas-ou-produtores-de-conteudos_16939?all=1 (consultado a 10-5-2011).

que o jornalismo despertasse a atenção de alguns investidores do sector privado. E o resultado, claramente se encontra à vista. Elsa Silva salienta esta situação na sua dissertação de mestrado.

Não esqueçamos ainda que nos últimos 20 anos, em particular na última década, o sector financeiro enfrentou um processo de consolidação e crescente competitividade, nacional e internacionalmente, operando hoje em dia num mercado global muito concorrencial. Esta situação estimula a banca, obrigatoriamente, a localizar investimentos em áreas rentáveis e a procurar crescer sustentadamente. Os *media* parecem assim ser áreas com capital de atractividade para a banca. (Silva, 2004:128)

Com a introdução do sector privado no âmbito do jornalismo, passando a profissão a ser comandada por grandes empresários e “tubarões” financeiros, a informação passou a ser encarada não como um bem essencial para a sociedade, mas sim como um negócio rentável e de fácil gestão.

Em geral, os grandes grupos encaram a informação (no sentido jornalístico) não como um bem social mas como um negócio em que se investe ou desinveste ao sabor das tendências do mercado, isto é, do objectivo exclusivo: o lucro. Esta política (simbolizada e concretizada, ao nível das empresas, por gestores oriundos de sectores alheios aos media e às suas especificidades) aprofunda e alarga a todo o campo mediático uma mera lógica mercantil, incompatível com a função social do jornalismo. (Correia, 2003)

Logicamente que, sendo então a profissão tocada ao sabor do lucro e da rentabilidade, gerida e orientada por quem não está habilitado para o fazer, que o reflexo de tudo isto só poderá resultar num fraco relato sobre a actualidade vigente.

Ao vivermos em sociedade e numa democracia, todos os problemas sociais se tornam públicos e de relevância para toda a sociedade. Contudo, algo não acontece já hoje em dia. É cada vez mais difícil o apuramento de prioridades para a sociedade, dignas e relevantes de serem tratadas e comunicadas pelo jornalismo, sem que o factor económico não seja posto em primeiro lugar. Muito pelo contrário, todos os meios de comunicação social parecem hoje incidir apenas naquilo que poderá despertar mais a atenção em determinada situação e, conseqüentemente gerar mais lucro, ou seja, mais públicos e audiências. E se para uns é a crise político-económica que se vive em Portugal, para outros é o aumento de combustíveis, as catástrofes naturais, os escândalos de famosos, o casamento da realeza britânica, entre outros assuntos. Existe, neste momento, uma desleal concorrência entre os jornalismo e os jornalistas que impede a verdadeira e pura prática da profissão. O factor económico não deixa já ver o público como um segmento necessitado de informação, clara, concisa e rigorosa. O público surge apenas como um possível consumidor ou comprador de conteúdos.

É a lei da concorrência que passa a vigorar, substituindo a visão do telespectador como cidadão pela do telespectador enquanto consumidor. O objectivo central é a conquista da maior percentagem da audiência televisiva. (Traquina, 1997:17)

A modo de conclusão, recordamos que na nossa perspectiva tudo isto se deve, em parte, à actual ligação do jornalismo com sectores financeiros que vieram alterar por completo os modos de se produzir informação, bem como, as condições de trabalho dos profissionais da área da comunicação.

Trata-se, desde logo, da posse de um número crescente de publicações e de empresas de comunicação social por grupos económicos, muitas vezes internacionais. Esta integração é acompanhada de objectivos de rentabilização mais importantes e mais restritivos por parte de sociedades cotadas em Bolsa. (Neveu, 2003:117)

A evolução dos últimos anos, com o incremento das novas tecnologias e o aparecimento da chamada “nova economia”, revestiu este movimento de características inéditas e deu aos grupos um novo perfil, acentuando a sua dimensão plurimedia, reforçando o peso dos sectores financeiros e outros sem ligação ao jornalismo e mesmo aos media, aumentando o condicionamento das formas e da substância da informação assim como as próprias condições de vida e de trabalho dos jornalistas. (Correia, 2003)

A produção de informação deixou então de ser encarada como um bem fundamental para a sociedade e passou a ser restringida apenas a normas e fins lucrativos. Algo que era de certa forma previsível devido a todo este entrosamento da comunicação social com grandes e importantes sectores financeiros, deixando-se actualmente ser comandada por eles. Verifica-se, deste modo, cada vez mais uma elevada concentração de propriedade sobre os *media*, pela parte de grandes grupos financeiros. O que, em parte, é explicação para muitas transformações ocorridas, nos últimos anos, na profissão.

Importa ainda evidenciar, que para além do factor económico, outros agentes têm contribuído para esta concentração e controlo de propriedade dos *media*, influenciando toda a informação produzida e apresentada por estes, nomeadamente o poder político e o social. Destes últimos e também do factor económico é ilustrativo o exemplo da Itália. Curiosamente, o grupo Fininvest¹⁶, não só pertence ao actual primeiro-ministro italiano, Silvio Berlusconi, como controla a maioria dos meios de comunicação em Itália, tendo-se verificado na altura das eleições legislativas que elegeram Berlusconi, a operacionalização de uma certa propaganda política veiculada pelos meios de comunicação, nomeadamente a televisão, que pertence ao grupo Fininvest (Silva, 2004:9).

Já em Portugal, apesar de alguns indícios e polémicas recentes, ainda não se atingiu nenhum tipo de situação idêntica a esta. Porém, um caso que levou algumas vezes à reflexão sobre o envolvimento do poder político com alguns *media* em Portugal, foi o facto de Pinto Balsemão ter estado durante vários anos ligado à política, nomeadamente ao Partido Social Democrata, ter sido, inclusivamente, primeiro-ministro no início dos anos 80 e possuir um dos principais grupos de *media* em Portugal, o grupo Impresa (Silva, 2004:10). Para além desta situação que não constitui propriamente um caso que nos deva preocupar, devido ao facto de Pinto Balsemão não se encontrar já há vários anos associado à carreira política, verifica-se

¹⁶ Fininvest Group é uma empresa de soluções financeiras que coordena e comanda outros vários grupos, nomeadamente alguns órgãos de comunicação social em Itália e pertence a Silvio Berlusconi, primeiro-ministro italiano.

desde já uma elevada concentração de propriedade nos *media* portugueses pela parte de grandes grupos económicos, em Portugal. Como o caso dos principais grupos de *Media* em Portugal: Impresa, Media Capital¹⁷ e Cofina¹⁸. Por exemplo o Grupo Impresa¹⁹ detém entre outros órgãos de comunicação, o Expresso, a Visão, o Jornal de Letras, a Caras, a SIC²⁰, SIC Notícias, entre outros canais derivados da SIC.

¹⁷ O Grupo Media Capital é um grande grupo português que opera na área dos *media* em Portugal. Possui entre outros, a TVI (Televisão Independente Portuguesa), a Rádio Comercial, a Star FM, e na área da imprensa a revista Lux e Maxmen;

¹⁸ O grupo Cofina é uma empresa portuguesa da área dos *media*.. É proprietária do Jornal Correio da Manhã e do Record;

¹⁹ Grupo Impresa é um grupo português que detém alguns órgãos de comunicação social em Portugal, nomeadamente os já visados anteriormente. Pertence ao empresário português Francisco Pinto Balsemão;

²⁰ Pela sigla SIC entende-se Sociedade Independente de Comunicação. É uma televisão portuguesa.

3.3. O Domínio da Informação-*Espectáculo*

Tal como já foi reflectido em capítulos anteriores a informação não é nem está perto de ser um produto isolado de qualquer tipo de intervenção externa.

O processo informativo não é um sistema livre de influências externas aos actores informativos. A política, a economia e a religião são exemplos de factores que podem influenciar o processo de produção noticiosa. (Canavilhas:2001)

Todo este processo do qual já falamos, pelo qual tem passado o jornalismo nas últimas décadas, parece estar a conduzir a profissão a uma profunda transformação. Ao falarmos de processo, falamos de toda a envolvência do jornalismo no sistema capitalista, que se tem verificado que tem operacionalizado cada vez mais nesta área, nas últimas décadas. Ora, todo este entrosamento com a alta tecnologia, bem como, com o sector privado tem debruçado o jornalismo sobre uma alteração profunda dos seus alicerces, procurando hoje, mais do que nunca, adaptar cada vez mais os conteúdos informativos a algo de atractivo e que resulte com sucesso junto dos públicos e audiências. Ou seja, molda cada vez mais o seu discurso e forma do conteúdo àquilo que mais possa obter promissores resultados e, conseqüentemente, que proporcione mais lucro e rentabilidade à entidade patronal, os grandes grupos financeiros que detêm hoje a maioria do capital dos *media*. Para tal, cada vez mais a comunicação social tem incidido sobre o espectáculo como um valor notícia fulcral na selecção e na produção dos conteúdos e de atractividade para os públicos e audiências.

Na transformação de um acontecimento em narrativa jornalística, a capacidade de entreter se apresenta como um diferencial que valoriza a notícia, tornando-a mais atrativa e, conseqüentemente, mais valorizada: pelos veículos informativos que “produzem” e difundem a notícia, pela publicidade que sustenta a sua veiculação e, em especial, pelo público que a consome. Segundo Martín-Barbero (2004, p. 82), cada vez mais o público dos meios de comunicação de massa tem acesso a uma mistura entre história e acontecimento, acontecimento e espetáculo, informação e propaganda. (Martins [et al]:2010:2)

Ou seja, sem que nos apercebamos, ao longo das últimas décadas, tem ocorrido uma transformação dos conteúdos noticiosos que mescla hoje em dia, informação com entretenimento e informação com espectáculo. Tudo isto resulta de um processo de moldar os conteúdos de forma a torná-los mais apetecíveis junto do público e a uma mais facilitada absorção da sua parte a este tipo de informação. Nisto tudo, se traduz hoje, a informação *espectáculo*. Uma informação criada meramente para se vender e para dar rentabilidade aos *media*. Esta informação-*espectáculo* surge como um protótipo de informação, mas adulterada, que tem, apenas, como objectivo o lucro e a rentabilidade. Quanto mais exuberante, espectacular e extraordinária for essa peça informativa, mais venderá e resultará junto dos públicos e audiências.

Para que as audiências aumentem é necessário tornar a informação mais apelativa e o caminho mais fácil é o da opção pela informação-espectáculo. (Canavilhas, 2001)

Actualmente, grande parte da informação que circula à mão dos *media*, reúne estas características e resulta realmente, junto do público. Assim sendo, todo este processo tem assumido, indubitavelmente, a substituição dos valores jornalísticos em detrimento dos valores comerciais. Interessa apenas, actualmente, produzir e vender.

A prioridade dada à luta pelas audiências e pelas tiragens, tendo em vista a conquista dos anunciantes, acentua graves distorções no tratamento da actualidade e na utilização dos critérios noticiosos. A concepção da informação como uma mercadoria que é preciso vender depressa e bem, leva ao predomínio não só do sensacional, mas também do curto, rápido e simples, do superficial e facilmente digerível, reflectindo a tendência para a supremacia dos valores comerciais sobre os valores jornalísticos. (Correia, 2003)

Porém, desejamos acreditar que esta responsabilidade não tem partido, exclusivamente, apenas do jornalismo. Tal como já referimos anteriormente, existem uma enorme quantidade de factores a operar e a contribuir para esta mudança da profissão. Nomeadamente, referimos novamente o domínio do poder económico e do sector privado sobre os *media*. Estrategicamente, estes sectores têm condicionado cada vez mais o campo da informação, submetendo hoje a comunicação social à sua vontade e submissão, no que toca à selecção e produção dos conteúdos.

Cada vez mais a informação e o espectáculo estão intimamente ligados. O "sacerdote" deste casamento é o poder económico. E apesar dos defensores da "pura informação" sem sensacionalismo, de uma informação com credibilidade, estarem constantemente a criticar as estações de televisão pela persistência na informação-espectáculo, a verdade é que estas não podem ou/e não querem mudar, isto porque pertencendo a grandes empresas que fazem investimentos e que claro, querem manter o seu poderio no reino da comunicação social, sujeitam-se a uma avaliação e se não venderem o seu "produto" correm o sério risco de desaparecerem. (Nóbrega, 2006)²¹

Ou seja, os grandes grupos económicos e, ou até políticos, têm recorrido aos *media* para operar e aplicar todo o seu poder de forma subliminar, sobre toda a sociedade, salientando-se tudo isso no facto de tomarem como sua propriedade alguns meios de comunicação, aproveitando-se neste momento da fragilidade financeira em que estes se encontram. Desta forma, e visto que grandes empresas na área dos *media* lhes pertencem, estas terão sempre que agir de acordo com as suas exigências. E tudo isto, a partir do momento em que a comunicação social se vê, hoje, subordinada às receitas publicitárias concedidas e aos investimentos desses grandes grupos económicos. Os *media*, estando então sujeitos a este tipo de controlo e situação, actuam então sempre de acordo com as exigências das suas entidades patronais (os grandes grupos financeiros).

O poder do jornalismo e da informação está a ficar cada vez mais subordinado aos interesses económicos patronais. Este facto reflecte a nova hierarquia de poderes na nossa sociedade: o poder político passou a estar submetido ao poder económico, e os

²¹ Informação retirada de artigo intitulado de "Informação-espectáculo e informação e o espectáculo" in *Pedagogia dos Media*, disponível em: <http://pm2006.blogspot.com/2006/06/informao-espectculo-e-informao-e-o.html> (consultado a 28-4-2011).

media (aparentando agora ser o 1º poder, depois de perdida a veleidade de ser o 4º ou um contrapoder) não detêm senão um poder delegado, concedido e gerido pelo poder económico dominante (através da propriedade das empresas, da publicidade, dos circuitos de distribuição, etc), no quadro dos limites que a este mais convêm. (Correia, 2003)

Obviamente que, estando então grande parte da comunicação social subjugada a este tipo de poder que visa apenas, e restritamente, ao lucro e à rentabilidade, que toda a informação só poderá resultar num fraco relato, carente de um pluralismo de esclarecimentos sobre esta actualidade vigente. De certa forma, esta situação é justificativa de todo o fraco relato apresentado ultimamente pela comunicação social.

Naturalmente que, investindo o sector privado desta forma na área dos *media*, que vai querer recolher frutos desse investimento. E nada melhor que a informação *espectáculo* para gerar e produzir essa rentabilidade merecida, aproveitando ainda o facto dos públicos e das audiências terem preferência, actualmente, por esse tipo de conteúdos, que entretêm mais do que informam.

O telespectador quer o acontecimento embrulhado em papel de espectáculo e os empresários televisivos vibram graças ao crescimento de audiências que isso lhes proporciona. (Canavilhas, 2001)

3.4. O Crescente conteúdo negativista na Imprensa Portuguesa: O Reflexo do Debate sobre uma Crise Político-Económica

Nas últimas décadas é visível o rumo que o jornalismo em Portugal parece ter tomado. Para muitos esta situação acentuou-se há cerca de duas décadas atrás. Vários investigadores concordam que foi aproximadamente nos anos 90 que se deu a mudança total na profissão. Uma extrema orientação para o relato de factos negativos e uma acentuada tendência para formatos de *infotainment*²², para além da própria informação *espectáculo* como já referimos, parecem ter marcado essa metamorfose no panorama jornalístico português (Serrano, 2005:78). Estrela Serrano, refere mesmo que esta mutação atingiu principalmente os países ocidentais, nomeadamente, os democráticos ou recém-chegados à democracia.

Desta forma, e quando nos questionamos onde mais se denota esse negativismo noticioso e aquando mais se verifica a sua aplicação Serrano evidencia, na sua dissertação de doutoramento, o comportamento da classe jornalística na representação da classe política aquando períodos de campanhas eleitorais, nas últimas décadas. Ou seja, foi durante algumas campanhas eleitorais e sempre sobre os políticos, que se comprovou e denotou uma representação facciosa e orientada para uma cobertura menos interpretativa e factual sobre os acontecimentos que demarcavam essas mesmas campanhas, pelos *media*. Coberturas que ficaram marcadas por um relato pouco confiante e negativo, em relação aos candidatos em questão. Parece ter-se denotado nessas peças um certo desequilíbrio no tipo de representação que foi realizada sobre cada candidato. Uns parecem ter sido mais privilegiados em detrimento de outros nessa representação, à mão dos *media*.

Actualmente, não só isso parece acontecer sobre a classe política como, praticamente, sobre toda a generalidade de notícias geradas e produzidas pela comunicação social e pelos *media*, sobre os mais variados assuntos. É inexplicável o desalento que se vive no panorama informativo nacional e que se manifesta cada vez mais, na forma como os assuntos são tratados e evidenciados pelos *media*. Claro que, também reconhecemos que a actualidade não está para grandes optimismos. De qualquer das formas, não se verifica um pluralismo de informações e opiniões, toda a informação parece incidir e bater sob a mesma tecla, não havendo lugar para a busca por soluções. Tanto a nível de notícias como de colunas de opinião, na imprensa, se verifica a mesma unilateralidade de relatos sobre esta actualidade vigente. E quando referimos a imprensa, o nosso alvo de estudo, apontamos também como ilustrativos desta situação, outros órgãos de comunicação, nomeadamente a televisão.

Recordemos o dia da rejeição do Plano de Estabilidade e Crescimento IV e a consequente demissão de José Sócrates enquanto primeiro-ministro. O que marcou esse dia

²² *Infotainment* é a junção de informação com entretenimento.

para além desses dois acontecimentos? Nas horas e dias que sucederam esses dois episódios, a comunicação social apenas investiu num reforço das medidas referidas pelo Governo, como definitivas e incontornáveis, não proporcionando com isso o debate sobre o assunto e a interacção com o público. Mais uma vez, os *media* não promoveram o debate e o pluralismo de opinião e partilha de ideias. Apenas se cingiram ao que aconteceu e ao relato sobre os aspectos mais negativos que demarcaram os dois acontecimentos. E ainda que tenham convidado ao debate alguns comentadores, todas as suas participações foram muito carenciadas e resumidas no que diz respeito ao tipo de relato realizado, ou seja, não existe quem realmente problematize e reflecta sobre o assunto verdadeiramente, mostrando um outro lado da questão. O que se vai dizer para a televisão ou para a imprensa já é de conhecimento geral de todos os portugueses, nada é novo ou dinâmico à voz desses regulares e assíduos comentadores. E, de facto, torna-se incompreensível não se reflectir seriamente sobre todos estes problemas de ordem social, quando a própria actualidade tem gerado a necessidade de mudança só por si desde há bastante mais tempo. O próprio facto de estarmos desde 2008 a atravessar uma grave crise económica já tinha criado condições de acesso a uma consciencialização e perspectivação sobre as responsabilidades que deviam ter sido tomadas em relação a esse problema. Ou seja, mesmo que não existisse qualquer tipo de constrangimento a nível político actualmente, nada disto do que está a suceder-se seria novidade. Mais que não seja, porque a própria crise económica já nos tinha obrigado a repensar sobre a actualidade vigente e, conseqüentemente, a reflectir e a considerar os velhos hábitos e costumes já desde à três anos atrás. Ou seja, esta sucessão de acontecimentos já era, de certa forma, previsível. O que faz com que seja incompreensível a atitude de vários comentadores e mesmo dos próprios órgãos de comunicação ao mostrarem-se surpreendidos perante toda esta situação. A comunicação social parece, única e exclusivamente, sempre conceder a palavra aos mesmos comentadores e ditos especialistas.

Com efeito, parece-nos que, actualmente, o grande problema reside mesmo nesta falta de pluralismo de interpretações e opiniões, bem como de perspectivas sobre estas duas crises, nos *media*. Está a verificar-se na comunidade jornalística portuguesa uma exclusão inexplicável de todos aqueles que tentam mostrar e reivindicar o outro lado da situação. Os *media* parecem calar todos aqueles que tentam combater este insistente discurso negativista e que tentam apresentar soluções plausíveis para estas duas crises. Todo o relato sobre as mesmas permanece derrotista e pessimista na forma como a situação é apresentada, não havendo lugar para uma outra exposição sobre o assunto. Porém, aprofundaremos esta questão, aquando a apresentação dos nossos próprios resultados acerca da representação da crise política e económica à mão do jornalismo português, nomeadamente pelos jornais *Público* e *Correio da Manhã*, os nossos alvos de estudo.

De qualquer forma, tudo isto tem, para já, uma certa explicação. Mais uma vez, chegamos à conclusão de que por detrás dos *media* operam grandes sistemas de controlo social, não deixando que sejam relatados factos que possam não fazer parte do plano mediático. Assim que, salientamos novamente o factor económico e a concentração de

propriedade como justificativas para esta situação. Ou seja, até aqui se verifica que por trás de toda esta situação estão a operar alguns sistemas de controlo sobre os *media* que os impedem de relatar e de expor o pluralismo de opiniões e interpretações que existe sobre a situação. Nada mais, nada menos, que os grandes grupos económicos e actuais regedores da comunicação social em Portugal e que controlam toda a saída de informação. Tudo isto tem impulsionado a uma elevada concentração de poder nos *media* que os tem possibilitado de relatar e de expor apenas aquilo que querem e que vai de encontro às normas estabelecidas pelas suas entidades patronais. Fernando Correia evidencia a questão.

A concentração da propriedade em poderosos grupos económicos contribui para o estreitamento do pluralismo de opiniões (no conjunto dos órgãos e dentro de cada órgão), dificulta a viabilidade das pequenas e médias empresas do sector, controla o debate no espaço público (para o qual os *media* são decisivos) subordinando-o aos interesses ideológicos, económicos e políticos do poder dos grandes grupos, cada vez mais dependentes do grande capital financeiro. Tudo isto em flagrante contraste com o constitucionalmente preceituado: “Todos têm o direito de exprimir e divulgar livremente o seu pensamento pela palavra, pela imagem ou por qualquer outro meio, bem como o direito de informar, de se informar e de ser informado, sem impedimentos nem discriminações” (Artº 37.1). (Correia, 2003)

E quando nos questionamos de que forma operam estes poderosos grupos de controlo e como se manifesta esta situação, na comunicação social, Fernando Correia responde à questão.

A pobreza do debate e a fragilização da democracia revelam-se nas discriminações ideológicas, políticas, económicas, sociais, culturais, étnicas, geográficas e outras; no consenso (expresso na maioria dos editoriais, na escolha dos colunistas e comentadores externos, etc) sobre os grandes temas da actualidade nacional e internacional e na menorização ou silenciamento das opiniões discordantes; na desvalorização das diferenças, dos grupos minoritários, dos trabalhadores e das suas organizações; na luz verde para a exploração das fraquezas, condutas duvidosas e intromissão na vida privada dos políticos e na luz vermelha para uma semelhante atitude em relação aos grandes senhores do capital. (Correia, 2003)

Por outro lado, poderá estar também na origem desta falta de pluralismo, o factor controlo político a operar por detrás de toda esta situação e representação de todos estes acontecimentos político económicos, pelos *media*. Estrela Serrano destaca a presença do fenómeno *Spin Doctoring* como uma estratégia actualmente transparente na mentira e na ocultação de factos que digam respeito à classe política, e na representação que é realizada sobre a mesma pelos *media*, em doses controladas e dosificadas pelos consultores políticos (Serrano, 2010).

O *Spin Doctoring* é operado na maioria das vezes em campanhas eleitorais, pelos próprios políticos ou pelos seus consultores, de forma a obter uma posição favorável junto do público ou, pelo contrário de forma a prejudicar a imagem da oposição nem que para isso recorram à mentira e à ocultação de factos, para assim permanecerem em vantagem (Serrano, 2010:92). Este fenómeno transparece na maioria das vezes, na manipulação que os *Spin doctors* exercem junto da comunidade jornalística, conseguindo dessa forma que os órgãos de comunicação apenas divulguem o essencial e sempre favorável em relação a

determinado político ou partido político. Este fenómeno surgiu pela primeira vez nos Estados Unidos. Estrela Serrano elucida o surgimento desse movimento.

A expressão *spin doctor* nasceu nos Estados Unidos e foi pela primeira vez utilizada no New York Times em 1984, quando, após um debate eleitoral, os jornalistas foram abordados por consultores que pretendiam inculcar-lhes a sua análise e interpretação do debate. (Serrano, 2010:92)

A expressão espalhou-se por outros países e contextos, com algumas nuances, associada a manipulador, conspirador, propagandista. A sua matriz comum refere-se a matérias com falta de substância política, envolvendo, por vezes, mentira. (Serrano, 2010:92)

Assim sendo e como há que reflectir sobre todas as possibilidades que poderão estar na origem deste discurso unilateral dos *media*, apresentamos o factor *Spin Doctoring* como uma delas. E mesmo o negativismo actualmente transparente nos conteúdos noticiosos poderá também fazer parte de uma estratégia dessa ordem. Em Portugal, apesar de não existirem ainda provas consistentes que demonstrem a operação deste movimento nos *media* portugueses, alguns sinais já levam a crer que tal também possa estar a acontecer em território nacional.

Em Portugal não existem estudos que permitam identificar a presença de *spin doctors* explicitamente mencionados como tal, sendo igualmente rara a referência a agências de comunicação como fonte de notícias e, embora menos rara, a assessores como fontes de matérias publicadas.¹ Contudo, alguns dados sobre a cobertura da actividade política em Portugal, em período eleitoral e fora dele, permitem extrair algumas ilações sobre a presença ou influência desses agentes de comunicação. Dados obtidos em análises de conteúdo dos principais blocos informativos dos três canais generalistas de televisão - RTP, SIC e TVI - relativas a 2008, mostram que as fontes oriundas da área política nacional são a principal fonte de informação dos três blocos informativos.² (Serrano, 2010:94)

No caso da imprensa portuguesa, em particular, existem para já também vários indícios que apontam para a existência de algum tipo de manipulação desta ordem. Quer pelo facto de durante algumas campanhas eleitorais, analisadas por Serrano, evidenciarem que mais de 50% das fontes eram de origem dos próprios *staffs* das candidaturas (sem identificação em concreto), como refere Serrano (Serrano, 2001: 94), quer pelo facto de mesmo em períodos fora de campanha eleitoral se denotar também uma quantidade considerável de fontes não atribuídas ou não identificáveis ou então, muito pelo contrário, na recorrência maioritária a fontes oficiais, das duas, uma.

No que respeita à imprensa, um estudo realizado por Serrano (2006: 361), abrangendo a cobertura de campanhas presidenciais de 1976 a 2001, num total de sete actos eleitorais, mostra que os *staffs* das candidaturas (sem identificação em concreto) são a fonte mais frequente em todo o período analisado, chegando a ultrapassar 50%. Ainda na imprensa e no que respeita a períodos não eleitorais, dados relativos a 2006 mostram tendência idêntica em dois diários e dois semanários de referência - Diário de Notícias, Público, Expresso e Sol.⁴ Estes dados, embora não permitam identificar a presença e a influência de *spin doctors* nas notícias, apontam, por um lado, para um volume significativo de fontes não atribuídas na cobertura da política, indiciador da presença de *spin doctors*, e, por outro, para um jornalismo político muito dependente de fontes oficiais com capacidade para marcarem a agenda jornalística em período eleitoral e fora dele. De facto, como mostram os autores supra citados, a presença de

spin doctors traduz-se quase sempre através da sua não identificação como fonte ou origem das notícias, levando os jornalistas a assumirem como suas as interpretações e enfoques que lhes são sugeridos ou, o que não é raro em Portugal, citando em discurso directo fontes não identificadas, quer através de reprodução ou citação (frase reportada em discurso directo) quer de transformação (o discurso não é reproduzido tal como foi produzido, sendo substituído por um enunciado próprio do jornal) (Serrano, 2006). (Serrano, 2010:94/95)

De qualquer forma e como medida de prevenção ou até, já de combate a esta situação, compete a todos os órgãos de comunicação, neste momento, promover e respeitar o pluralismo e o debate aberto sobre estas crises para que, com isso, se possa contribuir para uma maior fomentação da opinião pública e da busca por soluções plausíveis aos olhos de todos. Contrariamente, é ficar aquém da própria democracia e da verdadeira informação. Se os *media* prestam serviço público têm que realmente prová-lo, mostrando todo o pluralismo de opinião que existe mas que permanece silenciado.

Relembremos ainda que não só de agora e apenas à mão dos investigadores desta área, se tem verificado uma reflexão sobre a necessidade de uma maior mostra e incidência pelo pluralismo de opinião nos *media*. Aquando a apresentação do passado Plano de Estabilidade e Crescimento III pelo Governo, em Setembro do ano passado, foi apresentada uma petição²³ na Internet contra algumas televisões e os seus comentadores, onde se reivindicou um maior pluralismo de interpretações sobre a situação em causa. Já na altura se verificou uma unilateralidade de relatos que não promoveu o debate e a verdadeira problematização sobre a situação. Esta petição defendia que “os órgãos de comunicação social, nomeadamente as televisões, empenharam-se mais em tornar as referidas medidas inevitáveis do que em promover efectivos espaços de debate em torno das grandes opções político-económicas”. Ou seja, não só de agora se verifica esta unilateralidade de relatos nos *media* e o seu consequente efeito nefasto para a sociedade. Para além de que, o próprio Governo propôs em 2008 uma “lei do pluralismo e não concentração nos meios de comunicação”. Uma situação que ficou sem qualquer efeito na época. O Presidente da República Cavaco Silva vetou²⁴ essa lei, considerando que na altura “não havia urgência em legislar essa matéria” (Expresso.pt:2009)²⁵. O que, de certa forma, permanece um pouco controverso e inaceitável, tendo em conta que a emergente actualidade cada vez mais exige a uma supervisão sobre toda esta situação.

Deve, a propósito, dizer-se que, historicamente, os políticos portugueses têm sido, em geral, insensíveis à dimensão cultural dos *media*, como o demonstrou a política de abandono do cinema durante os anos 70 e 80 e os quase inexistentes requisitos culturais impostos à estação pública de televisão durante a maior parte da sua longa e conturbada existência.

²³ Toda a informação sobre esta petição disponível em: <http://www.esquerda.net/artigo/peti%C3%A7%C3%A3o-pelo-pluralismo-de-opini%C3%A3o-no-debate-pol%C3%ADtico-econ%C3%B3mico> (consultado a 19-4-2011). Também disponível em anexos.

²⁴ Toda a informação acerca da não promulgação desta lei e razões apresentadas para tal pelo Presidente da República, disponível directamente no portal oficial da Presidência da República: <http://www.presidencia.pt/?idc=10&idi=24646> (consultado a 2-5-2011).

²⁵ Informação disponível em Expresso.pt: <http://aeiou.expresso.pt/pr-veta-lei-do-pluralismo-e-nao-concentracao-dos-media=f500541> (consultado a 2-5-2011).

Além disso, as políticas da maioria social-democrata mostraram uma pernicioso indiferença pelo modelo de serviço público tal como tem sido definido, ao longo de mais de 40 anos, em quase toda a Europa Ocidental. (Traquina, 1997:139)

3.5. Informação ou Entretenimento? A simbiose de dois conceitos no panorama português.

À luz de vários autores, cada vez mais se denota no panorama jornalístico, não só nacional como internacional, um aumento de formatos na área do entretenimento, bem como o próprio entrosamento da informação com esse entretenimento. Uma fusão daquilo que é digno de ser relatado e constituído como informação, com o que serve meramente para distrair e passar momentos de lazer (Martins [et al]:2010:1).

Cada vez mais o entretenimento tem assumido um papel importante na vida de cada cidadão, bem como o de factor relevante para o sucesso dos vários formatos e órgãos de comunicação. Tudo isto, pelo simples facto de o entretenimento estar associado à distração e, conseqüentemente, aos espaços de lazer que uma revista, um jornal, ou até a visualização de televisão, proporcionam e ocupam na vida de cada cidadão. O próprio acto de ler um jornal ou visualizar televisão é muitas vezes, na maioria dos casos, associado e encarado pelo cidadão como um momento de lazer e distração, nos seus tempos livres. Ou seja, a apreensão de informação está hoje associada, pelo cidadão, a momento de entretenimento e distração. Assim que, nessas horas, o público e a audiência preferem ser distraídos na vez de maçados por conteúdos sérios ou pesados. Facto que, é justificável para o aumento do entretenimento em detrimento da informação. Ou, até mesmo, para a forma que a informação tem assumido como espectáculo. Um espectáculo que possa informar mas, além de tudo, distrair.

A categoria do entretenimento tem se apresentado cada vez mais como um fator fundamental nos processos de produção e de seleção da notícia. Na sociedade informacional, o tempo livre destinado ao lazer é muitas vezes associado à leitura de um jornal e/ou revista, ou mesmo ao ato de ouvir rádio, assistir televisão e “navegar” pela Internet. Para atender a essa demanda, os veículos de comunicação massivos têm se dedicado a não só informar o público, como também garantir-lhe momentos de distração e relaxamento. (Martins [et al], 2010:1)

Desta forma, o facto de cada vez mais se investir na área do entretenimento em detrimento da informação transparece no elevado número de programas alusivos ao tema e que dominam cada vez mais o panorama televisivo português, substituindo o lugar que outrora cabia à informação ocupar (Lopes, 2005). E mesmo na imprensa, denota-se também, nos últimos tempos, um aumento de conteúdos e suplementos cor-de-rosa nos mais variados jornais de referência. Salientamos, por exemplo, o caso da revista Vidas, um suplemento cor-de-rosa do jornal *Correio da Manhã*, que sai para as bancas todos os fins-de-semana. E, aliás, o próprio *Correio da Manhã* dedica em todas as suas edições, para além desta revista aos fins-de-semana, as suas últimas páginas ao cor-de-rosa e à vida dos famosos.

Figura 1

Revista Vidas



Suplemento do Correio da Manhã que sai para as bancas todos os sábados. Revista dedicada ao cor-de-rosa e à vida dos famosos.

Figura 2

Correio da Manhã 1



Como podemos verificar, esta é uma edição comum do jornal Correio da Manhã. Tal como já tínhamos referido, mesmo na capa do jornal é feita referência a um assunto relacionado com o cor-de-rosa e a vida dos famosos todos os dias, no fim da capa. Nesta, o destaque vai para Pinto da Costa e para a sua namorada. Título diz o seguinte: “Fernanda conta com ajuda de Pinto da Costa”.

Ou seja, cada vez mais o entretenimento assume uma posição de destaque em alguns órgãos da comunicação social. Contudo, até aqui, concebemos estes dois géneros, informação e entretenimento, como distintos. Porém, actualmente, a dificuldade reside mesmo no problema em realizar a separação entre estes dois conceitos, principalmente na televisão.

Ultimamente, nem sempre se tem realizado esse distanciamento daquilo que serve meramente para entreter, daquilo que é informação. Ilustrativo desta situação é nada mais, nada menos, os destaques que têm sido concedidos, na hora da informação, a assuntos meramente cor-de-rosa, irrelevantes para a sociedade, na hora dos telejornais. Com efeito, recordemos, por exemplo, o dia em que Lili Caneças protagonizou um telejornal da estação televisiva TVI, onde teve principal destaque, devido ao facto de ter realizado uma cirurgia plástica.

Para os mais cientes sobre a situação, sabemos perfeitamente, que o que foi relatado anteriormente não constitui de modo algum uma informação relevante para a sociedade portuguesa, digna e prioritária de ser destacada na hora do telejornal. Visto que, um pielling

não é nem está perto de ser uma necessidade básica a que todos os telespectadores visam recorrer ou pensar realizar.

Por conseguinte, também nos próprios programas de entretenimento, na área da televisão, o mesmo parece acontecer, mas no inverso. Prova disto, é o facto de cada vez mais se abordarem, neste tipo de formatos, assuntos de carácter informativo, recorrendo aos protagonistas dessas situações (pessoas comuns com algum tipo de problema) e à sua participação nesses programas, criando condições de discutibilidade ao assunto visado. Para tal, recorrem a ditos jornalistas “especialistas” para opinar e comentar a situação em destaque. Ou seja, os próprios programas meramente destinados ao entretenimento parecem também querer assumir um certo e determinado contexto informativo.

Ou seja, este elevado investimento em conteúdos de carácter *infotainment* (junção de informação com entretenimento) não só transparece em alguns novos formatos única e exclusivamente destinados ao entretenimento, como se denota também cada vez mais na área da informação. Sendo que, mesmo os próprios formatos dedicados, exclusivamente, à informação, investem cada vez mais na informação sobre a forma de entretenimento. Facto que, pode ser justificável na medida em que constitui também uma forma apelativa de atrair mais públicos e audiências. Ou seja, ao se investir em conteúdos mais leves e descontraídos, ou pelo contrário em alguns escândalos e casos peculiares sobre as figuras públicas, e não apenas e restritamente em informação, constituirá, de certa forma, mais uma medida para angariar públicos e audiências. Neste ponto referimos então, novamente, o apelo à informação *espectáculo*. Até porque, a informação espectáculo é, basicamente, a forma que assume a informação quando mesclada com entretenimento. Alusiva a esta situação, recordamos com efeito todas as vezes em que não só noticiários como jornais incidem em situações acerca da esfera privada de muitas figuras públicas, como por exemplo, de políticos, que em nada constituem uma informação digna e relevante de ser relatada pelos *media* e, muito menos, contribui para a sociedade. Constitui apenas, meramente, uma forma de angariar mais públicos e audiências, já se conhecendo a preferência destes por casos e notícias mediáticas. E o mesmo se aplica também ao aumento dos formatos de entretenimento nos *media* portugueses. Destacamos então, novamente, os fins estritamente comerciais a que visam os *media* ao investirem nestes novos modelos comunicacionais veiculadores de entretenimento e distração.

Na nova era da concorrência, nada continua, de facto, a ser igual. A começar pelo reforço da função de entretenimento atribuída à televisão. De tal modo que, de momento, não será exagerado falar-se de uma certa “americanização” da actividade televisiva em Portugal. (Traquina, 1997:144)

Contudo, a outro processo se deve também este maior investimento em formatos de entretenimento, ou mesmo em informação que transponha e proporcione certa distração e momentos de lazer ao informando. Esse facto deve-se a todo um processo de selecção, produção e adequação dos conteúdos, àquilo que as pessoas hoje em dia buscam e procuram na comunicação social (Martins [et al] 2010:2). Mais que ser informado, o cidadão procura

também ser distraído e entretido pelos *media*. Daí que em certa medida seja justificável este maior empenho dos *media*, em conteúdos que distraiam e entretenham. Porém, não podemos englobar nem classificar da mesma forma todo o tipo de *infotainment*. Neste ponto, importa salientar que não devemos confundir suplementos culturais com cor-de-rosa. Existem dois tipos de *infotainment*, que não deverão em momento algum ser confundidos. Um que em certa medida constitui informação apesar de noticiar acerca de temas como cinema, arte, literatura, moda, entre os mais variados assuntos culturais, que para além de informar, distrai. E, finalmente, o *infotainment* que nem deveria ser classificado como tal, devido ao facto de apenas evidenciar aspectos não muito relevantes e do cor-de-rosa sobre a esfera privada de figuras públicas, como o caso de várias revistas nacionais como, Caras, Lux, Vidas, TV7Dias, entre outras do género.

De qualquer forma, evidenciando o aspecto que à nossa dissertação importa trazer, que é nada menos que o impacto desta situação nos *media* portugueses e, conseqüentemente, nos públicos e nas audiências, vemos que reside uma certa dificuldade na distinção desta situação pelos portugueses. Daí que, a modo de conclusão achamos, na nossa perspectiva, que este investimento em conteúdos *infotainment* é propositado com o objectivo do lucro e da rentabilidade. Mais que uma adaptação àquilo que o público procura, é, a nosso ver, uma forma de atracção com fins meramente lucrativos. E isto, em parte também impulsionado pelo facto de a própria comunicação social já não saber distinguir o que constitui realmente informação, daquilo que é espectáculo e entretenimento, bem como exploração de casos que em nada contribuem informativamente para a sociedade. Aliás, o próprio jornalista parece já não saber actuar de acordo com o contexto. Visto que, assistimos cada vez mais a uma falta de deontologia no exercício da profissão. Caso é, que vários jornalistas já transpuseram inúmeras vezes as barreiras do limite na prática da sua profissão, ao ultrapassarem os termos do seu papel, na exposição de determinado caso. Caso ilustrativo desta situação foi o tipo de constrangimento a que esteve exposta a ex pivô do jornal nacional da cadeia televisiva TVI, Manuela Moura Guedes.

O resultado de tudo isto, transparece na perda de identidade e credibilidade dos espaços informativos que já não sabem estabelecer barreiras entre informação e entretenimento. E, conseqüentemente, o mesmo se repercute nos públicos e audiências, tornando-os incapacitados de reconhecer aquilo que realmente é uma informação relevante e digna de ser relatada e apreendida, do que constitui, simplesmente, espectáculo ou entretenimento.

Ou seja, toda a dificuldade reside mesmo na separação dos dois conceitos. Os mesmos parecem já não ser distinguidos um do outro, o que vai dar origem a que, cada vez mais, o conceito de *infotainment* vingue sobre todos os outros. A informação parece estar a extinguir-se cada vez mais, em avultado contraste com o aumento do *infotainment*. Assim que, é desta forma que se denomina hoje em dia a fusão da informação com o entretenimento: *infotainment*.

Por outro lado, estes novos contornos, sobre os quais reflectimos e que têm caracterizado presentemente a imprensa, não são manifestações comerciais recentes. Não só de agora a profissão procura, desta forma, os efeitos da comercialização. Praticamente, desde que se começou “a ganhar dinheiro com as notícias” que se pode dizer que a profissão procurou atingir fins lucrativos (Correia, 2011:100). Ou seja, quase desde sempre. E foi, em meados dos anos 80, 90 que esta situação passou a desenvolver-se como uma séria preocupação para vários pensadores. Aproximadamente por esta altura autores como McChesney (1999) estudaram este fenómeno de alteração dos conteúdos e a sua orientação para fins comerciais, descrevendo esta situação e este manifesto nos *media*, como contraditório. Se por um lado houve um aumento “da influência pública dos conglomerados mediáticos”, por outro, houve “um declínio da participação política”(Correia, 2011:101). João Carlos Correia esclarece de que forma se expressou este contraste:”a) informação orientada para as audiências (*fait-divers*, desporto) e informação destinada a angariar publicidade em detrimento de outras rubricas menos atraentes comercial e publicitariamente; b) orientação editorial comercial que antecipe e mimetize o mercado e as modas; c) procura de uma margem de lucro máxima; d) peso das receitas publicitárias (Correia, 2011:101). Para além de que, o próprio facto da elevada oferta de tecnologia que existe hoje no mercado, disponível para melhorar e alterar por completo a vida nas redacções, é de difícil acompanhamento pelas entidades noticiosas e de custos e investimentos bastante elevados. Para acompanhar essa tecnologia e para poder adquiri-la, bem como para poder reaver esse investimento, a maioria das redacções é obrigada a cortar custos noutros segmentos, nomeadamente, nos jornalistas, nas condições de trabalho, nas coberturas noticiosas, entre outras. Logo, vai propiciar a um aumento das *soft news* e do *infotainment* (Correia, 2011:103). Formatos mais simples e fáceis de se produzir e realizar, de agrado do público e da audiência e, tendo em conta o dispendioso que são boas coberturas jornalísticas, estes formatos por um lado saem vantajosos para os *media*, podendo propiciar a amenização de outros gastos e investimentos.

Ou seja, um enorme conjunto de factores, que já não são recentes, tem conduzido a esta situação da profissão e ao domínio destes novos formatos. Tudo isto, contrastando com a tentativa de algumas publicações em manterem, ainda hoje, a fidelidade à pura e autónoma prática da profissão (Neveu:2003).

3.6. A Repercussão dos novos modelos comunicacionais sobre os Públicos e Audiências

São vários os investigadores e estudiosos, que nos últimos tempos, têm saído em defesa dos públicos e das audiências, atribuindo a estes a condição de vítimas vulneráveis, ao estarem expostos à elevada desinformação e espectacularidade que são transmitidas à mão dos *media* e mesmo à exploração mediática a que são submetidos, quando protagonizam eles mesmos essa informação ou entretenimento transmitidos pela comunicação social (Traquina, 1999:96; Wolf, 2009:91).

Estes críticos salientam não só o papel de vítima do público e da audiência ao lerem o jornal e visualizarem televisão, como também o papel humilhante por que passam aquando expostos mediaticamente em programas televisivos, ou em páginas de jornais, quando alvos de tragédias e explorados mediaticamente por jornais sensacionalistas, que não visam mais ao relatar a situação, do que apelar à emotividade dos mais frágeis e vender o maior número de tiragens possível do jornal.

Para muitos investigadores e, principalmente, para alguns críticos da situação, esta questão não só deve ser avaliada no âmbito de todos os anónimos que se expõem diariamente em programas televisivos e nas páginas dos jornais, como ao nível de todos aqueles, que sem saírem de casa estão constantemente expostos a alguns formatos televisivos dominantes e a leituras pouco adequadas tanto na internet, como numa revista ou jornal. Apesar de voluntárias, todas estas atitudes têm constituído, seriamente, uma grande preocupação no âmbito dos efeitos imediatos sobre todos esses públicos e audiências. Ultimamente, os *media*, principalmente a televisão, para além de serem responsáveis pela subjugação do cidadão a acontecimentos meramente mediáticos, nada enriquecedores culturalmente, é-lhes atribuída também a responsabilidade pela criação de uma nova geração de analfabetos que é condicionada por uma lógica estritamente materialista e consumidora, desinteressada de informação e preenchida pelo entretenimento. Nelson Traquina salienta a situação.

Para além de acusada de contribuir para a violência na sociedade, de criar uma nova geração de iletrados e de reduzir os telespectadores a meros consumidores dominados por uma “lógica materialista”, mais recentemente diversos especialistas e intelectuais como, por exemplo, o filósofo inglês de origem austríaca Karl Popper, acusam a televisão de constituir, inclusivamente, um perigo para a própria democracia.”. (Traquina, 1997:13)

Assim que, importa agora, neste ponto, deixar um pouco de parte toda a reflexão que realizamos até ao presente, acerca dos efeitos desta actualidade directamente nos próprios *media* e repensar sobre toda esta situação no âmbito dos públicos e das audiências. Sendo que, estes últimos constituem os nossos maiores alvos de preocupação, ocupando a categoria dos mais indefesos perante esta situação. E, toda esta actualidade tem gerado e criado cada vez mais as condições a uma maior preocupação e reflexão sobre os efeitos desta modernidade caracterizada por um fraco relato sobre os acontecimentos, demasiado

negativista e pessimista, cada vez mais ocupada pelo entretenimento, e toda a sua repercussão junto dos públicos e das audiências. Actualmente, em qualquer estudo sobre os *mass media*, enquanto indústria cultural, é imprescindível uma análise aos seus efeitos directos sobre o público, assim que, cabe-nos neste momento repensar sobre toda essa situação.

Qualquer estudo sobre os *mass media* que não seja capaz de se aperceber dessa estrutura multiestratificada e, acima de tudo, dos efeitos das mensagens ocultas, coloca-se numa perspectiva limitada e desviante. (Wolf, 2009:90)

Ultimamente são cada vez mais os que acusam os *media* de estarem a condenar os públicos e as audiências a uma subjugação às suas próprias leis. Leis essas que delimitam não só o que o público deve ver, saber e achar sobre determinado assunto, como também, introduzem neles, formas de comportamento e reacção perante determinada situação, aproveitando-se da fragilidade em que estes se encontram e da sua falta de informação, muitas das vezes, para reforçarem o seu estado de obediência perante esta indústria cultural que é hoje o jornalismo e o entretenimento.

A manipulação do público - perseguida e conseguida pela indústria cultural entendida como forma de domínio das sociedades, altamente desenvolvidas - passa assim para o meio televisivo, mediante efeitos que se põem em prática nos níveis latentes das mensagens, ao situarem-se para além do conhecimento do público, reforçam o seu estado de servidão. Através do material que observa, o observador é continuamente colocado, sem o saber, na situação de absorver ordens, indicações, proibições. (Wolf, 2009: 91)

Tudo isto, impulsionado pela desregulamentação que actualmente se verifica no domínio dos *media* e que lhes tem proporcionado a liberdade para abordarem o que querem, da forma que quiserem, não delimitando necessidades informativas, às quais os públicos e as audiências deveriam ter acesso garantido por direito. Ou seja, verifica-se cada vez mais abalado e alterado, o conceito dos *media* enquanto mediadores de uma sociedade entre os vários sectores e, do seu papel, enquanto serviço público.

Outra questão ainda mais preocupante é a envolvimento dos públicos e das audiências e da sua participação directa nos novos formatos comunicacionais. Nomeadamente, nos jornais e programas televisivos onde, às vezes, a troco de nada expõem a sua vida pessoal, sujeitando-se a uma exposição mediática, a qual, os *media* não utilizam para mais, senão para angariar mais públicos e audiências. Nada mais fácil que expor certo e determinado tipo de situações, com as quais o cidadão comum se identifique, para alcançar o objectivo de lucro e rentabilidade. Este facto é, contudo, ignorado pelo cidadão comum quando se expõe desta forma. Toda esta nova concepção de público também enquanto participante e parte integrante dos formatos informativos e de entretenimento, é também matéria preocupante neste estudo. Para alguns estudiosos esta situação, não constitui mais que uma prática de humilhação do ser humano. Facto que, os *media* não vêem ou não querem ver porque, com isto, apenas aspiram ao lucro e à rentabilidade, ignorando os malefícios que esta situação confere à própria sociedade. Neste tipo de situação, o público é, apenas e restritamente, peça integrante do espectáculo transmitido pelos *media*.

É esta a mudança de funções que a estereotipização da matéria cultural sofre: como esta é o triunfo do capital investido - que se interessa pelos indivíduos como clientes e empregados(...). (Wolf, 2009:92)

Para os críticos televisivos, no entanto, despir-se para ganhar um carro, deixar cortar o cabelo para ganhar uma moto, etc., faz parte de uma prática de humilhação do ser humano, em nome do espectáculo, que condenam como uma das expressões mais grotescas do chamado “telelixo”. (Traquina, 1997:95)

E, mesmo aqueles que permanecem em suas casas assistindo a este tipo de formatos também não se apercebem nunca, realmente, desta situação. Muito pelo contrário, aos participantes e concorrentes, de alguns programas como o *Big Brother* ou *Casa dos Segredos*, foi atribuído pelos que estão em casa, o título de heróis nacionais, admirando-os pela sua coragem ao se exporem assim na televisão e nos restante *media*. Assim que, os públicos e audiências parecem ignorar os malefícios deste tipo de entretenimento e mesmo até, às vezes, da informação, para eles próprios e para a sociedade. Toda esta situação não visa mais que à hipnose generalizada de toda a sociedade sobre esta actualidade vigente. Enquanto as pessoas são distraídas, assistindo a formatos com os quais até se identificam em certa medida, não procuram nem buscam, nem exigem dos *media*, a informação rigorosa. Facto que, facilita até os *media*. Assim sendo e visto que é até bastante fácil distrair os públicos e as audiências, é da maneira que a informação pode passar para segundo plano e que os formatos de entretenimento, que são inclusivamente mais fáceis de produzir, podem passar para primeiro e dar mais lucro e rentabilidade às empresas de *media*.

Porém, importa referir que toda esta envolvimento do cidadão comum, nos formatos de entretenimento, é também voluntária e ambicionada da sua parte. As pessoas querem e desejam também o mediatismo, daí exporem-se muitas das vezes a situações constrangedoras neste tipo de formatos. Aliás, actualmente, estas últimas gerações foram mesmo incitadas à participação em formatos de entretenimento, principalmente as gerações que acompanharam o aumento destes formatos na televisão. Ao verem outros a protagonizar este tipo de momentos no grande ecrã e não só, ambicionaram o desejo pelo mesmo. Assim que, esta situação não é de todo inocente da parte do cidadão comum.

A explosão de *reality shows*, *talk shows* e concursos, onde o público dá o espectáculo, tem uma explicação. Para o director-adjunto da SIC, Manuel Fonseca, o fenómeno toma por base as actuais tendências da próprias sociedade portuguesa. Explica Manuel Fonseca: “As pessoas sentiram necessidade de se exhibir, de aparecer, de protagonizar. Este é realmente o século do povo, e isto manifesta-se também no domínio da afectividade. Considera-se desejável a exposição dos afectos, através da psicanálise, do envio de cartas para os jornais, de diários, de autobiografias... A televisão integra-se nesse movimento geral, operando um momento de transição da intimidade para uma exposição pública”. (Traquina, 1997:97)

Portugueses: Um público culturalmente pouco exigente?

No âmbito da informação, deixando agora de parte o entretenimento, a situação também não é mais positiva. Verifica-se cada vez mais um relato pouco fidedigno, negativista e pessimista e que, conseqüentemente, também tem influenciado os públicos e as audiências.

Assim que, assiste-se cada vez mais, a uma fuga a essa informação pessimista, albergando-se a necessidade de optimismos na procura por mais formatos de entretenimento, que animem e distraiam. As pessoas necessitam cada vez mais do entretenimento para esquecerem os males de toda esta actualidade vigente. E em vez de procurarem a diversidade de conteúdos que os *media* hoje em dia disponibilizam, nos mais vastos leques de canais e jornais informativos que existem, cingem-se aos formatos mais fáceis, ou seja, a formatos de entretenimento.

Importa ainda referir que apesar dos próprios públicos e audiências por vezes terem noção de toda a situação pouco favorável em que se encontram, pouco ou nada fazem para melhorar os seus hábitos culturais e informativos, sendo que, permanecem pouco exigentes nesta matéria, não se importando muito e, inclusivamente, alimentando até esta situação.

Esta “modernidade” tem sido, no entanto, alvo de críticas ferozes. Uma das vozes mais contundentes foi a do crítico Alfredo Barroso, que saiu em defesa “dos público-participante-vítima” e de todos os telespectadores, em crónica publicada em *O Independente* (11 de Novembro de 1994). Escreveu, então Barroso: “Para além dos incautos e pobres de espírito que expõem a sua intimidade em público, dos corsários que exploram os sentimentos alheios, dos piratas da dignidade dos outros, dos exímios atletas do sexo, dos jogadores de anedotas, dos que só querem dinheiro, dos que sempre gostam de espreitar ou dos que fazem batota - do que agora se está a falar é de milhares de miúdos sozinhos em casa, porque as famílias não sabem ou não podem protegê-los ou educá-los, e de milhares de graúdos que não tiveram acesso aos mínimos de educação e cultura, porque não têm cheta, ou ganham pouco, ou lutam pela sobrevivência. São - todos eles - uma espécie de “cordeiros de Deus”, de inocentes que amocham sem refilar, emocional e intelectualmente desamparados perante a vida e perante o televisor. Esses estão em silêncio - o silêncio dos inocentes”.

Apesar de tudo, muitos dos silenciados querem “estar” na televisão nesta nova era da “televisão democrática”. O *Não te esqueças da escova de dentes* chegou a ter inscritas mais de oito mil pessoas, o *Mini-chuva de estrelas* recebeu sete mil postais e a produção do *Ponto de encontro* abre cem cartas por semana. (Traquina, 1997:96)

Alguns autores como Mauro Wolf atribuem aos actuais *media* a capacidade de estereotipização e instrumentalização dos públicos e das audiências. E quanto mais se acentua essa estereotipização, mais as pessoas se acomodam à realidade e ao que lhes é incutido pelos *mass media*, o que origina a que menos queiram modificar e alterar as suas formas de pensar, acomodando-se assim ao que lhes é sugerido pelos *media*. Tudo isto, talvez porque quanto mais complicada se torna a vida do cidadão comum, mais este se quer agarrar a determinadas presunções e clichés que, de uma maneira ou de outra, lhe vão garantindo a ordem e o equilíbrio (Wolf, 2009:92). E, nada mais, nada menos, que os próprios *media* para lhes garantirem essa segurança, sendo que, é quem assiste a toda a sociedade 24 horas por dia sem descanso, amparando e acompanhando sempre a sua vida, nos piores e nos melhores momentos. Daí que a própria sociedade se ampare e busque cada vez mais nos *media* a segurança que nenhum outro sector, nem o político, lhes tem garantido. Desta forma, acomodam-se cada vez mais ao que é apelativo e que lhes é sugerido pelos *media*, não procurando a diversidade.

Uma outra questão ainda a abordar neste ponto, é o caso da elevada iliteracia que se vive em Portugal (Pinto, 2001:18). Uma outra situação que tem contribuído para a opção pelo entretenimento e fuga à informação é ainda o caso de muitos portugueses que, apesar de

saberem ler, não compreendem o que lhes é fornecido por um simples texto informativo. O que origina a que também não saibam seleccionar o melhor para si na hora da apreensão de informação. Para além de que, a própria leitura também não é uma actividade que faça parte dos hábitos da maioria dos portugueses, sendo que, existe ainda em Portugal uma certa carência a este nível. O que, também reflecte um pouco a falta de fomentação e incentivo aos costumes culturais em Portugal e que origina a que neste âmbito os portugueses sejam ainda um povo pouco exigente em matéria de informação.

Quando mais atrás abordamos também, a questão de os novos *media* estarem a contribuir para a criação de uma nova geração de analfabetos, faltou-nos mencionar que a manipulação que é exercida por eles é, principalmente, sobre todos os que sofrem de iliteracia, que apesar de saberem ler e escrever, não compreendem o que lhes transmite a informação nem sabem, muitas das vezes, interpretá-la, deixando-se assim levar mais facilmente pelo que os próprios *media* lhes indicam que é o melhor. E o mais grave de tudo é que, realmente, esta situação ainda predomina em Portugal. Todas as classes parecem ser ainda atingidas por este grave problema.

E isso tanto vale para os que frequentarem o 1º ou o 2º ciclos, o ensino secundário, ou a universidade: “o que está em causa é a capacidade desses indivíduos em ler e escrever na sua vida diária, privada, social e profissional”, seja para consultar um horário de comboios, interpretar uma ordem de serviço no emprego, perceber o modo como um medicamento deve ser tomado, ou ler um artigo de jornal. Ora, todos os estudos conhecidos apontam para uma manifesta “incompetência” da esmagadora maioria da população portuguesa em todas essas matérias. (Pinto, 2001:18)

Nos nossos dias em Portugal, parece constituir ainda uma realidade, toda esta situação. Quer pelo facto de ser grandioso o número de pessoas com graus elevados de iliteracia apesar de terem ido à escola, mas que não sabem interpretar um texto, quer pelo abandono escolar ser ainda de uma percentagem considerável no nosso país. Toda esta situação torna ainda o público português numa audiência vulnerável ao que lhes é transmitido pelos *media*. Facto que, em certa medida, pode ser explicação para este fenómeno que faz dos portugueses uma audiência ainda pouco exigente em relação aos conteúdos que vê tanto na imprensa como na televisão, tornando-os facilmente susceptíveis a todo o tipo de formatos importados dominantes, de hoje em dia, que não visam mais que ao maior número possível de audiências e, conseqüentemente, ao aumento do lucro e da rentabilidade.

O desinteresse dos portugueses pela leitura pode ser empiricamente comprovado em qualquer local onde cidadãos nacionais se encontrem misturados com pessoas de outras nacionalidades. Numa praia frequentada por estrangeiros, por exemplo, torna-se fácil verificar o contraste entre o número de estrangeiros com um livro nas mãos e o de portugueses com idêntica atitude. E idêntico contraste poderá ser observado se a comparação for feita entre os passageiros de um transporte público, em Portugal ou noutro qualquer país europeu, por exemplo. (Pinto, 2001:25)

Assim que, toda esta falta de formação e incentivo à cultura, que é ainda vivenciada pelos portugueses os torna ainda pouco exigentes em matéria de opção por conteúdos noticiosos e, conseqüentemente, em exigir dos *media* mais responsabilidade social.

Importa ainda referir que toda esta conjuntura poderá ser derivada da pouca fomentação à educação para os *media*, situação da qual o nosso país é ainda representativo. Nos nossos dias, existe ainda uma falta de incentivo bastante acentuada no que toca à formação do cidadão para a experiência e utilização proveitosa dos *media* e da cultura. Principalmente, junto das crianças. É uma responsabilidade que é muitas das vezes apenas atribuída à escola e à família mas que, mesmo assim, não é suficiente. Recentemente foi, inclusivamente, realizado um estudo na Universidade do Minho para a Entidade Reguladora²⁶ para a Comunicação Social intitulado de *Educação para os media em Portugal, Experiência, actores e contextos*, da autoria de Manuel Pinto, Sara Pereira, Luís Pereira e Tiago Dias Ferreira, que elucida mesmo a necessidade que existe ainda em Portugal em implementar os *media* dentro dos planos educativos (Pinto [et al], 2011). Os investigadores indicam mesmo que apesar de outras instituições, para além da escola, já promoverem o incentivo à educação orientada para os *media*, como bibliotecas por exemplo, é necessária uma maior intervenção da parte das entidades governamentais neste contexto.

Na verdade, uma educação a este nível não tem sido uma prioridade para as entidades governamentais, independentemente da orientação político-partidária. Ao contrário do que tem acontecido com todo um outro conjunto de ‘educação para...’ (para a saúde, para a sexualidade, para o ambiente, para a paz, para o consumo, entre outras), a ‘para os media’ tem colhido pouca atenção e interesse. Inserida muitas vezes, e apesar de tudo com sentido, na educação para a cidadania, tem tido dificuldade em afirmar-se ao nível da acção pedagógica, cultural e política. (Pinto [et al], 2011:149)

²⁶ A Entidade Reguladora para a Comunicação Social é uma entidade portuguesa do Estado que visa regular e supervisionar os mais variados órgãos de comunicação social, em Portugal, nomeadamente de rádio, televisão e imprensa. Foi criada a 8 de Novembro de 2006, ao abrigo da lei 53/2005, após a extinção da Alta Autoridade para a Comunicação Social, em Diário da República nº 214, I Série-A de 8 de Novembro.

Capítulo 4. Parte Empírica

Nesta última parte da dissertação, debruçamo-nos sobre o estudo de caso. Para tal, iremos recorrer à análise de uma situação que sirva de ilustração a tudo o que foi reflectido e estudado anteriormente. Desta forma, a situação escolhida corresponde à rejeição do Plano de Estabilidade e Crescimento IV (PEC²⁷ 4) e a demissão de José Sócrates enquanto primeiro-ministro e a forma como estes assuntos foram relatados e abordados nos jornais *Público* e *Correio da Manhã*. O período de análise entende o dia que marcou estes dois sucedimentos, bem como, os 7 dias posteriores. Ou seja, compreende o período total de oito dias.

Interessa, com esta análise, perceber o enquadramento das duas situações em causa, nos diferentes jornais (*Público* e *Correio da Manhã*), bem como, a forma como foram abordadas e o tipo de destaque que lhes foi concedido. Para tal, iremos incidir sobre a análise do discurso e género de linguagem utilizados e a importância que foi concedida ao assunto nos dois diários. Desta forma, será realizada uma análise quantitativa e qualitativa do discurso. Estas duas análises servirão de apoio a uma melhor compreensão dos factos para assim podermos obter resultados mais concretos e precisos nesta investigação. Ou seja, pretendemos averiguar de que forma foram relatados e tratados pela imprensa os dois acontecimentos anteriormente referidos, tendo como amostra os jornais *Correio da Manhã* e *Público*. Para a concretização destes objectivos, relembramos que a situação escolhida foram dois acontecimentos que ocorreram no mesmo dia (23 de Março) e que ilustram bem a situação de crise de cariz político e económico que se vive actualmente.

Desta forma, e muito sucintamente, importa agora recordar estes dois acontecimentos. Ambos remontam ao passado dia 23 de Março, um dia que ficou marcado por duas tumultuosas decisões. A rejeição pelos partidos da oposição do Plano de Estabilidade e Crescimento e a, conseqüente, demissão de José Sócrates, enquanto primeiro-ministro, sendo que, uma situação derivou da outra. O que terá estado na origem da demissão do primeiro-ministro português foi, no entender do próprio, a impossibilidade de continuar o seu trabalho vendo chumbada a sua proposta de recuperação económica. Com efeito, e como seria de se esperar os dias que sucederam a estes dois acontecimentos ficaram marcados pela instabilidade e preocupação que o próprio momento suscitou. Assim que, várias foram as dúvidas e questões que se levantaram, tendo ficado Portugal entregue a uma situação de total imprevisibilidade política e económica. A perspectiva de antecipação de umas eleições gerais, bem como, a vinda para Portugal do Fundo Monetário Internacional (FMI) demarcaram os dias posteriores. Como é natural destas ocasiões, a instabilidade do momento impulsiona a um discurso, todo ele, entre si, negativo e sem esperança. E é este período e género de discurso que pretendemos averiguar e analisar neste estudo, à mão dos jornais *Correio da Manhã* e *Público*.

27 Pela sigla PEC compreende-se Plano de Estabilidade e Crescimento.

Importa perceber como os dois casos foram noticiados e abordados pelos dois jornais, o tipo de destaque que lhes foi concedido, ou seja, se ambos os jornais lhes concederam capa e primeiras páginas ou não, que tipo de linguagem e discurso foram utilizados, nomeadamente, quais as palavras mais usadas e tempos verbais, se esse discurso, em geral, se apresentou negativo ou positivo, e, finalmente, quais os valores notícia mais evidenciados nessa representação das duas situações, pelos dois jornais.

Com esta análise, visamos investigar se foram muitas as diferenças na abordagem realizada pelos dois jornais ou se, pelo contrário, existem semelhanças na exposição das duas situações pelo *Correio da Manhã* e pelo *Público*.

De salientar, que os dois jornais seleccionados (*Correio da Manhã* e *Público*) foram a nossa opção no que respeita ao termo de comparação que pretendemos estabelecer. Estes dois jornais nacionais para além de poderem ilustrar bem as duas situações em causa, tornam ainda mais interessante esta análise, sendo que, com ela poderemos estabelecer uma comparação, até porque são dois diários com linhas de trabalho bastante diferentes. Contudo, aprofundaremos esta questão, no espaço concedido à descrição dos dois jornais seleccionados.

Breve descrição dos jornais seleccionados

Antes de conhecermos a metodologia e o corpus da análise e após uma breve apresentação dos jornais visados neste estudo, importa conhecê-los agora pormenorizadamente. Como já referimos, os dois jornais inquiridos são o *Correio da Manhã* e o *Público*, ambos de referência nacional, embora possuam estilos e linhas de trabalhos bastante diversificadas. Começemos por apresentar o jornal *Correio da Manhã*.

O *Correio da Manhã*^{28,29,30} é um diário matutino nacional. Conheceu a sua primeira publicação no dia 19 de Março de 1979, e foi fundado por Vítor Direito, para “responder às preocupações do homem da rua”. Este jornal³¹ é, actualmente, o que mais tiragens vende em Portugal, segundo os resultados da APCT³².

Sendo um jornal que afirma ter nascido para contrariar a linha editorial de todos os restantes jornais da altura, o *Correio da Manhã* nunca se teve como um jornal político. Aliás, foi esse o primeiro factor que ditou o seu sucesso nos primeiros anos de vida, sendo que era o único jornal a editar aos domingos,³³ naquela época. Pioneiro, desde os seus inícios, a

²⁸ *Correio da Manhã* também designado pelas iniciais CM;

²⁹ Jornal *Correio da Manhã* pertence ao grupo *Cofina*;

³⁰ Estatuto Editorial do jornal *Correio da Manhã*, disponível em anexos;

³¹ Segundo os resultados da Associação Portuguesa para o Controlo de Tiragem e Circulação (APCT), o *Correio da Manhã* é, segundo os resultados do último trimestre de 2010, o jornal de mais tiragem em Portugal. Toda a informação disponível em anexos: http://www.apct.pt/analisesimples_00.aspx?publicacaosegmentoid=2&segseleccionado=13 (consultado a 16-4-2011);

³² Pela sigla APCT compreende-se Associação Portuguesa para o Controlo de Tiragem e Circulação;

³³ Acontecimento que era tradição na imprensa portuguesa mas que foi interrompida pelo 25 de Abril, mas que, o *Correio da Manhã* voltou a restaurar, após o seu surgimento;

promover e patrocinar todo o tipo de espectáculos e eventos, como por exemplo “as misses”, o *Correio da Manhã* era considerado “popular sem ser popularuxo”(Teixeira *in Público*: 2004). Carlos Barbosa³⁴, antigo gestor do jornal, afirma mesmo que o *CM* era dos poucos jornais completamente independente de dependências partidárias.

Actualmente, é um jornal sujeito a alguns constrangimentos na ordem do tipo de exposição que realiza sobre os vários assuntos, sendo considerado para alguns um jornal popular sensacionalista devido ao forte apelo emocional que exerce sobre o leitor ao enfatizar pormenorizadamente acontecimentos trágicos e que apenas diriam respeito à esfera privada dos envolvidos no assunto. Contudo, e sendo aquilo que unicamente nos interessa, a sua análise refere alguns aspectos importantes e dignos de revelar neste estudo, sendo que, aquilo que nos importa retirar desta investigação é apenas a orientação editorial do jornal na representação de uma crise política e económica.

Este diário foi sem margem de dúvida um dos nossos eleitos devido à elevada cobertura que fez sobre o assunto da crise, tal como o jornal *Público*³⁵. Abordagem, contudo, bastante diferente como mais à frente perceberemos. Com uma linha editorial já característica, considerada fora do comum e pouco convencional, o *Correio da Manhã* apresenta-se hoje como um jornal que oferece aquilo que os leitores procuram, como refere Sérgio Azevedo³⁶, editor de política do *CM*.

Por outro lado, apresentamos o jornal *Público*³⁷³⁸. O *Público*, o nosso segundo jornal eleito, conta já com 11 anos de existência, sendo que a sua primeira publicação remonta ao dia 5 de Março de 1990. Actualmente, o jornal *Público* é dirigido por Bárbara Reis, contando com a colaboração enquanto cronistas, de inúmeras figuras conhecidas da nossa praça pública, nomes como Vasco Pulido Valente, Constança Cunha e Sá, José Miguel Júdice, entre outros.

Considerado um jornal político, o *Público* desde cedo se destacou pelo seu rigor informativo e por abranger um vasto leque de informação acerca de política, economia e sociedade. Dito, segundo o seu estatuto editorial³⁹, como um jornal completamente isento de qualquer tipo de ideologia ou posição política, para a maioria é categorizado como um jornal de referência, atraindo para si um tipo de público fiel e atento que o adopta como uma preferência na área da imprensa. Sendo que, cedo conquistou este estatuto.

³⁴ Carlos Barbosa é actualmente gestor na Portugal Telecom e através da Lusomundo controla o jornal Diário de Notícias, entre outros. Toda a informação retirada, disponível em: http://www.publico.pt/Media/correio-da-manha-o-jornal-que-nasceu-para-responder-as-preocupacoes-do-homem-da-rua_1188980 (consultado a 16-4-2011).

³⁵ Também designado pelas iniciais *PUB*;

³⁶ Sérgio Azevedo, editor de política no *CM*; informação retirada de entrevista concedida pelo mesmo ao *Fora da Linha*: <http://www2.fcsh.unl.pt/cadeiras/plataforma/foralinha/atelier/a/www/view.asp?edicao=10&artigo=393> (consultado a 6-4-2011).

³⁷ Jornal *Público* pertence ao grupo *Sonaecom*. Por sua vez, a *Sonaecom* consiste numa junção do grupo *Sonae* com a área das telecomunicações, dos *media* e sistemas de informação. Consiste hoje numa empresa que investe cada vez mais na área da prestação de serviços no âmbito da informação e das telecomunicações.

³⁸ Estatuto editorial do jornal *Público*, disponível em anexos.

³⁹ *Idem*

Actualmente, vê um pouco abalada esta sua imagem de grande rigor informativo, devido ao facto de ser apontado como tendencioso em relação a algumas situações de natureza política e social. De qualquer das formas, não sendo nossa função apontar defeitos e virtudes, apenas nos vamos centrar no estudo deste jornal no que diz respeito à representação que fez dos acontecimentos que demarcaram o passado dia 23 de Março.

Com esta sucinta apresentação dos dois jornais, apenas quisemos mostrar os dois lados da medalha, sendo que aprofundaremos mais essa questão quando elaborarmos a nossa própria noção do desempenho dos dois jornais, pelo menos, no que diz respeito à abordagem de uma crise política e de uma crise económica.

O facto de o *Público* assumir uma linha editorial bastante diferente da do jornal *Correio da Manhã*, serviu para nós de pretexto, para termo de comparação com o *CM*, sendo que, o que mais destaca a diferença entre os dois jornais é, sem dúvida, o tipo de prioridades informativas que cada um tem estabelecidas para si. Não menosprezando um em detrimento do desempenho do outro, pretendemos apenas analisar as diferenças entre um jornal e outro na abordagem e representação da crise política e da crise económica, nomeadamente, os dois episódios já referidos anteriormente.

Na nossa perspectiva, esta escolha é justificada a partir do momento em que ambos os jornais são diários e de circulação nacional e, principalmente, porque aos dois se reconhecem diferenças inegáveis no modo e tipo de abordagem que fazem sobre os vários acontecimentos.

Metodologia e *Corpus* do trabalho

Relativamente aos métodos de análise a que visamos recorrer na presente dissertação, importa evidenciar que serão dois. O primeiro de ordem quantitativa e o segundo de ordem qualitativa. Numa primeira parte, iremos incidir sob a análise e selecção das manchetes dos dois jornais (*Público* e *Correio da Manhã*) entre o dia 23 e 30 de Março. Este período de análise corresponde à não aprovação do PEC IV e à demissão de José Sócrates enquanto primeiro-ministro, bem como, ao desenvolvimento dos factos nos 7 dias posteriores. Ou seja, o período de análise será de 8 dias. Posteriormente à selecção das manchetes, iremos incidir sob a análise do destaque do tema nos dois jornais. O número de peças sobre o assunto, os géneros jornalísticos utilizados (breve, notícia, reportagem, entrevista, crónica e opinião) e o destaque concedido ao caso, qual o número de páginas e a localização dos conteúdos no jornal, se nas primeiras, se nas páginas centrais e qual a sua disposição, se na página par, se na página ímpar⁴⁰. Relativamente ao discurso, iremos apurar também quais as

⁴⁰ Falamos de página par ou ímpar devido a vários estudos terem já comprovado que a primeira página que um leitor olha, ao folhear um jornal, é a página ímpar, daí ser interessante evidenciar este aspecto nesta análise. Desta forma, pretende-se comprovar esta teoria, verificando-se se é realmente nas páginas ímpares que se localizam os assuntos de maior destaque e, conseqüentemente, os que mais atenções poderão despertar no leitor.

palavras mais utilizadas nas peças sobre o assunto, nomeadamente palavras como “crise”, “recessão”, “demissão”, “chumbo”, “rejeição”, “aprovação”, “recuperação”, “solução”, “resolução” entre outras. Ou seja, palavras que ilustrem um discurso negativo ou, pelo contrário, positivo. Com isso, pretende-se verificar se ao nível do discurso é em geral mais utilizada uma linguagem negativa e derrotista sobre o assunto ou se, contrariamente, será até positiva. Por fim, verificaremos também se os dois jornais recorreram a elementos gráficos para melhor complementar as suas peças. Elementos como fotografia, cronologia, infografia, tabela e gráfico.

Numa segunda parte e já recorrendo aos dados recolhidos quantitativamente, iremos incidir numa análise de ordem qualitativa de encontro ao tipo de discurso noticioso utilizado sobre o assunto. Ou seja, iremos recair sobre a linguagem utilizada, nomeadamente, o estudo das manchetes e dos títulos, o enquadramento das palavras mais utilizadas pelos jornalistas, dos adjectivos entre outras componentes textuais. Pretendemos também, recorrer à análise dos tempos verbais mais utilizados no geral e aos termos que evidenciam certa e determinada dramatização e pessimismo nas peças sobre o assunto. Nesta segunda parte procedemos à análise qualitativa já com base nos resultados apresentados quantitativamente, sendo que os dados numéricos servirão para apoiar de uma forma mais complementada a análise qualitativa.

Com isto, é nosso desejo comparar o enquadramento e grau de importância conferido ao assunto, nos dois jornais. Para tal, nada mais útil que abordar o destaque sobre o assunto e o tipo de vocabulário utilizado nestes dois jornais, no *Público* e no *Correio da Manhã*. Desta forma, iremos então incidir na elaboração de um estudo de caso sobre a análise desta crise que se vive, à mão dos dois jornais, e evidenciar a prioridade que constitui para cada um, a abordagem desta crise, bem como, a forma como o faz. Assim sendo, torna-se agora pertinente colocar a pergunta de partida base, à qual pretendemos responder após esta análise, tendo em conta os resultados que nos serão apresentados: Os jornais *Público* e *Correio da Manhã* reduzem ou subestimarão a representação da crise aos aspectos mais negativos, prescindindo de uma análise racional e explicativa e não contribuindo para a formulação de soluções?

Perguntas de partida para esta pesquisa:

- Constitui a crise uma igualitária prioridade para os dois jornais?
- É o balanço da representação desta crise, em geral, negativo?
- Há diferenças significativas na abordagem da crise pelos dois jornais nacionais?
- Algum destes dois jornais evidencia algum tipo de solução para esta crise?

Análise Quantitativa

Nesta primeira parte que respeita à análise quantitativa fizemos, primeiramente, um levantamento de todas as manchetes dos jornais *Público* e *Correio da Manhã* entre os dias 23 e 30 de Março, ou seja, o período de uma semana que entendeu a rejeição do PEC IV, a demissão de José Sócrates e os 7 dias posteriores a estes dois acontecimentos. Fizemos um levantamento do número de vezes em que as duas situações noticiosas foram levadas à capa e transformadas em respectivas manchetes. De seguida, contabilizamos o número de peças que foram realizadas sobre o assunto pelos dois jornais (durante o período de tempo já especificado), qual o destaque e localização dessas peças, nomeadamente se nas primeiras páginas dos jornais ou não, e, finalmente, qual a sua disposição, se nas páginas pares ou ímpares. Ou seja, aprofundamos a análise do destaque que foi concedido aos dois casos pelo *Correio da Manhã* e pelo *Público* através do número de peças que realizaram. Por último, apuramos também quais foram as palavras mais utilizadas nas peças sobre o tema, nomeadamente palavras como “crise”, “risco”, “recessão”, “demissão”, “chumbo”, “rejeição”, “austeridade”, “aprovação”, “recuperação”, “acordo”, “resolução”. Após uma selecção prévia das palavras mais empregadas nas peças informativas sobre os dois acontecimentos, contabilizamos o número de vezes em que cada uma foi utilizada. Por fim fizemos o balanço de qual o género de palavras dominante. Se as que transcendem algum negativismo e derrotismo ao discurso ou, se pelo contrário, as que transparecem optimismo e alguma esperança.

Numa fase seguinte exploramos a visibilidade que foi concedida a cada partido político perante as duas situações protagonistas da nossa análise, nas peças dos dois jornais. Ou seja, contabilizamos o número de peças que deram destaque ou protagonismo a determinado partido político e à sua posição em relação ao chumbo do PEC e à demissão do primeiro-ministro. Com isto quisemos verificar se ocorreu algum tipo de marginalização na representação de determinados partidos políticos, da parte dos dois jornais.

Por último, contabilizamos o número de vezes em que os dois jornais recorreram a elementos gráficos (fotografia, cronologia, infografia, tabela e gráfico) para melhor complementar as suas peças, dando principal destaque ao tipo de fotografia que utilizaram, nomeadamente, qual o conteúdo dessas fotografias.

Passemos agora à apresentação dos resultados, começando por facultar os dados que recolhemos a partir da análise e comparação das manchetes dos dois jornais entre os dias 23 e 30 de Março.

Resultados

1. Manchetes: Número de chamadas dos dois casos à primeira página

Relativamente às capas de jornais e, principalmente, às respectivas manchetes, dentro do período de amostra que estabelecemos, as diferenças são realmente inegáveis no que diz respeito aos destaques realizados pelos dois jornais e conforme o poderemos comprovar nas tabelas 1 e 2.

Assim sendo, verifica-se que o *Correio da Manhã*, apesar de ter referido a crise político-económica sobre a forma da divulgação de outras situações, fazendo manchete de “Prestação da casa sobe 265 euros” ou “Estado só tem dinheiro para dois meses”, durante o nosso período de análise não deu grande visibilidade à rejeição do Plano de Estabilidade e Crescimento IV e à demissão de José Sócrates enquanto primeiro-ministro, pelo menos no que respeita a conceder a estes dois acontecimentos a manchete do dia, durante as oito edições dos dois jornais, por nós analisadas. Pelo que se verifica na capa de 23 de Março, penas evidencia por baixo da manchete que diz “Prestação da casa sobe 265 euros”, que é o “Dia D para a queda do Governo”. Apesar de, na edição do dia 24 de Março já dar a entender que a médio, longo prazo, Pedro Passos Coelho⁴¹ poderá vir a governar, pois a manchete do dia é “Passos segura reforma com aumento do IVA”, o que já dá realmente a entender que irão haver eleições para breve em Portugal e que um dos candidatos (Pedro Passos Coelho) está para já a indicar algumas, das que serão, as suas medidas, o que, de certa forma, transparece a demissão de José Sócrates. Para além de que, refere também em letras mais pequenas, que “Sócrates demite-se e PSD prepara Governo”. Porém, como vemos, mesmo no segundo dia a manchete não refere explicitamente os dois acontecimentos de dia 23.

Aquilo que poderemos concluir, contudo, é que não evidenciando factos menos importantes e que importam trazer também a esta actualidade de informação, o *Correio da Manhã* preferiu evidenciar outras situações de crise que, propriamente, os nossos dois acontecimentos, protagonistas desta análise, tendo assim concedido sempre manchete a outros assuntos, no que respeita à primeira página de dia 23, 24 e 25 de Março, ainda que no dia 24 refira indirectamente que irão haver eleições para breve.

Já o *Público*, no dia 23 de Março, dia que viria a ficar marcado pelo chumbo do PEC IV e pela demissão de José Sócrates, parece conjecturar o que está para acontecer ainda nesse mesmo dia. A manchete é nada mais, nada menos, que “Último Acto Cavaco pronto para eleições”, parecendo, desta forma, já prever com esta manchete o que está para acontecer no próprio dia. Aliás, ainda na capa o jornal refere logo também, abaixo da manchete, que “Chumbo do PEC IV e demissão de José Sócrates considerados inevitáveis”. Assim que logo no próprio dia em que irão suceder esses dois acontecimentos, o *Público* destacou desde logo as várias evidências que se apresentavam, fazendo prever o que estava para acontecer. Então no

⁴¹ Pedro Manuel Mamede Passos Coelho é um político português, actual líder do Partido Social Democrata e candidato a primeiro-ministro.

dia seguinte, o diário parece, realmente, confirmar que inevitavelmente vão assim ocorrer eleições para breve evidenciando a demissão de José Sócrates já concretizada e a necessidade de novas eleições, pois manchete diz o seguinte: “Eleições para Junho”. Da mesma forma que, no dia 25 de Março a manchete refere também a necessidade de um cumprimento do PEC por um próximo governo, uma medida reforçada pelos líderes da União Europeia e que dá, realmente, a entender que o PEC IV foi chumbado.

Ou seja, o jornal *Público* conferiu sempre destaque à situação político financeira portuguesa na primeira página, sobretudo, no que diz respeito à queda do governo, tendo feito um acompanhamento gradual da situação ao longo dos dias que sucederam os dois episódios protagonistas da nossa análise, não tendo fugido muito do tema, no que respeita à primeira página.

Nos dias posteriores a 27 de Março, após os primeiros tumultuosos dias, já podemos, contudo, verificar que os destaques do dia já começam a modificar, tanto no *Correio da Manhã* como no *Público*. Assim que, tanto um jornal como o outro já começam, a partir de dia 28, a voltar à normalidade do dia-a-dia e a trazer à tona outros assuntos também importantes e de relevância para o país e para a sociedade não evidenciando assim, nem um nem outro, directamente na primeira página, os acontecimentos de dia 23 de Março. Ainda que, o *Público* destaque mais assuntos de cariz financeiro e de maior relevância pública para o país, tendo em conta os dois acontecimentos que sucederam.

Já o *Correio da Manhã*, passou a abranger logo desde dia 27, um leque mais vasto de informação para destaque, sendo que, no dia 27 a manchete do jornal foi “Governo faz negócio secreto”, no dia 28 “Combate aos fogos com menos meios”, no dia 29 “Bancos tiram casa a 700 famílias” e, finalmente, no dia 30 “Médico abusa de 20 mulheres”. Ao passo que, o *Público*, apesar de já não relatar directamente os dois acontecimentos de dia 23, continua a destacar sempre situações relacionadas com finanças ou economia do país e, em parte, consequências da queda do governo, nomeadamente aumentos e novas medidas que vão acontecer e, inclusivamente, na capa do último dia da nossa análise (dia 30 de Março) refere ainda, que o Brasil está disponível para comprar a dívida portuguesa.

Aquilo que podemos concluir é que, apesar do jornal *Público* conter uma informação muito mais gradual sobre o desenvolvimento dos acontecimentos que demarcaram os dias posteriores às ocorrências de dia 23 de Março, o *Correio da Manhã* também não deixa de destacar factos menos importantes e que dizem respeito a uma crise generalizada. Embora que, relacionado directamente com a situação da rejeição do PEC IV e com a demissão do primeiro-ministro o jornal pareça ter sido um pouco carenciado, no que diz respeito ao destaque que fez desses acontecimentos nas primeiras páginas. Contudo, examinamos novamente esta questão mais à frente ao aprofundar a análise sobre o destaque concedido aos dois acontecimentos através do número de peças sobre o assunto e a sua localização. Em suma, o que podemos verificar para já é que o destaque concedido aos dois casos, não foi unânime pelos dois jornais, pelo menos no que respeita, para já, às primeiras páginas dos mesmos e respectivas manchetes.

No que respeita ainda às primeiras páginas e manchetes, tal como podemos ver na tabela 3, verificamos que o *Correio da Manhã* trouxe o assunto uma vez à capa, quando manchete dizia: “Passos segura reformas com subida de IVA” e de sublinhar que implicitamente, pois não refere directamente os dois acontecimentos, apenas dá a entender que irão haver eleições ao estar para já a adiantar qual será uma das medidas deste candidato. Já o jornal *Público*, chamou à capa as duas situações um total de três vezes, sendo a primeira no dia 23 de Março: “Último acto Cavaco pronto para eleições”; dia 24 “Eleições até Junho” e, finalmente, dia 25 “ Líderes europeus exigem que um futuro Governo cumpra PEC”. De salientar que se verifica que de forma semelhante à única manchete do *Correio da Manhã*, que transparece os dois acontecimentos que ocorreram a 23 de Março, o *Público* também nunca referiu nas suas três manchetes sobre a mesma situação, os dois casos de forma directa.

Ou seja, o *Correio da Manhã*, através do tipo de informação que transmite e que concede manchete, parece direccionar-se para o público em si, transmitindo informação que afecta o cidadão comum enquanto unidade, como por exemplo quando refere na manchete de dia 23 de Março que “Prestação da casa sobe 265 euros”, já o *Público* dirige-se para toda a sociedade portuguesa, informando sobre situações de maior envergadura política e económica e que poderão afectar toda a cidadania na sua generalidade. Assim, podemos considerar que a informação que um jornal e outro transmitem é de certa forma elitista. O *Correio da Manhã* vira-se um pouco mais para a classe média e para a classe média baixa, já o *Público* para uma camada maior e que abrange toda a sociedade em si. Porém, não deixa de vincar também uma certa postura elitista, podendo considerar-se o seu discurso, pelo menos no que diz para já respeito às suas manchetes, um pouco mais direccionado para a classe alta e para uma certa elite intelectual, devido muitas das vezes à complexidade do seu discurso. Contudo, desenvolveremos este assunto mais à frente na análise qualitativa do discurso.

Tabela 1: Manchetes do Correio da Manhã entre o dia 23 e 30 de Março

23 de Março	Prestação da casa sobe 265 euros
24 de Março	Passos segura reformas com subida de IVA
25 de Março	Estado só tem dinheiro para dois meses
26 de Março	Vara ganha 822 mil euros sem trabalhar
27 de Março	Governo faz negócio secreto
28 de Março	Combate aos fogos com menos meios
29 de Março	Bancos tiram casa a 700 famílias
30 de Março	Médico abusa de 20 mulheres

Tabela 2: Manchetes do Público entre o dia 23 e 30 de Março

23 de Março	Último Acto Cavaco pronto para eleições
24 de Março	Eleições até Junho
25 de Março	Líderes europeus exigem que um futuro Governo Cumpra o PEC
26 de Março	Se empresas do Estado contassem dívida pública atingia 110% do PIB
27 de Março	Cavaco vai estar na linha de fogo da campanha eleitoral socialista
28 de Março	Contratos a prazo são a regra para mais de metade dos jovens
29 de Março	Pressão das agências de <i>rating</i> faz subir juros da dívida acima dos 8%
30 de Março	Brasil disponível para comprar dívida portuguesa

Tabela 3: Número de vezes que foi concedida manchete às duas situações pelos dois jornais.

	CM	PUB	Total
Número de edições analisadas	8	8	16
Número de chamadas das duas situações à primeira página e respectiva manchete	1	3	4

2. Destaque concedido às duas situações pelos dois jornais: Número de peças

Numa segunda fase da pesquisa quantitativa fizemos o levantamento de todas as peças dos jornais *Correio da Manhã* e *Público* em que foi feita referência ao Plano de Estabilidade e Crescimento IV e à sua, conseqüente, rejeição e demissão de José Sócrates enquanto primeiro-ministro. Seleccionamos todos os géneros jornalísticos que evidenciassem estes dois acontecimentos.

Assim sendo, quanto ao destaque dado pelos dois jornais em relação ao número de peças que realizaram sobre os dois assuntos, vemos que em quase todas as edições os dois casos foram referenciados sobre a forma dos mais variados géneros jornalísticos: notícia,

entrevista, breve, opinião, reportagem e crónica. À excepção do *Correio da Manhã* que no dia 29 de Março, em nenhuma peça referiu a demissão do primeiro-ministro e a rejeição do Plano de Estabilidade e Crescimento IV. Para além de que, com o passar dos dias vamos também verificando que no *Correio da Manhã* o número de peças sobre os dois assuntos reduz drasticamente, passa de treze peças no dia 24 de Março para seis peças no dia 25, ao passo que no jornal *Público* o mesmo não se verifica, pelo menos de forma tão explícita e no que diz respeito aos primeiros quatro dias após o sucedimento dos dois acontecimentos. Na totalidade, ao longo dos oito dias de análise, o *Correio da Manhã* realizou 44 peças sobre as duas situações.

O *Público*, nos mesmos dias, a 24 de Março, o jornal tem treze peças sobre os dois assuntos e no dia 25 tem dez. No dia 26 de Março o *Público* faz ainda oito peças sobre as duas situações, contudo, no dia 27 faz apenas uma, sendo de 26 para 27 de Março que se nota realmente a sua drástica redução do número de peças, como se pode verificar na tabela 5. Na totalidade dos oito dias de análise o jornal *Público* realizou 49 peças, nas quais fez referência aos dois acontecimentos.

Tal como referimos já na passada análise às manchetes dos dois jornais, verificamos uma mesma situação. É a partir de dia 27 de Março que se nota que o assunto deixa de ser destaque, quer pelas capas já não referirem directamente as duas situações, quer pelo número de peças no interior dos jornais, relativamente aos dois acontecimentos, também reduzir, tal como podemos verificar na tabela 5.

Tabela 4: Destaque dado às duas situações nos dois jornais.

	CM	PUB	Total
Número de edições em que as duas situações aparecem referenciadas em peças.	7	8	15
Total de peças que referenciem a rejeição do PEC IV e a demissão do primeiro-ministro.	44	49	93

Tabela 5: Total de peças diárias sobre os dois acontecimentos nos dois jornais.

Dias	CM	PUB
Dia 23 de Março	13	11
Dia 24 de Março	13	13
Dia 25 de Março	6	10
Dia 26 de Março	6	8
Dia 27 de Março	2	1
Dia 28 de Março	2	2
Dia 29 de Março	0	1
Dia 30 de Março	2	3

Pelo que se verifica, o jornal *Público* foi o que fez mais peças sobre o assunto, tendo uma vantagem de 5 peças, sobre o *Correio da Manhã*. Assim sendo, foi o *Público* o jornal que deu mais destaque às duas situações, relativamente ao número de peças que realizou.

3. Localização das peças

Acerca da localização das peças nos dois jornais, ela varia consoante os mesmos. No jornal *Correio da Manhã* oscila entre a secção “Actualidade: Crise Política” e entre o segmento dedicado à Política. Já no *Público* a publicação de peças que façam referência à rejeição do PEC IV e à demissão de José Sócrates varia entre a secção denominada de “Destaque: Crise Política”, localizada logo nas primeiras páginas, e “Economia”.

Assim, verificamos que tanto um jornal como o outro concedem grande destaque à crise política, tendo criado o subtítulo de “Crise Política” para as suas principais secções, no caso do *Correio da Manhã* na secção “Actualidade”, no caso do *Público* na secção “Destaque”. Tanto num jornal como no outro, as duas secções passaram a estar unicamente dedicadas à crise política, tendo-lhes sido atribuído um subtítulo que demarca bem esse destaque concedido.

Um aspecto que importa ainda destacar também é que o jornal *Público* destaca as duas crises e as duas situações de dia 23 de Março logo como destaque nas primeiras páginas, já o *Correio da Manhã* nem sempre destacou o assunto logo a partir da página 2. Caso é que no dia 23 de Março a previsível demissão de José Sócrates e toda a restante crise político económica, no *Correio da Manhã* só aparece referenciada em peças a partir da página 8, enquanto o *Público* destaca logo as duas situações a partir da página 2. Contudo, toda esta conjuntura foi alterando também, nos dois jornais, conforme a pertinência dos assuntos e conforme a passagem dos dias e à medida que as duas situações deixavam de ser uma novidade e uma prioridade informativa.

4. Paginação e disposição das peças

Relativamente à paginação e distribuição das peças nos dois jornais, é de notar que obtivemos um maior número de resultados na disposição de peças em páginas pares que em páginas ímpares, algo que, nos saltou bastante à vista. Dado que, existe uma tendência, e até estudos que comprovam, que na maioria dos casos os assuntos de maior importância se localizam normalmente em páginas ímpares, até porque o leitor ao folhear o jornal a página para a qual olha primeiro é, por norma, a ímpar, na nossa perspectiva esta situação é curiosa, visto que nem sempre as páginas ímpares nos dois jornais estavam ocupadas com publicidade. Simplesmente, muitas das peças de maior destaque foram localizadas em páginas pares e as de menor relevância ou conteúdo em páginas ímpares, variando também de acordo com o género jornalístico da peça. E, claro que, nem sempre aconteceu, mas na sua maioria passou-se desta forma. Deste modo, achamos pertinente destacar esta situação, até porque vai contra à teoria que pretendíamos comprovar com esta análise da disposição de notícias em páginas pares ou ímpares. Ou seja, no nosso estudo não se confirmou esta teoria de que os assuntos de maior relevo ocupam sempre as páginas ímpares. A maioria das nossas peças analisadas localizaram-se antes, em páginas pares. Facto que, vai contra à teoria de os assuntos de maior destaque disporem sempre em páginas ímpares.

Tabela 6: Paginação e disposição das peças nos dois jornais.

	CM	PUB
Número de peças localizadas em páginas pares	25	33
Número de peças localizadas em páginas ímpares	19	16

5. Géneros jornalísticos

Quanto aos géneros jornalísticos que as peças assumiram nos dois jornais foram variados. Oscilam entre notícias, breves, entrevistas e opinião. E, finalmente, entre crónica e reportagem, em menor quantidade. O *Correio da Manhã* optou por aplicar os diversos géneros jornalísticos, tendo vinte e uma notícias que fazem referência ao chumbo do PEC IV e à demissão do primeiro-ministro, nove breves, nove artigos de opinião, três entrevistas e duas crónicas. Já o *Público* cingiu-se sobretudo a notícias. Assim, possui trinta e seis notícias, dez artigos de opinião, uma entrevista e duas reportagens.

Tabela 7: Géneros Jornalísticos aplicados na informação da rejeição do PEC IV e na demissão do primeiro-ministro português:

	CM		PUB		Total
	Nº peças	%	Nº peças	%	
Notícia	21	47,72	36	73,4	57
Breve	9	20,45	0	0	9
Opinião	9	20,45	10	20,4	19
Entrevista	3	6,81	1	2,04	4
Crónica	2	4,54	0	0	2
Reportagem	0	0	2	4,08	2

Figura 3. Géneros Jornalísticos no Correio da Manhã:

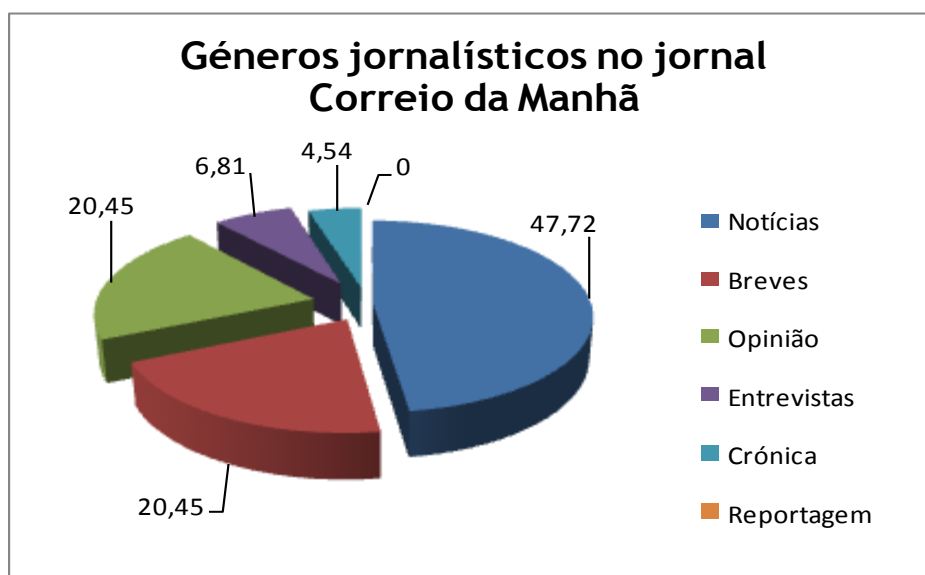
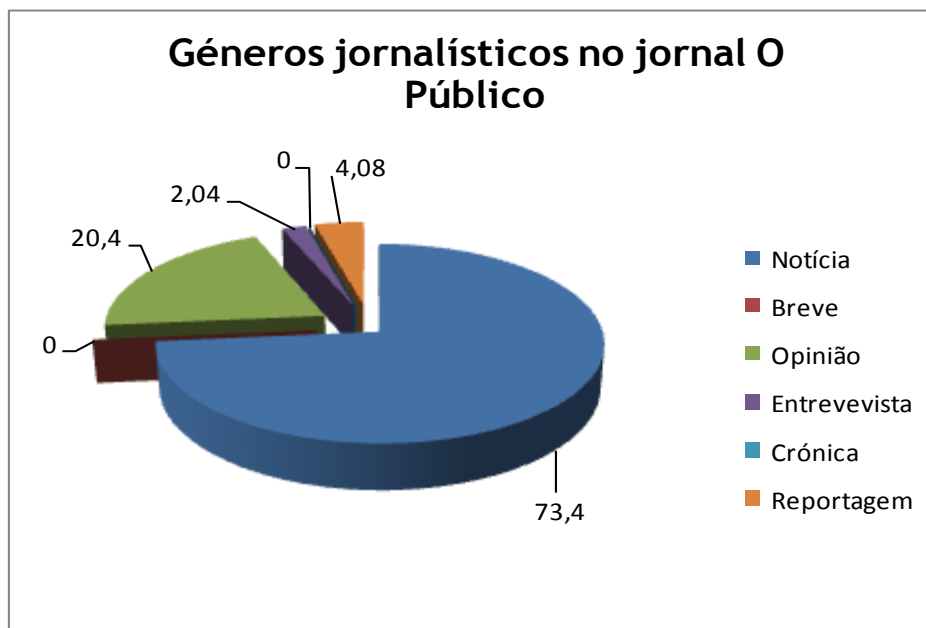


Figura 4. Géneros Jornalísticos em O Público:



6. Contabilização das palavras mais empregadas

Numa fase seguinte, após a leitura das peças e uma selecção aprofundada das palavras mais empregadas nas mesmas, achamos interessante contabilizar o número de vezes em que, por exemplo, a palavra “crise” foi utilizada contrastando com a quantidade de vezes em que, igualmente, a palavra “solução” foi usada.

Primeiro, após uma conclusão das mais utilizadas, fizemos uma lista das que transcendessem um maior negativismo e derrotismo ao discurso e, por último, uma lista das palavras mais optimistas e que transparecessem algum optimismo e esperança ao discurso. Após as duas listas formalizadas, contabilizamos o número de vezes em que cada uma das palavras foi utilizada, sempre contrastando as mais derrotistas e que transpareçam algum negativismo com as mais optimistas e que indiquem o caminho para uma possível solução.

Importa, contudo, salientar que na representação de uma crise político económica, obviamente, dominaram as palavras ilustrativas de um maior negativismo e derrotismo, aliás para descrever uma crise nenhuma outra palavra poderia ser mais destacada que a própria palavra “crise”. De qualquer forma achamos interessante contabilizar o número de vezes que foi utilizada, contrastando esse resultado com os de outras palavras.

De salientar também que, apesar, de palavras como “economia”, “finanças”, “política” e “governo” dominarem nas nossas peças analisadas, por motivos óbvios não fizemos a contabilização das mesmas. Assim, sendo óbvio que o tema das nossas peças é maioritariamente política, economia e finanças, obviamente que essas palavras foram utilizadas sempre e ocuparam lugar de destaque nas peças. A esta análise apenas nos

importou trazer uma comparação de palavras que transcendessem negativismo ou que, pelo contrário, algum optimismo.

Tabela 8 : Contabilização de palavras nos dois jornais:

	CM	PUB	Total
Austeridade	5	31	36
Chumbo	7	23	30
Crise	35	104	139
Demissão	24	40	64
Acordo	5	7	12
Aprovação	3	6	9
Resolução	6	7	13
Solução	6	16	22

Como podemos verificar a palavra “crise” foi a mais utilizada, tendo sido contabilizada nas nossas peças cento e trinta e nova vezes na totalidade, sendo trinta e cinco vezes no jornal *Correio da Manhã* e cento e quatro vezes no *Público*. Se contrastarmos com o número de vezes em que a palavra “solução” foi também empregada, indubitavelmente que “crise” está em vantagem. As restantes palavras conotadas de negativismo e que transparecem também os acontecimentos de dia 23 de Março vemos que foram empregadas, de igual modo com muita regularidade. A palavra “demissão” foi utilizada vinte e quatro vezes no *Correio da Manhã* e quarenta no *Público*, sendo que na totalidade durante os 8 dias de análise dos dois jornais, foi empregada sessenta e quatro vezes. Depois temos a palavra “austeridade” que foi usada cinco vezes no *Correio da Manhã* e trinta e uma vezes no *Público*, ou seja, na totalidade trinta e seis vezes e por fim, temos o termo “chumbo” que foi levado aos textos das peças sete vezes no *Correio da Manhã* e vinte e três vezes no *Público*.

A modo de conclusão, verificamos que contrastando com palavras ilustrativas de algum optimismo e onde encontremos algum incentivo e caminho para a solução, foram poucas as encontradas nas peças e, conseqüentemente, contabilizadas por nós. Vemos que a palavra “acordo” apenas foi contabilizada doze vezes nos dois jornais, a palavra “aprovação”, em comparação com “chumbo” apenas foi encontrada nove vezes nos dois jornais, tal como a

palavra “resolução” que detectamos nas peças apenas treze vezes e também, nos dois jornais. Por último, a palavra solução foi a encontrada mais vezes por nós nas peças dos dois jornais, num total de vinte e duas vezes no *Correio da Manhã* e no *Público*. Contudo, aprofundaremos a questão do enquadramento destas palavras no discurso noticioso das nossas peças, na análise qualitativa.

Importa ainda referir neste ponto que o *Público* em relação ao *Correio da Manhã* recorreu mais a estas palavras e termos. Aliás, há que ter em conta que sendo maior a proporção de peças do *Público* (49) que a do *Correio da Manhã* (44) sobre o tema, neste caso será até normal termos obtido um número maior, contudo, a diferença é apenas de cinco peças de um para o outro. Assim que, na nossa perspectiva houve um recurso muito maior da parte do jornal *Público* a este tipo de palavras que do *Correio da Manhã*.

Ainda referente à utilização deste tipo de palavras algo que notamos também ao longo da análise foi que raramente foram utilizados outros sinónimos das mesmas para descrever os dois assuntos, nossos protagonistas. Por exemplo, em relação à palavra “chumbo”, para descrever o chumbo do PEC, escassas vezes foi substituído este termo pela palavra “rejeição”, ou seja raras vezes foi escrito “rejeição do PEC”. Aliás, podemos inclusivamente referir que o termo “chumbo” apenas foi substituído por “rejeição” duas vezes no *Correio da Manhã* e quatro vezes no jornal *Público*.

Assim que, não notamos o recurso à variedade que existe de sinónimos, para substituir alguns termos que foram insistentemente utilizados pelos dois jornais.

Ainda relativamente à utilização de determinadas palavras reparamos que no jornal *Público* o ex primeiro-ministro José Sócrates, após a sua demissão, foi muitas vezes apelidado de “demissionário”, mais precisamente de “primeiro-ministro demissionário”. Foi nas peças elaboradas, e por nós analisadas, a partir de dia 23 de Março, que notamos que José Sócrates ganhou esta espécie de cognome, pelos dois jornais. No jornal *Público* contabilizamos este adjectivo um total de onze vezes, já no *Correio da Manhã*, apenas duas vezes. Assim que, achamos pertinente destacar esta situação, que será avaliada mais à frente na nossa análise qualitativa, de forma mais minuciosa.

7. Destaques das peças: Principais partidos políticos evidenciados

Algo relevante também e que achamos interessante explorar neste ponto foi o destaque que foi concedido, no meio de toda esta situação, a cada partido político para expor a sua posição. Desta forma resolvemos contabilizar o número de peças que foram dedicadas, unicamente, à exposição de uma ideia, posição ou convicção de determinado partido político em relação à demissão do primeiro-ministro e ao chumbo do PEC IV. Nesta contabilização, incluímos também o Partido Socialista, mesmo sendo deste partido que é originário o primeiro-ministro e governo demissionários. De salientar também que não só seleccionamos peças em que fosse destacada determinada posição de algum partido, como também todas as

peças, mesmo as do género opinião, que dessem protagonismo a determinado partido, quer pela positiva, quer pela negativa.

Nesta análise quisemos compreender se houveram determinadas preferências por alguns partidos políticos e detectar se houve algum tipo de marginalização em relação a alguns partidos mais pequenos, da parte dos dois jornais. Ou seja, se em detrimento dos partidos maiores, os mais pequenos foram menos destacados nas peças do *Correio da Manhã* e do *Público*.

Tabela 9: Destaques nas peças

Peças que destacassem:	Número de vezes	%	Número de vezes	%	Total
PS/ José Sócrates	7	15,9	9	18,3	16
PSD/ Passos Coelho	9	20,4	7	14,2	16
CDS/ Paulo Porta	3	6,81	3	6,12	6
PCP/Jerónimo de Sousa	2	4,54	0	0	2
BE/Francisco Louçã	2	4,54	3	6,12	5

Figura 5: Destaques nas peças do jornal Correio da Manhã:

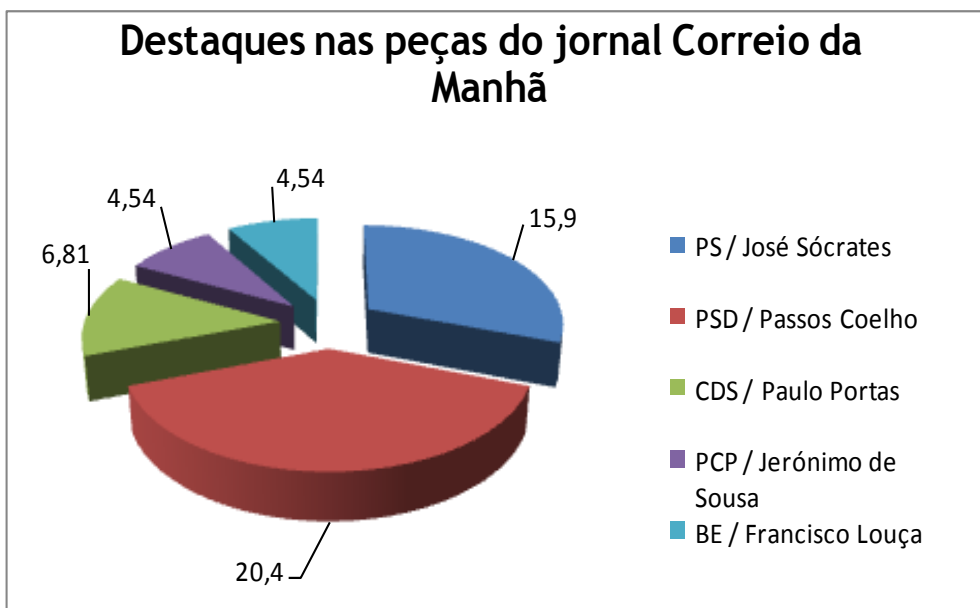
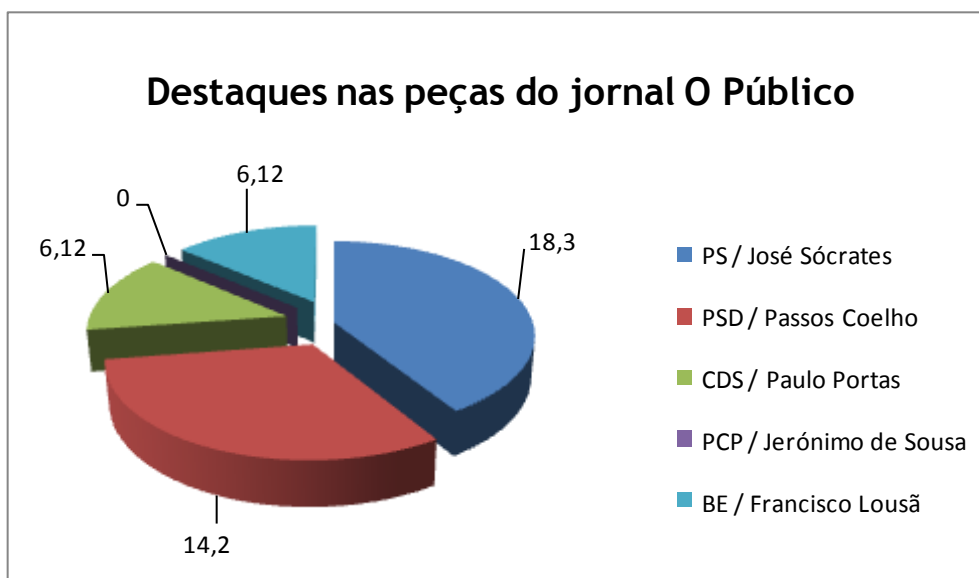


Figura 6. Destaques nas peças do jornal O Público:



Como podemos verificar todas as atenções se direccionaram nos mesmos sentidos: Partido Socialista ou José Sócrates e Partido Social Democrata, Pedro Passos Coelho. No caso do *Correio da Manhã* o partido que teve mais protagonismo nas suas peças foi o PSD e Pedro Passos Coelho, no caso do *Público* foi José Sócrates e o Partido Socialista. Para segundo plano

passou o CDS⁴², o partido de Paul Portas. Por último, em relação ao PCP⁴³ de Jerónimo de Sousa o *Correio da Manhã* referiu o partido e a sua posição em duas peças, já o *Público* nunca fez destaque ao partido. Por último, no que diz respeito ao Bloco de Esquerda e a Francisco Louçã, o *Correio da Manhã* fez referência ao partido em duas peças e o *Público* em três. Ou seja, no que toca ao destaque que os vários partidos ocuparam nos dois jornais verifica-se que os partidos mais pequenos (CDS, PCP, BE⁴⁴) foram marginalizados em detrimento dos partidos com mais força. Aliás, para além do PS, o partido do governo demissionário e que obviamente ocupou grande destaque nas peças, apenas o PSD foi insistentemente destacado, como sendo a única oposição política que importou ouvir aquando os dois acontecimentos protagonistas da nossa análise. De qualquer forma, vimos que o *Correio da Manhã* em maiores ou menores quantidades referiu os cinco partidos, já o *Público* apenas entendeu mencionar o PS, PSD, CDS e BE, não mencionando nunca explicitamente nas suas peças o PCP. Escusado será referir e analisar a questão dos partidos ainda mais minoritários como o caso do P.N.R.⁴⁵, MEP⁴⁶, PH⁴⁷, PPM⁴⁸, entre outros, que nunca foram referidos pelos dois jornais perante a situação da rejeição do PEC IV e da demissão do primeiro-ministro.

8. Recurso a elementos gráficos: Fotografia

Numa fase final da análise quantitativa, resolvemos introduzir também a temática da fotografia e da imagem na peça informativa. Após verificarmos ao longo desta análise que a fotografia foi utilizada muito recorrentemente nas nossas peças resolvemos destacar esta situação, bem como a forma como os dois jornais utilizaram a imagem para a complementação das suas peças.

A utilização da fotografia capta a atenção do leitor e é também um elemento de importância para a peça informativa sendo que, muitas das vezes, para além de complementar a informação, ilustra também a situação que está a ser narrada e ajuda o leitor a identificar espaços e personagens e a localizar o acontecimento. Para além de que, constitui também um elemento de atracção para o leitor. Não só contribui para um melhor entendimento da peça, como ajuda também o leitor a identificar ambientes e os protagonistas das peças o que, na nossa perspectiva, constitui uma mais-valia, principalmente, em peças que digam respeito a política e economia.

Visto que, existe, muitas das vezes, uma certa dificuldade da parte do público, principalmente das camadas mais envelhecidas e das mais jovens, em distinguir e identificar alguns actores políticos, vamos verificar como é que um jornal e outro ilustraram as suas

⁴² CDS-PP (Centro Democrático Social - Partido Popular). É um partido político português dirigido por Paulo Portas.

⁴³ PCP (Partido Comunista Português) é um partido político português dirigido por Jerónimo de Sousa;

⁴⁴ BE (Bloco de Esquerda) é um partido político português dirigido por Francisco Louçã;

⁴⁵ P.N.R. (Partido Nacional Renovador) é um partido político português dirigido por José Pinto Coelho;

⁴⁶ MEP (Movimento Esperança Portugal) é um partido político português liderado por Rui Marques;

⁴⁷ PH (Partido Humanista) é um partido político português dirigido por Maria Vítor Mota;

⁴⁸ PPM (Partido Popular Monárquico) é um partido político português liderado por Paulo Estevão.

notícias sobre a informação da rejeição do PEC IV e da demissão do primeiro-ministro, através da fotografia que utilizaram para completar essas mesmas peças e, comparar também qual dos dois recorreu mais à imagem e qual o tipo de conteúdo que mais foi destacado nessas fotografias. Ou seja, que tipo de locais e protagonistas foram evidenciados.

Tabela 10: Utilização de fotografia pelos dois jornais:

	CM	PUB	Total
Total de peças analisadas	44	49	93
Total de peças com fotografia	33	36	69
Total de fotografias em cada jornal	40	43	83

Pelo que verificamos, tendo em conta o número de peças que cada jornal realizou sobre o tema e que foram analisadas por nós, tanto um como o outro recorreram bastante ao uso da fotografia nas suas peças. O *Público* apresenta um total de 43 fotografias nas peças sobre as duas situações, mais três que o *Correio da Manhã*, contudo, como já referimos, em detrimento do *Correio da Manhã*, o *Público* tem também mais peças sobre as nossas duas situações protagonistas desta análise. Relativamente às peças onde o *Público* recorreu ao uso da fotografia são na totalidade 36 e, curiosamente, no *Correio da Manhã* são 33, ou seja menos três peças, igualmente à quantidade de fotografias.

9. Principal conteúdo das fotografias

Quanto ao conteúdo das fotografias utilizadas nas peças analisadas, a maioria incide em fotografias de algumas figuras políticas, protagonistas da actual situação político-económica nacional. Ou seja, o topo da tabela é ocupado por figuras como José Sócrates, Pedro Passos Coelho, o ministro das finanças Teixeira dos Santos e o presidente da República Aníbal Cavaco Silva, bem como alguns outros políticos, os quais na tabela 10 denominamos mesmo de “outros políticos”. Quanto aos locais mais evidenciados nas fotografias a Assembleia da República é o ambiente natural mais recorrente na maioria das fotografias captadas aos nossos políticos e não só. Muitas vezes aparece simplesmente a imagem da Assembleia das República sem que qualquer político tenha sido destacado, ou seja, aparece

apenas como um local que ilustra também notícias sobre a actual situação político-económica do país. Já que é na Assembleia da República que se tomam as principais decisões para o país.

Relativamente a outros locais ou ambientes, apareceram esporadicamente outras imagens para ilustrar as peças. Por exemplo, no *Correio da Manhã* no dia 23 de Março quando o destaque do dia é o aumento das prestações das casas aparece um prédio com algumas faixas nas varandas a dizer “vende-se”, já no jornal *Público* numa notícia em que é referenciada a União Europeia aparece a bandeira da UE. Estas fotografias na tabela 10 foram inseridas na categoria de outros ambientes. Como o caso de alguns directores de bancos e de chefes de outras organizações não políticas que aparecem também em algumas fotografias que foram englobados também na designação de “outros”.

Importa ainda referir que o *Público* foi o jornal que recorreu mais à variedade de fotografias e respectivos protagonistas. Em relação ao chumbo do PEC e à demissão do primeiro-ministro, para além das muitas fotografias utilizadas em que aparecia José Sócrates ou Pedro Passos Coelho, sempre que o jornal referia um outro partido, colocava a respectiva fotografia do representante. Com isto queremos apenas elucidar que ao passo que o *Público* publicou uma fotografia de Francisco Louçã e uma de Paulo Portas, o *Correio da Manhã* nunca o fez, apesar de ter evidenciado muitos outros políticos e ter colocado as suas respectivas fotografias.

Na tabela que colocamos a baixo deste texto evidenciamos assim o conteúdo das fotografias nos dois jornais, bem como o número de vezes em que cada figura ou ambiente apareceram e foram destacados, no *Correio da Manhã* e no *Público*.

Tabela 11. Principais destaques nas fotografias

Conteúdo	CM		PUB		Total
	Número de vezes	%	Número de vezes	%	
José Sócrates	8	20	11	25,5	19
Passos Coelho	3	7,5	6	13,9	9
Cavaco Silva	5	12,5	5	11,6	10
Teixeira dos Santos	2	5	4	9,3	6
Outros políticos	19	47,5	14	32,5	33
Outros	6	15	1	2,3	7
Assembleia da República	8	20	6	13,9	14
Outros ambientes	2	5	4	9,3	6

Figura 7. Principais destaques nas fotografias do jornal Correio da Manhã

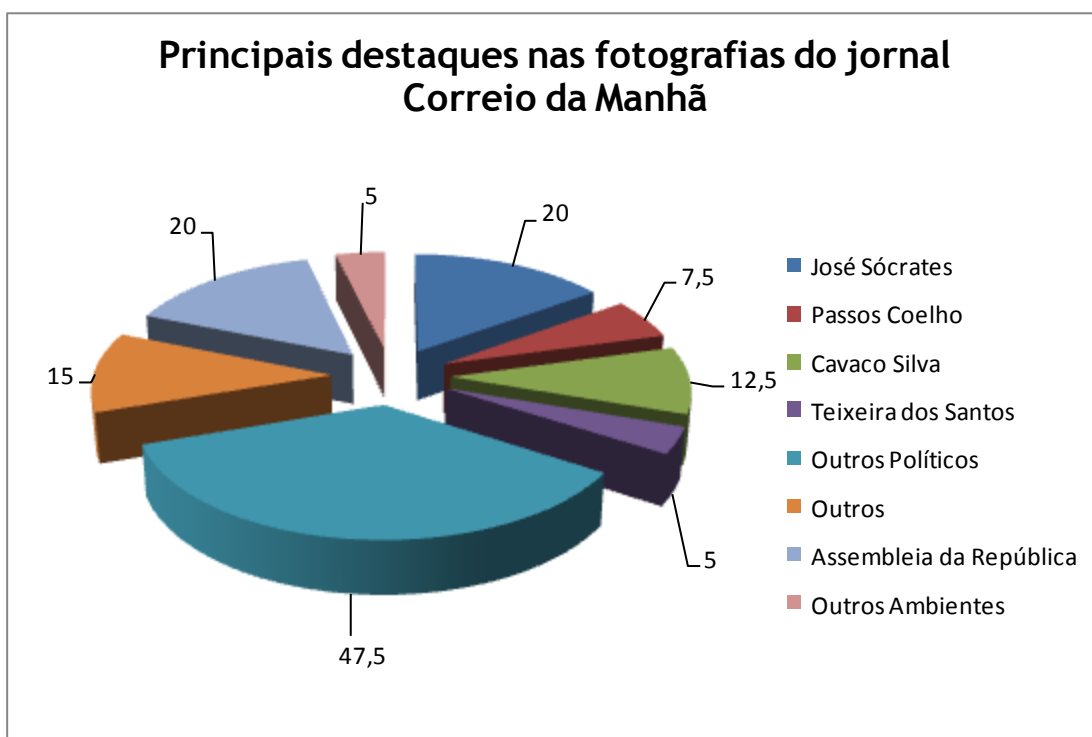
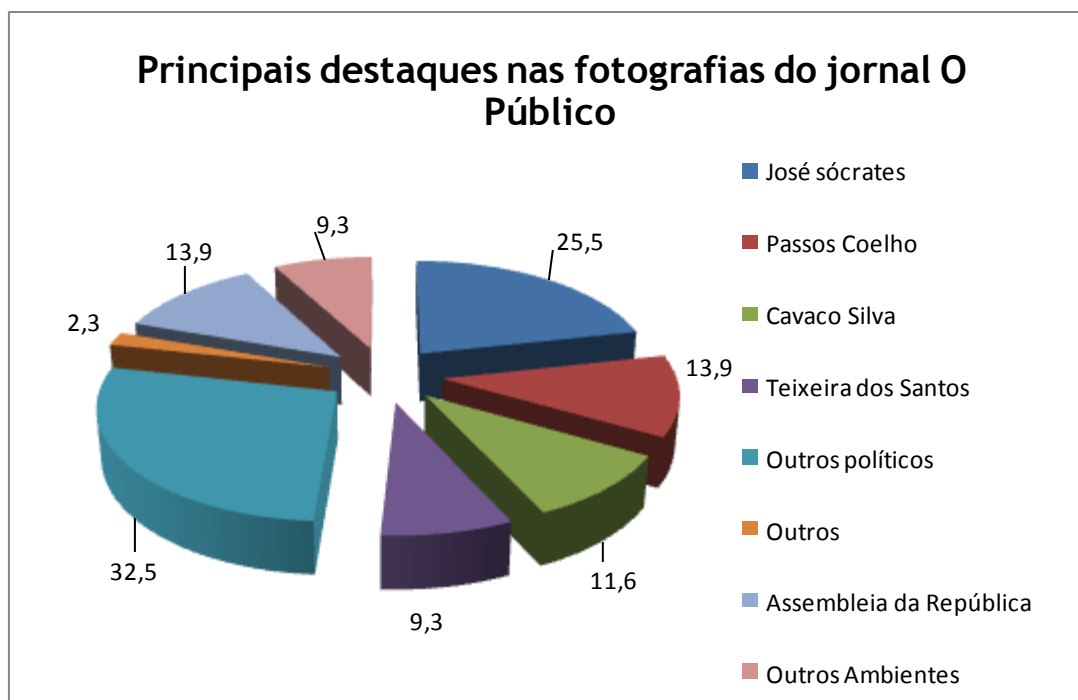


Figura 8. Principais destaques nas fotografias do jornal O Público:



Como podemos verificar na tabela 10 as preferências a nível de conteúdo das fotografias não diferiram muito de um jornal para outro. O *Correio da Manhã* concedeu principal protagonismo, nas suas fotografias, a José Sócrates e a Aníbal Cavaco Silva. Já o *Público* deu maior destaque a José Sócrates e logo depois a Pedro Passos Coelho. Ou seja, o destaque de José Sócrates foi unânime pelos dois jornais, já Pedro Passos Coelho foi preferido pelo *Público* logo a seguir a Sócrates como destaque, tal como no *Correio da Manhã* foi Aníbal Cavaco Silva. Por último e em consenso nos dois jornais, o ministro das finanças Teixeira dos Santos, foi a quarta figura política mais destacada. Ou seja, apenas entre Pedro Passos Coelho e Aníbal Cavaco Silva não se verificou o mesmo destaque, sendo que o *Correio da Manhã* publicou mais fotos do presidente da república e o *Público* de Passos Coelho. Ao nível de ambientes a Assembleia da República foi o local mais evidenciado em todas as fotografias. Como já tínhamos referido, não só como cenário para as fotografias captadas de algumas figuras políticas como também para elucidar outras notícias em que a fotografia não destacava qualquer político e evidenciava apenas o local da tomada de alguma decisão ou simplesmente onde se tinha passado algum acontecimento.

Quanto ao recurso à fotografia, verificamos que em detrimento das maiores forças políticas, como o PS e o PSD, os outros partidos políticos e principalmente os representantes desses partidos não foram muito evidenciados nestas páginas de jornal por nós analisadas. De salientar novamente que apenas o jornal *Público* publicou uma vez uma fotografia de Paulo Portas e outra de Francisco Louçã. O que, de facto, nos alertou e chamou à atenção, porque

sendo os dois acontecimentos por nós analisados, de grande envergadura política para o país, todos os partidos e respectivos representantes deveriam ter sido destacados perante esta situação, sendo que provavelmente todos teriam algo a dizer e não só o PSD, partindo-se do princípio que à partida seria o único partido da oposição, não o sendo.

De facto e não só a luz deste estudo ou destes jornais, verifica-se sempre uma certa marginalidade na representação de outros partidos políticos minoritários, sendo que nem sempre todos são “ouvidos” e representados do mesmo modo. À partida pressupõe-se que apenas importa colocar o PSD em grande plano, sendo o único que poderá fazer frente ao Partido Socialista, o que de facto não se justifica havendo tantos outros partidos e também opositores.

10. Outros elementos gráficos

Por último, resolvemos destacar também o recurso a outros elementos gráficos, como por exemplo a tabelas, gráficos, cronologias e infografias, pelos dois jornais, para melhor ilustrarem as suas peças. Tal como aconteceu com a fotografia o resultado não deferiu muito de um jornal para o outro. Embora que, o *Correio da Manhã* tenha recorrido duas vezes a gráficos para ilustrar e melhor complementar as suas peças e o *Público* nunca recorreu durante os oito dias da nossa análise a esse elemento gráfico.

Tabela 12. Recurso a elementos gráficos pelos dois jornais

Elemento	CM		PUB		Total
	Número de vezes	%	Número de vezes	%	
Fotografia	40	90,9	43	87,7	83
Infografia	1	2,27	2	4,08	3
Cronologia	1	2,27	1	2,04	2
Tabela	1	2,27	1	2,04	2
Gráficos	2	4,54	0	0	2

Figura 9. Recurso a elementos gráficos pelo jornal Correio da Manhã:

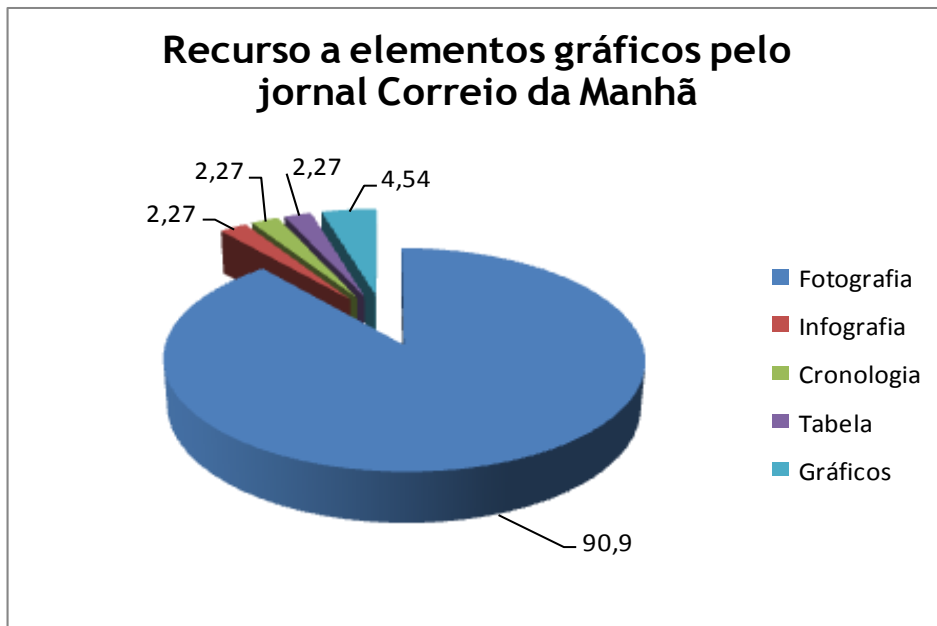
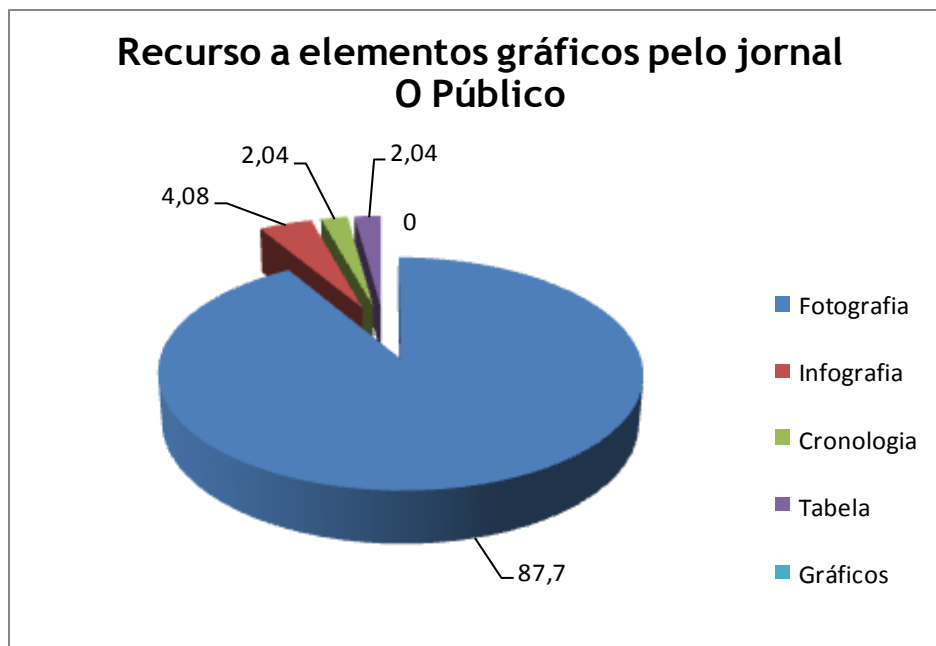


Figura 10. Recurso a elementos gráficos pelo jornal O Público:



Como podemos verificar à excepção do *Público*, o *Correio da Manhã* recorreu a todos os elementos gráficos para melhor complementar as suas peças. O *Público* optou por utilizar apenas a fotografia, a infografia, a cronologia e a tabela, não recorrendo nunca a gráficos para ajudar o leitor à interpretação de dados numéricos ou percentagens evidenciadas nas suas peças. Já o *Correio da Manhã* resolveu utilizar duas vezes gráficos para melhor explicar os dados sobre os quais informava nas suas peças, sendo que numa primeira vez recorreu a esse elemento para mostrar alguns dados sobre a dívida pública e numa segunda vez para melhor explicar a dívida portuguesa e quanto é que Portugal vai ter que pagar aos seus credores, facilitando assim a leitura e interpretação das suas peças, em relação a este tema. Verifica-se ainda, que em relação à fotografia, este elemento dominou nas peças nos dois jornais, no *Correio da Manhã* 90,9% das peças tinham fotografia, ou seja, quase todas e no *Público* 87,7% das peças tinham também fotografia. Basicamente, as peças que não continham fotografia, tanto num jornal como no outro, eram as do género crónica e opinião.

Análise Qualitativa

A análise do discurso não está apenas associada a uma recolha quantitativa de dados e números. Existem informações sobre as peças que não podemos extrair apenas a partir de uma análise quantitativa. Para complementar este estudo é imprescindível uma análise de ordem qualitativa para reforçar alguns aspectos importantes que nos importa melhor compreender. Assim, nesta segunda parte da análise iremos agora cingir-nos à análise qualitativa do discurso jornalístico e interpretar, através dela, o que não nos foi possível aprofundar na passada análise quantitativa, já realizada. Desta forma, iremos agora centrar-nos no estudo das manchetes e dos títulos, no enquadramento das palavras mais utilizadas, já anteriormente contabilizadas, nos adjectivos e nos verbos utilizados e de algumas outras componentes textuais que nos faltou abordar na análise quantitativa.

Importa agora descobrir os enquadramentos textuais que foram utilizados nas peças dos dois jornais e o tipo de linguagem usada por cada um e perceber a forma como as duas situações foram relatadas pelos dois jornais. Convém agora descortinar o tipo de construção textual mais visado nas peças e perceber quais as diferenças entre um jornal e outro, nas suas estruturas textuais.

Resultados

1. Estruturas textuais

Manchetes

As peças publicadas e as manchetes realizadas sobre a rejeição do PEC IV e a demissão do primeiro-ministro variam conforme a actualidade, a novidade do assunto, a

relevância dos acontecimentos, os protagonistas e, principalmente, com a linha editorial de cada jornal. Naturalmente, uma peça editada num jornal pode ter várias estruturas, dependendo do género jornalístico na qual está inserida e do destaque que lhe é concedido pelo jornal em questão, contudo existem características estruturais comuns. Normalmente, todas as peças são iniciadas por um título, ao qual pode anteceder um antetítulo ou, posteriormente, um subtítulo. Por sua vez, os títulos podem também considerar-se noticiosos, informativos, emotivos, opinativos, apelativos e mistos (quando englobam todas estas componentes), dependendo do conteúdo da peça que estão a anunciar. Na maioria dos casos, a sua principal função é a de atrair o leitor ou, no caso das manchetes a de atrair para a leitura e compra do próprio jornal. Posterior aos títulos das peças pode existir uma entrada. Essa entrada tem como nome *superlead* e tem como função apresentar e sintetizar os aspectos mais relevantes da peça que se vai relatar de seguida. Pode constituir um factor decisivo para a continuação da leitura da peça pelo leitor, pois tem também a capacidade de atrair e incentivar para o prosseguimento da leitura. Por último, segue-se o *lead* da peça que é normalmente o primeiro parágrafo e aquele que contém as respostas a “Quem”, “O quê”, “Quando”, “Onde”, “Como” e “Porquê”.

Assim, começando agora pelas manchetes, os principais títulos de cada jornal na primeira página nos dias por nós analisados, vamos verificar quais as suas principais componentes estruturais, ou seja, de que forma foram estruturadas as manchetes, visto que constituem elementos chave e de importância para a capa de um jornal e para o incentivo à sua compra e respectiva leitura. Vamos apurar em que estilos se inserem, mediante as suas componentes estruturais. Para tal optamos por classificar as manchetes segundo as seguintes tendências:

- **Emotiva:** quando o título apela à emotividade do leitor;
- **Informativa:** quando o título se limita a informar os factos;
- **Interpretativa:** quando o autor interpreta os factos sobre os quais noticia;
- **Mista:** quando detectamos os três tipos de tendência.

Tabela 13: Análise de manchetes nos dois jornais

Manchetes	Tendência	Jornal	Dia	Página
Prestação da casa sobe 265 euros	Informativa	CM	23	1
Passos segura reforma com subida de IVA	Informativa/Interpretativa	CM	24	1
Estado só tem dinheiro para dois meses	Informativa/Emotiva	CM	25	1
Vara ganha 822 mil euros sem trabalhar	Interpretativa	CM	26	1
Governo faz negócio secreto	Informativa/Interpretativa	CM	27	1
Combate aos fogos com menos meios	Informativa	CM	28	1
Bancos tiram casa a 700 famílias	Emotiva/informativa	CM	29	1
Médico abusa de 20 mulheres	Emotiva	CM	30	1

Último Acto Cavaco pronto para eleições	Informativa/Interpretativa	PUB	23	1
Eleições até Junho	Informativa	PUB	24	1
Líderes europeus exigem que futuro governo cumpra PEC	Informativa	PUB	25	1
Se empresas do Estado contassem dívida pública atingia 110% do PIB	Informativa/Interpretativa	PUB	26	1
Cavaco vai estar na linha de fogo da campanha eleitoral socialista	Informativa/Interpretativa	PUB	27	1
Contratos a prazo são regra para mais de metade dos jovens	Informativa/Emotiva	PUB	28	1
Pressão das agências de <i>rating</i> faz subir juros da dívida acima dos 8%	Informativa	PUB	29	1
Brasil disponível para comprar dívida portuguesa	Informativa/Emotiva	PUB	30	1

Nesta tabela encontramos descritas todas as manchetes realizadas entre o dia 23 e 30 de Março deste ano, o período que entendeu a nossa análise, pelo jornal *Correio da Manhã* e pelo *Público*. Algo que nos salta logo à primeira vista é que as duas situações, protagonistas da nossa análise nem sempre foram levadas à capa de jornal, como já tínhamos verificado na passada análise quantitativa. Assim, apuramos que no *Correio da Manhã* apenas uma manchete evidenciou, e de salientar que indirectamente, o chumbo do PEC IV e a demissão do primeiro-ministro. Nada mais, nada menos que manchete que diz “Passos segura reformas com subida de IVA”, pois como vemos dá a entender uma das que serão, possivelmente, as medidas de Pedro Passos Coelho quando chegar a primeiro-ministro. Algo que, à partida, faz deduzir que algo ocorreu e que José Sócrates poderá ter deixado de ser primeiro-ministro. Já no *Público*, consideramos que as duas situações foram levadas à capa num total de três vezes. A primeira em manchete que diz “Último Acto Cavaco pronto para eleições”, a segunda em “Eleições até Junho” e, finalmente, uma terceira: “ Líderes europeus exigem que um futuro Governo cumpra PEC”. De salientar que tal como no jornal *Correio da Manhã*, o *Público* também não refere a rejeição do PEC IV nem a demissão de José Sócrates directamente. Apenas transparece as duas situações na capa através de outros factos, ou seja, do facto de evidenciar a metáfora “Último Acto Cavaco pronto para eleições”, transparecendo que situação em que se encontra Portugal é uma peça de teatro e estamos prestes a testemunhar o último acto e que vamos ter eleições para breve, para as quais o jornal refere que o Presidente da República se prepara; do facto de na manchete do dia seguinte, 24 de Março, o jornal informar que irão haver eleições para Junho e, por fim, quando manchete de dia 25 refere que os líderes europeus exigem que um futuro governo cumpra PEC, o que nos dá a entender que algum não foi cumprido, neste caso o PEC IV. Ou seja, como vemos as duas situações não foram levadas directamente a manchete de jornal nem pelo *Correio da Manhã* nem pelo *Público*.

Seguidamente, verificamos também que, como podemos comprovar na tabela 1, a maioria das manchetes do jornal *Correio da Manhã*, apesar de por nós consideradas informativas, são sempre cunhadas de certa emotividade ou interpretabilidade da parte do

autor. Tanto assim é que apenas consideramos exclusivamente informativas duas delas: manchete que diz “Prestação da casa sobe 265 euros” e “Combate aos fogos com menos meios”. De facto, parecem-nos as únicas manchetes que apenas foram construídas com o intuito de informar sobre as situações, sem fazer surtir qualquer tipo de emotividade no leitor e sem fugir aos factos, sobre os quais apenas importava informar. Depois, enquanto interpretativas consideramos três das oito manchetes. A primeira é “Passos segura reformas com subida de IVA”, em que informa que Pedro Passos Coelho poderá vir a manter as reformas, aliás, a “segurá-las”, mas para tal vai aumentar IVA. O autor interpreta que Pedro Passos Coelho “segura reformas” com subida de IVA. Depois consideramos também a manchete “Vara ganha 822 mil euros sem trabalhar” como informativa/ interpretativa, pois informa que Armando Vara ganha 822 mil euros, mas sem trabalhar, o que consideramos ser uma interpretação do autor a partir de dados que terá recolhido e apurado. Por fim, temos a manchete que diz “Governo faz negócio secreto” como sendo também, para além de informativa, interpretativa, ou seja, o autor parece entender por algum motivo que negócio é secreto, aliás, tira essa ilação. Relativamente às manchetes cunhadas de certa emotividade, elas são três. A primeira é “Estado só tem dinheiro para dois meses” em que informa sobre esta situação mas o facto de conter o advérbio de exclusão “só” parece remeter automaticamente o leitor para o pessimismo da situação. Depois consideramos também como emotiva, manchete que diz “Bancos tiram casa a 700 famílias”, em que transparece também certo pessimismo pelo facto de remeter o leitor para a “miséria” em que ficarão essas famílias, pela penhora dos seus bens. Por último, e também como emotiva entendemos a manchete de dia 30 de Março “Médico abusa de 20 mulheres” em que o verbo abusar em “Médico abusa (...)” remete automaticamente o leitor para o negativismo da violência sexual em si, aqui transparente nesta manchete e na denúncia deste caso de forma fria. Aliás, na nossa perspectiva, estas duas últimas manchetes que referimos como emotivas, cremos que despertam a emotividade no leitor mesmo pelo modo como estão redigidas, pois parecem estar expostas com uma certa frieza: “Bancos tiram casa a 700 famílias” e “Médico abusa de 20 mulheres”.

No jornal *Público* consideramos na sua maioria manchetes informativas, contudo, algumas delas cunhadas também de certa emotividade e interpretabilidade da parte do autor. Porém podemos dizer que exclusivamente interpretativas ou emotivas, apenas encontramos uma e, como interpretativa. Assim, em relação a manchetes meramente informativas, concebemos como tal manchete que diz “Eleições até Junho”, “Líderes europeus exigem que futuro Governo cumpra PEC” e “Pressão das agências de *rating* faz subir juros da dívida até 8%”. Estas manchetes, como podemos verificar, consideramos apenas como informativas devido ao facto de apenas informarem sobre os factos enunciados nelas. Relativamente a manchetes consideradas como também interpretativas constituímos três: “Último Acto Cavaco pronto para eleições”, “Se empresas do Estado contassem dívida pública atingia 110% do PIB” e, por último, “Cavaco vai estar na linha de fogo da campanha eleitoral socialista”. Esta última, constituímos como meramente interpretativa devido ao facto de apenas destacar

a interpretação ou relação que o autor tirou a partir de alguma situação, sobre a qual existe mais desenvolvimento dentro do jornal. Em relação às manchetes informativas e também emotivas, consideramos duas das manchetes do *Público*, nestes 8 dias por nós analisados. A primeira é a que remonta ao dia 28 de Março e que diz “Contratos a prazo são regra para mais de metade dos jovens”, em que informa sobre a situação mas também apela à emotividade do leitor devido ao facto de poder levá-lo para o pensamento sobre a precariedade que são os contratos de trabalho para jovens em Portugal. A segunda e última é a manchete de dia 30 de Março e que diz “Brasil disponível para comprar dívida portuguesa”. Esta consideramos como também emotiva, para além de informativa, devido ao facto de poder transparecer que o Brasil se encontra solidário com Portugal e disponível para ajudar o nosso país. Principalmente porque é o eterno considerado “país-irmão” de Portugal.

Por fim concluímos, como já o tínhamos feito na passada análise quantitativa, que de facto a rejeição do PEC IV e a demissão de José Sócrates não constituíram de igual modo uma prioridade para os dois jornais. Através das manchetes, por cada um realizadas, ao longo destes dias, vemos que o *Correio da Manhã* raramente trouxe os dois casos à capa e apenas uma vez o constituiu, ainda que indirectamente, em manchete. No caso do *Público*, o mesmo aconteceu, mas em vez de uma única vez ter levado as duas situações à capa, levou três e também indirectamente.

Na sua generalidade, concluímos que, apesar de todas as situações destacadas como manchete nos dois jornais, assumirem uma prioridade informativa para o país, são todas elas eivadas de negativismos. Algo que, não seria de esperar o contrário, visto o estado político e financeiro em que se encontra Portugal.

***Correio da Manhã*: Manchetes por nós consideradas eivadas de um certo negativismo.**

Dia 25 de Março: “Estado só tem dinheiro para dois meses”

Dia 29 de Março: “Bancos tiram casas a 700 famílias”

Dia 30 de Março: “Médico abusa de 20 mulheres”

Destacamos estas três manchetes por serem, na nossa perspectiva, as mais eivadas de negativismo quer pela forma como estão construídas, quer pelos termos utilizados. Pois, apesar da maioria das manchetes consistirem em más notícias, estas são as de maior carga negativa, mesmo pela forma como foram redigidas e estão dirigidas ao leitor. Assim, como podemos verificar nestas três manchetes de jornal, as mesmas evidenciam todas elas negativismos, mais que não seja pela forma como estão construídas e pelos termos evidenciados e que conferem determinado negativismo e pessimismo ao discurso. Na primeira manchete destacamos o facto do termo utilizado “só”, advérbio de exclusão, conferir só ele, de certa forma, pessimismo ao discurso pela forma que destaca a escassez de finanças do Estado. Pois só pelo facto desta construção frásica conter este advérbio parece toda ela mais pessimista e derrotista e excluir qualquer hipótese de solução ou opção a esta situação.

Na segunda manchete podemos considerar que a construção frásica da afirmação “Bancos tiram casa a 700 famílias” transparece de certa forma alguma frieza na maneira como a informação é dada. Só o facto de conter o verbo “tirar” leva-nos automaticamente a pensar que se vai “tirar” algo a alguém de uma forma brusca e fria. Principalmente por evidenciar no presente que “Bancos tiram casa a 700 famílias”.

Na terceira manchete por nós destacada, esta remete-nos para o escândalo e para a violência sexual, ou seja, negativismos. Pois, manchete evidencia de forma fria que “Médico abusa de 20 mulheres”. O verbo abusar confere o peso à afirmação e remete directamente o leitor para o pensamento sobre um acto de violência e, conseqüentemente, leva à emotividade.

***Público*: Manchetes por nós consideradas transcendentais de um certo negativismo.**

No caso do jornal *Público* não consideramos que houvesse alguma manchete, das por nós analisadas, que transparecesse, exageradamente e explicitamente, algum negativismo. Todas as manchetes constituem antes informações equilibradas e que, na nossa perspectiva, informam o leitor equilibradamente sem o poder influenciar ou tocar muito emocionalmente. Embora que, algumas das expressões utilizadas, em alguns casos, possam conferir um certo peso ao discurso noticioso e transparecer isso para o leitor, como o caso da manchete que diz “Líderes europeus exigem que um futuro Governo cumpra PEC”. O verbo exigir parece influenciar o restante discurso, confere uma certa imposição ou obediência, como que determina que um futuro Governo tem de cumprir PEC. Depois temos também a manchete “Cavaco vai estar na linha de fogo da campanha eleitoral socialista” que através da metáfora utilizada, “estar na linha de fogo” parece remeter o discurso para uma ameaça. Ou seja, parece transparecer para o leitor que Aníbal Cavaco Silva vai ser posto à prova pelos socialistas.

Títulos das peças

Numa segunda fase desta análise às estruturas textuais, deixamos as manchetes das capas dos nossos dois jornais de lado, e passamos para o estudo sobre os títulos concedidos às peças, por nós também analisadas durante o período de tempo já especificado. Assim, convém elucidar que mais uma vez optamos por classificar os títulos por nós analisados, segundo as tendências já indicadas e anteriormente também aplicadas às manchetes: emotivo; informativo, interpretativo e misto, acrescentando agora, apenas, mais uma classificação: opinativos. Um género de título que expressa a opinião de alguém.

Assim, iniciando esta segunda fase da análise, primeiramente, aos títulos do jornal *Correio da Manhã*, verificamos que neste jornal a predominância é de títulos por nós classificados como informativos, seguidos por títulos interpretativos e, finalmente, em menor quantidade, os títulos que apelam à emotividade do leitor. Aliás, realçamos que os títulos por nós considerados como emotivos neste estudo são aqueles que normalmente partem de uma

citação que alguém proferiu a descrever ou a opinar sobre algum tipo de situação. Contudo, nem sempre só os títulos que partem de citações ou que encabeçam opinião ou crónica são exclusivamente considerados emotivos. Também títulos que encabeçam notícias, reportagens ou breves podem ser emotivos, porém no nosso caso, o mesmo não se verificou. Assim, relativamente aos títulos por nós considerados emotivos convém acrescentar que apenas dois deles consideramos como sendo unicamente emotivos, porque os restantes eram todos eles mesclados de características de tendência informativa com emotiva ou interpretativa e emotiva. Assim, destacando primeiro os títulos exclusivamente emotivos, damos o exemplo de um título do dia 23 de Março, que encabeçava uma entrevista a Fernando Paes Afonso (director-geral da Associação de Empresas de Construção e Obras Públicas) em que o título é “Situação é dramática”. Ou seja, o título partiu de uma frase proferida pelo próprio entrevistado, quando questionado acerca da situação do país e, principalmente, acerca do PEC IV. O segundo título exclusivamente emotivo é “Um apelo esperançado” e encabeça um texto de opinião da autoria da professora universitária Joana Amaral Dias, onde a mesma aborda toda a questão do actual estado de Portugal, tendo em conta o impacto do chumbo do PEC IV e a demissão do primeiro-ministro. E, mais uma vez parte também de uma frase proferida pela autora do artigo de opinião, em que tendo em conta do que ia falar e do estado actual em que se encontra Portugal, resolveu apelidar de “Um apelo esperançado”, o seu texto. Em relação aos títulos por nós também considerados como emotivos, contudo também informativos ou interpretativos, são três. O primeiro é “Birrentos e mal-educados”, e encabeça uma breve com características de crónica em que a pequena peça aborda o comportamento de alguns políticos, principalmente de Teixeira dos Santos, no dia do chumbo do PEC IV. O segundo título é “Vai-se morrendo” e encabeça um texto de opinião de Magalhães da Silva. Por fim, temos o título “No limbo da Tragédia” e que, mais uma vez encabeça um texto de opinião de Eduardo Cabrita. Assim, pelo que temos visto, é interessante perceber que a maioria dos títulos, por nós considerados como emotivos encabeçam normalmente ou uma entrevista (em que se utiliza como título algo que tenha sido proferido pelo entrevistado) ou um texto de opinião ou crónica. Ou seja, pelo que constatamos nas peças por nós analisadas no *Correio da Manhã*, os títulos emotivos não têm partido dos próprios jornalistas nem se têm verificado ao nível de notícias, breves ou reportagens. Neste caso, são mais os escritores de artigos de opinião ou os cronistas que constroem títulos para os seus textos mais emotivos e com certo cunho pessoal e denunciador da sua opinião que se vai relatar de seguida no texto.

Em relação aos títulos por nós considerados informativos e que constituem a maioria, são títulos mais sóbrios e directos e que visam apenas à sintetização da informação que se vai abordar seguidamente na peça. E, obviamente, dominam o encabeçamento de toda a informação que foi produzida e que fizesse referência ao chumbo do PEC e à demissão de José Sócrates. Pois, apesar de serem duas situações que podiam ter levado facilmente à dramaticidade, devido à gravidade que constituíram para o país, o mesmo não aconteceu. Vemos que, na sua maioria, todos os títulos foram construídos de forma a informar e a

sintetizar apenas os aspectos mais importantes e de uma forma mais isenta, que menos, da parte do jornalista. Contudo, algo que se observa e que não podemos deixar de reparar é que alguns dos títulos do *Correio da Manhã* evidenciam certo e determinado negativismo, pois alguns parecem reforçar todos os aspectos mais negativos e que derivaram do chumbo do PEC e da demissão do primeiro-ministro, pelo género de discurso, verbos e palavras utilizadas. Alguns destes títulos, na nossa perspectiva, poderiam ter sido elaborados de uma forma mais leve e que não conferisse tanto peso ao discurso. Aliás, com o sucedimento das duas situações, parece-nos que, algumas vezes, poderiam ter sido outras, as prioridades informativas do jornal nestes dias. De qualquer forma deixamos alguns exemplos, de títulos que, na nossa perspectiva transpareceram algum negativismo ao discurso:

Dia 23 de Março “Situação é dramática”

Dia 23 de Março “Jorge Sampaio diz que o país vive “emergência nacional””

Dia 23 de Março “Quatro projectos para chumbar PEC”

Dia 23 de Março “Manuela Ferreira Leite contra Sócrates na discussão do PEC”

Da mesma forma, foi nossa intenção destacar também alguns títulos que transparecessem mais optimismo e que salientassem um discurso que apresentasse soluções. De qualquer modo, no jornal *Correio da Manhã* não nos pareceu haver algum título, digno de se destacar devido ao optimismo que pudesse transparecer.

Em relação a títulos por nós considerados como mistos (que englobassem tendências informativas, interpretativas, emotivas e opinativas) não constituímos nenhum, dos por nós analisados. Já interpretativos, foi a segunda categoria de títulos, por nós, mais reconhecida. Vários dos títulos elaborados pelo *Correio da Manhã* transpareciam já, certa interpretabilidade da parte do jornalista. É o caso de “Governo de três partidos para aplicar Plano”, “Portugal faz parte do FMI” e “PSD prepara-se para “luta terrível”, entre outros. Por fim, opinativos, elegemos três dos títulos: “Acordo pode não valer: diz CAP”, “Sem desculpa”, e “José Sócrates devia demitir-se já da liderança do PS”. Três títulos que, na nossa perspectiva, revelam a opinião do autor.

Tabela 14: Análise de títulos do jornal Correio da Manhã

Títulos	Tendência	Jornal	Dia	Página
Os Passos da Crise	Interpretativo	CM	23	2
Prestação sobe 265 euros em três anos	Informativo	CM	23	6
A situação é dramática	Emotivo	CM	23	7
Multibanco na Ajuda ao Fisco	Informativo	CM	23	7
O dia D da demissão do governo de Sócrates	Informativo	CM	23	8
Jorge Sampaio diz que o país vive “emergência nacional”	Informativo/Interpretativo	CM	23	8
Quatro Projectos para chumbar PEC	Informativo	CM	23	9
Manuela Ferreira Leite contra Sócrates na discussão do PEC	Informativo	CM	23	9
Assis lança derradeiro apelo ao PSD	Informativo/Interpretativo	CM	23	9
Governo de três partidos para aplicar plano	Interpretativo	CM	23	9
Acordo pode não valer, diz CAP	Opinativo	CM	23	23
Cavaco ficou sem margem para agir	Informativo	CM	23	28
Demissão de Sócrates	Informativo	CM	23	52
Que reectar?	Interpretativo	CM	24	2
Passos Coelho sobe o IVA para não cortar as pensões	Informativo	CM	24	4
O super ministro da Economia	Interpretativo	CM	24	4
Belém anunciou demissão	Informativo	CM	24	5
Gama alternativa a José Sócrates	Informativo	CM	24	5
Sócrates vira costas à oposição	Informativo	CM	24	6
Cavaco deve mostrar que está à altura	Interpretativo	CM	24	6
Cavaco ouve partidos	Informativo	CM	24	8
Em 10 anos é preciso pagar 90 milhões	Informativo	CM	24	10
Juros dos países em risco disparam	Informativo	CM	24	10
Comunidade europeia atenta ao debate sobre plano de austeridade	Informativo	CM	24	11
Sem desculpa	Opinativo	CM	24	11
O meu país	Interpretativo	CM	24	20
Sinal dos Tempos	Interpretativo	CM	25	2
Dinheiro acaba em Abril	Informativo	CM	25	6
Passos discorda de Merkel	Informativo	CM	25	7
Cavaco vigia situação financeira	Informativo	CM	25	8
Adeus José, vai-te embora e não voltes	Interpretativo/Emotivo	CM	25	31
A AR que se lixe: tenho de ir à TV	Interpretativo	CM	25	31
A jogada de Sócrates	Interpretativo	CM	26	7
Portugal faz parte do FMI	Interpretativo	CM	26	8
Jaime Gama vai a Belém	Informativo	CM	26	9

José Sócrates devia demitir-se já da liderança do PS	Opinativo	CM	26	10
Um apelo esperançado	Emotivo	CM	26	28
Birrentos e mal-educados	Interpretativo/Emotivo	CM	26	30
PSD prepara-se para “luta terrível”	Informativo/Interpretativo	CM	27	33
Vai-se morrendo	Interpretativo/Emotivo	CM	27	33
Igreja quer saber quanto deve o país	Informativo	CM	28	8
Presidente recebe Gama antes da dissolução	Informativo	CM	28	29
No limbo da Tragédia	Interpretativo/Emotivo	CM	30	2
Crise anula cerimónia do 25 de Abril	Informativo	CM	30	30

Em relação ao jornal *Público*, mais uma vez, verificamos que a maioria dos títulos é de tendência informativa, seguidamente de tendência interpretativa e opinativa e por fim, emotiva. Relativamente a títulos de tendência mista, não apuramos qualquer um deles.

No que diz respeito aos títulos informativos, verificamos que a maioria domina no âmbito das notícias produzidas pelo jornal *Público*. Despertamos ainda a atenção para o facto de o jornal *Público* quase não ter construído títulos de tendência emotiva. Desta forma, algo que já nos é claro, é que o jornal *Correio da Manhã*, indubitavelmente, incidiu mais em títulos emotivos que o jornal *Público*. Assim, a nível de peças elaboradas directamente pelos jornalistas, neste jornal, não se verificou a recorrência a títulos de tendência emotiva. Aliás, grande maioria dos títulos de breves, notícias ou reportagens eram, como já referimos, de maior tendência informativa, redigidos de forma a informar sucintamente sobre o que a peça abaixo desenvolvida ia abordar. Algo que não podemos deixar de reparar é que, em relação aos títulos elaborados pelo *Correio da Manhã*, os títulos do jornal *Público* são bem mais extensos, o que não significa que sejam mais completos, na sua maioria. Algo que notamos também é que o jornal *Público*, a nível de elaboração de informação sobre as duas situações, protagonistas da nossa análise, relata sobre uma maior variedade de acontecimentos que o jornal *Correio da Manhã*.

Relativamente à localização de certos termos, palavras ou construções frásicas, nos títulos, que nos remetessem para negativismos, não verificamos muitas. A esse nível, o jornal *Público*, pelo menos no que diz para já respeito aos títulos, parece ter informado sempre em conformidade com os factos e acontecimentos. Contudo, há que salientar que muitas das peças constituíam informação sobre más notícias, porém não deixam de ser a própria realidade. O que importa realmente destacar é que não acrescentaram muito negativismo ou pessimismo ao discurso e mais uma vez enaltecemos que a informação foi construída em conformidade com os factos.

Todavia, destacamos os poucos títulos que nos pareceram acarretar um pouco de negativismo na forma como expuseram a situação que anunciavam:

Dia 23 de Março “Portugal será empurrado para a ajuda externa”

Dia 24 de Março “Se PSD tiver de tomar medidas duras, a culpa é do Governo”

Dia 24 de Março “Sem tecto, entre ruínas”

Da mesma forma, resolvemos destacar também alguns títulos que transparecessem mais optimismo e que salientassem um discurso com vista a soluções. Ou seja, procuramos não só destacar o discurso e o tom negativo sobre os acontecimentos, como também o que salienta e informa sobre possíveis soluções de recuperação para o país. Algo que, no jornal *Público*, ao contrário do *Correio da Manhã*, foi possível destacar:

Dia 23 de Março “Passos admite apresentar um novo PEC em Bruxelas”

Dia 23 de Março “Eleições antecipadas serão a saída provável para a crise”

Dia 23 de Março “Governo consegue apoio com parceiros e alarga renovação dos contratos a prazo”

Dia 24 de Março “Primeiro-ministro vai tentar controlar os danos em Bruxelas”

Dia 25 de Março “Espero que Portugal fique fora de um plano de ajuda externa”

Ou seja, no jornal *Público*, verificamos que apesar de a maioria dos títulos encabeçarem más notícias, foi também possível a construção de títulos e peças que evidenciassem algum tipo de solução para o país, após o chumbo do PEC e a demissão de José Sócrates.

Tabela 15. Análise de títulos no jornal Público

Títulos	Tendência	Jornal	Dia	Página
Cavaco pronto para demissão de Sócrates e já prepara convocação de eleições	Informativo	PUB	23	3
Comissão contradiz Juncker e abre porta à negociação das medidas de austeridade	Informativo	PUB	23	4
Passos admite apresentar um novo PEC em Bruxelas	Informativo	PUB	23	4
Bloco de Esquerda defende que o PEC 4 é uma versão “radical e extremista” do FMI	Informativo	PUB	23	6
Acordo eleitoral com o PS está “fora de hipótese”	Informativo	PUB	23	6
Portugal será empurrado para a ajuda externa	Informativo/Interpretativo	PUB	23	8
Eleições antecipadas serão a saída provável para a crise	Informativo	PUB	23	8
Os mercados já apostam: aumento do risco político força Portugal a recorrer ao FMI	Informativo	PUB	23	9

Austeridade alternativa também irá ao exame dos mercados e das instâncias europeias	Informativo/Interpretativo	PUB	23	9
Governo consegue apoio com parceiros e alarga renovação dos contratos a prazo	Informativo	PUB	23	10
Alguém pensou a sério no dia a seguir?	Interpretativo	PUB	23	37
Sócrates sai e Cavaco acelera legislativas	Informativo	PUB	24	2
País mais perto de ajuda externa e de condições mais duras	Informativo	PUB	24	3
Primeiro-ministro vai tentar controlar os danos em Bruxelas	Informativo	PUB	24	3
Debate com “chumbo” anunciado e em tom de campanha eleitoral	Informativo	PUB	24	4
CDS sugere que PSD caiu em armadilha	Informativo	PUB	24	4
PSD escolheu Manuela Ferreira Leite para dar último empurrão a Sócrates	Informativo	PUB	24	6
“Está tudo escrito nos astros”	Opinativo	PUB	24	6
Líder parlamentar faz discurso galvanizador e de pré-campanha	Informativo	PUB	24	6
Portugal tem até Junho para pedir mais de 8,3 milhões aos mercados	Informativo	PUB	24	8
Se PSD tiver de tomar medidas duras, a culpa é do Governo	Opinativo	PUB	24	8
Juros da dívida portuguesa fixam novos máximos e devem agravar-se com a confirmação das eleições	Informativo	PUB	24	10
Sem tecto, entre ruínas	Emotivo	PUB	24	12
Patrões e sindicatos entre a preocupação e a expectativa	Informativo	PUB	24	13
Líderes da UE lamentam chumbo do PEC mas querem vê-lo cumprido	Informativo	PUB	25	2
Fitch corta <i>rating</i> e diz que Portugal vai deixar de ter acesso aos mercados	Informativo	PUB	25	2
“Espero que Portugal fique fora de um plano de ajuda externa”	Interpretativo	PUB	25	3
PSD contradiz-se em subida do IVA para pagar pensões	Informativo	PUB	25	4
A jarra quebrada	Interpretativo	PUB	25	6
Presidente da República entre o risco e a oportunidade	Informativo/Interpretativo	PUB	25	6
Congresso com vista para congresso extraordinário e sucessão de Sócrates	Informativo	PUB	25	12
Seguro defende “um grande entendimento” entre PS, PSD e CDS	Informativo/Interpretativo	PUB	25	13
Quem não tem dinheiro não tem vícios. E não pode ter Sócrates	Opinativo	PUB	25	39
A primeira queda de Sócrates	Informativo	PUB	25	44
Zona euro aceita que não haja pedido de ajuda mas está preparada para isso	Informativo	PUB	26	2
Sem escolha	Opinativo	PUB	26	3
Portugal sem alternativa ao fundo	Informativo	PUB	26	4
Sócrates é grão na engrenagem para Governo na maioria	Informativo/Interpretativo	PUB	26	6

Passos Coelho promete avaliar as empresas públicas “uma a uma”	Informativo	PUB	26	7
Se as empresas do Estado contassem a dívida pública esta seria quase 100% do PIB	Informativo	PUB	26	9
Crise A nossa amiga de sempre	Interpretativo	PUB	26	4
A pós democracia e Sócrates	Interpretativo	PUB	26	36
Chumbo do PEC é como os filmes de piratas, diz Elisa Ferreira	Interpretativo	PUB	27	6
José Sócrates promete lutar contra FMI e acusa PSD de ter “agenda escondida”	Informativo	PUB	28	6
Em nome do supremo interesse partidário	Informativo/Interpretativo	PUB	28	29
A agenda incógnita	Interpretativo	PUB	29	37
“Políticos deviam estudar impacto das medidas que tomaram”	Interpretativo	PUB	30	22
Portugal está sob a ameaça de registar dois anos seguidos de recessão pela primeira vez em quatro décadas	Informativo	PUB	30	33
Os intermináveis PEC do eng. Sócrates	Interpretativo	PUB	30	36

Assim, relativamente aos títulos, concluímos que o jornal *Público* foi o que evidenciou e destacou as mais diversificadas situações que dissessem respeito à rejeição do PEC e à demissão de José Sócrates e, apresentou também o leque mais abrangente de situações com vista a possíveis soluções a esta crise político-económico que se salientou com os dois sucedimentos de dia 23 de Março. O *Correio da Manhã*, apesar de destacar situações não menos importantes e que dizem respeito a uma crise generalizada, não equilibrou o discurso sobre essa crise, contrastando as más situações com os que também se proporcionaram e surgiram com vista a soluções.

De qualquer forma, em relação à informação que um e outro veicularam, ambas coincidiram. Aliás, é de se salientar que muitas das vezes, ambos informaram sobre as mesmas situações. De qualquer forma é um facto que já seria de se esperar tendo em conta que as duas principais situações que marcaram os nossos dias de análise constituíram dois acontecimentos de relevância pública para o país. Embora que, o *Público* se tenha cingido mais aos dois acontecimentos que o *Correio da Manhã*. Pois este último jornal por nós evidenciado, como já dissemos, divagou mais sobre uma crise político-económica que também é generalizada, denunciando um outro tipo de situações.

Em relação às peças, gostaríamos também de destacar que ambos os jornais, para além dos títulos, concederam também antetítulo à maioria das suas notícias, entrevistas e, em menor número, reportagens, opinião e crónica. Em relação às breves é que apenas as acompanhava um pequeno título.

2. Vocabulário utilizado

O vocabulário utilizado nas peças de um jornal reflecte, muitas das vezes, a intenção de um enunciador. Na maioria das vezes é no tipo de discurso utilizado pelo jornalista, que se

reflecte a sua intenção ao informar sobre esta ou aquela situação. Assim, é na escolha e selecção de determinadas palavras ou vocábulos que se espelham essas intenções do jornal ou mesmo do jornalista ao informar. Sendo que, inúmeras podem ser as palavras, termos ou vocábulos para informar sobre uma situação, mas o jornalista selecciona sempre as que melhor lhe parecem enquadrar no tipo de discurso que quer realizar sobre determinado assunto e na forma como visa atingir o leitor. Até porque, da mesma forma que nem todos os jornalistas interpretam as situações de um mesmo ponto de vista, vários podem ser também os enquadramentos que podem dar a essa situação ao relatá-la. Como já dissemos, depende do modo como o jornalista pretende que a informação chegue ao seu leitor. Assim, é agora através de uma análise mais minuciosa do discurso que pretendemos averiguar a forma como o jornal *Correio da Manhã* e o jornal *Público* informaram sobre estas duas situações protagonistas da nossa análise.

Nesta análise, vamo-nos centrar, sobretudo, no vocabulário utilizado na descrição do chumbo do Plano de Estabilidade e Crescimento IV e na demissão de José Sócrates enquanto primeiro-ministro. Vamos aprofundar o estudo sobre palavras que transpareçam negativismo e dramatismo, na forma como foram enquadradas ao descrever pessoas ou situações. Sendo esta uma situação que, inevitavelmente, conduziu a um discurso entre si, mais negativo que positivo, não havendo lugar para o relato de boas notícias quando o assunto é uma crise do âmbito político e económico. Assim, estabelecemos agora uma lista com alguns itens para análise neste ponto:

- Verificar entre um jornal e outro a utilização de palavras, termos e vocábulos que conferem certa e determinada dramatização, negativismo e pessimismo ao discurso;
- A referência a pessoas e a nações de elite;
- Uso de adjectivos para descrever as duas situações ou os actores políticos envolvidos nelas;
- Estudo dos verbos, advérbios empregados no discurso.

Negativismo e Dramatização

A dramatização e o negativismo são dois valores-notícia muito recorrentes na abordagem de uma má situação, no nosso caso, o chumbo de um Plano de Estabilidade e Crescimento IV e a demissão do primeiro-ministro. Aliás, consideramos mesmo que no relato sobre estas situações, o negativismo chega a ser um valor-notícia que é quase inerente ao próprio discurso noticioso realizado acerca destes assuntos. Assim, tendo em conta que o nosso estudo recai sobre dois maus acontecimentos para o país, vamos verificar como é que o *Correio da Manhã* e o *Público* lidaram com essa negatividade, que o próprio assunto proporcionou já por si só, através da utilização de palavras a que cada um se cingiu, para descrever estes dois episódios. Desta forma, resolvemos destacar, após uma prévia selecção e contabilização das palavras mais empregadas por cada jornal, qual dos dois recorreu mais às mesmas e verificar assim, qual dos jornais conferiu maior negatividade ao discurso realizado

sobre as duas situações, protagonistas da nossa análise. Assim, evidenciamos agora as palavras mais utilizadas para descrever a rejeição do PEC IV e a demissão de José Sócrates: “crise”, “demissão”, “chumbo”, “austeridade” e “rejeição”.

De salientar, contudo, que na descrição de duas situações de crise desta envergadura para o país, obviamente, dominou um discurso mais negativo que positivo e prevaleceram as palavras conotadas de negativismo em relação às conotadas de algum optimismo. Para além de que, a dramatização também esteve muito presente no discurso. Pois, a dramatização ajuda também a reforçar os aspectos mais conflituosos presentes em determinadas situações.

Significação das palavras:

A palavra “crise” tem como significado uma conjuntura ou um momento que é perigoso, mas que é também decisivo. Apesar de se poder designar esta palavra de outra forma é normal e regular na comunicação social que se descrevam este tipo de momentos, recorrendo mesmo à própria palavra “crise” para descrever um mau momento que se atravessa, neste caso a vários níveis. Uma palavra que por si só parece sintetizar e abranger toda ela, a descrição possível que existe para um período destes. De se salientar também que é uma palavra que atrai o leitor devido ao impacto que transparece, pois reforça o aspecto conflituoso das situações. Por sua vez “demissão” é o acto ou efeito de se demitir, o que aplicado a um primeiro-ministro de um país é um acontecimento que mobiliza toda a sociedade não só nacional, como internacionalmente. “Chumbo” é uma palavra que é muitas das vezes associada ao “chumbo escolar”, ou “chumbar de ano”, pode constituir também um juízo. Neste caso, parece abranger um pouco das duas deliberações, pois aplica-se a um Plano de Estabilidade e Crescimento que foi “chumbado” por um parlamento”, ou seja, um projecto que foi reprovado e censurado. A utilização da palavra “chumbo” é também justificável devido ao impacto que tem junto do público, é um termo forte e que atrai o leitor, pois parece reforçar o conflito do acontecimento que constitui a rejeição do PEC IV. Aliás, é considerada de maior impacto que a designação “rejeição” ou “reprovação”. Já a palavra “Austeridade” constitui uma severidade, algo escrupuloso, neste caso aplica-se não só ao momento que vivenciamos, “um momento de austeridade” como também às “medidas de austeridade” que serão aplicadas de forma a contornar a crise que se vive. Por fim, “rejeição” é o acto ou efeito de se rejeitar, pode também constituir um acto de repulsa. Todas estas palavras têm algum em comum: constituíram parte do vocabulário noticioso mais utilizado pelos dois jornais, *Público* e *Correio da Manhã*, depois do dia 23 de Março de 2011. Passemos à explicação.

O caso do *Correio da Manhã* e do *Público*

Como podemos verificar nas tabelas 4 e 5, as palavras mais utilizadas para descrever a não aprovação do PEC IV foram “chumbo” e “rejeição”. Já em relação à demissão de José

Sócrates foi mesmo a palavra “demissão”, e, aliás, nem nunca verificamos nenhuma outra em opção a esta. Seguidamente e que englobem as duas situações, as palavras escolhidas foram “crise” e “austeridade”. É também interessante verificar que podendo a palavra “rejeição” ser utilizada em vez de “chumbo”, uma palavra que confere mais peso ao discurso, raramente os dois jornais optaram pela escolha da mesma para descrever também a não aprovação do PEC. Praticamente, cingiram-se quase sempre à opção em referir “chumbo do PEC” em vez de “rejeição do PEC”. Uma outra questão à qual estivemos atentos foi também à contabilização da palavra “recessão”, uma palavra, que na nossa perspectiva é também adaptável à descrição do período e momento de crise que se vivencia, mas a qual só verificamos duas vezes e apenas no jornal *Público*. Assim, as escolhidas para descrever este momento e que englobam as duas situações, protagonistas da nossa análise, foram mesmo “crise” e “austeridade”, tanto num jornal como no outro.

No jornal *Correio da Manhã*, como podemos apurar ao visualizar a tabela 4 a palavra “crise” foi empregada trinta e cinco vezes, sendo que seguidamente foi “demissão” num total de vinte e quatro vezes. Aliás, estas foram mesmo as palavras mais repetidas pelo jornal, nos dias por nós analisados. Seguidamente, e que contamos também para depois contrastar com o jornal *Público*, temos “chumbo”, “austeridade” e “rejeição” e já, em menor número. Assim que, a modo de conclusão em oito dias de análise, consideramos que não sejam números muito elevados para o jornal *Correio da Manhã* na referência a duas situações ilustrativas de uma crise político-económica. Contudo, verificamos que no caso da palavra “crise” esta foi mesmo a mais repetida ao longo dos oito dias, não sendo encontrada outra palavra semelhante para descrever tal situação que o país atravessa e, já se sabendo que “crise” atrai o leitor e cativa-o a saber mais, pois confere ainda mais dramatismo à situação.

Tabela 16. Análise de palavras eivadas de negativismo presentes no jornal Correio da Manhã:

Negatividade	Correio da Manhã, número de vezes em que as palavras foram contabilizadas no jornal
Crise	35
Demissão	24
Chumbo	7
Austeridade	5
Rejeição	2

Tabela 17. Análise de palavras carregadas de negativismo presentes no jornal Público:

Negatividade	Público, número de vezes em que as palavras foram contabilizadas no jornal
Crise	104
Demissão	40
Chumbo	23
Austeridade	31
Rejeição	4

Verificamos agora na perspectiva destas duas tabelas que, indubitavelmente, o jornal *Público* foi o que mais insistiu na utilização das nossas palavras seleccionadas. De salientar, contudo, que este jornal foi também o que realizou mais peças sobre estes dois assuntos. Contudo, sabemos que a diferença de peças de um jornal para o outro foi apenas de 5, ou seja, o jornal *Público* continha apenas mais cinco peças que o *Correio da Manhã*. Algo que, ilustra em certa medida que o jornal *Público* insistiu mais neste tipo de linguagem detentora de maior carga negativa que o *Correio da Manhã*. Pois uma diferença de apenas 5 peças de um para o outro não invalida o facto do jornal *Público* ter aplicado a palavras “crise” 104 vezes, ou seja, mais sessenta e nove vezes que o *Correio da Manhã*.

Porém, como já referimos, podemos associar esta situação ao facto de o jornal *Público* ter sido o que mais notícias publicou, que dissessem respeito ao chumbo do PEC e à demissão de José Sócrates e à conseqüente crise político-económica que a partir daqui, mais se salientou. Enquanto que o *Correio da Manhã*, pode ter recorrido em menor quantidade a estes vocábulos, mas pelo facto de abranger muito mais notícias sobre situações de uma crise que é generalizada, que propriamente das duas situações protagonistas da nossa análise. Daí que menos tenha utilizado estes vocábulos.

As palavras mais empregadas pelo jornal Público foram “crise”, num total de 104 vezes e “demissão”, num total de 40 vezes. E mesmo nas restantes palavras, “chumbo”, “austeridade”, “rejeição”, verificou-se também que foi o jornal que mais as aplicou.

Sabemos que, o jornal *Público* é por norma associado a uma imagem de maior rigor informativo na forma como faz chegar a informação ao seu leitor. Contudo no relato sobre duas situações desta envergadura para o país também não lhe saiu facilitada a tarefa de fugir ao pessimismo e ao negativismo que a própria ocasião veio suscitar. Até porque, na altura, estas duas situações foram destaque em todos os órgãos de comunicação o que, também veio desencadear uma situação de maior concorrência entre os mais variados órgãos. Daí ter sido também banal a aplicação deste tipo de palavras que causam impacto e atraem o leitor. Como já referimos, em períodos de crise, seja ela qual for, é quase inerente ao discurso noticioso um valor-notícia como o negativismo. Até porque, duas situações, como as nossas protagonistas, nunca podem dar lugar a boas notícias. Ou até podem, através de notícias com vista a soluções.

Assim, desta forma, achamos também interessante contrastar estas palavras de conotação mais negativa, com palavras mais optimistas e que pudessem visar algum tipo de solução. Verificamos, por exemplo, quantas vezes a palavra “solução” surgiu nos textos dos nossos jornais, em comparação com a palavra “crise”. Fizemo-lo tanto num jornal como no outro. Tal como outras palavras mais optimistas. É o caso de palavras como “aprovação”, “acordo” e “resolução”. Procuramos também pela palavra “recuperação”, contudo nunca encontramos a mesma presente nas nossas peças. E, salientamos novamente que, obviamente, que na representação de duas situações como estas, o discurso negativo sobre o assunto dominou. De qualquer forma, achamos interessante procurar também por palavras mais optimistas e que conferissem alguma esperança e vista a soluções.

Tabela 18. Palavras conotadas de optimismo presentes no jornal Correio da Manhã

Palavras que conferissem optimismo ao discurso noticioso	Correio da Manhã, número de vezes em que as palavras foram contabilizadas no jornal
Aprovação	3
Acordo	5
Solução	6
Resolução	6

Tabela 19. Palavras conotadas de optimismo presentes no jornal Público

Palavras que conferissem optimismo ao discurso noticioso	Público, número de vezes em que as palavras foram contabilizadas no jornal
Aprovação	6
Acordo	7
Solução	16
Resolução	7

Como podemos verificar, e como já o tínhamos referido na passada análise quantitativa, em comparação com os termos que conferem negativismo ao assunto, os mais optimistas e que transparecessem algum tipo de esperança e solução, raramente foram constatados nas nossas peças. É, porém, de se salientar que nesta comparação foi no jornal *Público* que contabilizamos mais palavras que manifestassem algum tipo de optimismo. Por exemplo, a palavra “solução” foi contabilizada dezasseis vezes, enquanto que no jornal *Correio da Manhã*, foi apenas contabilizada seis vezes.

Outra situação, ainda dentro da questão do discurso noticioso negativo, que nos chamou também a atenção foi o facto de ter sido atribuído a José Sócrates uma espécie de cognome, nestes dias, após a sua demissão. Nada mais, nada menos que primeiro-ministro “demissionário”. O qual, na nossa perspectiva, parece ter sido atribuído num tom depreciativo, devido ao contexto da situação. Para além de que, não foi o único apelido que o

ex-primeiro-ministro ganhou, pela mão dos nossos jornais. No jornal *Público* e no *Correio da Manhã*, uma vez em cada um, José Sócrates foi também apelidado de “tiranete” em dois textos de opinião. Contudo, voltamos a esta questão, mais à frente na área dedicado ao estudo dos adjectivos.

3.Referência a pessoas de elite

A referência a pessoas de elite é também um elemento de atracção na construção de peças noticiosas. Os mais distintos géneros jornalísticos, (breves, notícias ou reportagens) valorizam bastante a inclusão de referências a personagens de elite, principalmente quando são pessoas de um determinado nível ou estatuto social e estão envolvidas em algum facto ou acontecimento que interessa noticiar. Aliás, peças que contenham este valor-notícia podem até ter mais impacto e adesão da parte do leitor, já se conhecendo a curiosidade que lhe despertam acontecimentos que incluam personagens de determinado nível social. Para além de que, acontecimentos que envolvam personagens de elite, são também, por norma, alvos de uma maior cobertura noticiosa. No nosso caso, este valor-notícia aplica-se devido ao facto dos nossos dois acontecimentos, e, conseqüentemente, as nossas peças, contarem com a envolvência de pessoas de uma classe social bastante reconhecida e de importância e relevância pública para o país: a classe política.

Assim, e tendo em conta que todas as nossas peças relataram factos que partiram de acções de personagens de elite, no nosso caso da classe política, resolvemos destacar este valor-notícia bastante presente nas peças alvo da nossa análise.

Desta forma, resolvemos contabilizar o número de vezes que foi feita referência às principais personagens de elite que marcaram os acontecimentos, por nós analisados e que, conseqüentemente, estiveram sempre presentes nas peças noticiosas sobre o assunto.

Indubitavelmente, que perante a rejeição do Plano de Estabilidade e Crescimento IV e a demissão do primeiro-ministro, o maior protagonista foi o próprio José Sócrates e primeiro-ministro demissionário, seguido de Pedro Passos Coelho, Aníbal Cavaco Silva e, por fim, o ministro Teixeira dos Santos. Estes resultados, apesar de em números diferentes, estão em consenso nos dois jornais.

Tabela 20. Referência a pessoas de elite no Correio da Manhã

Referência a pessoas de elite	Correio da Manhã
José Sócrates	35
Pedro Passos Coelho	18
Aníbal Cavaco Silva	14
Teixeira dos Santos	9

Tabela 21. Referência a pessoas de elite no Público

Referência a pessoas de elite	Público
José Sócrates	42
Pedro Passos Coelho	27
Aníbal Cavaco Silva	17
Teixeira dos Santos	11

Como podemos verificar nas duas tabelas, ambos os jornais tiveram as mesmas preferências quanto ao destaque dado às nossas personagens de elite. Sendo José Sócrates o primeiro-ministro demissionário e a nossa própria análise remeter para a sua própria demissão, o dia que a marcou e os dias que a sucederam, obviamente, foi a personagem mais focada pelos dois jornais. Seguido de Pedro Passos Coelho que, como já tínhamos referido na passada análise quantitativa, foi o mais destacado devido ao facto de ter sido visto como o principal rival tanto de partido como a futuro candidato e promissor primeiro-ministro. Já Aníbal Cavaco Silva foi também bastante referido nas nossas peças devido ao facto de ser o presidente da República e, conseqüentemente, estes assuntos dizerem-lhe bastante respeito. Por fim, o ministro das finanças Teixeira dos Santos foi também um dos mais destacados, pelo facto de deter, na altura da demissão do primeiro-ministro e do chumbo do PEC, a pasta das finanças. Logo, os dois assuntos por nós visados nesta análise, também lhe diziam grande respeito, principalmente no que toda às finanças do país depois da rejeição do Plano de Estabilidade e Crescimento IV. Daí, todas estas consideradas personagens de elite terem sido sempre destacadas nas nossas peças. Para o leitor, só o facto destas duas situações contarem com a participação e intromissão destas figuras políticas, esta matéria já é atraente. Apesar das duas situações que ocorreram, contou também bastante as personagens que estavam envolvidas nelas que, automaticamente, só o facto de estarem relacionadas com figuras políticas, tornaram-se ainda mais motivo para serem noticiadas.

Importa também referir neste ponto que outro valor-notícia que também se insere nesta temática é ainda a “personalização”. Porque neste caso, ambos os acontecimentos (chumbo do PEC e demissão do primeiro-ministro) foram apresentados, na comunicação social, sobre a forma de frases com sujeito, que pode ser determinada pessoa ou colectividade, e o acontecimento foi também então visto como uma consequência das acções dessas pessoas ou entidades, que neste caso serão os políticos.

4. Referência a nações de elite

A referência a nações de elite transparece nas peças noticiosas em que são referidos países mais poderosos, normalmente os de maior poderio económico, e costumam ter maior destaque que notícias que façam referência a países de uma menor dimensão e não considerados como uma nação de elite. É considerado também, um valor-notícia relevante.

Tal como a referência a pessoas de elite, é um valor notícia de destaque e que proporciona também uma elevada cobertura noticiosa. Notícias sobre países que constituem grandes potências mundiais são, por norma, bastante destacadas nos mais variados órgãos de comunicação, principalmente quando esses países são considerados um exemplo, para o país em questão onde se está a referir a nação de elite nos conteúdos noticiosos. No nosso caso, este valor-notícia está presente em algumas peças, mais propriamente, nas peças que fazem referência à Alemanha ou a Bruxelas. Passamos à explicação, salientando primeiro a posição da Alemanha.

As boas relações de Portugal com a Alemanha perduram já há algumas décadas. Contudo, ultimamente, esta situação tem vindo a salientar-se pela proximidade que o ex primeiro-ministro José Sócrates estabeleceu com a primeira-ministra alemã Angela Merkel. Aliás, com esta relação mais reforçada entre os dois, os laços políticos entre os dois países têm vindo também a realçar-se cada vez mais. No nosso período de análise, esta situação comprovou-se devido ao elevado número de peças que destacaram a posição de Angela Merkel e, obviamente, da Alemanha face à situação política portuguesa, principalmente quando se deu o chumbo do PEC IV e a demissão do aliado e ex primeiro-ministro José Sócrates. Várias foram as peças que fizeram referência não só à Alemanha, considerada com uma nação de elite, como também à sua personagem de elite e primeira-ministra alemã. Assim, salientamos agora esta situação, devido ao facto de várias peças terem sugerido a Alemanha. Quer pelas boas relações políticas que os dois países mantêm, quer por Angela Merkel se ter demonstrado solidária nesta situação com José Sócrates e, enquanto representante da Alemanha, teve sempre algo a dizer sobre a crise portuguesa. Consideramos para este ponto de análise, as peças que fazem referência a Merkel como ilustrativas de referência a este país de elite, por ser a primeira-ministra a representante da nossa nação de elite evidenciada. Alguns destaques que evidenciam referência a nação de elite Alemanha:

“É constrangedor o espírito de dirigente estudantil de Passos e amigos lançando iniciativas imprudentes como a revisão constitucional, ansiando pela boleia do FMI, da sra. Merkel ou de Cavaco Silva (...)” in *Correio da Manhã* a 23 de Março de 2001

“Desculpem a forma excessivamente coloquial com que começa esta crónica, mas imagino que deve ser mais ou menos isso que os nossos parceiros estarão a pensar de nós em Bruxelas ou em Berlim” in *Público* a 23 de Março de 2011

“Angela Merkel e Jean-Claude Trichet estão preocupados com a dívida soberana” in *Correio da Manhã* a 24 de Março de 2011

“Passos discorda de Merkel” in *Correio da Manhã* a 25 de Março de 2011

Para além destes exemplos representativos, foram inúmeras as peças que fizeram referência à Alemanha, quer por ser um dos credores de Portugal, quer por Angela Merkel se mostrar bastante interessada na situação do nosso país.

Em relação à Bélgica, mais propriamente a Bruxelas, esta foi outra nação de elite também sempre muito presente nas nossas peças, devido ao facto da União Europeia ser fixada no país e a nos últimos tempos, ter concedido especial atenção a Portugal devido à nossa situação financeira. Alguns destaques que evidenciam referência à nação de elite Bélgica:

“Passos admite apresentar um novo PEC em Bruxelas” in Público a 23 de Março de 2011

“Primeiro-ministro vai tentar controlar os danos em Bruxelas” in Público a 24 de Março de 2011

Importa também referir que, encontramos várias referências à Grécia e à Irlanda, contudo, são países que, contrariamente aos anteriormente abordados, não constituem uma nação de elite e encontram-se também eles, mergulhados numa profunda crise, tal como Portugal. Achamos interessante evidenciá-los neste ponto devido ao facto de praticamente, a informação só se cingir ou à referência de grandes potências mundiais que podem servir como um exemplo ou apoio financeiro ao nosso país, ou a países que se encontram também em crise. Aliás, a própria informação parece sempre insistir em destacar estes países mesmo por uma questão de servir como quase um conforto para Portugal, o facto de se encontrarem em situação semelhante à do nosso país. Já países que não se encontram a passar por qualquer tipo de constrangimento político, financeiro ou de outra qualquer ordem, raramente ou nunca são referidos. Alguns exemplos de referências à Grécia e à Irlanda:

“A cimeira da zona euro em Março, marcou um ponto de viragem para Portugal: com o aval do BCE e da Comissão, o Governo conseguiu convencer os parceiros europeus (leia-se a chanceler alemã) de que seria capaz de garantir as condições necessárias para dispensar no imediato uma ajuda externa nos moldes da Grécia e da Irlanda.” in Público a 23 de Março de 2011

“Os juros da dívida pública dos países endividados (Grécia, Irlanda e Portugal) dispararam ontem nos mercados internacionais enquanto decorria o debate no Parlamento português sobre a aprovação do PEC4” in Correio da Manhã a 24 de Março de 2011

Como podemos verificar, várias são as vezes em que estes países são também referidos e pelas razões contrárias, pelas quais são referidos os países ou nações de elite. A informação ora incide em países considerados de topo, ora em países onde domina a mesma situação que em Portugal.

5. Uso de adjectivos na descrição de personagens ou situações

A utilização de adjectivos pode, muitas das vezes, transparecer a posição e a forma como o jornalista apreende a realidade na forma como a transmite ao seu leitor. Muitas das vezes e sobre uma perspectiva qualitativa do discurso, o uso de adjectivos da parte do jornalista serve para reforçar ou intensificar os factos relatados. Porém um uso exagerado dessas componentes, pode conduzir à vulgaridade dos próprios termos e adulterar o significado de algo, no entendimento do leitor. Pode levá-lo a visualizar cenários que não condizem com a realidade que se pretendia que fosse demonstrada e apreendida da sua parte correctamente. Assim, neste ponto, vamos verificar algumas situações com que constatamos na nossa análise e verificar se ocorreu com muita regularidade ou não, a utilização de adjectivos na descrição de pessoas ou situações. Por norma, na representação ou descrição de maus acontecimentos os adjectivos são componentes bastante presentes.

Assim, em relação à utilização de adjectivos para descrever determinada personagem de elite ou situação, na nossa análise destacamos vários exemplos ilustrativos dessa situação. Começando pelas personagens de elite, foram duas as situações em que duas das nossas personagens foram alvos de adjectivos no sentido de ser destacada a sua posição face a determinada situação.

Como já tínhamos referido, o ex primeiro-ministro José Sócrates foi o mais atingido nesta situação. Após a sua demissão, e no período por nós analisado, José Sócrates foi muitas vezes apelidado de demissionário, mais precisamente de “primeiro-ministro demissionário”, foi como se lhe tivesse sido atribuído este cognome, após a sua demissão. Verificando o adjectivo “demissionário” e o seu significado, constatamos que designa aquele que se demite, mas espera no cargo que essa demissão se efective e, dentro deste conceito enquadra-se realmente a situação de José Sócrates no período após o seu pedido de demissão até novas eleições. Contudo, pareceu-nos que este adjectivo lhe foi atribuído de uma forma um pouco depreciativa e também demasiadas vezes. Nesse sentido, o jornal que mais vezes proferiu este adjectivo para mencionar o ex primeiro-ministro foi o *Público*, onde contabilizamos a utilização deste adjectivo num total de onze vezes. Já no *Correio da Manhã* apuramos este adjectivo apenas um total de duas vezes.

Ainda em relação ao ex primeiro-ministro apuramos também que foi duas vezes adjectivado de “tiranete”, uma vez no *Público*, outra no *Correio da Manhã*. Contudo interessa salientar que esta situação nunca ocorreu em notícias, breves ou reportagens. Apenas em textos de opinião ou crónica, se verificou esta situação. Ou seja, não foi pela mão de jornalistas que o ex primeiro-ministro foi adjectivado desta forma.

Relativamente ainda a personagens de elite, numa breve do jornal *Correio da Manhã* no dia 26 de Março, Teixeira dos Santos foi também apelidado, ainda que indirectamente, de “birrento e mal-educado”. A pequena breve que enquadrava uma crónica, descrevia a situação da Assembleia no dia em que José Sócrates abandonou a mesma, a meio da discussão sobre o PEC IV, e referia-se, ainda que indirectamente, ao ex primeiro-ministro e a Teixeira

dos Santos como “Birrentos e mal-educados” no contexto dessa situação. Aliás constituía até o título da própria breve.

Em relação a situações tivemos também vários casos onde os adjectivos serviram para reforçar ou dar ênfase a alguma posição ou situação. Temos o caso de uma entrevista no *Correio da Manhã* em que o título é “Situação é dramática”, ou seja refere e dá ênfase à má situação em que se encontra Portugal; uma notícia que refere que o PSD se prepara para uma luta terrível “PSD prepara-se para luta terrível”; e, ainda no *Correio da Manhã*, a crise foi também descrita como a mais irresponsável, “Esta é a crise política mais irresponsável das últimas quatro décadas”.

No jornal *Público* também foram várias as situações que apuramos em que vários adjectivos foram utilizados para descrever a presente situação portuguesa, quer económica quer politicamente. Numa notícia, o Bloco de Esquerda defende que o PEC IV é uma versão “radical e extremista do FMI”; por outro lado quer o PEC IV quer também a demissão de José Sócrates foram consideradas também como inevitáveis; para além de que, o jornal reforça também a própria posição pessoal de determinadas figuras políticas perante a situação, para além das que já referimos e que disseram respeito a José Sócrates. Sendo que o jornal *Público* descreveu também Mário Soares como angustiado perante a presente situação portuguesa. Já a cronista Teresa de Sousa chega a ir mais longe, pois descreve que Portugal aos olhos dos parceiros de Bruxelas e Berlim é visto como um país suicidário, “(...) o que vêm é um país suicidário (...)”, refere a cronista.

No geral, verificamos ainda o recurso a adjectivos como “isento” e “imparcial”, estes últimos utilizados por Cavaco Silva aquando referia a sua posição em relação a umas possíveis eleições gerais antecipadas. Ainda em relação a adjectivações pessoais, José Sócrates foi também visto por alguns como “inteligente”, no contexto da sua demissão após o chumbo do PEC. Já as atitudes de alguns políticos no geral, foram classificadas algumas vezes de “imprudentes” e algumas posições como “imparciais”.

A modo de conclusão verificamos que quer para descrever pessoas, quer para descrever situações, foram vários os adjectivos por nós encontrados nas peças e, em geral sempre detentores de certo e determinado negativismo. A presente situação nacional e os nossos dois acontecimentos, protagonistas desta análise, foram sempre descritos pela negatividade que as próprias situações proporcionaram. Os acontecimentos foram descritos sempre como maus para o país e não só, os principais envolvidos adjectivados negativamente e a situação no geral vista como “dramática”.

6. Verbos e tempos verbais

Tanto no jornal *Correio da Manhã* como no *Público*, indubitavelmente que o verbo mais utilizado e que nos chamou também mais a atenção foi o verbo “chumbar”. Exemplos disso são as inúmeras frases em que o verbo é utilizado e nos mais variados tempos verbais, no *Correio da Manhã*: “À hora a que escrevo, tudo indica que o PEC irá ser chumbado (...)”;

“Quatro projectos para chumbar PEC”; “Para que o texto seja chumbado, são necessários os votos do PSD(...)”; “(...) pode ser o caminho para chumbar o PEC”; “Oposição chumba PEC”.

No jornal *Público*, a mesma situação ocorreu: “PEC IV chumba na AR”; “Se tiverem um PEC chumbado e um Governo substituído (...)”; “Incluindo aquelas que estão incluídas no PEC ontem chumbado (...)”; “No dia em que o PEC é chumbado na Assembleia (...)”; “(...) uma das propostas que foram incluídas no PEC chumbado (...)”, “Se, como tudo indica “chumbar” hoje no Parlamento o PEC IV, José Sócrates (...)” entre outras.

Algo que importa agora destacar e como podemos verificar nos exemplos demonstrados acima, é que o verbo chumbar surgiu nas mais variadas peças, maioritariamente, conjugado no participio passado. E, de salientar que não só em títulos, como é mais regular acontecer, como também em frases.

Outros verbos que encontramos também bastante presentes foi o verbo assumir e o verbo admitir. Exemplos: “Presidente assumiu não ter tido “margem de manobra” para travar crise repentina”; “Passos admite apresentar um novo PEC em Bruxelas”; “O presidente do PSD, Pedro Passos Coelho, admitiu ontem apresentar PEC (...)”.

Por outro lado e por motivos óbvios, o verbo demitir foi outro dos mais encontrados nas nossas peças. Como exemplo verificamos no jornal *Público*: “José Sócrates cumpre a promessa anunciada e demite-se.” e um título que diz “Governo demite-se”, entre outras. Já no *Correio da Manhã*, este verbo é também empregado com alguma regularidade: “Sócrates demite-se e PSD prepara governo”; “Sócrates devia demitir-se já da liderança do PS”; “Abrir uma crise política nesta altura não demite o governo, demite Portugal de um lugar com voz própria (...)”.

Neste último caso, no verbo demitir, verificamos que a maioria das vezes, apareceu conjugado no presente do indicativo pronominal, exemplo: “demitir-se” e “demite-se”.

No que diz respeito aos títulos, verificamos que predominou o Presente do Indicativo e o Infinitivo, principalmente no que diz respeito ao *Correio da Manhã*. Assim, verificamos agora exemplos do primeiro caso: “Prestação sobe 265 euros em três anos”; “A situação é dramática”; Jorge Sampaio diz que o país vive “emergência nacional”; “Acordo pode não valer, diz CAP”; “Sócrates vira costas à oposição”; “Cavaco ouve partidos”, “Crise anula cerimónia do 25 de Abril”, entre outros.

Relativamente a títulos no presente do indicativo no jornal *Público*, onde também são a maioria, temos: “Comissão contradiz Juncker e abre porta à negociação das medidas de austeridade”; “Passos admite apresentar um novo PEC em Bruxelas”; “Governo consegue apoio com parceiros e alarga renovação dos contratos a prazo”; “Sócrates sai e Cavaco acelera legislativas”; “CDS sugere que PSD caiu em armadilha”; “Líder parlamentar faz discurso galvanizador e de pré campanha”; “Seguro defende “um grande entendimento entre PS, PSD e CDS”; “Chumbo do PEC é como os filmes de piratas, diz Elisa Ferreira”; “Portugal está sob ameaça de registar dois anos seguidos de recessão pela primeira vez em quatro décadas”. De salientar que este tempo verbal dominou mesmo a maioria dos títulos deste jornal. Depois, temos também o caso de alguns títulos no Futuro: “Portugal será empurrado

para ajuda externa”; Eleições antecipadas serão a saída provável para a crise” e “Austeridade alternativa também irá ao exame dos mercados e das instâncias europeias”.

Em relação a títulos com as formas verbais no Infinitivo, a segunda categoria de conjugação que mais encontramos nos títulos do *Correio da Manhã*, temos vários exemplos: “Quatro Projectos para chumbar PEC”; “Governo de três partidos para aplicar plano”; “Cavaco deve mostrar que está à altura”; “Em 10 anos é preciso pagar 90 milhões”, “Igreja quer saber quanto deve o país”, entre outros. Já no jornal *Público* não encontramos muito presente este tempo verbal.

Mais uma vez concluímos que, mesmo em relação aos verbos, os que mais dominaram no âmbito deste discurso noticioso, foram o “chumbar” e também o “demitir”, igualmente aos nomes e palavras que designam essas acções: chumbo e demissão.

Em relação aos tempos verbais mais encontrados será até normal termos verificado que a maioria dos títulos se encontrava no presente, devido à própria actualidade dos acontecimentos. Nos dias por nós analisados, todo o relato de situações era actual. Aliás, os próprios jornais encontravam-se a acompanhar a par e passo o desenvolvimento do chumbo do PEC e da demissão do primeiro-ministro. Daí o facto de a maioria dos títulos das peças estarem conjugados no Presente do Indicativo. Todos os títulos estavam a relatar situações bem actuais. No que diz respeito aos títulos que se encontravam no futuro, será também uma situação normal tendo em conta que várias eram as dúvidas e questões levantadas naqueles dias, devido à própria instabilidade do momento, devido à rejeição do PEC e à demissão do primeiro-ministro.

Conclusões

Partindo das hipóteses de pesquisa e das perguntas de partida por nós colocadas no início deste estudo, os dados recolhidos e as respostas obtidas permitem-nos concluir o seguinte:

1- A partir da pergunta de partida que colocamos no início desta investigação, ou seja, se constituiria a crise uma igualitária prioridade para os dois jornais, partimos do pressuposto que a rejeição do Plano de Estabilidade e Crescimento IV e a demissão de José Sócrates não constituíram de forma unânime uma prioridade igualitária para o jornal *Correio da Manhã* e para o *Público*. Como já referimos o *Correio da Manhã* apenas uma vez chamou as duas situações à capa sobre a forma de manchete e a nível de peças redigiu menor quantidade (44) que o *Público* (49). Para além de que, o *Público* dedicou sempre as primeiras páginas às duas situações, nos primeiros dias, e o *Correio da Manhã* nem sempre o fez, tendo muitas das vezes destacado as duas situações a partir da página 6 ou 8. Ainda de salientar que o *Público* destacou muito mais as situações em si e os desenvolvimentos das mesmas que o *Correio da Manhã* que se cingiu mais à abordagem de uma crise que é generalizada, através do relato de várias situações e não só do chumbo do PEC e da demissão do primeiro-ministro.

2- Se o balanço da representação desta crise é, em geral, negativo, na nossa perspectiva, cremos que sim. Como referimos anteriormente, não só a nível de palavras como também de componentes adjectivantes e verbais e algumas expressões, predominou um discurso, em geral, negativo. E para tal basta verificarmos as palavras, por nós, mais contabilizadas, bem como adjectivos e verbos. Embora que, mesmo assim o jornal *Público* tenha procurado por apresentar e noticiar também algum tipo de soluções e não só os factos e maus acontecimentos. Se, por um lado, só se falava do chumbo e da demissão e, conseqüentemente, de uma crise que a partir daqui se salientou mais, o *Público* também tentou demonstrar através de algumas peças, que alguns políticos também estavam empenhados em erguer Portugal e procurar por apoios, ajudas e soluções. Porém, se por um lado, foi o único jornal que referiu algum tipo de soluções e transpareceu algum optimismo ao discurso, também foi o jornal que mais palavras negativistas utilizou e, conseqüentemente, onde predominou o discurso mais negativo. De qualquer forma, como já referimos, nestas épocas de crise, parece ser quase inerente ao discurso noticioso um valor-notícia como o negativismo e, conseqüentemente, um discurso entre si mais negativo que optimista, sobre estas situações.

3- Relativamente a diferenças ou disparidades encontradas na forma como cada jornal abordou as duas situações cremos que para além do facto, do jornal *Público* ter realizado mais peças sobre o assunto e ter também concedido maior destaque às duas situações, não existem diferenças muito significativas entre um jornal e outro. Aliás, podemos inclusivamente referir que, apesar do *Correio da Manhã* ter divagado mais sobre uma crise que é generalizada, a informação sobre as duas situações, retratadas na nossa análise, apesar de tudo, coincidiu nos dois jornais.

4- No que respeita a se algum dos jornais evidenciou algum tipo de solução para esta crise, nenhum dos dois o fez directamente. Contudo, como já referimos o *Público* tentou sempre equilibrar a sua informação, noticiando os maus acontecimentos, mas noticiando também os que apresentavam algum tipo de solução e transpareciam algum tipo de optimismo ao discurso. O jornal não só referiu o estado em que se encontrava o país como também tentou demonstrar que iriam ser tomadas medidas de execução para combater a má situação de Portugal. Tal não se verificou no *Correio da Manhã*. Assim, foram poucas as vezes que constatamos com evidências de algum tipo de solução ou optimismo, nas peças por nós analisadas e, quando aconteceu foi apenas num dos jornais e em pouca quantidade.

5- Importa também destacar que uma outra situação à qual estivemos atentos nesta análise foi a questão da representação dos mais variados partidos políticos após a ocorrência das duas situações protagonistas da nossa análise. Mais uma vez verificamos que foi marginalizada a representação de alguns partidos políticos que importava envolver após as duas situações. Ou seja, mais uma vez o protagonismo foi apenas concedido a José Sócrates e ao PS, porque integram o governo demissionário e estão mais envolvidos nas duas situações e a Pedro Passos Coelho, PSD, porque parece ser o único partido opositor ao PS. Relativamente aos restantes partidos políticos e ao espaço que lhes foi concedido nos dois jornais foi quase

raro. CDS, BE e PCP foram algumas vezes falados e destacados. Contudo os partidos minoritários nunca surgiram nas peças por nós analisadas.

6- Em relação a outras conclusões a que chegamos e que não estavam directamente relacionadas com as nossas hipóteses ou perguntas de partida podemos dizer que o *Público* concedeu maior destaque às nossas duas situações, retratadas nesta análise, que o jornal *Correio da Manhã*. De qualquer forma toda esta situação deriva também da linha editorial de cada jornal e mesmo da própria ideologia de cada um e do que para cada qual é uma prioridade informativa. O *Público* concede e destaca sempre muito mais situações relacionadas com política e economia que o *Correio da Manhã*. Daí deter também a maioria de informação sobre o chumbo do PEC e a demissão de José Sócrates, dois assuntos intimamente relacionados com economia e política. De qualquer forma e em menor quantidade o *Correio de Manhã* não deixou também de relatar as duas situações.

Por fim, podemos agora responder à nossa principal pergunta de partida deste estudo, a qual voltamos a citar: “Os jornais *Público* e *Correio da Manhã* reduzem ou subestimarão a representação da crise aos aspectos mais negativos, prescindindo de uma análise racional e explicativa e não contribuindo para a formulação de soluções?”

Na nossa perspectiva cremos que apesar de toda a representação desta crise político-económica, mais propriamente do chumbo do PEC e da demissão de José Sócrates, ser de facto negativa não deixa de constituir a realidade do país e a mais fiel representação dos acontecimentos. Porém, está em falta uma maior explicação sobre os factos e uma maior mostra das situações que são também optimistas e que visem algum tipo de solução. Simplesmente, toda a informação se parece cingir aos aspectos mais negativos quando também deviam existir perspectivas de procuras por soluções. Para além de que está também em falta um maior esclarecimento para com os leitores de que a que se deve toda esta crise político-económica e quais as suas remotas origens. De facto, houve uma rejeição do Plano de Estabilidade e Crescimento IV e a demissão de um primeiro-ministro, devido a uma situação insustentável que há algum tempo se faz sentir. Contudo, cremos que está em falta um melhor esclarecimento e aprofundamento sobre os factos que propiciaram a esta situação. Assim, de facto, parece-nos que a representação da crise foi reduzida aos aspectos mais negativos, tendo prescindido de uma análise explicativa. Apesar de se verificarem ligeiras demonstrações da procura por soluções, o discurso cingiu-se aos aspectos mais negativos, sendo pouca ou quase nenhuma a demonstração de possíveis soluções para se considerarem equilibrados a representação e o discurso, sobre esta crise.

Bibliografia

- Agrimani, Danilo; *Espreme que sai sangue: um estudo de sensacionalismo na imprensa*, Summus, São Paulo, 1995
- Brandão, Nuno; *O Espectáculo das Notícias - A televisão generalista e a cobertura dos telejornais*, Editorial Notícias, Lisboa, 2002
- Canavilhas, João; *Televisão: O domínio da Informação-espectáculo*, Universidade da Beira Interior, Covilhã, 2001
- Chaparro, Manuel; *Linguagem dos Conflitos*, Minerva, Coimbra, 2001
- Colombo, Furio; *Conhecer o jornalismo hoje: como se faz a informação*, Presença, Lisboa, 1998
- Correia, João Carlos; Ferreira, Gil; Espírito Santo, Paula; *Conceitos de Comunicação Política*, LabCom, Covilhã, 2010
- Correia, João Carlos; *Jornalismo e Espaço Público*, Estudos em Comunicação, Universidade da Beira Interior, Covilhã, 1998
- Correia, João Carlos; *Teoria e Crítica do Discurso Noticioso: Notas sobre Jornalismo e Representações Sociais*, LabCom, Covilhã, 2009
- Correia, João Carlos; *O Admirável Mundo das Notícias, Teorias e Métodos*, Estudos em Comunicação, LabCom, Covilhã, 2011
- Dayan, Daniel; Katz, Elihu; *A História Em Directo, Os Acontecimentos Mediáticos na Televisão*, Minerva, Coimbra, 1999
- Débord, Guy; *Sociedade do Espectáculo*, Mobilis in Mobile, Lisboa, 1991
- Esteves, João Pissara; *Espaço Público e Democracia*, Edições Colibri, Lisboa, 2003
- Faustino, Paulo; *Ética e Responsabilidade Social dos Media*, Colecção Media XXI, Editora Media XXI, Lisboa, 2007
- Lourenço, Eduardo; *O Labirinto da Saudade*, Gradiva, Lisboa, 2001
- Martins, Fernando; *A geração da ética: três anos como provedor dos leitores do "Jornal de Notícias"*, Minerva, Coimbra, 2003
- Mesquita, Mário; *O quarto equívoco: o poder dos media na sociedade contemporânea*, Minerva, Coimbra, 2003
- Neveu, Erik; *Sociologia do Jornalismo*, Colecção Comunicação, Porto Editora, Lisboa, 2003

Pinto, José Silva, *Comunicasos*, Colecção Media Hoje, Verbo, Lisboa, 2001

Saperas, Enric; *Los efectos cognitivos de la comunicación de masas: las recientes investigaciones en torno a los efectos de la comunicación de masas*, Ariel, Barcelona, 1987

Serrano, Estrela; *Para compreender o jornalismo: O Diário de Notícias visto pela provedora dos leitores 2001-2004*, Minerva, Coimbra, 2006

Silva, Elsa; *Os donos da notícia, Concentração de Propriedade nos Media em Portugal*, Porto Editora, Porto, 2004

Sousa, Pedro Diniz, *A Dramatização na Imprensa do PREC*, Colecção Comunicação, Minerva, Coimbra, 2003

Traquina, N; Cabrera, A; Ponte, C; & Santos, R; *O Jornalismo Português em Análise de Casos*, Caminho, Lisboa, 2001

Traquina, Nelson; *Big Show Media: Viagem pelo mundo do audiovisual português*, Editorial Notícias, Lisboa, 1997

Traquina, Nelson; *Jornalismo: Questões, Teorias e Estória*, Vega, Lisboa, 1993

Wolf, Mauro; *Teorias da Comunicação*, Editorial Presença, Lisboa, 2009

Rey, Luiz; *Jornal Impresso e Pós-Modernidade: O Projecto Ruth Clarck e a Espetacularização da Notícia*, Pontifícia Universidade Católica de Campinas, 2009 in <http://www.ec.ubi.pt/ec/06/pdf/luis-rei-jornal-impresso.pdf>, consultado a 15/9/2010

Rosas, António; *A espiral do silêncio: uma teoria da opinião pública e dos media*, Conceitos de Comunicação Política, Universidade da Beira Interior, 2010 in <http://pt.scribd.com/doc/51990901/correia-conceitos-2010>, consultado a 23/5/2011

Sá, Alexandre; *Media, Mass Media, Novos Media e a Crise da Cidadania*, 2003 in <http://www.bocc.ubi.pt/pag/sa-alexandre-media-crise-cidadania.pdf>, consultado a 23/2/2011

Serrano, Estrela; *Para um Estudo do Jornalismo em Portugal (1976-2001) Padrões jornalísticos na cobertura de eleições presidenciais*, ISCTE, 2005 in <http://repositorio-iul.iscte.pt/bitstream/10071/623/1/Disserta%C3%A7%C3%A3o%20de%20doutoramento.pdf>, consultado a 20/11/2010

Serrano, Estrela; *Spin Doctoring e profissionalização da comunicação política*, Conceitos de Comunicação Política, Universidade da Beira Interior, 2010 in <http://www.livroslabcom.ubi.pt/pdfs/correia-conceitos-2010.pdf>, consultado a 3/5/2011

Silva, Célia; *A Comunicação como Estratégia Política da Ditadura e da Democracia*, Universidade Lusófona do Porto, 2009 in http://conferencias.ulusofona.pt/index.php/sopcom_iberico/sopcom_iberico09/paper/viewFile/266/238, consultado a 30/5/2011

Silva, Gislene; *Valores-notícia atributos do acontecimento (Para pensar critérios de noticiabilidade)* 2005 in <http://www.intercom.org.br/papers/nacionais/2005/resumos/R0797-1.pdf>, consultado a 20/9/2010

Outros Documentos

Diário da República - 1 Série - A Nº 214 - 8 de Novembro de 2005 ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA, Lei nº 53/2005 Cria a ERC - Entidade Reguladora para a Comunicação Social, extinguindo a Alta Autoridade para a Comunicação Social (consulta do despacho), <http://www.acesso.unic.pt/tv/53-2005L.pdf>, consultado a 16/5/2011

Editorial do Jornal *Correio da Manhã*, in <http://www.cmjornal.xl.pt/detalhe/bau/30-anos,-30-nomes/estatuto-editorial-do-correio-da-manha>, consultado a 28/4/2011

Editorial do Jornal *Público*, in <http://static.publico.clix.pt/homepage/nos/estatutoEditorial.aspx>, consultado a 28/4/2011

Anexos

- Capas dos jornais Correio da Manhã e Público entre o dia 23 e 30 de Março de 2011;
- Imagens das 93 notícias por nós analisadas;



Capa Correio da Manhã de 23 de Março



Capa Correio da Manhã 24 de Março



Capa Correio da Manhã 25 de Março

EUROMILHÕES
Fortuna de 69 milhões vai para Chaves
PÁGS. 4 E 5



CORREIO da Manhã
www.corjournal.pt
Director Octávio Ribeiro | Dir. Adj. Armando Esteves Pereira e Eduardo Dâmaso | Subdir. Manuel Catarino

ARMAMAR
Desastre na estrada mata autarca
PÁG. 14



GOVERNO FAZ NEGÓCIO SECRETO

MINAS DE ALJUSTREL PARLAMENTO DENUNCIA 130 MILHÕES DE EUROS

■ **A empresa** Martifer recebeu dinheiro do Estado. Ministério da Economia mantém o contrato em segredo
PÁGS. 6 E 7

Sporting Bruno de Carvalho na frente com Godinho perto

■ **Eleições** à hora do fechamento da edição (00h50) ainda se contavam votos. A diferença era mínima
PÁGS. 8 E 9



PORTUGAL 1 | CHILE Seleção a meio gás

■ **Varela** estreia-se a marcar no primeiro jogo a titular. Lesão de João Pereira condiciona jogo
PÁGS. 38 E 39



NO SEU CM DRAMAS VIVIDOS NO MAR



Dor pelos pescadores desaparecidos

■ **Missa** na Matriz de Vila Praia de Ancora
PÁGS. 28 E 29

Califa
Uma Doce Tradição
Estado da Beira, 463 - Telef. 21 778 50 30
www.califa.com.pt



LISBOA
PSP trava casal de assaltantes
PÁG. 13

SINTRA
Ladrão de loja mutila-se
PÁG. 12

Vitória-Domingo
Mariza espera bebé em Setembro
■ **Ex-marido** João Pedro Ruela, diz que a fadista "está a viver momento único".
■ **Herman José**, feliz com notícia, espera que "herdeiro ou herdeira saia à mãe".
PÁGS. 49 A 53



MENOR DE 15 ANOS
Vítima de violação em coma
PÁG. 10

LEUCEMIA
Menina em risco sem medicação
PÁG. 20

raspadinha
Está sempre a dar
€15.000



Capa Correio da Manhã 27 de Março



Capa Correio da Manhã 28 de Março



Capa Correio da Manhã 29 de Março



Capa Correio da Manhã 30 de Março

Quota 23 Mar Edição Lisboa
 Quinta-feira, 23 de Março de 2011, Ano XXII, nº 7655, 1€
 Directores: Barbara Bana, José Pacheco, Manuel Carvalho e Miguel Olegário
 Direcção e redacção: Rua António de Almeida, 100, 1200-028 Lisboa
 www.publico.pt

Incontornáveis de BD Vol. 4 - 1 História Inédita
 Adèle Blanc-sec + O Demónio dos Gelos

Hoje
 por apenas
 mais 740€

Público

Último acto

Cavaco pronto para eleições

- “Chumbo” do PEC IV hoje e demissão de José Sócrates considerados inevitáveis
- Presidente assumiu não ter tido “margem de manobra” para travar crise repentina
- Os cenários económicos e políticos abertos com a provável queda do Governo
- Pedimos ao dramaturgo André E. Teodósio uma versão teatral do PEC IV

Págs. 3 a 11, Editorial e P2

menos 850 milhões
maiores cotadas
reduziram o
investimento

certezas quanto ao futuro e mal-estrições no acesso ao crédito são as que explicam a redução do investimento por parte das maiores empresas cotadas na Bolsa de Lisboa. Em 2010, investiram menos 8,8 por cento que no ano anterior, um contra de 850 milhões de euros. *Economia, 22/23*

Artur Agostinho
Morreu o
comunicador
total
P2



O mais baixo do Estado
Nove inspetores
para centenas de
serviços judiciais

• A Inspeção-Geral dos Serviços de Justiça (IGSJ) só tem nove inspetores para as centenas de serviços judiciais, o número mais baixo entre todos os organismos inspeccionados dos vários ministérios, de acordo com uma pesquisa efectuada pelo PÚBLICO às 11 inspeções-gerais do Estado com site na Internet. → Portugal, 12

Crise na Líbia
Forças aliadas
admitem reduzir
ataques aéreos

• Aviões aliados continuam a bombardear alvos na Líbia, mas o abrandamento ou a suspensão das operações pode estar para breve. Tudo depende da neutralização das defesas anti-aéreas e da acção das forças de Kaddafi. A Rússia subiu o tom das críticas à operação. → Mundo, 16/18. *Reportagem de Paulo Moura, Bengasi*

THE COST REDUCTION ROADMAP FOR IT:
 Estudo de caso de Clienter Mainroad



5 de Abril de 2011
 Hubert Taira Park Adams, Lisboa

www.clienter.com
 9100 201 1 99 9999 000
 9100 201 1 99 9999 000
 9100 201 1 99 9999 000

Capa Público dia 23 de Março



P **Público**

Elizabeth Taylor
(1932-2011)
Morreu a última
estrela da Hollywood
de ouro
P2 e crónica de Miguel
Esteves Cardoso



Eleições até Junho

Portugal precisa de 8,3 mil milhões em dois meses, sob pressão dos mercados



Primeiro-ministro saiu ontem no início do debate parlamentar

Com país mergulhado na incerteza, José Sócrates vai hoje a Bruxelas desdramatizar a demissão ● País mais perto de ajuda externa ● “A irresponsabilidade triunfou sobre o sentido de Estado”, diz primeiro-ministro ● Era preciso “pôr fim ao clima irrespirável”, diz Passos Coelho ● Págs. 2 a 13, *Opinião e Editorial*

Denúncia do INE

Empresas pedem até 12 euros para tratar do Censos

● Há empresas que estão a cobrar aos cidadãos até 12 euros para preencherem os questionários dos Censos 2011. A denúncia partiu do INE, que lembra que “existe uma estrutura no terreno para ajudar”. → Portugal, 14

create new work life
www.newtime.pt
newtime
trabalho temporário
time business

Guerra na Líbia

Caos da rebelião impede avanços no terreno

● Os rebeldes agradecem todos os dias às forças internacionais, mas pedem mais acção para poderem passar à ofensiva. *Reportagem de Paulo Moura, em Bengasi* → Mundo, 18/15


ACOREANA
SECUROS
GRUPO BANIF

Capa Público 24 de Março



Capa Público 26 de Março



Capa Público 27 de Março

Seg 28 Mar Edição Lisboa

Segunda-feira, 28 de Março de 2011, Ano XXII, Nº 7860, 1€
Directores: Bárbara Reis, Directores adjuntos: Nuno Pinheiro,
Manuel Carvalho e Miguel Caspar, Estrutura executiva: Dulce
Ilizama Duarte, Directora de Arte: Sónia Nunes
www.publico.pt



Passatempo Miele
Resposta à 1.ª Questão do Quiz!

8.000€
em electrodomésticos
MIELE

Participar
www.publico.pt
Hoje, no Público

P



Duquesa da Cornualha
Entre Kate e Diana existe Camilla, a mulher que faz Carlos sorrir **12**



Sporting Vitória curta de Godinho Lopes
ameaça gerar divisões **14**

Fórmula 1
Época nova, o mesmo Vettel a comandar **18**



Contratos a prazo são a regra para mais de metade dos jovens

Aumento da precariedade na última década afecta sobretudo quem tem menos de 24 anos, mas não poupa os trabalhadores mais velhos

● No final da década de 1990, apenas cerca de 33 por cento dos assalariados com idades até 34 anos tinham um contrato precário ou não permanente. Hoje, a realidade é outra, bem

diferente: cerca de 55 por cento dos trabalhadores mais jovens têm um tipo de contrato precário. A tendência dos empregadores para não colocar mais funcionários no quadro não é

nova, mas conheceu um significativo reforço na última década e acaba por dar razão aos protestos mais recentes. E os dados do Instituto Nacional de Estatística permitem concluir

que o fenómeno não tem nos recibos verdes a principal alavanca. É mesmo do lado da contratação a prazo que mais se afirma a precariedade. **→ Economia, 16, 17**

Alemanha

Nuclear dá vitória histórica aos Verdes

● O estado alemão de Baden-Württemberg é o primeiro a ser governado por um primeiro-ministro ecologista. Acidente nuclear do Japão dominou a campanha eleitoral e levou à derrota de Angela Merkel. **→ Página 12**

Idosos
Quando os filhos agradem os pais **12**



Saúde

Mais médicos a reformarem-se desde Janeiro

● Mais de 250 médicos (150 dos quais médicos de família) reformaram-se nos três primeiros meses de 2011, quando se tinham aposentado cerca de 550 no ano passado, segundo números sindicais. **→ Portugal, 10**

WORLDSCOPE



Libia Tropas de Khadafi fogem, rebeldes avançam para Oeste



● Os bombardeamentos das forças da coligação estão a permitir aos rebeldes recuperar o terreno que tinham perdido para as tropas de Khadafi. Ontem,

os revoltosos reconquistaram o porto petrolífero de Ras Lanuf, enquanto as forças leais ao regime fugiam para Oeste. Em Bengasi, o PÚBLICO falou com

um dos membros do grupo de intelectuais que aconselha o governo rebelde e que está a projectar a Libia pós-Khadafi. As tensões no mundo árabe não

se esgotam na Libia. Na Síria, a repressão a várias manifestações voltou a causar mortes e o regime não está a conseguir travar os protestos. **→ Páginas 2 a 5**

Capa Público 28 de Março



Prémio Pritzker para Souto de Moura O triunfo da arquitectura portuguesa

Págs. 2 a 4

Eduardo Souto de Moura na
Casa das Histórias, em Cascais

Pressão das agências de *rating* faz subir juros da dívida acima dos 8%

S&P desce notação dos bancos e ameaça agravar *rating* do país • Dilma Rousseff faz visita de afecto, mas Brasil não deverá comprar dívida pública
• Irlanda ameaça não pagar a credores da banca Págs. 6/7, 20/21 e Editorial

Professores Suspensão da avaliação ainda sem efeito

• O Parlamento aprovou na semana passada a revogação do decreto que regulamentava a avaliação docente, mas a votação dos deputados não suspende o modelo de avaliação em vigor. Até à publicação do decreto no Diário da República, os docentes poderão continuar a ser avaliados nos moldes estabelecidos pelo diploma aprovado em 2005. → Portugal, 13

Atraso num recurso

Família pede 10 milhões a Júdice e associados

• A família de um português que fez fortuna no Brasil reclama uma indemnização de 10 milhões à sociedade PLAM, onde, entre outros, pontifica José Miguel Júdice. A PLAM é acusada de ter deixado prescrever o prazo de envio de um recurso que permitira reclamar do Estado uma indemnização devido à nacionalização, em 1975, da maior fábrica de celulose do país, a actual Portocol. → Portugal, 10

Exposição O design industrial português é bom P2

Guerra Civil Espanhola Como os franquistas viam os presos portugueses P2

Melhor azeite do mundo

Auto-estrada vai cortar olival premiado a meio

• A construção do Itinerário Principal n.º 8, que vai ligar Sines e Beja, vai atravessar uma exploração agrícola em Ferreira do Alentejo que, em 2010, foi distinguida a nível internacional por produzir o melhor azeite do mundo. A empresa produtora exporta 90 por cento da sua produção para 18 países e entregou o caso aos advogados. → Local

VOL. 5 - O Buda Azul, Tomo 1 e Tomo 2

maio 2006

Público



Brasil disponível para comprar dívida portuguesa

- Pela primeira vez desde 1970, Portugal terá dois anos seguidos de recessão
- PSD quer usar fundos europeus do QREN para apoios à Segurança Social

Págs. 2 a 4, 9, 20 a 23 e opinião da Presidente do Brasil, Dilma Rousseff, pág. 37

Síria
O retrato de um regime 1º2
por Margarida Santos Lopes

Líbia
Os dois sentidos da guerra
Págs. 14/15
Paulo Moura, enviado especial

Queixas na saúde diminuem pela primeira vez nos últimos 25 anos

Hospitais e centros de saúde públicos receberam cinco queixas por hora no ano passado. Tempo de espera excessivo é a reclamação mais comum

- Os hospitais e centros de saúde públicos receberam uma média de 135 reclamações por dia em 2010 (cinco reclamações por hora), mas foi a primeira vez que o número de queixas dos utentes diminuiu desde 1986, quando a ministra Leonor Beteza criou os gabinetes do utente. No ano passado, houve menos 3582 queixas do que em 2009, uma descida de sete por cento. Houve uma média de 17 elogios por dia. Os tempos de espera são o motivo de queixa mais comum nos hospitais e as urgências o serviço onde existem mais reclamações. → Portugal, 6

Justiça
Ministro revoga despacho sobre a sua mulher
● O ministro da Justiça, Alberto Martins, anunciou ontem ter revogado o despacho do ex-secretário de Estado João Correia que determinava o pagamento de 72 mil euros à mulher do ministro. João Correia mantém que o despacho, que está a ser investigado pelo DIAP, "foi feito dentro da legalidade". → Portugal, 10

Prémio Pritzker
Obras de Souto Moura estão paradas e à espera de melhores dias
→ Local

1938-2011
Morreu Ângelo de Sousa, um pintor pioneiro
● O pintor Ângelo de Sousa, uma das figuras marcantes da pintura portuguesa do último meio século, morreu ontem na sua casa no Porto, aos 73 anos, vítima de cancro. Nascido em Moçambique, radicou-se nos anos 50 no Porto, a partir de onde criou uma obra pioneira, marcada pelo experimentalismo. → Página 40

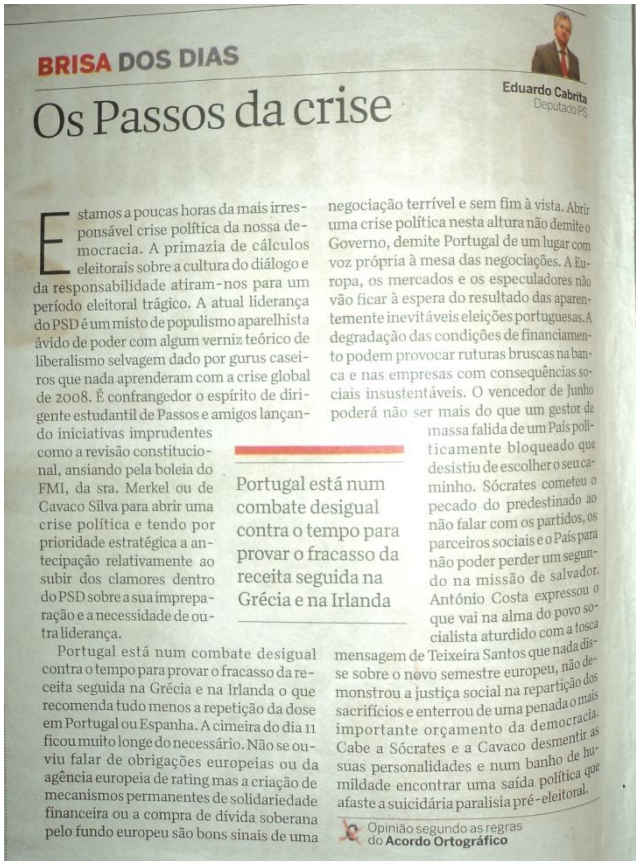
Dissolução
AR cancela sessão solene do 25 de Abril
● A sessão solene comemorativa do 25 de Abril foi cancelada por causa da dissolução da Assembleia da República. No passado, esta cerimónia só foi suspensa por duas vezes (1976 e 1983), devido à realização de eleições. O Presidente vai procurar outro local para fazer o discurso comemorativo da revolução. → Portugal, 7

THE COST REDUCTION ROADMAP FOR IT
Estudos de caso de Clientes
Mairland

7 de Abril de 2011
Hood Park Alameda
Lisboa

CONTACTO E INFORMAÇÃO
PÚBLICO (351) 218 080 270
WWW.PUBLICO.PT
LISBOA (351) 218 11 400

Capa Público 30 de Março



Img.1



Img.2



Img.3

DISCURSO DIRECTO

FERNANDO PAES AFONSO
Director-geral da AECOPS

“A situação é dramática”



Correio da Manhã – Qual é o impacto na fileira da Construção do PEC 4?

Paes Afonso – Estamos numa situação dramática. Com ou sem PEC, estamos sem dinheiro para financiar a economia. A situação não seria tão dramática para a Construção se tivessem atacado o problema do mercado de arrendamento...

– Mas o PEC 4 não tem medidas para incentivar o arrendamento e a reabilitação urbana?

– A principal medida, que era a liberalização das rendas, foi retirada do PEC. Quando é que será criado um verdadeiro mercado da reabilitação? Em 2013? E entretanto como sobrevive a fileira da Construção?

Img.4

GOVERNO ■ PASSOS COELHO TAMBÉM APRESENTA RESOLUÇÃO NO PARLAMENTO

dia D da demissão do governo Sócrates

■ Partidos da oposição parlamentar preparados para votar contra o Programa

■ PAULO PINTO MASCARENHAS / CRISTINA RITA

Hoje é dia D para o primeiro-ministro José Sócrates. Todas as decisões, a começar pela queda do governo, vão ser tomadas até às 19 horas, quando Sócrates é recebido em Belém pelo Presidente da República (ver pág. 28). Apesar de algumas vozes críticas internas se ouviram em surdina, o PS já se prepara para eleições antecipadas, tendo-se à volta do secretário-geral. A tensão irá para a dramática reunião da Comissão Política do PS de ontem devesse primeiro-votado.

Todos os partidos da oposição – PSD, CDS, PCP e Bloco de Esquerda – apresentam hoje no Parlamento projectos de resolução para que o novo Programa de Estabilidade e Crescimento seja votado e rejeitado antes do Conselho Europeu de quinta-feira. Com um “trunfo parlamentar” à que para rejeitarem o PEC 4 há de ter que os partidos votem a respectiva alínea de cada um dos projectos que defende a rejeição.

No projecto do PCP, por exemplo, logo na alínea A, propõe-se taxativamente, sem mais considerações ideológicas: “Rejeitar o Programa de Estabilidade e Crescimento, votado para o período até 2013, que o Governo apresentou à Assembleia da República”.

Os economistas foram assim positivos que PSD e CDS votem a favor desta alínea sem se preocuparem com as realidades consideradas, mas sim, “lamentavelmente ideológica. O ministro não é responsável pela situação do projecto da BE, que apresenta a política não se pedida de emergência, segundo Fontes da C. P. 2012) já também apresentar “um projecto que apresente uma taxa de 0,1% de despesa e o mesmo ano”.

Para saber se que vai fazer José Sócrates de quando quando o que apresenta a demissão. O primeiro-ministro pode considerar o momento logo a seguir à votação na Assembleia da República. Mas também pode esperar até às 19 horas e anunciar via directo ao País, desde do primeiro das televisões, depois de acenar para um Belém.

Manuela Ferreira Leite apresenta o projecto do PSD

Jorge Sampaio diz vive “emergência nacional”

Sampaio fez um apelo ao diálogo entre os partidos

Na última reunião com Sócrates, Passos Coelho disse que iria votar contra o PEC 4



Img.5



Jorge Sampaio diz que o País vive “emergência nacional”

● O antigo Presidente da República Jorge Sampaio, antecessor de Cavaco Silva no cargo, pediu ontem aos “agentes políticos” nacionais para irem “além do possível” e impedirem que o debate parlamentar sobre o PEC 4 precipite o País “numa situação de total imprevisibilidade”. Sampaio, que dissolveu o parlamento quando Pedro Santana Lopes era primeiro-ministro, afirmou ainda que o momento é de “emergência nacional”. Mais: “Tenho acompanhado o desenrolar da situação em Portugal com imensa preocupação”, acrescentou, referindo ainda “a gravidade que pode representar para todos o estabelecimento da capacidade de financiamento para a nossa economia”.

Sampaio fez um apelo ao diálogo entre os partidos

Img.6



Img.7



Img.8



Img.9



Img.10



Imag.11



Imag.12



Imag.13



Imag.14



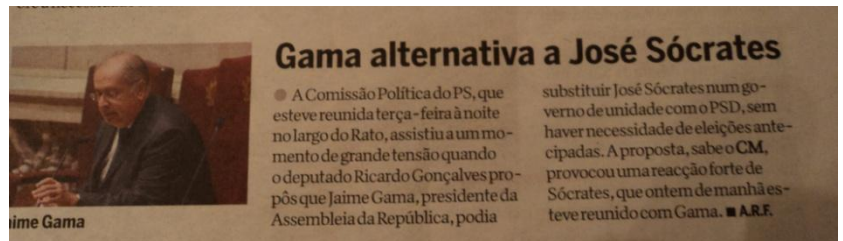
Img.15



Img.16



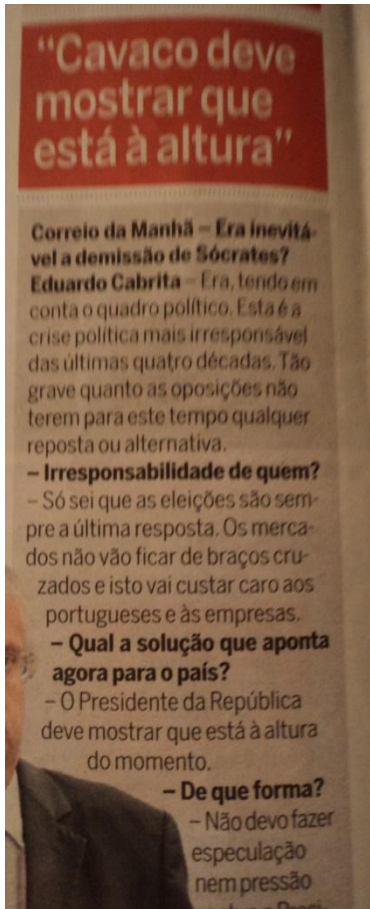
Img.17



Img.18



Img.19



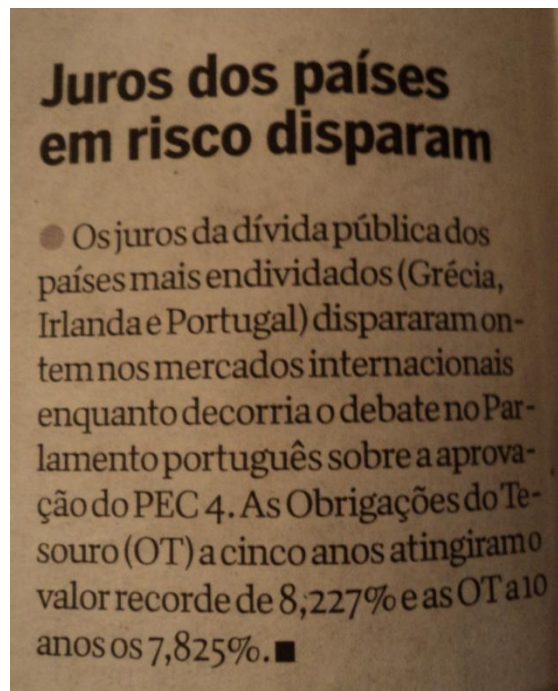
Img.20



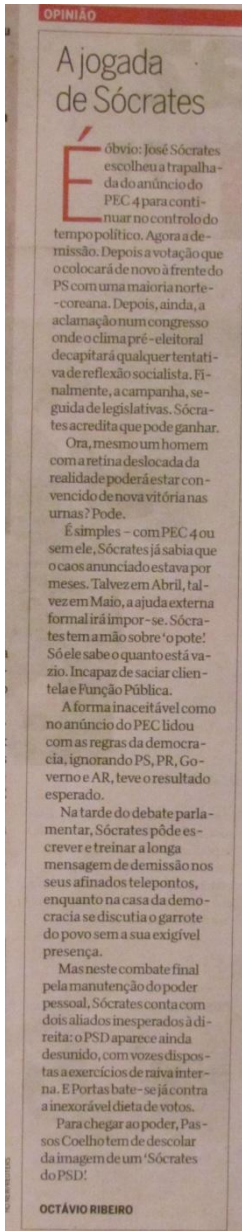
Img.21



Img.22



Img.23



Img.33



Img.34



Img.35



Img.36



Img.41



Img.42



Img.43



Img.44



Img.45



Img.46



Img.47



Img.48

Entrevista Luis Fazenda

Acordo eleitoral com o PS “está fora de hipótese”

Rita Brandão Guerra

● Luis Fazenda foi militante da UDP, foi um dos fundadores do Bloco de Esquerda e é deputado desde 1999. No partido foi um dos principais defensores da moção de censura apresentada ao Governo de Sócrates no passado dia 10 de Março. Em declarações ao PÚBLICO, Fazenda desfaç as suspietas de que estaria em germinação um acordo eleitoral com o PS. E avança que o BE está preparado para eleições antecipadas e que tem um programa próprio para o país, até porque está em desacordo absoluto com a política de “desastre” do actual executivo. Qual será o sentido de votação do PEC IV?
A nossa rejeição deste pacote é clara. Francisco Louçã já o disse na

segunda-feira, depois da conversa com o primeiro-ministro. O nosso sentido de voto está claro. Vamos apresentar um documento com as linhas principais de alteração ao pacote proposto pelo Governo. É, aliás, o tema das nossas jornadas. O Bloco apresentou há uma



semana uma moção de censura ao Governo, não poderia agora ter outra atitude. A crise económica que o país atravessa justificaria um governo de união nacional? Nós temos vindo a defender uma política de esquerda para evitar

o rumo seguido, que é o de uma economia de desastre. Somos contra um caminho económico de toda uma política que tem provocado a recessão da economia e queremos mudar a orientação política e económica do país. A nossa prioridade é mudar a orientação política. Defendemos um governo de esquerda, mas com assistido sempre ao cruzamento de interesses e vontades do PS e do PSD, que é promover mais austeridade, cortar nos direitos sociais e nos serviços públicos. Se alguém chamar a isso interesse nacional, engana-se. Eleições antecipadas é o cenário desejado pelo BE? Fomos nós que apresentamos uma moção de censura ao Governo, portanto estamos preparados para todas as circunstâncias. É neste

momento a circunstância que está a ser ditada pelos principais protagonistas da política portuguesa. O Bloco aceitaria algum acordo pré ou pós eleitoral com o PS? Está fora de hipótese. Estamos em divergência absoluta com as políticas seguidas pelo PS. Não nos identificamos com o programa socialista, afastamo-nos do programa neoliberal do PS e o BE tem um programa próprio para o país. Mas apoiaram em conjunto um candidato presidencial há dois meses. Apoiámos uma personalidade, a eleição presidencial é a eleição de uma figura. Não fizemos qualquer acordo com o PS.

sem m
“No fu
aconte
funda
CDS n
Mas
se mos
o chun
import
dois pa
parcei
passad
debata
alterná



Img.49

Governo demite-se
Eleições antecipadas serão a saída provável para a crise política

São José Almeida

● Perante a confirmação de que as propostas de resolução contra o PEC são aprovadas hoje, e se, como consequência, o primeiro-ministro, José Sócrates, apresentar a demissão da cheta do Governo ao Presidente da República, o quadro mais provável para a situação do país é que Cavaco Silva convoque eleições antecipadas, no prazo teórico de se realizar, no máximo, no prazo de 55 dias após a sua convocação.
A probabilidade de eleições antecipadas sobrepõe-se a três factos. Primeiro, José Sócrates é eleito no sábado seguinte ao PEC IV, pelo que ainda há outro tempo para o PS se preparar para a liderança do Governo. Segundo, José Sócrates já disse que quer eleições. Terceiro, o líder do PSD, Pedro Passos Coelho, também já afirmou que quer eleições e que só depois poderá haver negociações governativas.
É certo que a Presidente da República poderia proceder à nomeação de um Governo sem que se realizassem eleições. Esse Governo não poderia, contudo, ser de iniciativa presidencial e liderado por uma personalidade escolhida por Cavaco Silva.
Do Governo de iniciativa presidencial não se trata uma solução que faz parte da história, embora esteja na memória de muitos os tempos boicote da Cúria, Carlos Mota Pinto e Maria de Lourdes Pintasilgo, que chefiaram Governos de iniciativa e a convite do Presidente Ramalho Eanes. A ideia sempre foi muito atractiva para muitos, mas desistiu de ser pensada desde que a revisão constitucional de 1976 determinou que os Governos de iniciativa de não-poder também pertencem ao Presidente e passaram a responder ao primeiro à Assembleia da República.
Assim, sem eleições, o Presidente poderia optar novamente um primeiro-ministro que fosse indicado pelo actual quadro parlamentar. Exemplo recente deste tipo de solução foi a nomeação pelo Presidente Jorge Sampaio de António Lopes Silva como primeiro-ministro, após a queda do primeiro-ministro da coligação PSD-CDS, em substituição de Paulo Portas.
Mas tal não é o cenário, pelo PS (PSD) já afirmou que não.
No entanto, o cenário mais provável será o de, depois de rejeitar a contestação formal da primeira moção contra o PEC IV, convocar o Conselho de Estado para se pronunciar sobre o assunto, embora o país



Img.50

PEC IV “chumba” na AR
Portugal será empurrado para a ajuda externa

Isabel Arriaga e Cunha, Bruxelas

● Menos de duas semanas depois de ter prometido aos seus pares da União Europeia (UE) aplicar um duro pacote de austeridade para creditar a estratégia portuguesa de consolidação orçamental (o PEC IV), José Sócrates corre o risco de voltar a enfrentar os apanhã enquanto primeiro-ministro demissionário e com a promessa desfeita.

Se assim for, Sócrates será, no mínimo, convidado a explicar o que justificou tamanha reavaliação num tão curto espaço de tempo. Crises políticas e quedas de Governos são acontecimentos frequentes na UE e os seus líderes sabem geralmente ser solidários com um dos seus caídos em desgraça. Só que uma eventual demissão do primeiro-ministro português é porventura o cenário menos apetecível para os países do euro em plena recta final da resposta europeia à crise da dívida soberana, que deverá ser completada na cimeira europeia que amanhã começa.

O problema está em que a resolução do “problema português” é parte integrante da resposta europeia à crise da dívida, pelo facto de o país permanecer sujeito a uma forte pressão dos mercados devido à falta de confiança na economia e na capacidade do Governo para endireitar as contas e reduzir a dívida pública. O grande risco que os países do euro querem evitar é que a instabilidade portuguesa acabe por contaminar a Espanha, desencadeando um efeito de domínio sobre outros Estados como a Itália ou a Bélgica.

Para os países do euro, a solução para o “problema português” poderá ser uma de duas: a adopção de novas medidas de austeridade para creditar a estratégia de consolidação orçamental; ou, em alternativa, recorrer ao fundo de socorro do euro.

Se chegar a Bruxelas sem o PEC IV, Sócrates não terá grande margem de manobra para recuar a pressão que se fará sentir dos seus pares para activar o fundo europeu. Algures entre o fim da cimeira e a grande emisso



Além de agravar a situação dos mercados sobre os títulos nacionais, o “chumbo” do PEC IV vai dificultar a resposta europeia à crise da dívida soberana

13

A 11 de Março Sócrates apresentou em Bruxelas o PEC IV. 13 dias depois o PS vai a Bruxelas dizer que, afinal, o seu Governo não tem PEC nenhum para mostrar

Img.51



Img.56



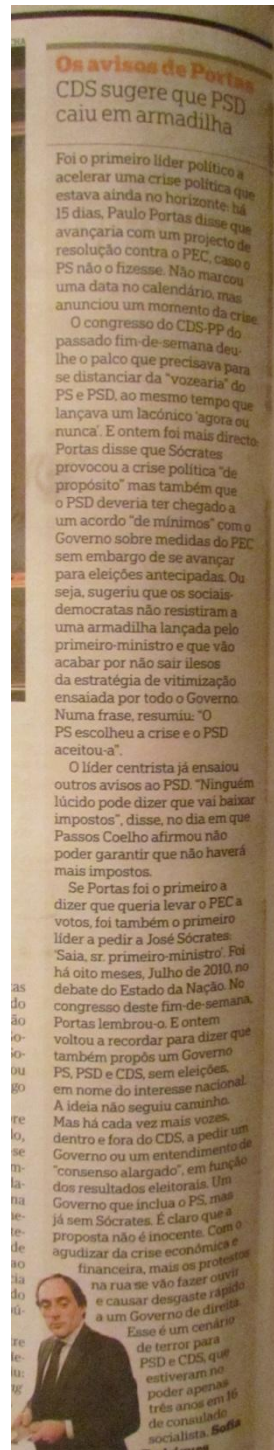
Img.57



Img.58



Img.59



Img.61



Img.60

Sem tecto, entre ruínas

Opinião

Marta de Fátima Bonifácio

Em 1974, saiu a sorte grande a Portugal. Sem nenhum esforço comparável ao que tinham feito os países europeus saídos da segunda Grande Guerra, os portugueses subiram, de uma assentada, vários pontos no seu nível de vida. Habitámo-nos ao mal, e acabámos, irresponsavelmente, a passar férias em Cancun e a comprar carros de luxo a prestações. Chegou Cavaco, não se deu conta. Dotou o país de infra-estrutura indispensável e pôs a economia a crescer. Chegou Guterres, nos anos noventa, fez do Estado uma espécie de santa Casa da Misericórdia e persuadiu os portugueses de que podiam perfeitamente ter auto-estradas de betão. A economia estagnou. O Serviço Nacional de Saúde expandiu-se. As pensões e as reformas não envelheram. Para inúmeras famílias, viver do rendimento mínimo, conjugado ou não com subsídios de desemprego, tornou-se muito mais atractivo do que ganhar um magro salário a trabalhar. A despesa do Estado e o endividamento do país cresceram perigosamente, ameaçando a insustentabilidade. Os que isto diariam e demonstram eram tidos como pessimistas patológicos. Barroso escandalizou as almas sensíveis ao oficializar que os socialistas tinham deixado o país de tanga. Ao cabo de quinze anos de irresponsável governação socialista, chegámos onde chegámos: mais pobres do que já fomos, e tendo como única perspectiva de futuro continuar a empobrecer. E o mais desanimador é não descurar ninguém capaz de inverter o trágico caminho para o qual os governantes que podiam perfeitamente ter auto-estradas de betão. A economia estagnou. O Serviço Nacional de Saúde expandiu-se. As pensões e as reformas não envelheram. Para inúmeras famílias, viver do rendimento mínimo, conjugado ou não com subsídios de desemprego, tornou-se muito mais atractivo do que ganhar um magro salário a trabalhar. A despesa do Estado e o endividamento do país cresceram perigosamente, ameaçando a insustentabilidade. Os que isto diariam e demonstram eram tidos como pessimistas patológicos. Barroso escandalizou as almas sensíveis ao oficializar que os socialistas tinham deixado o país de tanga. Ao cabo de quinze anos de irresponsável governação socialista, chegámos onde chegámos: mais pobres do que já fomos, e tendo como única perspectiva de futuro continuar a empobrecer. E o mais desanimador é não descurar ninguém capaz de inverter o trágico caminho para o qual os governantes

O PSD rejeita com estrondo o PEC 4. E faz bem. O comportamento do primeiro-ministro é inqualificável e inaceitável. A chantagem é repugnante e inadmissível para quem ache que a política não é radicalmente incompatível com a moral

arrastaram Portugal. Mas mais indisciplinado ainda é que os portugueses nunca tenham desconfiado de que a escola era demasiado grande. Muito pelo contrário habitaram-se à fatura, e só anstetam por algum que os poupe aos sacrificios ou que transfira estes para os ricos ou banqueteiros, como se a destruição do capital privado nos não conduzir em linha recta à

socialização da miséria. O PSD rejeita com estrondo o PEC 4. E faz bem. O comportamento do primeiro-ministro é inqualificável e inaceitável. A chantagem é repugnante e inadmissível para quem ache que a política não é radicalmente incompatível com a moral. Quando nos colocam entre a espada e a parede, fica bem escolher a



Img.67

Esperam também "uma palavra" de Belém

Patrões e sindicatos entre a preocupação e a expectativa

Raquel Martins

A reacção de patrões e sindicatos à demissão de José Sócrates oscila entre a preocupação com as reacções dos mercados internacionais e a esperança numa mudança do rumo das políticas. Mas há quem recie que o resultado das eleições não traga nada de novo.

João Vieira Lopes, presidente da Confederação do Comércio e Serviços (CCP), alerta que o país "vai atravessar um período complicado" e considera "natural que haja alguma instabilidade nos mercados financeiros nos próximos dias". Porém, a probabilidade de Portugal recorrer à ajuda externa "já era muito grande", dado que "faltava ao actual Governo uma base de apoio alargada".

O responsável espera que das eleições saia esse Governo e que, nos próximos dias, o Presidente da República "de uma palavra ao país e ao exterior no sentido de que Portugal manterá os seus compromissos".

Para a CGTP, a demissão ontem concretizada "é o corolário lógico de um primeiro-ministro e de um Governo que não ouviram o país e que optaram pela mentira e pela fuga para a frente". Arménio Carlos, dirigente da central sindical, alerta contudo que não é com a alternância que alguma coisa mudará. "O PSD só se tem demarcado da forma e nunca do conteúdo das medidas do PEC", alerta, apelando aos trabalhadores para que forcem essa mudança.

Na função pública - um dos principais alvos das políticas do actual Governo - são grandes as expectativas. "Espero que sejam encontradas outras vias para resolver os problemas de liquidez da economia portuguesa", reza Bettencourt Picanço, dirigente do STE, que tem esperança de que haja margem para um recuo nos cortes salariais já no próximo ano e que se defina "de uma vez por todas" que os dirigentes devem ser escolhidos por concurso público".

Bettencourt Picanço não esconde que o preocupa ver que o líder do PSD está a "privilegiar 55 grandes gestores para definir as linhas mestras da sua actuação", o que, diz, pode não trazer nada de bom.

Jorge Nobre dos Santos, dirigente do Sindicato dos Trabalhadores da Administração Pública (SINTAP), que tal como o STE está ligado à UGT, considera que a demissão do Governo ocorre "no momento errado e pelos motivos errados", o que obrigará os portugueses, "a pagar uma factura ainda elevada pela irresponsabilidade total dos políticos".

No SINTAP a preocupação é o sentimento dominante. "Pelos afirmações que vêm sendo feitas, é evidente que iremos de mal a pior", reza Nobre dos Santos. O dirigente recia que se o PSD vier a formar governo se efective a dispensa de trabalhadores na Administração pública ou a redução das funções sociais do Estado.

O PÚBLICO tentou obter reacções de outras organizações patronais e da UGT, mas até ao fecho da edição não foi possível.

Img.68

Líderes da UE lamentam chumbo do PEC mas querem vê-lo cumprido

Independentemente da forma como a crise for resolvida os líderes quiseram obter ontem mesmo garantias claras de que os objectivos do PEC serão levados até ao fim

Indisputável António e Cunha, Bruxelles.

Os líderes da União Europeia (UE) pediram ontem sem rodeios a Portugal o cumprimento do programa de pelo Governo o PEC IV, elogiando o abertismo e o primeiro-ministro criticando de forma implícita a actuação do PSD.

O debate sobre a crise portuguesa dominou uma boa parte dos trabalhos da cimeira de líderes dedicados à resposta à crise da dívida soberana, num encontro de grande preparação e incompreensão sobre as razões que provocaram a situação das medidas de austeridade do PEC IV e a demissão do Governo de José Sócrates.

Actuando de modo, os líderes quiseram obter ontem mesmo garantias claras de que os objectivos de consolidação previstos no PEC serão cumpridos independentemente da forma como a crise será resolvida.

D. Salgado e Vitor e Jose Manuel analisou no lead de Angela Merkel, sobre a crise política e a forma como o país conta cumprir os objectivos de consolidação orçamental que se comprometeram na anterior cimeira de dia 11 para estabelecer a condizância na economia portuguesa. "É crucial que Portugal continue os progressos que foram alcançados e aprovados pela Comissão, pelo Banco Central Europeu e pelo Parlamento da zona euro", afirmou Jose-Chaude Tschirch, presidente do BCE, no final do primeiro dia da cimeira que termina hoje.

Antes do termo da cimeira, os Vitor e Jose, Angela Merkel já tinha dirigido um e-mail dirigido ao PEC ao primeiro-ministro. "Portugal apresentou um programa muito complexo para os anos 2011, 2012 e 2013. Era um programa apropriado. Lamentavelmente não nos tinha sido aprovado", afirmou, numa crítica implícita ao PSD, ao José Manuel, que a chantagem recorre durante uma cimeira de líderes conservadores do EPE. "Neste momento, é muito mais importante que Portugal diga claramente que se mantém comprometido com os objectivos do programa", afirmou Merkel, acrescentando: "Se é importante não só para Portugal como

também para toda a Europa, especialmente para os estados membros da zona euro".

Igualmente antes do arranque da cimeira, Duarte Barroso, presidente da Comissão Europeia, afirmou a mesma linha. "É absolutamente necessário para a confiança na economia portuguesa que Portugal promova o cumprimento de consolidação orçamental e de reformas estruturais. Portugal não o fará, os conselheiros para Portugal e para os portugueses não são muito mais generosos do que aqueles que Portugal não aceita. É importante que isso seja reconhecido, porque sempre estamos a esperar nos e nos próprios estados ou portugueses a engajar-se a si próprios", afirmou.

"Confiança", pediu Sócrates

Na sua intervenção, o primeiro-ministro pediu "confiança" em Portugal, e garantiu sem margem para dúvidas que o país cumprirá os compromissos assumidos, incluindo os relativos a dívidas diplomáticas, as suas garantias foram igualmente reafirmadas, que corresponde à tradicional forma de despedida reservada pelo Vitor e Jose a um dos seus que abandonou o país.

A crise política teve por outro lado o efeito de tornar cada vez mais explícita a pressão discutida que tem sido exercida nos últimos meses por vários países sobre Portugal para ponderar a sua actuação.

Se Portugal precisa de ajuda? "Não o excluir", disse Juncker, que acha "apropriada" a verba de 75 mil milhões

Antes do termo da cimeira, os Vitor e Jose, Angela Merkel já tinha dirigido um e-mail dirigido ao PEC ao primeiro-ministro. "Portugal apresentou um programa muito complexo para os anos 2011, 2012 e 2013. Era um programa apropriado. Lamentavelmente não nos tinha sido aprovado", afirmou, numa crítica implícita ao PSD, ao José Manuel, que a chantagem recorre durante uma cimeira de líderes conservadores do EPE. "Neste momento, é muito mais importante que Portugal diga claramente que se mantém comprometido com os objectivos do programa", afirmou Merkel, acrescentando: "Se é importante não só para Portugal como

para a ajuda do fundo de socorro do euro (EFSF) para ajudar os países da dívida a serem os membros da zona euro".

De forma laconista, o líder Jean-Claude Juncker, primeiro-ministro do Luxemburgo, afirmou que Portugal não deve abandonar a perspectiva de cumprir o PEC IV. "O mesmo modo, perante a possibilidade de obter o país precisará de ajuda, o presidente de um grupo respondendo a isso", afirmou. Juncker respondeu também com a forma como todos os responsáveis europeus continuaram a reagir à questão respondendo a resposta para o governo português.

Perante os sete países, Sócrates reiterou a sua tradicional posição de recusa de qualquer assistência financeira, frisando que o país não precisa. A preocupação com a crise portuguesa tornou-se por outro lado ponto com as questões levantadas por líderes diplomáticos, sobretudo na perspectiva de Portugal precisar de pedir a assistência financeira do FSE, um cenário que é cada vez mais provável. A Comissão Europeia tentou-se atirar aos dois documentos mais lidos por vários países nos últimos dois dias, a grande ajuda pedida sobre as suas disposições em vários artigos.

"Um governo em questão pode fazer mais mal do que bem", garantiu Vitor e Jose, primeiro-ministro belga, denunciando a ideia dos partidos envolvidos de incapacidade dos partidos envolvidos a incapacidade de Juncker de se renderem sobre um programa de governo.

Os trabalhos do primeiro dia da cimeira produziram-se até às primeiras horas de hoje para resolver um problema de última hora relacionado com a Alemanha sobre a disponibilidade de capital do futuro mecanismo permanente de estabilidade (FSM) que vai vigorar em 2013, de modo a garantir a neutralidade das dívidas da resposta "Bavaria".

Antes do termo da cimeira, os Vitor e Jose, Angela Merkel já tinha dirigido um e-mail dirigido ao PEC ao primeiro-ministro. "Portugal apresentou um programa muito complexo para os anos 2011, 2012 e 2013. Era um programa apropriado. Lamentavelmente não nos tinha sido aprovado", afirmou, numa crítica implícita ao PSD, ao José Manuel, que a chantagem recorre durante uma cimeira de líderes conservadores do EPE. "Neste momento, é muito mais importante que Portugal diga claramente que se mantém comprometido com os objectivos do programa", afirmou Merkel, acrescentando: "Se é importante não só para Portugal como



Img.69

Agência recomenda pedido de ajuda externa

Fitch corta rating e diz que Portugal vai deixar de ter acesso aos mercados

Ana Rita Faria

A reacção dos mercados à demissão do Governo e ao chumbo do PEC IV não se fez esperar. Enquanto as taxas de juro da dívida pública nacional bateram novos recordes no mercado secundário (ver texto na página 9), a agência Fitch lançou ontem o primeiro aviso, ao cortar o rating de Portugal em dois níveis, de A+ para A-.

A decisão surge como resposta à instabilização do PEC IV pelo Parlamento português, que conduziu à demissão do Governo. De acordo com a Fitch, os riscos de implementação da política orçamental e de financiamento são maiores, aumentando também "significativamente, as hipóteses de Portugal pedir assistência multilateral num prazo próximo".

Em declarações à Rádio Renascença, Douglas Renwick, o analista da Fitch responsável por Portugal, admitiu que Portugal terá de pedir ajuda externa "nos próximos dois meses".

A razão? Os mercados vão começar a fechar-se à dívida pública nacional. "Sem melhoria nas condições de financiamento, a Fitch não assume mercados a taxas comportáveis este ano", avisava a agência no relatório ontem divulgado. E os alertas não ficaram por aqui. Se Portugal não recorrer a um "programa de apoio financeiro e económico oportuno credível, acordado com a União Europeia e o FMI", Portugal sofrerá no corte de rating, possivelmente em vários níveis, nos próximos meses.

Também o Barclays Capital divulgou ontem uma análise, onde diz que o Estado não deverá ter dinheiro suficiente até junho para pagar a dívida que vence (segundo as cotizações do PÚBLICO, faltam-lhe 8,3 mil milhões de euros) e que é cada vez mais provável o recurso à ajuda externa.

Ainda há dois dias, a Fitch afirmava que a disputa política entre o PSD e o PSB não colocava em risco o rating de Portugal, porque não constituía uma ameaça imediata ao cumprimento do meta do défice para 2011 (4,6% do PIB). Aparentemente, a concretização dos receios de crise política terá feito a Fitch mudar de opinião.

Já hoje ou na próxima semana, a agência deverá proceder também à revisão em baixa dos ratings dos bancos nacionais e de empresas públicas. Isto vai fazer com que, não só o Estado, mas também o sector bancário e empresarial tenham mais dificuldade de financiar-se nos mercados, agravando os riscos de rupturas de tesouraria em algumas empresas (ver texto na página 11).

Nos próximos tempos, novos cortes de rating podem seguir-se, visto que as outras duas grandes agências - a Moody's e a Standard & Poor's (S&P) - têm a notação de Portugal sob vigilância negativa. Anthony Thomas, analista da Moody's, disse recentemente ao PÚBLICO que o facto de os principais partidos políticos

"combunho de interesses" garante que, qualquer que seja o Governo no poder, as metas do défice prometidas a Bruxelas estão asseguradas.

Ainda assim, Anthony Thomas admite que, num contexto de incerteza política, o recurso ao fundo de resgate europeu poderia assegurar uma consolidação orçamental mais segura. Na semana passada, a Moody's cortou o rating de Portugal, também em dois níveis, mas manteve-o sob vigilância negativa, o que significa que pode voltar a reduzi-lo no curto prazo. Ontem, reduziu o rating a 300 bancos espanhóis, na sequência do corte do rating soberano.

Do mesmo modo, a S&P deverá completar até ao final de Abril o seu processo de revisão do rating português. Alguns dos principais pontos fracos apontados pelas agências são as fracas perspectivas de crescimento da economia e a incerteza quanto à forma como os líderes europeus vão responder à crise da dívida.

Banca também na mira da Fitch

(PS e PSD) partilharem um compromisso com a consolidação orçamental é um dos motivos pelos quais Portugal se mantém com um rating de nível A, e não inferior, já que essa



Img.70

Passos Coelho "Espero que Portugal fique fora de um plano de ajuda externa"

● Pedro Passos Coelho disse ontem, em Bruxelas, que espera que Portugal "fique fora" de um plano de ajuda externa. Falando aos jornalistas à entrada para uma reunião do Partido Popular Europeu e, horas depois, antes de um jantar de socialistas-democratas na capital belga, o líder do PSD sublinhou que "espera sinceramente" que Portugal não venha a precisar de recorrer à ajuda externa, cerca de 24 horas depois de o seu partido ter chumbado no Parlamento o PEC IV, acabando por originar a demissão do primeiro-ministro.

Questionado sobre a possibilidade de vir a aumentar os impostos caso o PSD saia vencedor das próximas eleições legislativas, Passos Coelho disse que, "até que haja um conhecimento completo da situação financeira em Portugal, nenhum responsável político pode dizer com certeza que não irá mexer nos impostos, se tal for necessário". Deixou, porém, expresso o "compromisso" em dar preferência a "uma solução sobre o consumo, em vez de cortes nos rendimentos das pessoas e nas "pensões mais degradadas" (ver pag. 4).

Interrogado sobre a eventualidade de um pedido de ajuda ainda antes das legislativas, Passos Coelho afirmou que só o Governo poderá responder a essa pergunta. "Para responder a isso, é necessário ter um conhecimento da situação financeira do país que a oposição não tem. Sabemos, no entanto, que, se os esforços do Governo português de controlo da dívida e da situação financeira tivessem sido bem-sucedidos, não teria sido necessária a apresentação de um plano tão agressivo [PEC IV]".

Durante a tarde de ontem, Passos Coelho encontrou-se com alguns líderes europeus, nomeadamente o chanceler Angela Merkel, que tinha expresso o seu apoio ao PEC IV. Esboçando-se a comentar em detalhe o que foi falado, Passos Coelho adiantou, porém, que "não concorda" com o desabafo da chefe de Estado quando, ontem de manhã, se manifestou "desapontada" com o chumbo do PEC.

Passos Coelho preferiu ressaltar que espera que os líderes europeus entendam "a necessidade de um Governo forte e comprometido com as reformas". Um Governo mais forte "implicará menos sacrifícios aos contribuintes e aos cidadãos e é capaz de gerar mais confiança nos mercados, e é disso que Portugal precisa".

O líder social-democrata descartou ainda qualquer outro cenário político que não seja o de eleições antecipadas. "Não há outra possibilidade para Portugal nesta altura que não seja a de devolver a palavra aos portugueses", Susana Almeida Ribeiro

Img.71

Crise política O aumento dos impostos volta a ser o tema PSD contradiz-se na subida do IVA para pagar pensões

João Ramos de Almeida e Vera Ramalho

PS, PCP, BE e PP juntaram-se para criticar a proposta de Passos Coelho. Uma ideia posta de lado no seu próprio livro Mudar



Pedro Passos Coelho e Duarte Nuno da Silva em reunião do PPE, ontem em Bruxelas

● Uma subida das taxas de IVA poderia impedir o corte nos impostos que Passos Coelho prometeu ao apresentar o programa do PSD. Foi um dos pontos que o secretário-geral Pedro Passos Coelho escreveu no ano passado, no seu livro Mudar

o país. Mas a medida foi considerada inviável por causa da perda de competitividade externa. O próprio Passos Coelho se comprometeu a não fazer "impostos indiretos mais altos do que os da zona do euro".

Em 2010, Passos Coelho afirmou que "o sistema de IVA não é um instrumento ideal para corrigir uma política redistributiva, mas é a única maneira de fazer isso".

Em 2011, Passos Coelho afirmou que "o sistema de IVA não é um instrumento ideal para corrigir uma política redistributiva, mas é a única maneira de fazer isso".

Em 2012, Passos Coelho afirmou que "o sistema de IVA não é um instrumento ideal para corrigir uma política redistributiva, mas é a única maneira de fazer isso".

Em 2013, Passos Coelho afirmou que "o sistema de IVA não é um instrumento ideal para corrigir uma política redistributiva, mas é a única maneira de fazer isso".

Em 2014, Passos Coelho afirmou que "o sistema de IVA não é um instrumento ideal para corrigir uma política redistributiva, mas é a única maneira de fazer isso".

Em 2015, Passos Coelho afirmou que "o sistema de IVA não é um instrumento ideal para corrigir uma política redistributiva, mas é a única maneira de fazer isso".

Em 2016, Passos Coelho afirmou que "o sistema de IVA não é um instrumento ideal para corrigir uma política redistributiva, mas é a única maneira de fazer isso".

Em 2017, Passos Coelho afirmou que "o sistema de IVA não é um instrumento ideal para corrigir uma política redistributiva, mas é a única maneira de fazer isso".

Em 2018, Passos Coelho afirmou que "o sistema de IVA não é um instrumento ideal para corrigir uma política redistributiva, mas é a única maneira de fazer isso".

Em 2019, Passos Coelho afirmou que "o sistema de IVA não é um instrumento ideal para corrigir uma política redistributiva, mas é a única maneira de fazer isso".

Em 2020, Passos Coelho afirmou que "o sistema de IVA não é um instrumento ideal para corrigir uma política redistributiva, mas é a única maneira de fazer isso".

Em 2021, Passos Coelho afirmou que "o sistema de IVA não é um instrumento ideal para corrigir uma política redistributiva, mas é a única maneira de fazer isso".

Em 2022, Passos Coelho afirmou que "o sistema de IVA não é um instrumento ideal para corrigir uma política redistributiva, mas é a única maneira de fazer isso".

Em 2023, Passos Coelho afirmou que "o sistema de IVA não é um instrumento ideal para corrigir uma política redistributiva, mas é a única maneira de fazer isso".

● O que Passos Coelho disse ontem em Bruxelas, que espera que Portugal "fique fora" de um plano de ajuda externa, é uma ideia posta de lado no seu próprio livro Mudar

o país. Mas a medida foi considerada inviável por causa da perda de competitividade externa. O próprio Passos Coelho se comprometeu a não fazer "impostos indiretos mais altos do que os da zona do euro".

Em 2010, Passos Coelho afirmou que "o sistema de IVA não é um instrumento ideal para corrigir uma política redistributiva, mas é a única maneira de fazer isso".

Em 2011, Passos Coelho afirmou que "o sistema de IVA não é um instrumento ideal para corrigir uma política redistributiva, mas é a única maneira de fazer isso".

Em 2012, Passos Coelho afirmou que "o sistema de IVA não é um instrumento ideal para corrigir uma política redistributiva, mas é a única maneira de fazer isso".

Em 2013, Passos Coelho afirmou que "o sistema de IVA não é um instrumento ideal para corrigir uma política redistributiva, mas é a única maneira de fazer isso".

Em 2014, Passos Coelho afirmou que "o sistema de IVA não é um instrumento ideal para corrigir uma política redistributiva, mas é a única maneira de fazer isso".

Em 2015, Passos Coelho afirmou que "o sistema de IVA não é um instrumento ideal para corrigir uma política redistributiva, mas é a única maneira de fazer isso".

Em 2016, Passos Coelho afirmou que "o sistema de IVA não é um instrumento ideal para corrigir uma política redistributiva, mas é a única maneira de fazer isso".

Em 2017, Passos Coelho afirmou que "o sistema de IVA não é um instrumento ideal para corrigir uma política redistributiva, mas é a única maneira de fazer isso".

Em 2018, Passos Coelho afirmou que "o sistema de IVA não é um instrumento ideal para corrigir uma política redistributiva, mas é a única maneira de fazer isso".

Em 2019, Passos Coelho afirmou que "o sistema de IVA não é um instrumento ideal para corrigir uma política redistributiva, mas é a única maneira de fazer isso".

Em 2020, Passos Coelho afirmou que "o sistema de IVA não é um instrumento ideal para corrigir uma política redistributiva, mas é a única maneira de fazer isso".

Em 2021, Passos Coelho afirmou que "o sistema de IVA não é um instrumento ideal para corrigir uma política redistributiva, mas é a única maneira de fazer isso".

Em 2022, Passos Coelho afirmou que "o sistema de IVA não é um instrumento ideal para corrigir uma política redistributiva, mas é a única maneira de fazer isso".

Em 2023, Passos Coelho afirmou que "o sistema de IVA não é um instrumento ideal para corrigir uma política redistributiva, mas é a única maneira de fazer isso".

● O que Passos Coelho disse ontem em Bruxelas, que espera que Portugal "fique fora" de um plano de ajuda externa, é uma ideia posta de lado no seu próprio livro Mudar

o país. Mas a medida foi considerada inviável por causa da perda de competitividade externa. O próprio Passos Coelho se comprometeu a não fazer "impostos indiretos mais altos do que os da zona do euro".

Em 2010, Passos Coelho afirmou que "o sistema de IVA não é um instrumento ideal para corrigir uma política redistributiva, mas é a única maneira de fazer isso".

Em 2011, Passos Coelho afirmou que "o sistema de IVA não é um instrumento ideal para corrigir uma política redistributiva, mas é a única maneira de fazer isso".

Em 2012, Passos Coelho afirmou que "o sistema de IVA não é um instrumento ideal para corrigir uma política redistributiva, mas é a única maneira de fazer isso".

Em 2013, Passos Coelho afirmou que "o sistema de IVA não é um instrumento ideal para corrigir uma política redistributiva, mas é a única maneira de fazer isso".

Em 2014, Passos Coelho afirmou que "o sistema de IVA não é um instrumento ideal para corrigir uma política redistributiva, mas é a única maneira de fazer isso".

Em 2015, Passos Coelho afirmou que "o sistema de IVA não é um instrumento ideal para corrigir uma política redistributiva, mas é a única maneira de fazer isso".

Em 2016, Passos Coelho afirmou que "o sistema de IVA não é um instrumento ideal para corrigir uma política redistributiva, mas é a única maneira de fazer isso".

Em 2017, Passos Coelho afirmou que "o sistema de IVA não é um instrumento ideal para corrigir uma política redistributiva, mas é a única maneira de fazer isso".

Em 2018, Passos Coelho afirmou que "o sistema de IVA não é um instrumento ideal para corrigir uma política redistributiva, mas é a única maneira de fazer isso".

Em 2019, Passos Coelho afirmou que "o sistema de IVA não é um instrumento ideal para corrigir uma política redistributiva, mas é a única maneira de fazer isso".

Em 2020, Passos Coelho afirmou que "o sistema de IVA não é um instrumento ideal para corrigir uma política redistributiva, mas é a única maneira de fazer isso".

Em 2021, Passos Coelho afirmou que "o sistema de IVA não é um instrumento ideal para corrigir uma política redistributiva, mas é a única maneira de fazer isso".

Em 2022, Passos Coelho afirmou que "o sistema de IVA não é um instrumento ideal para corrigir uma política redistributiva, mas é a única maneira de fazer isso".

Em 2023, Passos Coelho afirmou que "o sistema de IVA não é um instrumento ideal para corrigir uma política redistributiva, mas é a única maneira de fazer isso".

● O que Passos Coelho disse ontem em Bruxelas, que espera que Portugal "fique fora" de um plano de ajuda externa, é uma ideia posta de lado no seu próprio livro Mudar

o país. Mas a medida foi considerada inviável por causa da perda de competitividade externa. O próprio Passos Coelho se comprometeu a não fazer "impostos indiretos mais altos do que os da zona do euro".

Em 2010, Passos Coelho afirmou que "o sistema de IVA não é um instrumento ideal para corrigir uma política redistributiva, mas é a única maneira de fazer isso".

Em 2011, Passos Coelho afirmou que "o sistema de IVA não é um instrumento ideal para corrigir uma política redistributiva, mas é a única maneira de fazer isso".

Em 2012, Passos Coelho afirmou que "o sistema de IVA não é um instrumento ideal para corrigir uma política redistributiva, mas é a única maneira de fazer isso".

Em 2013, Passos Coelho afirmou que "o sistema de IVA não é um instrumento ideal para corrigir uma política redistributiva, mas é a única maneira de fazer isso".

Em 2014, Passos Coelho afirmou que "o sistema de IVA não é um instrumento ideal para corrigir uma política redistributiva, mas é a única maneira de fazer isso".

Em 2015, Passos Coelho afirmou que "o sistema de IVA não é um instrumento ideal para corrigir uma política redistributiva, mas é a única maneira de fazer isso".

Em 2016, Passos Coelho afirmou que "o sistema de IVA não é um instrumento ideal para corrigir uma política redistributiva, mas é a única maneira de fazer isso".

Em 2017, Passos Coelho afirmou que "o sistema de IVA não é um instrumento ideal para corrigir uma política redistributiva, mas é a única maneira de fazer isso".

Em 2018, Passos Coelho afirmou que "o sistema de IVA não é um instrumento ideal para corrigir uma política redistributiva, mas é a única maneira de fazer isso".

Em 2019, Passos Coelho afirmou que "o sistema de IVA não é um instrumento ideal para corrigir uma política redistributiva, mas é a única maneira de fazer isso".

Em 2020, Passos Coelho afirmou que "o sistema de IVA não é um instrumento ideal para corrigir uma política redistributiva, mas é a única maneira de fazer isso".

Em 2021, Passos Coelho afirmou que "o sistema de IVA não é um instrumento ideal para corrigir uma política redistributiva, mas é a única maneira de fazer isso".

Em 2022, Passos Coelho afirmou que "o sistema de IVA não é um instrumento ideal para corrigir uma política redistributiva, mas é a única maneira de fazer isso".

Em 2023, Passos Coelho afirmou que "o sistema de IVA não é um instrumento ideal para corrigir uma política redistributiva, mas é a única maneira de fazer isso".

Img.72

Destaque

Crise política As origens da situação actual e os potenciais reflexos em Belém

A jarra quebrada

Comentário

Leonete Botelho

● De um provérbio chinês que há três séculos cujo destino nunca se pode mudar: uma jarra quebrada, uma flecha disparada e a palavra profetizada. Nas duas últimas semanas, as três circunstâncias parecem ter-se conjugado de forma tão irremediável que Portugal se viu atirado para uma crise política que ninguém, verdadeiramente, tentou evitar.

1. Primeiro foi a palavra profetizada pelo Presidente da República na tomada de posse do seu segundo mandato. Foi todo um discurso amargo, síndea que realista, sobre a situação do país, cheio de recados para o executivo, como quando afirmou que "há limites para os sacrifícios que se podem exigir ao comum dos cidadãos".

Isto foi dois dias antes de o Governo apresentar, em Lisboa de manhã e em Bruxelas à tarde, o famigerado PEC IV, no qual se anunciou o congelamento das pensões, mesmo as mais baixas. No momento em que Cavaco Silva falou, tal não era conhecido. E o Presidente fez saber que não fora informado pelo Governo das medidas anunciadas.

Mas é preciso ter noção de que há um nível de informação que circula entre as instituições, mesmo quando esta não o desejam. Sobre-se a posteriori que o Banco Central Europeu e a Comissão Europeia tinham tido representantes em Portugal a analisar os contos públicos, mas duas semanas que antecederam a apresentação do PEC IV.

O diagnóstico feito por Cavaco Silva na tomada de posse foi o de um homem de Estado bem informado. E os avisos, profundamente pensados e encardidos, Cavaco pediu um resultado cívico. Talvez tenham tido mais do que estava à espera.

E de nada lhe valeu tentar remediar a palavra profetizada.

2. A confiança é um dos maiores valores que pode ter um homem, uma instituição ou um Estado. Francis Fukuyama resumiu nela a receita de sucesso de um país e nela que se baseiam os mercados para definir taxas de juro.

Como a mais fina porcelana: uma vez quebrada, é irrecuperável.

Era de confiança que carecia ultimamente o nosso sistema político. Não tanto por haver um governo minoritário, mas por se ter quebrado o elo mínimo de confiança entre os homens que lideram os dois maiores partidos. Basta lembrar quando Passos Coelho disse que não voltaria a reunir-se a só com José Sócrates.

Foi, no entanto, a Passos Coelho e apenas a este, que Sócrates deu conta das linhas com que conta o PEC IV. Isto no dia em que o PSD "sabava" o Governo de uma noção de cezur na Parlatamento e na véspera do Conselho Europeu onde Sócrates o ia apresentar.

Passos Coelho já dera por três vezes a mão ao Governo - ou ao país, como preferiu dizer. O primeiro-ministro acreditou que o líder do PSD não deixaria, mais uma vez, de o "atirar o país para a rua externa". Confiou, quando esse valor, entre eles, já não existia.

3. Na noite de 11 de Março, em que tudo parecia ter corrido bem ao Governo em Bruxelas, Passos Coelho anunciou um definitivo não ao PEC IV. Não foi um troço de pólvora seca, como no Orçamento do Estado, não pediu desculpas ao país, como o PEC II. Deixa, vez, perante a jarra quebrada e a palavra profetizada, Passos Coelho dispusera a sua flecha. E com tal determinação que não permitia qualquer tentativa de inversão.

Todos perceberam que o país precisa de renovar a confiança. Esperemos que nenhum se esqueça de que matéria ela é feita

de marcha. Pa não tinha, ele margem de m seu partido. A ou um homem Com PEC, a austeridade se pouco já valla alguns mumer positivos de es Os mercados n e as taxas de j a subir, mumer elogios de Brta Por isso ninguã o Presidente n negociações, m procurou juntu interlocutor, m disse uma palat interior.

A crise polític uma inevitabilid explica que tod da oposição, m tentam votadõ projectos de res ao PEC uns dos e perceberam que renovar a confian que, agora, qualq que matéria ela é

Img.73

Dissolução do Parlamento Presidente da República entre o risco e a oportunidade

Nuno Sá Lourenço e Rita Brás da Guerra

● Mesmo sem um papel activo na queda de um governo, as ondas de choque da demissão do primeiro-ministro podem atingir um Presidente. O PCP/CDU recorre politologicamente para prever se o peso político de Cavaco Silva pode ser belicoso.

Apesar de admitir que a Presidência da República está protegida pelo facto de ter sido "o Parlamento a decidir" a queda do Governo, ao não ignorar o PCP, António Costa Pinto, investigador e professor no Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa e no ICS, avisa um risco para Cavaco.

O "crítico que simulá-lo" do seu discurso de tomada de posse e a não de demissão do primeiro-ministro "torna eventualmente mais evidente a necessidade de um partido de esquerda queiram envolver a liderança do primeiro-ministro".

Presidente "na campanha eleitoral da primeira legislatura, acusando-o, por exemplo, de ter facilitado a queda do Governo para permitir uma maior rigidez da Assembleia da República".

Costa Pinto adverte, "tendo em conta de onde veio o Presidente", de que a queda do PSD e o PCP/CDU confirmam ainda que uma vitória do PS nas eleições que se vão celebrar Cavaco "tema uma situação relativamente complexa".

A história da democracia é rica em exemplos de quedas de governos, ora por pedidos de demissão de primeiro-ministro, ora por in-

clinação de dissolução da Assembleia da República (AR) pelo Presidente.

Em 2009, Sócrates cumpre um segundo mandato, para o qual é eleito com maioria absoluta, em 2005.

Em 2011, António Guterres se demite em 2005, após a derrota significativa do PS nas eleições autárquicas e justificada o pedido com a queda do país num "plano democrático".

Jose Sampaio dissolve a AR e o primeiro-ministro pelo Presidente, que acaba por demitir, em Novembro do mesmo ano, dissolvendo a AR. Os portugueses elegem José Sócrates com maioria absoluta, em 2005.

Em 2011, António Guterres se demite em 2005, após a derrota significativa do PS nas eleições autárquicas e justificada o pedido com a queda do país num "plano democrático".

Jose Sampaio dissolve a AR e o primeiro-ministro pelo Presidente, que acaba por demitir, em Novembro do mesmo ano, dissolvendo a AR. Os portugueses elegem José Sócrates com maioria absoluta, em 2005.

Em 2011, António Guterres se demite em 2005, após a derrota significativa do PS nas eleições autárquicas e justificada o pedido com a queda do país num "plano democrático".

Jose Sampaio dissolve a AR e o primeiro-ministro pelo Presidente, que acaba por demitir, em Novembro do mesmo ano, dissolvendo a AR. Os portugueses elegem José Sócrates com maioria absoluta, em 2005.

Em 2011, António Guterres se demite em 2005, após a derrota significativa do PS nas eleições autárquicas e justificada o pedido com a queda do país num "plano democrático".

Jose Sampaio dissolve a AR e o primeiro-ministro pelo Presidente, que acaba por demitir, em Novembro do mesmo ano, dissolvendo a AR. Os portugueses elegem José Sócrates com maioria absoluta, em 2005.

Em 2011, António Guterres se demite em 2005, após a derrota significativa do PS nas eleições autárquicas e justificada o pedido com a queda do país num "plano democrático".

Jose Sampaio dissolve a AR e o primeiro-ministro pelo Presidente, que acaba por demitir, em Novembro do mesmo ano, dissolvendo a AR. Os portugueses elegem José Sócrates com maioria absoluta, em 2005.

Em 2011, António Guterres se demite em 2005, após a derrota significativa do PS nas eleições autárquicas e justificada o pedido com a queda do país num "plano democrático".

Jose Sampaio dissolve a AR e o primeiro-ministro pelo Presidente, que acaba por demitir, em Novembro do mesmo ano, dissolvendo a AR. Os portugueses elegem José Sócrates com maioria absoluta, em 2005.

Em 2011, António Guterres se demite em 2005, após a derrota significativa do PS nas eleições autárquicas e justificada o pedido com a queda do país num "plano democrático".

Jose Sampaio dissolve a AR e o primeiro-ministro pelo Presidente, que acaba por demitir, em Novembro do mesmo ano, dissolvendo a AR. Os portugueses elegem José Sócrates com maioria absoluta, em 2005.

Em 2011, António Guterres se demite em 2005, após a derrota significativa do PS nas eleições autárquicas e justificada o pedido com a queda do país num "plano democrático".

Jose Sampaio dissolve a AR e o primeiro-ministro pelo Presidente, que acaba por demitir, em Novembro do mesmo ano, dissolvendo a AR. Os portugueses elegem José Sócrates com maioria absoluta, em 2005.

Em 2011, António Guterres se demite em 2005, após a derrota significativa do PS nas eleições autárquicas e justificada o pedido com a queda do país num "plano democrático".

Jose Sampaio dissolve a AR e o primeiro-ministro pelo Presidente, que acaba por demitir, em Novembro do mesmo ano, dissolvendo a AR. Os portugueses elegem José Sócrates com maioria absoluta, em 2005.

Em 2011, António Guterres se demite em 2005, após a derrota significativa do PS nas eleições autárquicas e justificada o pedido com a queda do país num "plano democrático".

Jose Sampaio dissolve a AR e o primeiro-ministro pelo Presidente, que acaba por demitir, em Novembro do mesmo ano, dissolvendo a AR. Os portugueses elegem José Sócrates com maioria absoluta, em 2005.

Em 2011, António Guterres se demite em 2005, após a derrota significativa do PS nas eleições autárquicas e justificada o pedido com a queda do país num "plano democrático".

Jose Sampaio dissolve a AR e o primeiro-ministro pelo Presidente, que acaba por demitir, em Novembro do mesmo ano, dissolvendo a AR. Os portugueses elegem José Sócrates com maioria absoluta, em 2005.

Em 2011, António Guterres se demite em 2005, após a derrota significativa do PS nas eleições autárquicas e justificada o pedido com a queda do país num "plano democrático".

Jose Sampaio dissolve a AR e o primeiro-ministro pelo Presidente, que acaba por demitir, em Novembro do mesmo ano, dissolvendo a AR. Os portugueses elegem José Sócrates com maioria absoluta, em 2005.

Em 2011, António Guterres se demite em 2005, após a derrota significativa do PS nas eleições autárquicas e justificada o pedido com a queda do país num "plano democrático".

Jose Sampaio dissolve a AR e o primeiro-ministro pelo Presidente, que acaba por demitir, em Novembro do mesmo ano, dissolvendo a AR. Os portugueses elegem José Sócrates com maioria absoluta, em 2005.

Em 2011, António Guterres se demite em 2005, após a derrota significativa do PS nas eleições autárquicas e justificada o pedido com a queda do país num "plano democrático".

Jose Sampaio dissolve a AR e o primeiro-ministro pelo Presidente, que acaba por demitir, em Novembro do mesmo ano, dissolvendo a AR. Os portugueses elegem José Sócrates com maioria absoluta, em 2005.

Em 2011, António Guterres se demite em 2005, após a derrota significativa do PS nas eleições autárquicas e justificada o pedido com a queda do país num "plano democrático".

Jose Sampaio dissolve a AR e o primeiro-ministro pelo Presidente, que acaba por demitir, em Novembro do mesmo ano, dissolvendo a AR. Os portugueses elegem José Sócrates com maioria absoluta, em 2005.

Em 2011, António Guterres se demite em 2005, após a derrota significativa do PS nas eleições autárquicas e justificada o pedido com a queda do país num "plano democrático".

Jose Sampaio dissolve a AR e o primeiro-ministro pelo Presidente, que acaba por demitir, em Novembro do mesmo ano, dissolvendo a AR. Os portugueses elegem José Sócrates com maioria absoluta, em 2005.

Em 2011, António Guterres se demite em 2005, após a derrota significativa do PS nas eleições autárquicas e justificada o pedido com a queda do país num "plano democrático".

Jose Sampaio dissolve a AR e o primeiro-ministro pelo Presidente, que acaba por demitir, em Novembro do mesmo ano, dissolvendo a AR. Os portugueses elegem José Sócrates com maioria absoluta, em 2005.

Em 2011, António Guterres se demite em 2005, após a derrota significativa do PS nas eleições autárquicas e justificada o pedido com a queda do país num "plano democrático".

Jose Sampaio dissolve a AR e o primeiro-ministro pelo Presidente, que acaba por demitir, em Novembro do mesmo ano, dissolvendo a AR. Os portugueses elegem José Sócrates com maioria absoluta, em 2005.

Em 2011, António Guterres se demite em 2005, após a derrota significativa do PS nas eleições autárquicas e justificada o pedido com a queda do país num "plano democrático".

Jose Sampaio dissolve a AR e o primeiro-ministro pelo Presidente, que acaba por demitir, em Novembro do mesmo ano, dissolvendo a AR. Os portugueses elegem José Sócrates com maioria absoluta, em 2005.

Em 2011, António Guterres se demite em 2005, após a derrota significativa do PS nas eleições autárquicas e justificada o pedido com a queda do país num "plano democrático".

Jose Sampaio dissolve a AR e o primeiro-ministro pelo Presidente, que acaba por demitir, em Novembro do mesmo ano, dissolvendo a AR. Os portugueses elegem José Sócrates com maioria absoluta, em 2005.

Em 2011, António Guterres se demite em 2005, após a derrota significativa do PS nas eleições autárquicas e justificada o pedido com a queda do país num "plano democrático".

Jose Sampaio dissolve a AR e o primeiro-ministro pelo Presidente, que acaba por demitir, em Novembro do mesmo ano, dissolvendo a AR. Os portugueses elegem José Sócrates com maioria absoluta, em 2005.

Em 2011, António Guterres se demite em 2005, após a derrota significativa do PS nas eleições autárquicas e justificada o pedido com a queda do país num "plano democrático".

Jose Sampaio dissolve a AR e o primeiro-ministro pelo Presidente, que acaba por demitir, em Novembro do mesmo ano, dissolvendo a AR. Os portugueses elegem José Sócrates com maioria absoluta, em 2005.

Em 2011, António Guterres se demite em 2005, após a derrota significativa do PS nas eleições autárquicas e justificada o pedido com a queda do país num "plano democrático".

Jose Sampaio dissolve a AR e o primeiro-ministro pelo Presidente, que acaba por demitir, em Novembro do mesmo ano, dissolvendo a AR. Os portugueses elegem José Sócrates com maioria absoluta, em 2005.

Em 2011, António Guterres se demite em 2005, após a derrota significativa do PS nas eleições autárquicas e justificada o pedido com a queda do país num "plano democrático".

Jose Sampaio dissolve a AR e o primeiro-ministro pelo Presidente, que acaba por demitir, em Novembro do mesmo ano, dissolvendo a AR. Os portugueses elegem José Sócrates com maioria absoluta, em 2005.

Em 2011, António Guterres se demite em 2005, após a derrota significativa do PS nas eleições autárquicas e justificada o pedido com a queda do país num "plano democrático".

Entrevista à SIC
Passos Coelho promete avaliar as empresas públicas "uma a uma"

"Não podemos manter empresas públicas que consomem num ano tanto quanto aquilo que o Governo se propunha ir buscar aos reformados e pensionistas." O presidente do PSD, Pedro Passos Coelho, prometeu atacar o excesso de despesa do Estado", afirmou.

O social-democrata tentava explicar as suas declarações sobre a possibilidade de subir o IVA: "Ninguém se pode comprometer a mexer na carga fiscal sem ter exacta noção da situação financeira do país", admitiu, para depois acrescentar que o "aumento dos impostos só pode ser feito em completo desespero". E, ainda assim, reconheceu que preferiria recorrer a essa medida em vez de apresentar uma das propostas que foram incluídas no chumbado PEC IV do Governo demissionário de José Sócrates: "Prefiro mil vezes ir ao lado da receita do consumo do que ir às pensões."

Questionado sobre a abertura para uma solução governativa tripartida, com PSD, PS e CDS, Passos Coelho excluiu dessa hipótese José Sócrates, por uma questão de "confiança política", indo até mais longe ao afirmar que "há muitos socialistas que não se revêm nesta liderança" do PS.

A questão da confiança serviu ainda para Passos Coelho garantir que o PSD teria feito cair o Governo mesmo que Sócrates não tivesse saído pelo seu próprio pé: "Se o Governo não tivesse apresentado a demissão, pode ter a certeza que nós teríamos apresentado uma moção de censura ao Governo".

Sobre as próximas eleições antecipadas, o líder do principal partido da oposição considerou ter condições para atingir uma maioria absoluta, embora se tenha mostrado disponível para incluir outros partidos no Governo.

O líder do PSD adiantou também um conjunto de reformas que considerou necessárias virem a estar incluídas no programa do futuro Governo. Referiu alterações profundas nas áreas da Justiça, da concorrência e dos "procedimentos para as empresas e para as pessoas".

Nuno Sá Lourenço

Img.83

Se as empresas do Estado contassem para a dívida pública, esta seria quase 100% do PIB

Se todo o sector empresarial do Estado entrasse na contabilização da dívida pública, esta ficaria muito próxima dos 100 por cento do produto interno bruto (PIB) em 2010. Nos últimos anos, vários economistas têm alertado para a necessidade de incluir esta dívida nas contas, de modo a reflectir o estado real das finanças públicas. Agora, o assunto voltou a dar que falar depois de o Eurostat ter forçado Portugal a incluir a Refor, o Metro de Lisboa e o Metro do Porto nas contas do défice e da dívida pública.

O PÚBLICO fez as contas, com base em dados ainda provisórios do Ministério das Finanças, e concluiu que, se incluíssemos todo o sector empresarial do Estado no perímetro das administrações públicas, a dívida pública não teria sido de 82,4 por cento do PIB em 2010, mas sim de 93 por cento, uma diferença de 17 mil milhões de euros. A Refor, o Metro de Lisboa e o Metro do Porto, ou seja, as empresas que, de facto, têm de contar para a dívida de 2010, representam a maior parte (89 por cento) do total de dívidas do sector empresarial do Estado.

No último Plano de Estabilidade e Crescimento (PEC), que foi chamado pelo Parlamento, o Governo prevê que a dívida das administrações públicas atinja os 87,5 por cento este ano. Se acumulamos a este valor a dívida acumulada do sector empresarial do Estado, a dívida pública ficaria muito perto dos 100 por cento do PIB já este ano.

Para já, o único valor que o Eurostat irá incluir nas contas de 2010 é, presumivelmente, em 2011, após assinatura da Refor, do Metro de Lisboa e do Metro do Porto. Isto colocaria a dívida pública nos 90 por cento do PIB no ano passado e em 96 por cento este ano. Os défices de 2010, desse ano e dos próximos também serão afectados, pois, a partir do momento em que estas empresas passam a estar incluídas no perímetro das administrações públicas, os seus resultados líquidos contarão para o défice público.

A maior parte das empresas públicas ainda não divulgou as contas de 2010, mas, com base nas de 2009, calcula-se que a inclusão da Refor e dos Metros possa aumentar o défice em 0,2 pontos percentuais (em 2009, isso representaria mais 336 milhões de euros).

A necessidade de incluir estas empresas na dívida pública deriva do cumprimento de regras há muito definidas, que estipulam que só se as receitas próprias das empresas do Estado superarem 50 por cento dos custos é que não contam para o défice. Já em 2009, o INE tinha passado a incluir a RTT, a EDA e centenas de empresas públicas locais e regionais no perímetro das administrações públicas.

Este tema tem sido, aliás, recorrente no discurso de alguns dos mais conhecidos economistas portugueses, como é o caso de Eduardo Catroga e de Silva Lopes. O primeiro, ex-ministro das Finanças, defende que a dívida pública calculada pelo INE e pelo Eurostat devia incluir não só a

divida do sector empresarial do Estado, pelo menos daquelas empresas que "não têm capacidade de gerar autofinanciamento", mas também a dívida decorrente das parcerias público-privadas (PPP).

"A dívida pública indirecta é uma bomba financeira com retardador, pois pode, no curto prazo e como se está a ver agora, constriangir as contas públicas", explica ao PÚBLICO Ricardo Catroga. O economista diz, no entanto, que Portugal quer uma trajectória sustentável da sua dívida a médio e longo prazo, não pode ignorar as contas das empresas públicas e das PPP.

Para o economista Silva Lopes, a não inclusão nas contas públicas da dívida das empresas é "como gerir uma empresa sem saber quanto é que ela deve". "Todos os governos recorrem a habilidades para encobrir as despesas, a dívida e o défice", acusa o ex-ministro das Finanças, defendendo uma auditoria séria às contas públicas e um sistema de controlo.

Para o economista Álvaro Santos Pereira, uma auditoria deste género iria revelar vários "buracos escondidos" e mostrar, nomeadamente, que as despesas com pessoal do Estado não baixaram, ao contrário do que os escrutórios costumam dizer. "Quase toda a despesa de despesas com pessoal deu-se graças a artifícios contabilísticos, nomeadamente à desamortização", salienta o professor da Simoes Fraser University, no Canadá. O economista estima que, actualmente, a dívida pública - com empresas e PPP - rende os 12,5 por cento do PIB. O BPI, no seu estudo sobre a sustentabilidade das contas públicas, aponta para 10,3 por cento. Ana Rita Faria e Inês Sequeira

Img.84

Crise
A nossa amiga de sempre

Abrimos que seria uma semana decisiva para Portugal, afirmou ao historiador Filipe Ribeiro de Menezes que fazar diz que assistimos a "um ponto mais baixo, mais próximo, mais difícil de desir, da vida política dos 50 anos". Num texto que analisa a evolução da política do século XIX a Sócrates, conclui que o progresso até certo ponto, ilustro, que as decisões difíceis em adadas e que se gastou mal o que tinhamos a gastar. "No entanto, o remoinho que nos enche o zozite é um fenómeno novo, e devastador".

Abrimos que seria uma semana decisiva para Portugal, afirmou ao historiador Filipe Ribeiro de Menezes que fazar diz que assistimos a "um ponto mais baixo, mais próximo, mais difícil de desir, da vida política dos 50 anos". Num texto que analisa a evolução da política do século XIX a Sócrates, conclui que o progresso até certo ponto, ilustro, que as decisões difíceis em adadas e que se gastou mal o que tinhamos a gastar. "No entanto, o remoinho que nos enche o zozite é um fenómeno novo, e devastador".

Img.85

A representação política já não é das populações, ainda que formalmente votem e elejam parlamentos
A pós-democracia e Sócrates

A queda do Governo de José Sócrates, mais do que a transição entre o antigo e o novo, é a queda do sistema de representação política. O sistema de representação política já não é das populações, ainda que formalmente votem e elejam parlamentos.

São José Almeida
 O filósofo e historiador, especialista em história da democracia, analisa a situação política portuguesa e o papel do Parlamento.

Abrimos que seria uma semana decisiva para Portugal, afirmou ao historiador Filipe Ribeiro de Menezes que fazar diz que assistimos a "um ponto mais baixo, mais próximo, mais difícil de desir, da vida política dos 50 anos". Num texto que analisa a evolução da política do século XIX a Sócrates, conclui que o progresso até certo ponto, ilustro, que as decisões difíceis em adadas e que se gastou mal o que tinhamos a gastar. "No entanto, o remoinho que nos enche o zozite é um fenómeno novo, e devastador".

Img.86

Pelo menos mais 60 mil empregos podem desaparecer até ao final de 2012

Portugal está sob a ameaça de registar dois anos seguidos de recessão pela primeira vez em quatro décadas

Sérgio Anibal

As medidas de austeridade já praticadas em Portugal e aquelas que o Banco de Portugal considera inevitáveis aplicar no futuro ameaçam colocar Portugal, pela primeira vez em pelo menos quatro décadas, perante dois anos consecutivos de contração anual do PIB.

Outras, nas suas previsões de Primavera, o banco central deu indicações de que o cenário mais provável para a economia portuguesa é a do prolongamento por este ano e pelo próximo do cenário de recessão, com variações negativas do PIB, e de uma série de outros indicadores, como o emprego, o consumo privado, consumo público e investimento. Apenas as exportações, animadas por uma conjuntura internacional positiva e por ganhos de competitividade nacional, mantêm uma tendência positiva.

E verdade que o Banco de Portugal, nas suas previsões, aponta para uma contração de 1,4 por cento do PIB em 2011 (uma ligeira revisão em baixo face aos 1,3 por cento previstos há seis meses) e um crescimento da economia de 0,3 por cento em 2012. O problema é que estes dois valores, diz o banco, não levam em linha de conta a aplicação de medidas adicionais de austeridade do tipo das que estavam previstas no PEC, chamadas pelo Parlamento. A entidade liderada por Carlos Costa diz que mais medidas de consolidação são inevitáveis, que, em 2012, estas terão "uma dimensão muito substancial" e que, por isso, durante esse ano, há ainda se a "uma nova contração significativa da actividade económica, a semelhança do projectado para 2011".

As previsões do Banco de Portugal não levam em linha de conta ainda a previsível contração dos níveis de endividamento que tanto os bancos como as empresas vão ter de realizar nos próximos meses, mais um factor a afectar a evolução da procura interna em Portugal.

Ainda assim, mesmo com estas hipóteses de projecção tão benignas, a verdade é que o cenário traçado pelo banco central para os próximos dois anos já é de grandes dificuldades para os portugueses. Haverá uma queda do consumo privado, motivada principalmente pela diminuição do rendimento disponível real das famílias de 3,4 por cento em 2011, o valor mais negativo das últimas décadas.

O emprego, mesmo sem considerar novas medidas de austeridade, cairá, diz o Banco de Portugal, 0,3 por cento em 2011 e 0,3 por cento em 2012, o que representaria, nesse período, um desaparecimento adicional de cerca de 60 mil postos de trabalho.

Menor taxa social, mais IVA

Para além de défices, sem melhorias, que a aplicação de medidas de consolidação orçamental adicionais "é alguma essencial para promover o ajustamento efectivo das necessidades de financiamento externo", o Banco de Portugal faz ainda, no boletim económico publicado ontem, uma sugestão em relação à forma como a política fiscal poderia contribuir para um aumento da competitividade da economia portuguesa.

Para o banco, haveria vantagens em reduzir a taxa social única paga pelas empresas, aumentando em compensação a taxa de IVA para garantir que não haja efeitos negativos para o saldo orçamental. E dada como exemplo uma redução de quatro pontos percentuais na taxa da contribuição patrimonial para a segurança social e um aumento da taxa média de IVA de dois pontos. Essa alteração, diz o banco, "é susceptível de aumentar a competitividade da economia portuguesa, assim como os preços de produtos, consumo e emprego".

As previsões do Banco de Portugal

Indicador em % em relação ao ano anterior	Balanço Primavera 2011			Balanço Inverno 2010		
	2009	2011	2012	2010	2011	2012
PIB	1,4	-1,4	0,3	1,3	-1,3	0,6
Consumo Privado	2	-1,9	-1	1,8	-2,7	-0,5
Consumo Público	3,2	6,8	1	3,2	4,6	1
Formação Bruta de Capital Fixa	4,8	5,6	1,3	5	4,8	0,4
Procura Interna	0,8	3,6	1	0,5	-3,6	-0,5
Exportações	8,7	5	6,5	9	5,9	6,1
Importações	5,3	1,6	2	5	1,9	2,4
Balanço Corrente e de Capital	-8,7	4,3	4,3	-4,3	-7,1	-7
Inflação	1,4	1,6	2	1,4	2,7	1,4

Fonte: Banco de Portugal

Carlos Costa, Banco de Portugal



Img.92

Como todos os PEC são feitos pelo mínimo, são intermináveis. É preferível um PEC a sério que seja o último

Os intermináveis PEC do eng.º Sócrates

O Governo (agora demissionário) apresentou recentemente mais um Plano de Estabilidade e Crescimento, o chamado PEC 4. Sem o PEC 4 ou algo do género ainda mais forte, o país ficaria na bancarrota, o que será mil vezes pior que todos os PEC e FMI juntos. Veja-se o sofrimento do povo da Argentina, quando há cerca de 10 anos atrás o país ficou na bancarrota: perda dos depósitos bancários, perda do poder de compra dos salários e pensões, situações de fome, etc. Então qual é o problema do PEC 4? É o facto de ser o quarto e, pelas mesmas razões que os PEC anteriores, não ser o último. E por que razão não é o último? A resposta foi dada pelo primeiro-ministro quando baixaram os salários da função pública e lhe perguntaram por que não tinha tomado as medidas de austeridade todas quando fez o PEC 1. A resposta foi que como as medidas eram duras só podiam ser tomadas se houvesse a certeza de que eram absolutamente necessárias. Ou seja, o PEC 1 foi feito pelo mínimo indispensável à data em que foi feito. Assim, qualquer pequena alteração da situação, como, por exemplo, aumento do preço do petróleo, dos juros, cobrança de impostos abaixo do previsto ou outras situações extremamente fáceis de ocorrer, tornariam o PEC 1 insuficiente, forçando a novo PEC. Como todos os PEC do eng.º Sócrates são feitos pelo mínimo, nenhum é o último, são intermináveis. É por isso que é preciso pôr cobro a isto sob pena de não resolver nada e apenas agravar o sofrimento do povo português, que assim nunca mais acabará. É preferível um PEC a sério que seja o último. Já agora teria sido preferível que em vez de congelar as pensões de miséria de que imensos portugueses dispõem para sobreviver, o eng.º Sócrates se lembrasse antes disso de extinguir ou fundir a panóplia de institutos e fundações desnecessários ou redundantes criados nos últimos 20 anos para colocar os boys dos partidos políticos.

E, já agora, sr. primeiro-ministro, não venha dizer que a culpa de tudo isto é da crise internacional. Como sabe, os juros descomunais que o nosso país paga nos mercados internacionais são função da falta de confiança desses mercados na nossa capacidade de pagar as nossas dívidas, devido à dimensão dessas mesmas dívidas. E quem é que aumentou brutalmente a dívida pública portuguesa desde 2005? Quem é que criou gigantescas dívidas não declaradas que os portugueses terão de pagar no futuro, através das PPP, para financiar obras de muito pouca utilidade para a nossa economia? Não foi o seu Governo? E se a culpa é da crise internacional, por que razão é que a imensa maioria dos países europeus, como, por exemplo, a Holanda ou a Suécia, não estão na mesma situação que nós? *Professor universitário (mlopes@civil.ist.utl.pt)*

Mário Lopes



Img.93

